

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO  
NA IMPRENSA SOROCABANA NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA**

**VALDELICE BORCHI FERREIRA**

**PIRACICABA/SP  
(2009)**

# **O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA SOROCABANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

**VALDELICE BORGHI FERREIRA**

**ORIENTADOR: PROF. DR. VALDEMAR SGUISSARDI**

**Tese apresentada à Banca  
Examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em Educação da UNIMEP  
como exigência parcial para  
obtenção do título de Doutor em  
Educação.**

**PIRACICABA/SP  
(2009)**

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador: Prof. Dr. Valdemar Sguissardi – UNIMEP**

**Prof. Dr. César Romero Amaral Vieira – UNIMEP**

**Prof. Dr. Elias Boaventura – UNIMEP**

**Prof. Dr. Jorge Luís Cammarano Gonzalez – UNISO**

**Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo - UNICAMP**

À memória de meus avós Luigi, Carolina,  
Enrico e Amabile que, partindo de terras  
distantes, enfrentaram a sorte incerta,  
trazendo como bagagem muitas esperanças.

## **AGRADECIMENTOS**

Minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Doutorado da Universidade Metodista de Piracicaba, por compartilharem seu conhecimento.

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Cleiton de Oliveira, pelo carinho e estímulo recebidos desde a época do Mestrado, e ao Prof. Dr. Jorge Luiz Cammarano González, que, gentilmente, contribuiu com sugestões e comentários sempre valiosos, ao longo desses anos.

Meu reconhecimento a todas as pessoas que dedicaram seu tempo em bibliotecas, museus, arquivos, fornecendo os elementos necessários para o desenvolvimento deste escrito.

Agradeço ao meu marido Edison e aos meus filhos Marcelo, Mauricio e Juliana, pela compreensão nas minhas ausências e pelo apoio na estruturação do cotidiano, propiciando condições para que eu tivesse o mínimo de tempo necessário para a frequência ao curso, pesquisas e elaboração da tese. Talvez, somente quem se aventura a cursar um Programa de Doutorado distante de sua residência e exercendo normalmente suas atividades profissionais, possa compreender a real importância desse incentivo e amparo.

Finalmente, meus agradecimentos ao Prof. Dr. Valdemar Sguissardi, pela confiança em mim depositada e pela dedicação com que acompanhou meu trabalho em todas as etapas.

Vê que aqueles que devem à pobreza  
amor divino, e ao povo caridade,  
amam somente mandos e riqueza,  
simulando justiça e integridade;  
da feia tirania e de aspereza  
fazem direito a vã serenidade;  
leis em favor do Rei se estabelecem,  
as em favor do povo só perecem.  
CAMÕES. *Os Lusíadas*, Canto IX.

## RESUMO

Este estudo privilegia como recorte espaço-temporal a cidade de Sorocaba (SP), na Primeira República, objetivando pesquisar, com base na imprensa, a relevância do movimento operário para a história da educação da cidade. Enfoca de maneira especial o jornal *O Operário*, que circulou no período de 1909 a 1913, e examina outras publicações visando propiciar a necessária interlocução entre as diferentes óticas a respeito do problema educacional. Recorrendo à imprensa como fonte documental e historiográfica, o problema norteador da investigação é: qual foi a concepção de educação produzida pelo movimento operário em Sorocaba nas primeiras décadas do século XX? Parte-se do pressuposto de que a condição de existência dos homens determina o fazer educacional, ou seja, que a educação é interdependente do movimento histórico produzido social e contraditoriamente. Assim, as práticas e concepções relativas à educação são produzidas pelos homens com base numa luta ideológica que expressa determinadas condições materiais e sociais de existência. Verificam-se, no contexto da Primeira República, o discurso e a política representativos da expansão de escolarização, para os quais convergiam o Estado, o capital, os operários e a imprensa, esta como formadora de opinião. Os operários pleiteavam a escola como resgate dos direitos e superação das dificuldades de sua existência; o proletariado tinha consciência de sua importância e percebia na escola a oportunidade de ascensão social para seus filhos. Na medida em que se tornavam mais conscientes de seus direitos e de sua força, os trabalhadores perceberam ainda a escola como instrumento de emancipação. Quanto ao poder público, atendeu muito mais às necessidades do capital para formação de mão-de-obra melhor qualificada, necessária para a nascente indústria, do que à demanda por educação. Portanto, a disseminação da instrução escolar, ainda que lenta, atendeu, no limite, às necessidades do Estado, do patronato e dos operários, ao promover a inserção do proletariado na sociedade, garantir a ordem e assegurar a produção.

Palavras-chave: educação – movimento operário - imprensa

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo fundamental investigar, en el ámbito de la prensa, la relevancia que el movimiento obrero supuso para la historia de la educación de la ciudad de Sorocaba, a partir del aspecto espacio-temporal y de la perspectiva del empleo de mano de obra asalariada, en que dicha urbe se circunscribió en la Primera República. Se pone de relieve el periódico *O Operário*, que circuló en el período de 1909 a 1913 y se analizan otras publicaciones a fin de proporcionar la interlocución necesaria entre las diferentes ópticas en lo que respecta al problema educacional. La prensa, la que dirige este trabajo investigativo, se convierte, pues, en una fuente documental e historiográfica. La pregunta clave de esta investigación es: ¿cuál fue la concepción de educación que el movimiento obrero produjo en Sorocaba, en las primeras décadas del siglo XX? Se entiende que ese interrogante presupone que la condición de la existencia de los hombres determina la educación, es decir, que la educación es interdependiente del movimiento histórico y de las contradicciones que se produjeron en el ámbito social. De ahí que las prácticas y las concepciones relacionadas a la educación se producen con base en una lucha ideológica, la que expresa determinadas condiciones materiales y sociales de existencia. Se comprueban también, en el contexto de la Primera República, el discurso y la política, dos objetos representativos de la expansión de la escolarización, a partir de los cuales el Estado, el capital, los obreros y la empresa convergían, y convertían esos dos objetos en vehículo formador de opinión. De ser así, los empleados recurrían a la escuela para rescatar sus derechos y superar sus dificultades; la clase obrera era consciente de la importancia de la escuela y veía en ella una oportunidad de ascenso social para sus hijos. A partir del momento en que los trabajadores tomaban conciencia de sus derechos y de su fuerza, la escuela se convirtió en el instrumento de su emancipación. Respecto al poder público, este se preocupó más por atender las necesidades del capital para la formación de mano de obra mejor calificada, necesaria para la industria que nacía, que por atender la demanda por educación. Por lo tanto, la propagación de la instrucción escolar, aunque lenta, no solo atendió en forma limitada las necesidades del Estado, de la patronal y de los proletarios al promover la inserción de esa clase obrera en la sociedad, sino también pudo garantizar el orden social y la producción industrial.

Palabras clave: educación – movimiento obrero – prensa



## **ABSTRACT**

This study focuses the city of Sorocaba (SP), during the First Republic period, aiming to research, based on the labor production on the press, the relevance of the labor movement for the history of education of the city. It is focused on the newspaper 'O Operario', published from 1909 to 1913, examines other publications and intends to provide the necessary dialogue among different views regarding the educational issue. Based on the press as documental and historical source, the main investigation issue is: which was the education concept produced by the Labor Movement of Sorocaba, in early XX century? It starts from the premise that the condition of the men's existence determines educational activity, in other words, that education is independent of the historical movement, socially and contradictorily produced. Therefore, the practices and relative concepts of education are produced by men with an ideological struggle basis, which express certain material and social conditions of existence. In the context of the First Republic, the representative discourse and policy of scholarship expansion are analyzed, where the State, the capital, the workers and the press, as opinion former, converged to. The workers pled the school as a recovery element of rights and for overcoming of the difficulties; the proletariat was aware of its importance and viewed the school as an opportunity of social rising for their children. As long as the workers acknowledged their rights and strength, they perceived the school as an emancipation instrument. Regarding the public power, it assisted much more the needs of the capital for better workforce formation, needed for the early industry, than the demand for education. Therefore, the spread of the instruction school, although slow, assisted, at its limit, the needs of the State, of the patronage and of the workers, when promoted the insertion of the proletariat in the society, assuring the order and the production.

Key words: education – labor movement - press

## SUMÁRIO

1-	INTRODUÇÃO .....	12
2-	O CENÁRIO NACIONAL .....	23
2.1	A imigração e o movimento operário.....	24
2.2	A realidade política brasileira .....	36
2.3	O contexto educacional.....	39
2.3.1	A educação no movimento operário.....	46
2.4	As organizações operárias e a educação.....	50
3-	O CENÁRIO SOROCABANO .....	63
3.1	Breve histórico – as origens .....	63
3.2	A industrialização, imigração e urbanização.....	67
3.3	A Educação escolar em Sorocaba.....	79
3.4	A política sorocabana .....	97
4-	O MOVIMENTO OPERÁRIO NA IMPRENSA SOROCABANA .....	102
4.1	A imprensa como fonte histórica.....	102
4.2	O jornal <i>O Operário</i> .....	106
4.3	O movimento operário .....	115
4.4	A educação na imprensa operária.....	130
4.4.1	O Trabalho e a educação das crianças .....	136
4.4.2	O ensino noturno e o ensino profissional.....	146
4.4.3	A educação familiar – saúde – castigo – moral .....	151
4.4.4	Educação: conscientização, liberdade e emancipação.....	153
4.5	A educação racional de Ferrer.....	160
4.5.1	Ferrer: republicano, anticlerical, maçom e anarquista .....	160
4.5.2	As concepções educacionais de Ferrer: a influência de Bakunin. Os fundamentos educativos do projeto do Comitê de iniciativa para o ensino integral (1898).....	163

4.6	A presença feminina no jornal.....	168
4.7	O anticlericalismo no jornal <i>O Operário</i> .....	175
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	183
	REFERÊNCIAS .....	202

## 1- INTRODUÇÃO

A cidade de Sorocaba teve sua história fortemente marcada pela presença de imigrantes, oriundos principalmente da Espanha, Itália e Portugal, que constituíram, em grande parte, a massa operária das fábricas têxteis que foram instaladas no final do século XIX e início do século XX. Os trabalhadores participaram ativamente dos movimentos operários na Primeira República, permanecendo ativos por meio de várias organizações, até 1964. Essa militância operária acrescentou à cidade o epíteto de Moscou Paulista ou Brasileira, além do tradicional “Manchester Paulista”, em razão de suas indústrias têxteis.

Considera-se que a história da cidade tem sido devidamente explorada no que se refere ao Tropeirismo, ou Ciclo do Tropeiro. Entretanto, há espaços ainda não preenchidos por estudos sobre a industrialização, imigração, participação da cidade nos movimentos operários, greves, protestos e reivindicações que ocorreram nos principais centros urbanos do país na Primeira República.

Entende-se que as lutas sócio-culturais do período de 1889 a 1930 merecem ser pesquisadas, assim como a educação nos primeiros anos da República, focalizando o ponto de vista dos grupos e facções das classes populares. É preciso observar que sob essa ótica, o estudo apresentou dificuldades, pela escassez de documentação. A atuação dos grupos dominantes, já por essa condição, sempre mereceu multiplicidade de registros, em sua maioria oficiais e, em grande parte, arquivados; as ações de grupos operários, em sua maioria, não foram registradas por suas organizações em fase de estruturação, e pelos meios oficiais ou elitistas, até pela secundarização dos interesses dos trabalhadores.

O objetivo não é o de visualizar a participação popular de forma parcial e idealista, mas, sim, o de tentar compreender seu esforço para conquistar seu espaço na sociedade capitalista em desenvolvimento, sua resistência à dominação de grupos elitistas, bem como suas contradições. Não pode ser esquecido que no estudo da realidade histórica considera-se sua totalidade, que é constituída de dominantes e dominados e suas relações.

Assim, nos limites da pesquisa, o estudo, associado a outros que virão, poderá contribuir para o redesenho da história da educação e história dos movimentos sociais da cidade, além de auxiliar no processo de sistematização de fontes documentais, uma vez que sua dispersão, aliada à má conservação é um problema que persiste e dificulta a pesquisa sobre a história da cidade.

Pretende-se, ainda, refletir sobre o passado educacional, reflexão direcionada por novos procedimentos de análise, mediante consulta a outras fontes documentais que não apenas as legais (GATTI Jr, 2002, p.16) privilegiando a imprensa como integrante do contexto histórico e, portanto, participando e revelando as tensões do momento vivido. A análise das publicações poderá revelar aspectos da realidade vivida no período, as especificidades locais e sua articulação com a macro-história.

O estudo privilegia como recorte espacial e temporal, a cidade de Sorocaba, no período de 1889 a 1930, objetivando pesquisar a relevância do movimento operário para a história da educação da cidade, com base na produção operária no âmbito da imprensa, enfocando de maneira especial o jornal *O Operário*, que circulou no município no período de 1909 a 1913. A focalização do estudo com base no referido jornal não exclui a utilização de outras publicações referentes ao período, proporcionando a necessária interlocução entre as diferentes óticas a respeito do problema educacional.

A pesquisa centraliza-se na questão: De acordo com a imprensa, qual foi a concepção de educação produzida pelo movimento operário em Sorocaba, nas primeiras décadas do Século XX? Subjacentes a ela, outras questões se entrecruzam e se relacionam: como era visualizada a educação escolar pelo operariado sorocabano? Os operários manifestaram interesse e/ou tinham consciência da importância da educação? Caso se verifique uma significativa valorização da educação, por que isto ocorreria? Como a luta pela educação foi expressa na imprensa operária? Para além da educação formal, quais foram as ações dos trabalhadores em relação à educação informal? As classes dominantes manifestaram interesse pela educação dos trabalhadores?

O estudo do tema parte do pressuposto de que a condição de existência dos homens determina o fazer educacional, ou seja, que a educação é interdependente do movimento histórico produzido social e contraditoriamente. Assim, as práticas e concepções relativas à educação são produzidas pelos homens com base numa luta ideológica, que expressa determinadas condições materiais e sociais de existência.

A educação foi considerada como parte da totalidade histórica e social; essa realidade pode ser desvelada no estudo das relações sociais (econômicas, políticas e ideológicas), que implicam a ação recíproca e contraditória entre as classes. Na sociedade capitalista a contradição entre as classes se expressa na exploração do trabalho pelo capital, e também, na forma pela qual as idéias e discursos pedagógicos do grupo dominante procuram escamotear a luta de classes. O choque entre os diferentes interesses das classes pode ser manifestado por ações objetivas, submissão ou resistência. É nesse espaço de luta de classes que se efetiva a educação (CURY, 1983, p.13).

Reafirmando o pressuposto enunciado e visando obter possíveis respostas às questões apresentadas, foram adotados procedimentos direcionados à localização, organização e análise de fontes. A pesquisa envolveu:

1- Leitura e análise da produção histórica sobre o processo de industrialização e urbanização, imigração, movimentos operários, no período da Primeira República.

2- Análise da produção historiográfica educacional referente ao período de 1889 a 1930.

3- Levantamento e análise da produção historiográfica sobre Sorocaba e região.

4- Localização, sistematização e análise de publicações (jornais, revistas, almanaques, folhetos, folhetins, circulares, manifestos), atas de reuniões, depoimentos, fotos, referentes ao movimento operário em Sorocaba. Consulta aos principais jornais, manifestos e programas de grupos operários, referentes ao Estado de São Paulo e Brasil. De maneira especial, foram analisados todas as edições publicadas do jornal *O Operário*.

5- Localização, sistematização e análise de documentos oficiais, legislação, atas de reuniões, livros de matrículas, termos de visitas, fotos, referentes às instituições escolares.

Tendo como norte o objetivo proposto, a pesquisa foi dividida em três partes.

Na primeira, **O Cenário Nacional**, foram focalizados o início da industrialização do Brasil, a imigração, a urbanização, que provocaram transformações políticas e econômico-sociais no período da Primeira República (1889 -1930). O Brasil entrava na fase do capitalismo concorrencial, de exportação de mercadorias, etapa já ultrapassada nos países mais desenvolvidos.

A nova realidade era visualizada pela elite republicana como desdobramento do progresso nacional: as cidades deveriam simbolizar o avanço cultural da sociedade, com pessoas disciplinadas, preparadas para o trabalho dentro da ordem. Assim, os imigrantes, antes considerados como trabalhadores disciplinados, foram associados à marginalidade e considerados promotores de indisciplina. Tal transformação ocorreu em virtude de algumas circunstâncias como a concentração de operários, a dura realidade encontrada nas cidades e nas fábricas, pelos imigrantes e migrantes – péssimas condições de trabalho e de vida e exploração do patronato, que favoreceram a eclosão do movimento operário que agitou o país durante todo o período.

A expansão do ideário revolucionário, principalmente anarquista, foi fomentada por intelectuais, provenientes de países onde o movimento libertário alcançou alguma expressão, como a Itália, Espanha e Portugal. Os trabalhadores se organizaram contra a opressão a que eram submetidos, e o movimento expandiu-se com a criação de associações, ligas, centros operários, sindicatos, que aglutinavam militantes de tendências socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e marxistas, que serão caracterizadas no decorrer deste escrito, formando grupos ideologicamente contraditórios e sem coesão entre si, que se manifestavam, para além das greves, por meio da imprensa operária (DIAS, 1977, p. 51).

Foram inúmeras as greves realizadas, como as de 1911, 1914, 1917, 1919 e outras, que se expandiram nas capitais e cidades do interior, como Sorocaba, além dos congressos operários, constatando-se a predominância da corrente anarco-sindicalista.

As reivindicações dos trabalhadores eram minimamente atendidas, na medida em que representavam algum interesse para o governo e o patronato. Entretanto, eram muitas as dificuldades na luta contra o Estado e o capitalismo e “o que se conquistava hoje, perdia-se logo depois” (DIAS, 1977, p.102). Ou, de acordo com Marx e Engels no Manifesto Comunista, as pequenas conquistas representavam os “triunfos efêmeros”.

As transformações que ocorriam no período favoreceram mudanças no setor educacional. Os países mais desenvolvidos, desde o final do século XIX haviam instituído os sistemas nacionais de educação, tornando a escola primária obrigatória, laica universal, gratuita. Desenvolveu-se o movimento de renovação da Escola

Nova, cujas idéias aqui aportaram tardiamente, depois de quatro decênios do início da expansão do novo ideário educacional (NAGLE, 2001, p. 312).

Nesse contexto, o ideal republicano de instrução para o povo, de democratização e formação do cidadão, ganhou centralidade na Primeira República. A educação passou a ser considerada como condição essencial para o progresso do país, sendo defendida por vários segmentos sociais, políticos e religiosos, como grupos nacionalistas, Igreja Católica, elites urbanas, sob várias óticas e interesses.

A sociedade deveria ser reformada, começando pela reforma do homem, tendo a escola como centro (NAGLE, 2001, p.134). Entretanto, as práticas políticas contradiziam o discurso liberal republicano, pois favoreciam os grupos que apoiavam as bases de sustentação dos governos oligárquicos. Nas cidades as classes mais favorecidas eram contempladas com grupos escolares, muitas vezes luxuosos, enquanto a maioria da população continuava analfabeta.

Entre os excluídos estavam os operários que, para além das reivindicações trabalhistas, lutavam pela educação de seus filhos. Para estes, militantes criaram escolas não institucionalizadas, com propostas pedagógicas anarquistas inspiradas na Escola Moderna de Barcelona, orientada por Francesc Ferrer i Guàrdia, educador e militante catalão. Esses modelos pedagógicos objetivavam a educação racional da criança, livre das influências perniciosas da religião, da burguesia e do governo.

Na sequência foram estudados programas de partidos, congressos operários, constatando-se a preocupação constante demonstrada pelos trabalhadores em relação à educação das crianças, dos adultos, além da educação profissional, necessária para fazer frente ao desenvolvimento industrial.

Todas as correntes ideológicas, apesar de considerarem a educação como essencial para o futuro da criança, defendiam apenas a redução de sua jornada de trabalho e não a eliminação do trabalho infantil, demonstrando estar conscientes de suas reais condições de vida e da importância do trabalho para todo o ser humano, incluindo as crianças, que poderiam ser empregadas a partir dos nove anos, desde que o trabalho produtivo pudesse ser combinado com a educação (MARX; ENGELS, 1993, p. 61).

Pôde-se verificar que o movimento dos operários pela educação caminhava paralelo à cruzada pela alfabetização, mas contrapondo-se aos objetivos dos grupos representativos de interesses nacionalistas, católicos e empresariais.



Na segunda parte, **O Cenário Sorocabano**, foi realizado um breve histórico da cidade até o início de sua industrialização no final do século XIX e início do XX.

Foram destacados dois diferenciais em relação ao seu desenvolvimento. Como uma de suas características de origem constata-se sua relação com grupos humanos de procedências distintas, ao longo dos séculos: portugueses, e, durante o Ciclo do Tropeiro (séculos XVIII ao XIX), com argentinos, uruguaios e brasileiros do sul e do norte. Com a criação das fábricas e estrada de ferro estabeleceu-se o contato com italianos, espanhóis, alemães, ingleses, suecos e suíços.

Assim a cidade sempre conviveu com imigrantes, que contribuíram com suas vivências, práticas profissionais, suas ideias e ideais, além de influenciar a composição da população sorocabana.

Outro diferencial pôde ser constatado no desenvolvimento da cidade, que não foi creditado ao plantio, exportação e formação de capital gerados pelo café. A produção de algodão, a falta de mercado externo e o acúmulo de capital comercial gerado pelo tropeirismo, além da presença de capital e mão-de-obra de imigrantes, foram fatores decisivos para seu desenvolvimento industrial.

Estudou-se, também, a criação das fábricas têxteis e a concentração de operários nas vilas criadas ao seu redor, que, de acordo com Cury (1983, p. 69) pode ser visualizada como ampliação de espaços de poder para além da empresa, incluindo o cotidiano e a educação.

Entretanto, apesar do forte controle do patronato, ele não pode ser absoluto; a oposição entre operários, patronato e governo gerou conflitos enfrentados muitas vezes de forma violenta. A cidade foi dominada politicamente pelo Partido Republicano Paulista (PRP), liderado por Luis Pereira de Campos Vergueiro, no período de 1906 a 1928 – o vergueirismo, que representava em dimensão local e regional a “política dos governadores” e o coronelismo, então práticas nacionais.

O grupo tinha o apoio do jornal *Cruzeiro do Sul*. O domínio vergueirista manifestou-se em todos os setores, incluindo a educação. Sorocaba até 1918 contava apenas com dois grupos escolares, criados em 1896 (Antonio Padilha) e 1914 (Visconde de Porto Seguro), ambos centrais, funcionado em prédios residenciais alugados. Apenas em 1919 foi criado o terceiro grupo escolar da cidade, Grupo Escolar Senador Vergueiro, em bairro periférico, Além Ponte, com população predominantemente operária, também em prédio adaptado. A falta de escolas e oportunidades de estudos era flagrante e as raras iniciativas eram sempre creditadas

aos favores do chefe político, Vergueiro, e de sua ingerência junto ao governo estadual, cujas ações eram voltadas aos interesses da oligarquia dirigente.

O processo de escolarização da cidade assumiu contornos singulares – não houve preocupação com a referência visual das escolas ou com sua expansão. Além disso, Vergueiro era contrário à criação da Escola Normal e do ensino secundário, considerados desnecessários para uma população operária, colocando-se na contramão da bandeira republicana de expansão da educação.

A terceira parte, **O movimento operário na imprensa sorocabana**, aborda o assunto com o propósito de examinar por meio dessa fonte de pesquisa histórica, temas e problemas derivados do referido movimento. Dessa perspectiva foca-se o jornal *O Operário* como uma das expressões da intervenção político-organizativa dos trabalhadores no âmbito da história sorocabana e, especialmente, no campo da educação. Entretanto, registre-se a presença de um jornal: *Cruzeiro do Sul*, no papel de opositor e crítico das reivindicações e ações do operariado sorocabano.

Carvalho (2004, p. 48) enfatiza a possibilidade de estudar-se a história da educação com a contribuição de jornais e revistas, “pois através deles manifestam-se os problemas educacionais... [...] e compreendem-se as dimensões sociais da educação”. Assim, as notícias educacionais, os detalhes, possibilitam “compreender como as relações foram sendo construídas dentro dos microcosmos sociais”, que podem preencher lacunas derivadas de estudos macro-estruturais (CARVALHO, 2004, p. 49).

Especificamente sobre a imprensa operária, Ferreira (1988, p. 6) a considera como portadora de mensagem cujo “conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização”.

Neste escrito, a imprensa operária foi entendida como a imprensa direcionada aos trabalhadores, defendendo seus interesses, escrita por trabalhadores, intelectuais e militantes do movimento operário.

Como visto, o estudo centralizou-se no jornal *O Operário* que circulou entre 1909 a 1913, com 171 edições. A pesquisa foi realizada nas edições originais do acervo existente no Gabinete de Leitura Sorocabano, entre os anos 2004 e 2007, com anotações e resumos manuscritos e trechos fotografados, quando possível, para posterior análise. O trabalho exigiu muitas manhãs, tardes e noites, incluindo finais de semana, intercalados com os períodos das aulas na Universidade de

Sorocaba. Paralelamente, foram lidas edições de interesse do *Cruzeiro do Sul*, *O XV de Novembro*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Sorocaba* e outros.

As edições nºs 12, 15, 19, 39, 52, 75 e 170 não foram encontradas. Com exceção dos nºs 12, 15 e 170, os demais foram recuperados no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de acordo com informações em nota preliminar da edição fac-similar do jornal. Essa edição foi organizada pelo Prof. Rogério Lopes Pinheiro e publicada em 2007, mostrando-se útil na releitura de artigos, bem como na procura de novas informações. Também foi importante o sumário organizado pelo Prof. Dr. Luis Carlos Barreira, da Universidade de Sorocaba, gentilmente cedido, que fez parte do Projeto: Escola, periodismo e vida urbana: educação popular e imprensa operária em São Paulo (1888 -1925).

Foi realizado um estudo sobre sua origem, constatando-se em seus artigos a presença de influências socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas, maçônicas e, mesmo, cristãs (seu editor também era responsável pelo jornal *O Clarim da Luz*, de orientação espírita).

Contextualizando as reivindicações educacionais dos trabalhadores, foi abordado, embora brevemente, o movimento operário, suas lutas, participações em greves, principalmente as de 1911, 1914, 1917 e 1919.

Os redatores do jornal *O Operário* eram unânimes ao manifestarem-se contra todas as formas de exploração por parte do governo e do patronato. Entretanto, sua postura ideológica era contraditória – ao lado da tendência anarco-sindicalista de incentivo às greves e à ação direta, constata-se a manifestação de ideias pacifistas e cristãs, que consideravam como ideal a conciliação de interesses, sendo a greve um meio extremo na resolução dos problemas.

Unânime, também, demonstrava ser o posicionamento dos redatores ao abordarem o anticlericalismo, o ataque à burguesia e ao governo, a defesa do direito à educação das crianças, a diminuição da jornada de trabalho (12-14 horas) para que elas pudessem estudar no período noturno.

Em relação à educação formal, escolar, o jornal apresentou uma proposta plural. A corrente anarquista entendia que a educação deveria ser ministrada em escolas modernas, racionais, de orientação libertária, para que as crianças fossem afastadas da influência católica e burguesa. A Liga Operária fundou duas escolas racionais em Sorocaba, cujo funcionamento somente foi registrado pelo jornal, não sendo encontrados outros documentos.

O jornal defendia, também, a instalação de escolas públicas, mantidas pelo governo, além de criação de escolas por parte do patronato. Os operários compreenderam a importância da educação para os patrões, que necessitavam de mão-de-obra, com domínio de leitura, escrita e cálculo, e melhor qualificada para atender à economia de um mercado mais exigente.

Constatou-se, ainda, a preocupação com o funcionamento dos cursos noturnos, que, de acordo com os trabalhadores, ficavam vazios, pois a jornada de trabalho não permitia sua frequência às aulas. Deve ser registrado, também, o interesse pelo ensino profissional, para “preparação técnica da mocidade, tanto na indústria como no commercio”, para obter conhecimentos práticos.

Ainda, foram tratados alguns temas como: a educação familiar, a saúde, a educação como meio de conscientização e emancipação dos trabalhadores. A forte presença feminina destacou-se no contexto do jornal. Sobre a presença de influências anarquistas, anticlericais, maçônicas, cristãs e espíritas, procurou-se contextualizá-las nos movimentos de livre pensamento do final do século XIX e início do XX, onde se concentravam tendências filosóficas e sociais materialistas, racionalistas, anticlericais, laicistas, bem como espiritualistas, que recebiam abrigo na Maçonaria.

De acordo com o estudo, pode-se reconhecer que na Primeira República a educação nos remete à análise do discurso enquanto construção de um ideário para o qual convergiam os operários, o capital e a imprensa, esta como formadora de opinião. Os operários, com reduzido acesso aos bens culturais, pleiteavam a escola como resgate dos direitos e superação das dificuldades de sua existência. O proletariado iniciava seu reconhecimento enquanto “irmãos de classe”, tinha consciência de sua importância e, ainda, percebia na escola, a oportunidade de ascensão social para seus filhos. Na medida em que se tornavam mais conscientes de seus direitos e de sua força ao longo do tempo e das campanhas, os trabalhadores perceberam, ainda, a escola como instrumento para a própria emancipação.

Constatou-se que coube muito à ação das categorias profissionais, apoiada por uma imprensa engajada ideologicamente, a grande tarefa de batalhar pelo e conseguir, mesmo que parcialmente, o acesso à escolarização elementar. É possível inferir, ainda, que o poder público atendeu muito mais às necessidades do capital

para formação de uma mão-de-obra melhor qualificada do que à demanda por educação.

Portanto, a disseminação da instrução escolar, ainda que lenta, atendeu, no limite, às necessidades do Estado, do patronato e dos operários, ao promover a inserção do proletariado na sociedade, garantir a ordem e assegurar a produção.

Finalizando, algumas observações devem ser registradas. É importante lembrar que considerável parte deste escrito foi apresentada desde 2004 e ao longo dos anos, em congressos nacionais e internacionais, e publicada na forma de artigos ou por meio eletrônico em anais; alguns desses podem ser encontrados na Internet. Outra parte foi publicada em artigos de revistas especializadas, como a Revista HISTEDBR, da Unicamp, e a *QUAESTIO - Revista de Estudos de Educação*, da Universidade de Sorocaba. Todas essas publicações, individuais ou em parceria, para todos os efeitos, estão relacionadas nas Referências desta dissertação.

Outra observação refere-se à reforma ortográfica, em vigor a partir de janeiro de 2009. De maneira geral, as palavras foram grafadas de acordo com as novas regras. Algumas, pela falta de clareza, foram escritas com a grafia anterior ou, na dúvida, foi utilizada a “norma do bom senso”.

Saliente-se a dificuldade de realização de pesquisas em fontes primárias em Sorocaba. Os jornais, quando existem, são arquivados em vários locais: Gabinete de Leitura Sorocabano (principal fonte); Museu Histórico Sorocabano; Casa Aluisio de Almeida/Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Muitos estão em estado precário de conservação e em locais inadequados de arquivamento. O jornal *O Operário* está sendo restaurado e recebeu uma edição fac-similar. Recentemente, a Fundação Ubaldino do Amaral digitalizou a coleção completa do Cruzeiro do Sul, em poder do Gabinete de Leitura Sorocabano, que pode ser consultada na sede do jornal. O Gabinete de Leitura não disponibilizou sua cópia aos sócios; nenhuma está disponível na internet. As fotos são raras e, em sua maioria, pertencem a coleções particulares. Com relação aos documentos escolares, não existe uma estrutura que possibilite a centralização de informações sobre as escolas, principalmente as mais antigas; livros de matrículas, fotos, em sua grande maioria, estão perdidos para sempre.

Alguns documentos, como resoluções de congressos, jornais de São Paulo ou do interior e informações sobre o movimento operário foram encontradas no AEL

- Arquivo “Edgard Leunroth”, da Unicamp e no CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP- São Paulo.

Quanto às citações dos jornais, optou-se por conservar a grafia original, até para demonstrar a riqueza das expressões de alguns articulistas, em contraposição às dificuldades na escrita evidenciadas por outros, fato que sugere a diversidade de formação intelectual dos envolvidos na redação do jornal *O Operário*.

## 2- O CENÁRIO NACIONAL

No período enfocado na pesquisa (1889-1930) deu-se o início da industrialização do país, notadamente de São Paulo, bem como a inserção desses espaços no modo de produção capitalista industrial de exportação de mercadorias, principalmente têxteis, fase já ultrapassada nos países mais avançados, que vivenciavam o capitalismo financeiro.

No final do século XIX, o capitalismo concorrencial, de exportação de mercadorias, que teve seu apogeu entre 1860-1870, deu lugar ao nascimento do capitalismo monopolista. A produção industrial foi concentrada em empresas gigantescas, alocadas em países como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, em um processo de produção, concentração e circulação de capital que conduziu ao monopólio e ao imperialismo. Os cartéis fizeram acordos, repartiram mercados, fixaram preços, apoderaram-se de fontes de matéria prima, dominaram os meios de comunicação, estradas e navegação. As indústrias que não faziam parte dos conglomerados – outsiders- foram aniquiladas. Os grandes bancos incorporaram os de menor porte disponibilizando o capital às grandes empresas, aproximando grupos industriais e financeiros que se integraram formando o capital financeiro. Os grupos capitalistas partilharam o mundo, garantindo a posse de colônias, fontes de matéria prima, fortalecendo ainda mais os monopólios – o imperialismo (LENIN, 1975, p. 29-107).

Iniciou-se um período de imigração para a América nos países de menor concentração industrial, caso da Itália, Espanha, Portugal, regiões “onde predominava a pequena indústria de propriedade individual ou familiar, na qual a organização do trabalho se baseava amplamente em trabalhadores qualificados, nos ex-artesãos convertidos em assalariados” (FAUSTO, 1976, p. 67).

O desenvolvimento industrial de São Paulo, que está relacionado ao café, à extinção do trabalho escravo, à expansão urbana, aos reflexos da Guerra da Secessão Americana (1861-1865), favorecendo a implementação do plantio do algodão e ampliação do mercado, foi reforçado com a entrada de imigrantes. Estes iriam contribuir com o processo de industrialização, ampliando o mercado de

trabalho e de consumo, aplicação de poupança no comércio e na indústria, pois havia restrições quanto à posse de terras pelos recém-chegados ao país.

Os imigrantes, enfrentando dificuldades em seus países de origem, nem sempre encontravam o lugar ideal para realizar seus projetos de “fazer a América”, como poderá ser visto.

## **2.1 A imigração e o movimento operário**

No final do século XIX e início do XX ocorreu a grande leva imigratória da Europa para a América. As condições que propiciaram esse deslocamento, os denominados fatores de expulsão, foram: aumento demográfico; perda dos direitos de acesso à terra pelos camponeses, que passaram a trabalhar para terceiros; mecanização da agricultura, gerando mão-de-obra excedente. As dificuldades econômicas dos trabalhadores do campo aumentavam significativamente, incentivando a migração para os centros urbanos e, também, o trabalho migratório temporário em países europeus (KLEIN, 1999, p.14-15).

Ainda de acordo com Klein, a América apresentava, naquele momento, os denominados fatores de atração: terra abundante, mão-de-obra escassa; não exigência de níveis elevados de qualificação para o trabalho. A possibilidade, ao menos sonhada, de possuir terras, representou importante fator de atração. O autor aponta outros fatores facilitadores da emigração, como a implementação da navegação a vapor, o desenvolvimento das ferrovias, a instalação do cabo telegráfico transatlântico, facilitando as comunicações, informações e contatos entre a Europa e a América.

Grande parte dos imigrantes tinha como lema “fazer a América”, o que significava acumular dinheiro para regressar brevemente ao país de origem em melhores condições. Entretanto, foram muitos os que permaneceram no Brasil, assimilando aos poucos a nova cultura, mudando a perspectiva – o interesse pela educação dos filhos aumentou, com a esperança de alcançar a mobilidade social na América; assim, mandavam buscar a família, as noivas e, também, constituíram famílias no Brasil.



Nas duas primeiras décadas do século XX ocorreu o pico da imigração, quando os Estados Unidos, Brasil e Argentina, entre outros países, receberam milhares de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, mas, também, alemães, russos, poloneses, austro-húngaros e, a partir de 1908, os japoneses.

A imigração espanhola foi direcionada a vários estados brasileiros – Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia. No período de 1855 a 1929, 75% dos espanhóis que aportaram no Brasil estabeleceram-se no Estado de São Paulo – cerca de 379.492 pessoas, originárias, predominantemente, da região de Andaluzia (Martinez, 1999, p. 251). Concentraram-se na região central de São Paulo (Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Itu) e, também, nas regiões Araraquarense e Noroeste do estado. Muitos eram imigrantes clandestinos, que saíam pelo porto de Gibraltar, não constando das estatísticas oficiais de saída, embora constem das relações de entrada no país. (OLIVEIRA, 2002, p.20). Fugiam da pobreza, eram geralmente analfabetos e destinavam-se às atividades agrícolas, plantando cebolas, batatas, laranjas. Dedicavam-se, também, ao pequeno comércio de gêneros alimentícios, como frutas, azeite, vinhos, conservas de peixe. Trabalharam nas fazendas do interior, inclusive de café, e chegaram a possuir pequenas propriedades, onde desenvolviam a agricultura.

De acordo com Martinez (1999, p. 263), o Censo Nacional de 1920 acusou a existência de 52 municípios paulistas com mais de mil habitantes espanhóis, destacando-se a capital, Santos, Rio Preto, Ribeirão Preto, Jaú, Penápolis, Sorocaba, Piracicaba e Campinas. Os centros ferroviários atraíam os imigrantes pela possibilidade de trabalho nas oficinas mecânicas de reparação de trens, bem como na instalação e manutenção da vias férreas e no trabalho como condutores de trens.

A imigração italiana influenciou profundamente a cultura brasileira, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os italianos, com cerca de 1,4 milhões de indivíduos, representaram 42% do total de 3.330.188 imigrantes, que para aqui vieram no período de 1870 a 1920 (ALVIM, 1999, p. 383).

Inicialmente, a grande maioria dos imigrantes provinha da região do Vêneto, sendo meeiros, pequenos proprietários e arrendatários, não totalmente destituídos de algum capital. Após 1885 predominaram os imigrantes das regiões meridionais, tendo apenas a força de trabalho como capital para a lavoura de café - os “braccianti” (ALVIM, 1999, p.387).

O Estado de São Paulo, tendo como foco de atração as fazendas de café, recebeu, no mesmo período, cerca de um milhão de italianos. Eram agricultores destinados à lavoura do café, dirigindo-se também às cidades, onde se estabeleciam como pequenos comerciantes (alimentos, móveis, chapéus), sapateiros, carroceiros, alfaiates, costureiras, garçons, mascates e músicos. Quando desprovidos da possibilidade de estabelecer-se por conta própria empregavam-se na nascente indústria têxtil, vendendo sua força de trabalho, tornando-se proletários, enfrentando as mais duras condições impostas pelo patronato. Estabeleceram-se, também, nos centros ferroviários, trabalhando ao lado dos espanhóis.

Entretanto, muitos imigrantes italianos não eram originários do trabalho no campo – vinham de cidades onde exerciam atividades comerciais e possuíam alguma instrução, caso do patriarca do grupo Matarazzo, que imigrou com a ideia de suprir o mercado brasileiro de banha (ALVIM, 1999, p. 411).

A emigração portuguesa, existente ao longo dos séculos, apresentou algumas características próprias do contexto histórico do período estudado. No final do século XVIII e início do XIX, os portugueses emigraram quase que exclusivamente para o Brasil. No período de 1855 a 1914, cerca de 1,3 milhões saíram de Portugal; para o Brasil vieram entre 80 a 90% desses emigrantes (LEITE, 1999, p.177).

Embora permitida pela Constituição de 1838, o governo impunha alguns obstáculos à emigração, como a exigência de passaporte, que encarecia a viagem (em alguns períodos houve exigência de apresentação de contrato de trabalho no Brasil, ou provar que a viagem estava paga, para evitar explorações e abusos por parte de patrões brasileiros); cumprimento das obrigações militares; fiança pesada para os jovens entre 14 e 21 anos. Entretanto, não havia imposição de cotas de emigração ou qualificação profissional.

De acordo com Leite (1999, p.178 a 180), além de fatores como atraso econômico de Portugal em relação a outros países europeus; o progresso nas condições de informação (contatos por cartas e jornais, que diminuía a insegurança) e transporte (navegação a vapor, realizada por paquetes ingleses) e a semelhança linguística, a diferença salarial foi fator significativo de atração para os imigrantes. O Brasil apresentava vantagens salariais em profissões como pedreiro, carpinteiro ou ainda em serviços não qualificados, já considerados os gastos com alojamento e alimentação. A ideia de poupança rápida atraiu muitos portugueses

que pretendiam trabalhar por conta própria, estabelecer negócios, caso dos imigrantes mais jovens, com algum nível de instrução.

Os portugueses que vieram para o Brasil procediam geralmente de regiões rurais com pequenas propriedades, como Porto, Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Vila Real, Viseu, Coimbra, Bragança, Leiria, além das ilhas de Açores e Madeira.

Os imigrantes portugueses podem ser divididos em grupos, de acordo com Leite (1999, p.193-195). O primeiro grupo era constituído por jovens alfabetizados, com contrato de trabalho e que, com apoio da família, vinham com o intuito de enriquecer.

O protótipo desse tipo de emigrante era o rapaz que começava como ajudante de caixeiro ou guarda-livros, aprendia o negócio, ganhava a confiança do patrão, casava com a herdeira, ou tomava conta dos negócios quando o patrão regressava a Portugal (LEITE, 1999, p.194).

O segundo grupo era representado por artesãos com experiência no trabalho, casados ou não, atraídos pelos salários. O terceiro era constituído por grupos familiares, geralmente em situação econômica muito difícil e sem perspectiva de retorno ao país de origem. Não pode ser esquecido que muitos portugueses que por aqui ficaram deixaram importante herança na forma de associações de benemerência, culturais, fundação de periódicos, empresas, além de obtenção de títulos nobiliárquicos. O mesmo pode ser afirmado no que se refere aos imigrantes italianos e espanhóis.

O grupo que mais interessa à pesquisa é o constituído pelos imigrantes pobres. Estes tinham como objetivo alcançar melhores condições de vida ou mesmo tornarem-se proprietários; seus anseios foram frustrados pela sociedade republicana, que negava muitas vezes direitos mínimos de uma vida digna.

Durante a Primeira República ocorreram transformações políticas, econômicas e sociais. O sistema agrário-comercial paulatinamente deu lugar ao sistema urbano-industrial, possibilitando ao país a participação na nova fase do capitalismo. O setor social sofreu alterações com a industrialização, a imigração, urbanização e o crescimento do operariado, surgindo novos padrões culturais.

Setores das elites agrárias, então dominantes, visualizavam a urbanização como desdobramento do progresso nacional: as cidades deveriam simbolizar o avanço cultural da sociedade, com pessoas educadas, disciplinadas, preparadas

para o trabalho. Assim, “embora não qualificados em sua grande maioria os imigrantes vieram para um meio preparado para recebê-los como gente operosa e de confiança, dotada de aptidões especiais para as exigências da vida urbana (MARAM, 1979, p.15).

Essa expectativa não foi correspondida, pois a realidade encontrada nas cidades, a concentração de trabalhadores, as péssimas condições de trabalho e a exploração a que eram submetidos favoreceram a expansão do ideário revolucionário anarquista, fomentado principalmente por intelectuais provenientes de países onde o movimento libertário alcançou alguma expressão, como a Itália, Espanha e Portugal.

Nessa nova ordem, os imigrantes, considerados como trabalhadores, disciplinados, que contribuiriam para o progresso, passaram a ser associados à marginalidade e visualizados como promotores da indisciplina, contrária à ordem republicana. Brasileiros e imigrantes, em sua maioria, organizaram-se e o movimento operário ganhou expressão com a criação de ligas, partidos, centros operários, sindicatos, que atuavam na organização, incentivo e divulgação das ideias revolucionárias.

As associações recém-instituídas aglutinavam simpatizantes ou militantes de várias tendências, socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas, marxistas, que participaram das lutas por melhores condições de vida, naquele momento histórico.

A mobilização, para além das associações instituídas e das greves, teve como expressão significativa, a imprensa, que representou um dos principais meios de divulgação das lutas operárias, notadamente do ideário anarquista, uma vez que os trabalhadores não tinham representantes legais que os defendessem e não contavam com o apoio da imprensa burguesa.

Foram muitos os periódicos fundados, escritos em português ou na língua do país de origem de seus redatores como *A Lanterna*, *Avanti*, *Fanfula*, *La Bataglia*, *A Plebe*, *Germinal* e outros que, além de distribuídos, eram lidos em voz alta nos portões das fábricas, para os operários analfabetos ou não.<sup>1</sup>

Os jornais descreviam a vida dos trabalhadores de forma bastante realista, defendiam a liberdade, protestavam contra os abusos cometidos pelos patrões, os baixos salários pagos, as longas jornadas de trabalho, o trabalho infantil e o

---

<sup>1</sup> Cf levantamento sobre a Imprensa Social do Brasil até 1922 (RODRIGUES, 1972, p. 425-444).

feminino, além de incentivar os operários à luta, como poderá ser verificado na pesquisa do jornal *O Operário*.

Os líderes dos movimentos eram, geralmente, fundadores e redatores dos jornais e muitos percorriam as capitais e os centros mais urbanizados, onde havia concentração de operários no interior do estado, promovendo palestras sobre seus direitos, em festas, confraternizações, comícios, incentivando a participação dos trabalhadores na defesa contra a exploração do patronato.

Dentre os mais ardorosos escritores, oradores e defensores dos operários podem ser citados Oreste Ristori, Alceste De Ambryns, Benjamim Mota, Edgard Leunroth, Gigi Damiani,<sup>2</sup> José Oiticica<sup>3</sup>, Neno Vasco<sup>4</sup>, entre outros.

O estudo aprofundado do pensamento e da atuação desses líderes, bem como do movimento operário transcende o escopo deste trabalho. Serão colocadas apenas algumas características visando sua integração ao contexto histórico e à luta pela educação, conforme proposição da pesquisa.

Nas leituras de documentos, jornais, constata-se que as preocupações básicas dos trabalhadores centralizavam-se nas questões salariais, diminuição da jornada de trabalho de adultos e crianças, medidas visando melhores condições de vida, incluindo o atendimento aos doentes, aposentadoria, construção de moradias e outras. Constata-se, também, que os imigrantes e os operários tinham grandes dificuldades de acesso à instrução, pelas condições precárias de vida, o número excessivo de horas diárias de trabalho, inclusive as crianças e mulheres, e poucos conseguiam concluir o curso primário. A luta pela instrução foi preocupação dos trabalhadores, conforme será visto adiante.

---

<sup>2</sup> Luigi Damiani (1876-1953), italiano, passou vinte anos no Brasil, até sua expulsão em 1919. Escreveu para os jornais *La Battaglia*, *A Plebe*. Foi militante anarquista, colaborou na Itália com Malatesta no jornal *Umanità Nova* e outras publicações anti-fascistas. Foi exilado para a Espanha, Bélgica, Espanha e Tunísia, falecendo em Roma (PINHEIRO;HALL, 1979, p. 234).

Alguns traços biográficos dos demais líderes citados, por terem relação mais próxima com o movimento operário de Sorocaba, serão detalhados no capítulo O Cenário Sorocabano

<sup>3</sup> Oiticica (1882-1957). Oriundo de importante família de Alagoas. Formou-se advogado, foi professor do Colégio Pedro II. Filiou-se ao movimento anarquista em 1912, dedicando-se à causa com sua habilidade oratória (MARAM, 1979, p. 86).

<sup>4</sup> Gregório Vasconcelos (1878-1920). Diplomou-se em Coimbra, chegando ao Brasil por volta de 1900. Não era orador, mas destacou-se como jornalista e propagandista do anarquismo brasileiro, auxiliando na fundação e redação de *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e da revista *Aurora*. Regressou a Portugal, onde faleceu (MARAM, 1979, p. 86).

Nos países desenvolvidos os partidos socialistas se apoiavam nas forças mais organizadas do proletariado. No Brasil não havia essa tradição; a oligarquia patronal dominava os operários, que viviam em condições precárias. O proletariado brasileiro foi se formando lentamente, aglutinando estrangeiros e brasileiros, operários qualificados ou não, analfabetos ou com alguma instrução, que aos poucos foram tomando conhecimento de seus direitos nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Juiz de Fora, Recife, Belém, Ribeirão Preto, Curitiba, Campinas, Sorocaba, Jundiaí, entre outras (DIAS, 1977, p. 47).

A concentração de operários nas cidades e a exploração por parte do patronato incentivaram os trabalhadores à união. O proletariado não tinha meios de participação no Congresso, Câmaras Municipais, sendo precária ou inexistente a atuação partidária. A divulgação do ideário era feita nos meios culturais (palestras, reuniões, panfletos, jornais, peças teatrais, saraus, confraternizações), bem como por meio de comícios e sindicatos, além da imprensa, como visto.

As greves eclodiam, sendo constantes nos anos iniciais do século XX, resultando em perseguições, prisões, inclusive de mulheres, além de expulsão do país, no caso de imigrantes. As greves de 1911, 1914, 1917 e 1919<sup>5</sup> mobilizaram milhares de trabalhadores, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Houve conquistas, como redução de jornada de trabalho, pois a concessão de benefícios, ainda que mínimos, era também de interesse dos patrões que sentiam-se pressionados pelas constantes paralisações e os prejuízos por elas causados. Entretanto,

Havia dificuldade para lutar contra o Estado e o Capitalismo. O que se conquistava hoje, perdia-se logo depois, principalmente pelos lock-outs provocados pelo industrialismo organizado, para se livrar de estoques armazenados ou empregando-se a ameaça de braços disponíveis devido à imigração (DIAS, 1977, p.102).

Conforme citado, várias foram as ideologias presentes no movimento operário brasileiro: anarquista, anarco-sindicalista, socialista, marxista e comunista, fato que contribuiu para a formação de grupos com tendências contraditórias, sem coesão entre si

---

<sup>5</sup> Os movimentos desses anos interessam particularmente à cidade de Sorocaba e serão vistos, embora resumidamente, no capítulo O Cenário Sorocabano.

[...] os vocábulos – socialista-comunista, anarquista-comunista, libertário, coletivista, eram usados pelos jornais indistintamente. Os socialistas denominavam-se “marxistas internacionalistas”, da mesma forma que os anarquistas se declaravam “comunistas libertários”. Não se delimitavam muitos as esferas ideológicas, nem se faziam rigorosas divisões de tendências... (DIAS, 1977, p. 51).

Os marxistas eram em pequeno número, pouco influentes entre os operários e, portanto, sem força nas decisões dos sindicatos, comícios e no movimento geral. (DIAS, 1977, p. 206).

Sobre o anarquismo, é interessante verificar sua concepção, do ponto de vista de um dos mais ferrenhos adeptos dessa ideologia. De acordo com Kropotkin (2001, p. 87) a expressão anarquista surgiu durante a I Internacional, quando um Partido negou autoridade à Associação dos Trabalhadores e, também, se revoltou contra todas as formas de autoridade. O Partido recebeu os nomes de federalista, antiestatista, ou antiautoritário. A palavra an-arquia significava, no momento, a desordem, o caos.

Os partidários anarquistas apressaram-se em aceitar o nome que lhes davam. De início, insistiram no hífen entre *an* e *arquia*, explicando que, sob esta forma, a palavra *an-anarquia*, de origem grega, significava *ausência de poder*, e não “desordem”, mas logo depois, aceitaram-no tal qual, sem dar trabalho inútil aos revisores gráficos, nem lição de grego a seus leitores (KROPOTKIN, 2001, p. 88; grifos do autor).

O autor, às páginas 89-92 continua suas justificativas, perguntando: o que é a ordem? Ela significa a exploração dos mais pobres pelos mais ricos; é a miséria, a fome, a doença; a prostituição forçada; a criança fechada nas fábricas, sem escolas; a guerra das classes e das nações. A pergunta seguinte é: O que chamam de desordem? É a revolta do povo contra essa situação, procurando melhores condições de vida; são novas ideias; é a revolta contra os padres e senhores; são gerações que preparam uma vida melhor para toda a humanidade.

Ao concluir seu texto “A Ordem”, o autor afirma

A desordem é a eclosão das mais belas paixões e das maiores dedicações, é a epopéia do supremo amor pela Humanidade!  
A palavra *anarquia*, implicando a negação dessa ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um Partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (KROPOTKIN, 2001, p. 92; grifo do autor)

As correntes anarquista e anarco-sindicalista tiveram papel primordial, sendo a segunda, a corrente ideológica dominante no movimento operário, incluindo a imprensa e organização de associações. Essa concepção advinha do sindicalismo francês, italiano, espanhol e português, encontrando ambiente propício entre os trabalhadores brasileiros, argentinos, uruguaios, em razão da presença dos imigrantes que formavam a massa operária nesses países.

Essas vertentes lutaram radicalmente contra os processos de participação nos limites formais da democracia representativa burguesa. O Estado oligárquico, “confirmava a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes” (FAUSTO, 1976. p. 69).

O anarquismo e suas variações acompanharam as ideias europeias que estavam centradas no combate à propriedade privada, origem de todos os males, à exploração das classes privilegiadas; o Estado deveria ser destruído, pois, o governo impossibilitava a liberdade dos cidadãos, legitimado pelas leis, que, por sua vez, eram elaboradas em conformidade com os grupos dominantes. Entendiam que a educação era utilizada para incutir a obediência às instituições.

O anarquismo no Brasil estava associado ao livre pensamento e ao anticlericalismo, que se manifestava nas campanhas contra a Igreja e seus dogmas, associada à velha ordem patrimonialista (a religião levava o trabalhador a aceitar pacificamente a miséria e a exploração); assim, o poder do Estado e da Igreja deveria ser combatido.

O anarquismo traria a liberdade a todos, proporcionando ao povo a escolha de seu destino. Opondo-se ao marxismo, o anarquismo posicionava-se frontalmente contra a ditadura do proletariado, embora passageira, por ser considerada autoritária, como qualquer governo. Era contrário, ainda, a qualquer estrutura organizacional que cerceasse a liberdade. Outro ponto de conflito com os marxistas centrava-se na recusa em aceitar utilização revolucionária das forças do Estado a fim de lutar com vantagem pelo socialismo.

De acordo com Fausto (1976, p. 64), como todo sistema de pensamento social, o anarquismo apresentava divisões: mutualismo, anarco-coletivismo, anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo.



O mutualismo, defendido por Proudhon<sup>6</sup>, pregava a substituição do Estado e do capitalismo por livres associações de trabalhadores que deteriam os meios de produção e agiriam pacificamente para garantir a cada um o retorno de seu trabalho.

As cooperativas de trabalhadores deveriam ser administradas em regime de auto-gestão, o mutualismo, e se relacionariam formando uma grande cooperativa, também auto-gerida, a federação.. Cada comunidade se organizaria em associações políticas municipais, que, reunidas, formariam as associações estaduais. Dessa maneira, o povo poderia participar politicamente por meio da democracia direta, conhecendo e assumindo os direitos e deveres da liberdade (GALLO, 1995, p. 45).

O anarco-coletivismo, com base nas ideias de Bakunin<sup>7</sup> lutava pela coletivização dos meios de produção, criação de sindicatos, greves revolucionárias com emprego de violência, para alcançar os fins propostos. A auto-gestão, sumamente importante, seria possível quando os meios de produção se tornassem coletivos (FAUSTO, 1976, p. 64-65). Bakunin deixava claro que a teoria social dos anarquistas tinha como objetivo o rompimento com governos, com a política burguesa, tomando o caminho da revolução social (BAKUNIN, 2003, p. 14).

Crítico de Marx, alegava que

o pseudo Estado popular nada mais será do que o governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação! (BAKUNIN, 2003, p. 213).

Dias (1977, p. 209) não faz distinção entre os anarco-sindicalistas e anarco-coletivistas: “em S. Paulo e cidades industriais, a tendência era a anarco-sindicalista ou sindicalista revolucionária (coletivista), representada pelas teorias de Bakunin”.

---

<sup>6</sup> Proudhon, Pierre-Joseph (1809-1865). Francês, fundador do anarquismo. O socialismo liberal ou libertário de Proudhon foi o principal contraponto ao marxismo. (Dicionário Oxford de Filosofia, p.324). De família pobre, não conseguiu completar os estudos. Trabalhou como tipógrafo. Autodidata, teve intensa atividade intelectual. Crítico do capitalismo, lutava contra a realidade injusta, procurando construir uma nova sociedade sobre a base da justiça, igualdade e liberdade. Iniciador do movimento anarquista moderno (GALLO, 1995, p. 40-42).

<sup>7</sup> Bakunin, Mikhail Alexandrovich (1814-1876). Russo, de família culta, proprietária de terras e com formação liberal. Era doutor em Filosofia pela Universidade de Pádua. Em Berlim teve contato com Marx, Engels e os jovens hegelianos. Vai a Paris, convivendo com Proudhon e Marx, entre outros. Socialista libertário, sua vida foi pontilhada por rebeliões e prisões (GALLO, 1995, p. 63-66).

Os anarco-comunistas, que tinham como líder Kropotkin<sup>8</sup>, divergiam das tendências mutualistas e coletivistas. Afirmavam que, tanto uma como outra conservavam as formas de exploração, pois estavam baseadas na quantidade e qualidade do trabalho, na permanência de salário. Assim, elegiam a necessidade e não o trabalho como critério para a distribuição de bens; o salário seria desnecessário, eliminando-se a desigualdade (FAUSTO, 1976, p. 65). Sobre o assunto, Kropotkin sustentava que

os trabalhadores têm uma vaga intuição de que nada haverá de fato se a revolução social não começar pela distribuição dos produtos, se não garantir a todos o que é necessário para viver, isto é, habitação, o alimento, o vestuário. E sabe-se que tudo isto é possível com os poderosos meios de produção de que dispomos. Continuando assalariado, o trabalhador continuará escravo daquele a quem será obrigado a vender a sua força, seja esse comprador um particular ou o Estado (KROPOTKIN, 2001, p. 48).

Ainda afirmava que

Somente pela abolição do Estado, pela conquista da liberdade inteira do indivíduo, pelo livre acordo, pela associação e pela federação absolutamente livres, que poderemos chegar ao comunismo – à posse comum de nossa herança social, e à produção em comum de todas as riquezas. (KROPOTKIN, 2001, p. 51-52).

Dessa forma, uma sociedade poderia se transformar em sociedade comunista. Comunismo anarquista, onde a característica mais importante é a liberdade de cada um e de todos.

A vertente anarco-sindicalista considerava que a divulgação das ideias revolucionárias deveria ser realizada pelos sindicatos, que seriam os representantes dos operários nas reivindicações e esclarecimentos sobre seus direitos; organizariam a luta revolucionária para apropriação das terras e dos meios de produção por parte dos trabalhadores, além de serem considerados como o núcleo da sociedade futura. Assim, o combate ao Estado se expressava através da organização de sindicatos e da greve geral revolucionária.

---

<sup>8</sup> Kropotkin, Piotr (1842-1921). Príncipe russo, ideólogo do socialismo libertário. Escreveu, entre outras obras, “O apoio Mútuo”, sobre o papel da cooperação ao lado da competição na sociedade; “A conquista do pão”, “Campos, Fábricas e Oficinas”, sobre o papel criador do trabalho produtivo e a importância das pequenas unidades econômicas como alternativa ao gigantismo organizacional-burocrático (Tragtenberg, 1992, p. 47).

Sindicalizados, seus membros deveriam relacionar-se com base no princípio da soberania individual, evitando-se a burocracia, o autoritarismo e a centralização - as ações, embora nacionais, deveriam respeitar as peculiaridades locais. Assim, as federações não deveriam dominar os sindicatos.

Vale lembrar que não se opunham à industrialização (uma das razões do sucesso dessa tendência), mas, sim, ao controle das fábricas pelos capitalistas, problema que seria solucionado com a posse de todos os bens pelos operários. Esse grupo também foi denominado sindicalista revolucionário, cujas ideias provinham da França, Espanha, Itália e, também, Portugal, encontrando maior receptividade nos meios operários brasileiros (MARAM, 1979, p. 78).

No Brasil o sindicalismo assumiu papel de destaque na defesa dos operários, com participação muitas vezes considerada coercitiva. Inicialmente, os trabalhadores não eram obrigados à filiação sindical – deveriam ser convencidos da importância de sua participação para a causa do bem comum. Entretanto, a realidade brasileira entre os anos de 1910-1920 levou os sindicalistas a pressionar os operários à filiação e, mesmo, permitir a admissão ao trabalho apenas aos associados.

Tais medidas contrariavam o ideal de liberdade pregado, mas foram justificadas pela necessidade de união e força representada pela organização. Também, pode ser notada a influência da revolução russa, cujas ideias e táticas, embora mais autoritárias, foram entendidas inicialmente pelos anarquistas, como meio ideal para deflagrar a revolução proletária (MARAM, 1979, p. 81).

Os anarco-sindicalistas tinham como instrumentos de luta a greve, o boicote, as manifestações públicas, a sabotagem, fundamentados na ação direta. Por ação direta deve ser entendida que a supressão do Estado e conseqüentemente, do capitalismo, deveria ser alcançada pela cooperação dos indivíduos livres, sem interferência política.

A ação direta vincula-se ao princípio de que as transformações sociais só são possíveis através de órgãos não coercitivos, expressando a decisão individual de seus membros. [...] O recurso à atividade normativa do Estado é tido como inútil, mesmo em áreas de alcance restrito (FAUSTO, 1976, p. 63 e 76).

O desenvolvimento dessas ações era considerado como aprendizado, pois, para seu bom êxito, o trabalhador deveria agir solidariamente, além de conhecer e se inteirar dos meios de luta para alcançar a greve geral revolucionária, que

conduziria ao término do sistema capitalista (MARAM, 1979, p. 74). Ainda, de acordo com o autor, os sindicalistas incentivavam a violência, em casos necessários, como confrontos com a polícia e para impedir os fura-greves (Krumiros) de trabalhar.

O anarquismo foi importante na organização e defesa dos operários, principalmente das indústrias têxteis. Após 1920, mostrou-se enfraquecido, pela própria incapacidade de articulação do sindicalismo, pelas perseguições policiais e organização do grupo comunista, com a fundação do Partido Comunista, em 1922.

O grupo comunista passou a orientar os trabalhadores com certa segurança, uma vez que os documentos vinham diretamente do Estado soviético e permitiam falar com autoridade e não através de opinião de algum autor (DIAS, 1977, p. 111).

As várias facções, apesar de suas divergências ideológicas, conseguiam conviver de forma relativamente pacífica, tendo como ponto comum a defesa dos direitos dos trabalhadores. O mesmo não acontecia nas relações entre os grupos operários e o grupo político dominado pelas oligarquias paulista e mineira, durante toda a Primeira República.

## **2.2 A realidade política brasileira**

Na Primeira República os embates entre os grupos representativos dos operários e a política vigente foram constantes. A Constituição de 1891 instituiu o regime político republicano, presidencialista e federativo. De acordo com o espírito liberal, o princípio da federação pressupunha autonomia dos estados e ampliação da representatividade política com a inclusão ao direito de voto de brasileiros, até então marginalizados. Entretanto, não houve equilíbrio entre o presidencialismo e o federalismo; o governo central, embora revestido de poder, foi dominado pela política dos estados mais ricos, dando origem a um governo das oligarquias.

Na verdade essa situação estava adequada à realidade do país, herdada dos períodos históricos anteriores: economia agrícola exportadora, dependente do mercado internacional; população em sua maioria inculta ou analfabeta; regiões com um mínimo de desenvolvimento contrapondo-se com centros mais adiantados; predominância política e sócio-econômica dos cafeicultores, estancieiros, senhores de engenho.

Diante desse quadro a população urbana e trabalhadora nas fábricas que iniciavam suas atividades de expansão, pouco ou quase nenhuma receptividade conseguiu encontrar.

Durante todo o período da Primeira República a política foi dominada praticamente pelos estados mais ricos, principalmente pelas oligarquias paulista e mineira, fato que contradizia o princípio federativo instituído legalmente. Essa mesma oligarquia que em seu discurso pregava uma democracia liberal, na prática cerceava todas as iniciativas que ampliassem a participação política de outros grupos.

O período não foi pacífico. As lutas pelo poder, as dissensões internas no Partido Republicano, conflitos e revoltas em vários estados, dificultaram a instalação do regime republicano.

Em 1894, a eleição de Prudente de Moraes foi significativa: marcou o início do governo do primeiro presidente civil e, como representante do Partido Republicano Paulista, a chegada ao poder da oligarquia cafeeira de São Paulo. Estava instalada a “política do café com leite”, ou “República do café com leite”, com a alternância no governo federal dos candidatos dos Partidos Republicano Paulista e Mineiro<sup>9</sup> Passou a vigorar, também, a “política dos governadores”, ou seja, a troca de favores e apoio entre o governo federal e as oligarquias estaduais, visando à manutenção do poder central e local.

Nesse período houve uma única interrupção na hegemonia dos dois estados, representada pela eleição do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), aliado do líder gaúcho Pinheiro Machado, que venceu o candidato do movimento “civilista”, Rui Barbosa.

O governo de Hermes da Fonseca apresentou algumas características diferenciadas dos demais, no que se refere ao movimento operário. Já durante a campanha, ao contrário de Rui Barbosa, que não demonstrou nenhum interesse pelas camadas dominadas, procurou aproximar-se dos trabalhadores, prometendo melhorias.

Durante seu governo construiu casas operárias, decretou ponto facultativo no 1º de maio nas empresas estatais, incentivou a formação da Liga do Operariado do

---

<sup>9</sup> Os governos paulistas e mineiros foram; Campos Sales, 1898, PRP; Rodrigues Alves, 1902, PRP; Afonso Pena, 1906, PRM; Wenceslau Brás, 1914, PRM; Rodrigues Alves, 1918, PRP – faleceu antes da posse, sendo substituído por Delfim Moreira.

Distrito Federal (FAUSTO,1976, p. 54). Ainda de acordo com o autor, Hermes da Fonseca alcançou o poder apoiado pela oligarquia de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, mas pretendia limitar a dominação de grupos regionais, reforçando o Estado Nacional, respaldado pelos militares. Os “salvacionistas”<sup>10</sup> procuraram, assim, aproximar-se dos operários, buscando apoio.

Uma demonstração concreta da “simpatia” pelos operários foi a convocação do Congresso Operário, em 1912, no Rio de Janeiro, organizado pelo Tenente Mario Hermes, filho do Presidente da República e eleito deputado federal pela Bahia, que, embora declarando-se defensor das aspirações proletárias, nunca demonstrou apoio aos trabalhadores durante as greves (FAUSTO, 1976, p. 55). O Congresso teve caráter oficial, com transporte e alojamento pagos pelo governo, sendo considerado como o primeiro congresso “pelego”<sup>11</sup> no Brasil.

O domínio de São Paulo e Minas Gerais pode ser explicado pela fragilidade econômica das demais regiões, pelas lutas partidárias internas, pela impossibilidade de participação política de grande parte da população, pelo sistema de votação vigente, controlado pelos “coronéis” locais, o “voto de cabresto”, além da ignorância popular, causada pelo analfabetismo em todo o país.

Em 1919, com a eleição de Epitácio Pessoa, representante da Paraíba, “política do café com leite” começou a mostrar enfraquecimento, mas teria seu final apenas com a revolução de 1930.

A realidade política e econômica brasileira proporcionou transformações no setor social, surgindo alterações na educação do país.

---

<sup>10</sup> “Salvacionismo” ou “política das salvaçãoes”. Política instituída pelo Presidente Hermes da Fonseca de intervenções ou “salvações” militares nos estados, com o aparente propósito de moralização do regime republicano e defesa da democracia. As intervenções atingiram principalmente os estados do Norte e Nordeste, reduzindo a oposição ao governo. São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram os estados que ofereceram maior resistência.

<sup>11</sup> Pelego – pele de carneiro com a lã, usada sobre a sela, arreios ou bastos do cavalo. Não protege o animal, apenas amacia o assento para o cavaleiro. O termo é usado, por analogia, a sindicatos, associações, mantidas pelo governo e aos líderes que, sob aparência de lutar e proteger os trabalhadores, na realidade atuam em benefício dos patrões.

### 2.3 O contexto educacional

No século XIX a educação e a instituição escolar sofreram reorganizações, em razão das transformações políticas e econômico-sociais que ocorriam no mundo. O desenvolvimento da indústria, as mudanças sociais, o crescimento das cidades e da massa populacional, exigiam um novo modelo de escola, mais eficiente em relação às necessidades produtivas dessa sociedade.

A escola constituiu-se em ponto central nesse novo contexto, originando estudos, debates, novas teorias, projetos e medidas para sua implantação. Nesse século foi valorizada a história dos povos e desenvolveu-se o espírito nacional, dando origem à “ideia nacional e até mesmo nacionalista da cultura e da educação” (LUZURIAGA, 1959, p. 56). As dissensões entre os partidos políticos, Estado e Igreja foram intensas em torno da educação. O Estado, mais forte, instituiu os sistemas nacionais de educação tornando a escola primária obrigatória, universal, gratuita, estabelecendo, também, o laicismo no ensino.

As inovações tiveram sequência no século XIX, caracterizado por esse autor como o século da educação democrática, considerada como sinônimo de “educação para todos”.

Como parte do novo contexto histórico, no final do século XIX desenvolveu-se o movimento de renovação da Escola Nova. A teoria escolanovista propunha que a educação acompanhasse as transformações econômico-sociais que estavam ocorrendo. Os métodos tradicionais tolhiam a liberdade e a espontaneidade das crianças. A escola deveria ser ativa, desenvolver experiências concretas e métodos ativos e criativos centrados no aluno. Deveria haver ação e não instrução.

As expressões-chave da escola nova eram: aprender fazendo (ação); experiência concreta e produtiva; convivência democrática; competição; comunicação; resolução de problemas; planos e projetos de trabalho; atividades manuais; atividades em grupo, entre outras, conforme a teoria formulada pelos autores dos novos métodos.

Para Manacorda (2002, p. 307) as iniciativas da Escola Nova podem ser agrupadas em torno do lema “Psicologia e Trabalho”. O desenvolvimento da segunda revolução industrial provocou a necessidade de especialização do trabalho, de formar homens ativos, capazes de trabalhar com as máquinas. A criação de

métodos ativos exigiu o estudo da evolução da psicologia, principalmente da criança, valorizando a espontaneidade, “a educação sensório-motora e intelectual através de formas adequadas, do jogo, da livre atividade, do desenvolvimento afetivo, da socialização” (MANACORDA, 2002, p. 305).

De acordo com esse autor, a educação ativa das escolas novas tem como objetivo a formação do “homem capaz de produzir ativamente”, que é o mesmo objetivo da “instrução técnico-profissional promovida pelas indústrias ou pelos Estados”. A escola, em síntese, deveria atender às necessidades de preparo das crianças para a prática, para o trabalho, como parte do desenvolvimento do capitalismo, dentro das normas burguesas, não havendo contestação da existência da sociedade de classes, e, portanto, não objetivando a transformação social.

Há inúmeros educadores considerados expoentes dessa escola. Serão citados apenas alguns, como Dewey, Ferrière, Kilpatrick, Montessori, Claparède, Cousinet e Piaget, que tiveram grande influência na educação brasileira e cujas ideias aqui aportaram tardiamente, “depois de quase quatro decênios do início da penetração do novo ideário educacional, na sua dimensão universal” (NAGLE, 2001, p. 312).

Em relação ao Brasil, no período delimitado para o estudo, constata-se que o país caracterizava-se pela dependência econômica externa, com a exportação do café, pelo domínio político de São Paulo e Minas Gerais e pela política dos governadores. Com a industrialização, imigração, urbanização e o crescimento do operariado, o segmento social sofreu transformações, criando condições para a necessária reestruturação do setor educacional. Na nova concepção republicana, a sociedade deveria ser reformada, começando pela reforma do homem, tendo a escola como centro.

O ideal republicano, o “espírito republicano” de instrução para o povo, de democratização e formação do cidadão, ganhou centralidade na Primeira República. A disseminação da educação escolar passou a ser considerada como condição essencial para o progresso do país. A expansão da educação escolar era defendida pelos vários segmentos, embora sob diferentes óticas e interesses – elites urbanas, grupos nacionalistas, Igreja Católica e também pelos operários (proletários). Estes, lutavam pelas conquistas econômico-sociais, entre elas, o direito à educação.



A Liga Nacionalista de São Paulo<sup>12</sup> associava o combate ao analfabetismo a interesses políticos: a expansão de ensino primário tinha como objetivo a aquisição/ampliação de direitos políticos pela população. Para a Igreja Católica, a difusão da instrução estava associada ao ensino da religião, considerada a “alma do Brasil”; lutava contra o neutralismo escolar e pela educação (que pressupunha o ensino religioso) e não apenas pela instrução (difusão do ensino em geral) (NAGLE, 2001, p. 142).

A valorização das ideias, língua e costumes do país estava relacionada à nacionalidade, que, para ser construída necessitava da ordem, disciplina e ensino do civismo. Campanhas e movimentos foram elaborados e debatidos em defesa da escola primária, vista como base da nacionalidade – o combate ao analfabetismo relacionava-se, assim, ao ensino do civismo (RIBEIRO, 2003, p. 83).

O Brasil atravessava a fase do “entusiasmo pela educação” – os problemas nacionais seriam equacionados pela educação (NAGLE, 2001, p.135). Em seguida a essa fase, mas associada a ela, a educação passou a ser visualizada de forma mais ampla, com o foco centrado no “pedagógico”, na “doutrina”; passava-se à fase do “otimismo pedagógico” (idem). Para Carvalho (2003, p. 41) “na passagem do entusiasmo para o otimismo se teria produzido no movimento uma crescente dissociação entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos”.

No ideário republicano as cidades eram visualizadas como centro de progresso, de avanço cultural e sua população deveria ser educada, ordeira, laboriosa, preparada para a nova realidade idealizada. A população em crescimento era vista como sinal de desenvolvimento econômico, desde que não oferecesse perigo à ordem e a paz.

Entretanto, a ideia de educar o povo para que o país progredisse, não foi acompanhada por ações que dessem concretude à teoria. Os projetos pedagógicos implantados excluía a maior parte da população em idade escolar, que se concentrava em regiões periféricas das cidades ou rurais. O comportamento das elites evidenciou a contradição entre seus discursos liberais, de expansão da

---

<sup>12</sup> A Liga Nacionalista representa uma proposta para a instrução popular. Criada em São Paulo, em 1917, durante a greve geral na capital e muitas cidades do interior. A Liga instituiu cursos noturnos de ensino primário e organizou um curso anual de conferências cívicas para adultos (MORAES, Carmem Sylvia Vidigal, 2001, p. 171).

escolarização, e suas práticas políticas, que procuravam favorecer os grupos que apoiavam as bases de sustentação dos governos oligárquicos.

No Estado de São Paulo foi bastante evidenciada a preocupação com a referência visual das escolas: as construções imponentes, em áreas centrais, para dar visibilidade pública e, portanto, apoio político à elite governante. Os edifícios também deveriam refletir a importância da profissão do professor, ser amplos, arejados e iluminados, além de receberem materiais escolares adequados aos princípios pedagógicos dos países mais desenvolvidos. Esses grupos escolares atendiam à clientela de classes mais abastadas, moradora dos centros da cidade, contrastando com as práticas das escolas isoladas, quando havia, frequentadas por crianças mais pobres.<sup>13</sup>

Associado à defesa da escolarização, o ensino passou por várias reformas nacionais e regionais que atingiram o ensino primário e principalmente o secundário, frequentado apenas pelas elites.

Foram várias as reformas realizadas na organização escolar – Código Eptácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), e um pouco mais tarde, a Reforma Luis Alves/Rocha Vaz (1925).<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Grupos Escolares – constituídos por classes agrupadas em um só prédio, divididas por série e sexo; criados no estado de São Paulo a partir de 1894. Escolas Isoladas – classes multisseriadas, mistas, localizadas em regiões periféricas ou rurais.

<sup>14</sup> Reforma e Código Eptácio Pessoa – equiparou os colégios estaduais e particulares ao Colégio Pedro II (Ginásio Nacional), exigindo rigorosa fiscalização em todo o ensino secundário nacional, gerando resistência, pela desconfiança que se tinha em relação ao ensino privado. Substituiu, gradativamente, os preparatórios pelo regime seriado (seis séries). Permitia a matrícula em qualquer série, por meio de exames. As escolas tinham direito de conceder certificados para matrículas nos cursos superiores, fato que levou ao fracasso da reforma e o baixo nível do ensino, com a “fabricação de certificados” (SILVA, 1969, p. 258-268).

Reforma Rivadávia – Cf capítulo O Cenário Sorocabano

Reforma Carlos Maximiliano – caracterizou-se pela volta à educação sob controle do Estado ampliando a fiscalização e normatização pelo Estado em todos os níveis de ensino e tornando rígidas as normas para equiparação. Os alunos de escolas particulares deveriam fazer exames em instituições oficiais, para terem os certificados de preparatórios necessários à inscrição no exame vestibular, também instituído. Apesar da rigidez, Maximiliano criticava a uniformidade, que era contrária à liberdade e ao progresso; valorizava a diversificação da educação nacional, a autonomia e a flexibilidade das instituições. A reforma foi prejudicada por alguns fatores, entre eles: o decreto de 1916, que autorizou os colégios particulares localizados em cidades onde não houvesse colégio equiparado, a submeter seus alunos a exames preparatórios perante bancas organizadas nos próprios estabelecimentos – era o surgimento da “indústria de preparatórios”; o “decreto da gripe”, de 1918, que facilitou a obtenção de certificados de preparatório sem exame e, até mesmo, a dispensa do exame vestibular (SILVA, 1969, p.273-280).

Reforma Luis Alves/ Rocha Vaz – assinada após amplos debates e relacionada à participação federal na ampliação do ensino primário, bem como à estruturação do sistema nacional de educação. O

A visualização da escola primária como solução dos problemas nacionais repercutiu, também, nas transformações do ensino normal, visando sua adequação ao ensino elementar. Projetos, capacitações de pessoal, novos materiais didáticos e vinda de professores estrangeiros que atuavam como modelos foram algumas das medidas tomadas para esse fim. O ensino técnico-profissional, dirigido às classes com menor poder aquisitivo, passou a ser pensado, com o objetivo de preparar os brasileiros para a nova realidade econômico-social vigente, pela necessidade de inserção do país no capitalismo, além da competição com o elemento estrangeiro (imigrante).

As reformas regionais foram empreendidas pelos estados, na tentativa de solucionar os problemas educacionais do país, e foram organizadas por alguns nomes representativos no campo da educação, já influenciadas pelos modelos da “educação nova”<sup>15</sup> e de certa forma significando um movimento renovador.

A reforma paulista de 1920, proposta por Sampaio Dória, merece ser citada por ser singular e adotar medidas consideradas radicais para os padrões da época: o ensino primário gratuito e obrigatório passou a ter a duração de dois anos, com matrícula inicial aos nove anos; os programas foram concentrados (ou reduzidos), para adequação ao período de escolarização.

A reforma foi justificada por fatores como o grande número de analfabetos, orçamento insuficiente para construção de novas escolas e o compromisso democrático e republicano de dar instrução para todos, sem privilegiar as classes mais abastadas, colocando em prática a ideia da universalização do ensino primário (NAGLE, 2001, p. 267).

Para esse autor a reforma “foi uma das mais incompreendidas por que passou o ensino na década de 20” (NAGLE, 2001, p. 271). Destaca que, apesar das

---

ensino secundário deveria ser considerado não apenas como preparo para o superior, mas como preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que fosse a profissão escolhida. O ensino passou a ser seriado, durando 6 anos, com a intenção de substituir o sistema de preparatórios, não sendo permitida a passagem de uma série a outra sem aprovação nas disciplinas do respectivo ano. Os concluintes recebiam o grau de bacharel em ciências e letras. Em razão do aumento do número de estudantes e da falta de escolas idênticas ao Pedro II, foi permitida a adoção de juntas examinadoras, idôneas, em estabelecimentos particulares, que deveriam seguir o programa do Pedro II. A reforma preparou a implantação do ensino secundário como curso regular (SILVA, 1969, p.280-285).

<sup>15</sup> Reformas estaduais: São Paulo.1920 (Sampaio Dória); Ceará, 1922/23 (Lourenço Filho); Rio Grande do Norte, 1925/28 (José Augusto); Distrito Federal, 1922/26 (Carneiro Leão); Pernambuco, 1928 (Carneiro Leão); Paraná, 1927/28 (Lysímaco da Costa); Minas Gerais, 1927/28 (Francisco Campos); Distrito Federal, 1928 (Fernando Azevedo); Bahia, 1928 (Anísio Teixeira) (Romanelli, 1999, p. 129).

falhas, deve ser considerada a capacidade de Sampaio Dória para “quebrar velhos padrões de pensamento e de realização”, visando a defesa de princípios doutrinários republicanos e democráticos em vigor, “reunidos ao novo ideário das correntes nacionalistas de pensamento – que apresentavam significativa compreensão da natureza política do processo de escolarização primária”

Para Romanelli (1999, p. 43) as reformas “representam o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação”. Entretanto, traduziram um período crítico, mas com profusão de novas ideias que contestaram os padrões educacionais estabelecidos durante longos anos (Romanelli, 1999, p.124). O pensamento pedagógico fragmentou-se e favoreceu o surgimento de doutrinas que se abrigavam no movimento da “Escola Nova”, causando interpretações as mais diversificadas. A efervescência e o emaranhado de ideias se refletiam na curta duração e na instabilidade doutrinária das reformas, que, entretanto, proporcionaram a possibilidade do enfoque dos problemas educacionais, quando da discussão dos problemas sociais.

Sobre a situação educacional brasileira no final do século XIX e anos iniciais do século XX, devem ser feitas algumas considerações.

A organização escolar foi condicionada pela realidade sócio-econômica e política. A dependência brasileira à economia exterior reforçava a dependência cultural, que era traduzida pela

falta de capacidade criativa e atraso constante e cada vez mais profundo em relação ao criador que serve de modelo. Representa, ainda [...] um idealismo estreito e inoperante ao formar um pessoal sem a instrumentação teórica adequada à transformação da realidade em benefício de interesses da população como um todo e não de interesses de uma pequena parte dela (RIBEIRO, 2003, p. 80).

Ainda de acordo com a autora, as reformas não atingiam resultados positivos e duradouros, pois eram idealizadas tendo como base os problemas apresentados pelo modelo anterior desconsiderando os problemas reais. Estes, apenas se agravavam e na prática, os profissionais tentavam soluções com ações improvisadas.

O problema do analfabetismo, além de não ser solucionado, se agravou. De acordo com Ribeiro, (2003, p. 81), citando dados do Anuário Estatístico Brasileiro,

em 1900 o Brasil possuía 17.388.434 de habitantes, dos quais, 75% eram analfabetos. Em 1920, a população aumentou para 30.635.605, permanecendo os mesmos 75% de analfabetos, mas aumentando em números absolutos.

O ensino primário para a camada popular não atendia à demanda existente e o ensino médio, de caráter propedêutico, e o superior eram frequentados apenas pelas camadas dominantes. Essa realidade educacional, reprodução do Período Imperial, tinha continuidade no início da República – o trabalho físico, próprio das camadas inferiores, era considerado degradante; o ócio era valorizado.

Havia razões para a permanência desse modelo educacional. As classes urbanas com alguma posse aspiravam ao mesmo modelo escolar, ideal para as classes socialmente mais elevadas, os latifundiários, até para poder ascender socialmente. Também, devem ser levadas em consideração a dualidade de sistemas de ensino e a dualidade de ensino escolar. A Constituição de 1891 responsabilizou a União pelo ensino secundário nos Estados e no Distrito Federal e pelo ensino superior nos Estados; delegou aos Estados a resolução dos problemas do ensino primário, e, também na prática, deveria criar escolas profissionais (normais e técnicas).

Essa dualidade de sistemas de ensino cristalizou o que já vinha de longa tradição imperial: a separação entre educação para o povo (primária, quando havia e profissional) e educação para as elites (secundária e superior). (ROMANELLI, 1999, p. 41-45).

Entretanto, um novo contexto sócio-econômico estava se formando. As cidades cresciam, assim como o comércio e a indústria, dando origem, além da burguesia industrial, à pequena burguesia representada por comerciantes em ascensão, às camadas médias de intelectuais e ao proletariado, que, embora incipiente, ensaiava sua defesa por melhores condições de vida.

Apesar desse fato, a educação oferecida continuou, por muito tempo, a ser aquela que atendia às necessidades das classes dominantes, ou seja, literária, livresca, elitista, destinada à manutenção dos privilégios da oligarquia. Somente após a I Guerra Mundial, com a crescente industrialização e urbanização o aumento da demanda escolar passou a ser bastante significativo (ROMANELLI, 1999, p. 41-45).

Assim, apesar da cruzada nacional pela alfabetização, representada pelos movimentos das várias tendências, pelas campanhas, reformas e construção de

escolas, grande parte da população continuou marginalizada; as manifestações urbanas, principalmente dos trabalhadores, refletiam seu descontentamento e a organização escolar vigente também passou a ser questionada.

### **2.3.1 A educação no movimento operário**

Conforme visto acima, grande parte da população brasileira, urbana ou rural, era excluída das escolas, apesar do movimento em favor da alfabetização. Entre essa população marginalizada, estavam os trabalhadores fabris, atraídos às cidades e que não compartilhavam os mesmos ideais republicanos. O ideal de expansão da escola primária visava, também, controlar os operários que, para além das reivindicações trabalhistas, lutavam pela educação de seus filhos.

Nesse aspecto a alfabetização se apresentava como “a questão nacional por excelência”, no dizer de Sampaio Dória, futuro autor da reforma da instrução paulista, de 1920 (CARVALHO, 2003, p. 36). Ainda citando a autora, os republicanos, que inicialmente viam no imigrante um meio de melhorar a “raça brasileira”, passaram a vê-lo como ameaça ao “caráter nacional”. Assim, a alfabetização possibilitaria a assimilação do estrangeiro, que deixaria de representar uma ameaça à nacionalidade, além de valorizar os brasileiros, pois, de acordo com Sampaio Dória “ou o Brasil manteria o “cetro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura dos seus filhos”, ou seria “dentro de algumas gerações absorvido pelo estrangeiro que para ele afluí” (CARVALHO, 2003, p. 36).

Demonstrando sua insatisfação com a educação tradicional oferecida, grupos de operários e imigrantes mais engajados politicamente, introduziram modelos escolares não institucionalizados, como as propostas pedagógicas socialistas e anarquistas, as escolas racionais, livres, que pretendiam oferecer aos filhos dos trabalhadores uma educação liberta das influências religiosas e burguesas.

Muitas escolas foram criadas pelas ligas e sindicatos operários: Escola Moderna 1º de Maio, Rio de Janeiro (1908); Escolas Modernas de São Paulo (fundadas por João Penteado (1910) e Florentino de Carvalho (1912); Escola Eliseu Reclus, de Porto Alegre (1913); Escola Moderna nº 1, em São Paulo, dirigida por João Penteado (1918); Escola Moderna nº 2, dirigida por Adelino de Pinho (1918);

Escola Racionalista Francisco Ferrer, Belém do Pará (1920); Escola da Liga Operária de Sorocaba (1911), entre outras que funcionaram por todo o Brasil (Rodrigues, 1972, p. 448).

Em relação às propostas da educação anarquista

Podemos dizer, acertadamente, que o objetivo primordial da educação anarquista é a *liberdade*, é formar indivíduos livres, conscientes, capazes de uma vida solidária em sociedade (GALLO, 1995, p. 31; grifo do autor).

As concepções de educação para a liberdade estão contidas nos escritos anarquistas, que

[...] Abrem-se em duas frentes: por um lado, a crítica ao sistema de ensino praticado no capitalismo; por outro, uma discussão em torno de novas bases e objetivos libertários para a educação. A primeira questão está presente em todos os grandes teóricos do anarquismo, como Proudhon, Bakunin, Kropotkin ou Malatesta, por exemplo; a segunda, além de aparecer de forma mais teórica nesses mesmos autores, ganhou o colorido de métodos e práticas através da ação de educadores libertários, como Paul Robin, Sebastien Faure ou Francesc Ferrer y Guardia e suas experiências pedagógicas (GALLO, 1995, p. 31-32).

Caracterizando minimamente a educação libertária, verifica-se que o modelo educacional vigente, identificado com a ideologia burguesa, deveria ser substituído por uma instrução racional, científica e laica. A educação libertária tinha como objetivos o desenvolvimento da solidariedade, a libertação da criança do ensino fundamentado no misticismo e na influência política.

A pedagogia libertária era aplicada em “escolas operárias”, “escolas modernas”, sendo seu principal incentivador, Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909), fundador da Escola Moderna de Barcelona. Após seu fuzilamento, em 1909, expandiram-se as escolas de ensino racionalista; surgiram as “escolas modernas” nos anos 10, fundamentadas no modelo da Escola Moderna de Barcelona.

Essas escolas recebiam contribuições das famílias, de acordo com suas condições financeiras, pois não eram financiadas pelo Estado ou Igreja. Deveriam desenvolver a coeducação sexual e social; preocupavam-se com a instrução racional e científica e com a higiene e saúde das crianças. A educação não deveria ser repressora; não deveriam existir exames, prêmios ou castigos e os professores deveriam ser preparados na prática para esse tipo de trabalho. Além das classes

diurnas, foram instituídos os cursos noturnos para trabalhadores ((TRAGTENBERG, 1978, p. 27-32).

Deve ser lembrado que as escolas livres, que pretendiam desenvolver nas crianças um “espírito revolucionário”, vinham de longa tradição francesa: seu anticlericalismo, a racionalização e universalidade foram defendidos nas revoluções de 1848 e na Comuna de Paris, quando também foi defendido o ensino gratuito, obrigatório e completo para todos. (LEONARDI; HARDMAN, 1991, p. 259).

No mapeamento apresentado por Edgar Rodrigues sobre jornais, teatros e escolas operárias foi constatado o funcionamento de Escolas Livres ou Modernas, ou de Ensino Profissional, em vários pontos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Santos, Campinas e Sorocaba. (RODRIGUES, 1972, p. 448). A expansão da pedagogia libertária foi contida pela repressão ao movimento operário e a expansão do ideário da pedagogia nova, nos anos 20.

Quanto à educação socialista, é sabido que Marx e Engels não produziram escritos específicos sobre educação e ensino. As ideias, sobretudo as marxistas, apresentam-se esparsas e relacionadas aos estudos filosófico-políticos ou sócio-econômicos. Em sua obra *O Capital*, na parte intitulada “A Maquinaria e a Indústria Moderna”, Marx faz um amplo relato sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças na tentativa de adequação do trabalho às 150 horas de frequência à escola primária, obrigatórias pela lei inglesa no século XIX; relata, também, as medidas que os empregadores adotavam para burlar a lei e a incapacidade dos professores para o ensino das crianças trabalhadoras.

Nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1868 (Congresso de Bruxelas) Marx afirma que a instrução das crianças, idealmente, deveria ser iniciada antes dos nove anos, mas, considerando as reais condições de vida dos operários, a criança, a partir dos nove anos poderia ser empregada, desde que o trabalho produtivo pudesse ser combinado com a educação. Para Marx a educação compreende:

1-Educação intelectual

2-Educação corporal

3-Educação Tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX e ENGELS, 1992, p. 60).



No mesmo documento afirma que a educação deveria ser dada dos 9 aos 18 anos, incluindo a educação intelectual, corporal e politécnica; as escolas politécnicas deveriam ser mantidas, em parte, com a venda de seus produtos. De acordo com sua concepção

Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevará a classe operária acima das classes burguesa e aristocrática (MARX E ENGELS, 1992, p. 59-60).

A cultura técnica (formação geral e técnica) seria a base da autonomia do operariado no processo de produção. O ensino politécnico prepararia o operário para atuar no processo administrativo e, também, no produtivo, mais mecanizado (NOGUEIRA, 1993, p. 20).

Sobre a questão do ensino estatal ou privado, Marx declara no Conselho Geral da AIT, de 1869 (Congresso da Basiléia)

[...] Por ensino estatal entende-se aquele que está sob o controle do estado. No entanto, a intervenção do Estado não é absolutamente indispensável. [...] O ensino pode ser estatal sem que esteja sob o controle do governo. O governo pode nomear inspetores, cujo dever consistirá em vigiar para que a lei seja respeitada, sem que tenham o direito de intrometer-se diretamente no ensino. (MARX E ENGELS, 1992, p. 97).

Na Crítica ao Programa de Gotha<sup>16</sup>, de 1875, Marx refuta a proposta do Programa do Partido Operário Alemão de “Educação popular geral e igual a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita” (MARX & ENGELS, s/d, p. 222). Afirma não acreditar na possibilidade de uma educação igual para todas as classes, pois as classes mais altas teriam de “conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário assalariado, mas também do camponês”.

Quanto à educação popular a cargo do Estado declara

---

<sup>16</sup> Congresso de Gotha - reunido entre 22 e 27/05/1875, em Gotha. As duas organizações operárias alemãs existentes: o Partido Operário Social-Democrata e a Associação Geral dos Operários Alemães apresentaram um programa para formação de uma única organização – o Partido Socialista Operário da Alemanha. Fonte: MARX & ENGELS, s/d, p. 2005).

Isso de “educação popular a cargo do Estado” é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino, etc., e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja. Sobretudo no Império Prussiano-Alemão (e não vale fugir com o baixo subterfúgio de que se fala de um “Estado futuro”; já vimos o que é este), onde, pelo contrário, é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa. (MARX, vol.2, s/d, p. 223).

Considerando-se essas afirmações podemos entender que a educação era essencial para que os operários obtivessem melhores condições de trabalho e de vida; a formação politécnica, integral era bastante valorizada. Quanto às escolas, deveriam ser criadas e mantidas pelo Estado, mas sua gestão deveria distanciar-se de sua influência, assim como a da Igreja.

Procurou-se, a seguir, verificar nas reivindicações formais, como programas debatidos em congressos, ligas operárias, a existência de reivindicações sobre educação e como os trabalhadores a visualizavam.

## **2.4 As organizações operárias e a educação**

No estudo do papel desempenhado pelo movimento operário na história da educação do município de Sorocaba, no período de 1889 a 1920, constatou-se que essas organizações, ao lado das lutas centradas nas questões trabalhistas, participaram das lutas pela escolarização travadas nesse momento histórico brasileiro da passagem do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial, processo que provocou a reestruturação da ordem social. Como foi visto, com a nascente industrialização, a imigração, a urbanização e o crescimento do operariado, novas medidas deveriam ser tomadas: saneamento básico nas cidades, construção de moradias, elaboração de leis trabalhistas, embora incipientes, necessidade de integração dos imigrantes à sociedade, preparo de mão-de-obra para o novo tipo de trabalho, e outras. Aos poucos, o campo social foi passando por

transformações, criando condições para a necessária reestruturação do setor educacional. Lembrando-se que, na concepção republicana, a reforma da sociedade deveria ser iniciada pela reforma do homem, tendo como centralidade a escola.

Nesse contexto, ao lado do estudo das reivindicações veiculadas pela imprensa operária, rotineiramente ou em períodos de agitação, como as greves, torna-se importante a busca de indícios que possam concorrer para o desvelamento da percepção do operariado brasileiro sobre a educação escolar: Como era visualizada a educação, ou instrução, particularmente a escolar, pelo operariado brasileiro? A educação constituía-se em objeto de preocupação dos operários? Qual foi o tratamento dado ao assunto pelas organizações operárias?

Nessa busca procurou-se analisar documentos produzidos em momentos que, presumivelmente, proporcionaram maior reflexão, como temas discutidos em congressos operários, círculos, clubes, ligas, programas de partidos e outras formas organizativas.

O estudo, aqui registrado, fundamenta-se em documentos resultantes de acontecimentos significativos para o movimento operário, produzidos em diferentes partes do país e em diferentes momentos do período delimitado para a pesquisa. Objetivando visualizar a percepção do operariado e a importância dada à educação foram selecionados alguns documentos pesquisados em jornais, arquivos, ou encartados em livros, constatando-se que a questão educacional, ao menos no plano formal, constou dos programas de partidos, centros e congressos operários, desde o início do Período Republicano.

Assim, serão vistos programas apresentados e discutidos em algumas organizações consideradas representativas do movimento operário e que tiveram a preocupação de incluir o tema “educação” em seus debates: Centro Operário Radical, de 1892; Partido Socialista do Rio Grande do Sul, de 1897; o Congresso Socialista Brasileiro, de 1902; Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906; União dos Operários em Fábricas de Tecidos, de 1907; Segundo Congresso Operário Estadual de S.Paulo, de 1908; Quarto Congresso Operário, de 1912; Segundo Congresso Operário, de 1913; Partido Comunista do Brasil, de 1919; Partido Comunista, de 1922.

Em agosto de 1892, foi instituído no Rio de Janeiro, o Centro Operário Radical. Seu Programa estabelecia dezesseis reivindicações, como repressão à usura, proibição do trabalho aos menores de 14 anos, diminuição da jornada de

trabalho, justiça gratuita, leis de proteção à velhice, reconsideração do estado civil da mulher, elevação moral da família, repressão dos vícios, educação dos costumes, entre outras (CARONE, 1973, p. 221-222).

A reivindicação nº 7 enfocava a necessidade de “Reforma do ensino. Instrução primária obrigatória. Doutrinação nas escolas da moral utilitária e fraternal” (CARONE, 1973, p. 222). Tal reivindicação demonstra a preocupação com a melhoria do ensino, que pretendiam fosse reformado, além da obrigatoriedade da instrução primária, associada à proibição do trabalho infantil, representando um grande avanço para a época. A proibição do trabalho das crianças constou de alguns programas, como será visto adiante. Sobre o Centro Operário Radical não foram encontradas outras informações, sabendo-se apenas que o autor do Programa foi Gustavo de Lacerda<sup>17</sup> (CARONE, 1973, p. 382).

No Rio Grande do Sul, em 1897, foi fundado o Partido Socialista do Rio Grande do Sul. No manifesto que antecede o programa do partido são expostos os problemas enfrentados por uma sociedade burguesa, como o militarismo, o poder do Estado, a desordem econômica e social e outros, que seriam solucionados pela adoção do socialismo.

O programa, progressista, previa a liberdade de imprensa; direito de voto e elegibilidade da mulher; abertura de postos de saúde para os pobres, funcionando dia e noite; dia de trabalho de 8 horas, proibição de trabalho aos menores de 14 anos. Em relação à educação o partido lutaria na defesa de

VI- Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, e além disso vestuário e alimentação, a expensas do estado, para os filhos das classes pobres (CARONE, 1973, p. 227).

O programa enfatizava a necessidade de educação gratuita para os trabalhadores, destacando o que seria uma preocupação futura, a necessidade da instrução profissional, como vimos anteriormente. Pode-se, talvez, visualizar nessa reivindicação sobre instrução, uma proposta de implantação de uma “bolsa-

---

<sup>17</sup> Gustavo de Lacerda (1853-1912). Catarinense, “ingressou na Escola Militar, do qual foi desligado por suas ideias republicanas e socialistas, indo para a tropa”. “Modesto de aparência e de posses”, foi guarda-livros e depois jornalista, no Rio de Janeiro. Lutava pela “transformação do panorama econômico e moral dos proletários intelectuais”. Participou de movimentos operários e do Centro Operário Radical em 1892. Pretendia organizar um sindicato de jornalistas, fundando a ABI, Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 1908, na sede do jornal *O País* onde era repórter (SODRÉ, 1998, p. 308-310).

educação” para os mais carentes. Novamente, é importante notar a intenção de eliminação do trabalho infantil.

Em 1902, nos dias 28 de maio a 1º de junho, foi realizado em São Paulo o Congresso Socialista, que resultou no 2º Partido Socialista Brasileiro (CARONE, 1973, p. 229). De acordo com Koval, esse seria o II Congresso dos Socialistas, que “passaram a chamar a partir de então a sua organização de Partido Socialista Brasileiro” (KOVAL, 1982, p. 96).

Os participantes do “segundo congresso socialista brasileiro”, conforme registro publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 28-08-1902, p. 03, delegaram ao Conselho Geral “a incumbência de organizar, sob os pontos de vista econômico e político, o Partido Socialista Brasileiro, em harmonia com o socialismo científico”.

De acordo com o Manifesto, datado de 26-08-1902 e dirigido “aos habitantes do Brasil, especialmente aos proletários”, o Partido teria a função de aglutinar as diferentes agremiações socialistas já organizadas no país. O Conselho tinha também a incumbência de fazer executar os “Programmas Maximo e Mínimo, naquela reunião discutidos e votados”.

O “Programma Maximo” expunha os problemas causados pelo capitalismo e incentivava a organização do proletariado em partido de classe, indicando formas de luta contra a exploração da classe dominante

O “Programma Mínimo”, continha 36 reivindicações objetivas, como: estabelecimento do máximo de 8 horas de trabalho para os adultos, de 6 horas para os menores entre 14 e 18 anos, além da proibição do trabalho aos menores de 14 anos; igualdade de retribuição para ambos os sexos; direito de voto para todos os cidadãos (incluindo as mulheres), a partir dos 18 anos; reconhecimento do direito de greve; estabelecimento de pensão aos operários inválidos e aposentadoria aos 60 anos; gratuidade no atendimento médico, compra de remédios e fornecimento de luz e água para todos, por conta dos municípios; reconhecimento do direito de cidadãos brasileiros a todos os estrangeiros com um ano de residência no país. (Partido Socialista Brasileiro, 1902).

Sobre educação, o “Programma Mínimo”, no item 9 registrava a necessidade de oferta de

Instrução laica e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, nos casos em que seja necessário a manutenção dos educandos. Que o governo providencie para a criação de escolas rurais e profissionais para todos os operários e de escolas nocturnas para os adultos. (Partido Socialista Brasileiro, 1902)

Previa, portanto, a oferta da instrução pelo poder público e não pelos sindicatos ou outra organização de iniciativa dos trabalhadores; os menores de 14 anos, proibidos de trabalhar, teriam instrução escolar obrigatória. A proibição do trabalho infantil, já reivindicada em reuniões operárias anteriores, ganhou força por constar do programa de um partido que se pretendia nacional.

Deve ser lembrado que uma das bandeiras do operariado, divulgada pela imprensa, pelos movimentos grevistas, programas de associações, era a diminuição das horas de trabalho das crianças e não particularmente sua eliminação, o que permitiria a frequência à escola nas horas disponíveis. O Programa defendido em 1902 contrapunha-se, assim, às ideias marxistas sobre o trabalho das crianças a partir dos nove anos, desde que educação e trabalho estivessem combinados, como visto anteriormente neste escrito. Deve-se notar também o significativo valor social e político das reivindicações, além do esforço para a integração do imigrante na sociedade brasileira, naquele momento de expansão do nacionalismo.

Com a disseminação das organizações locais foi sentida a necessidade de união para fortalecimento do movimento operário, tendo em vista a resistência e estratégia de ação contra o capitalismo. Foi então organizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado na sede do Centro Gallego, à rua da Constituição, 30 e 32, no Rio de Janeiro, no período de 15 a 20 de abril de 1906, do qual resultou a instituição da Confederação Operária Brasileira (COB), formada por Federações nacionais de indústria ou de ofício, Uniões locais ou estaduais de sindicatos e sindicatos isolados (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 42).

Os assuntos discutidos foram divididos em três grupos: Sobre Orientação, Sobre Organização e Sobre Ação Operária, este, o mais extenso, com 14 temas. O Tema 7 discutiu a

Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos e quaes os meios de que deve lançar mão para esse fim?

Após os debates a decisão foi

Considerando que o ensino oficial tem por fim inculcar nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que o próprio operário tem interesse em formar livremente a consciência de seus filhos. O Congresso aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber sempre que tal seja possível; e, quando os sindicatos não o possam fazer cada um per si, deve a federação local tomar conta do encargo. (Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, 1906).

A decisão caracteriza a proposta reivindicativa de uma educação laica, com instrução racional, baseada na liberdade e na libertação da criança do ensino identificado com a ideologia burguesa. Caracteriza, também, a outorga aos sindicatos e federações, da responsabilidade da oferta e manutenção da educação escolar aos filhos dos operários, demonstrando a influência do anarco-sindicalismo.

Empresários da indústria têxtil, da capital e do interior do Estado de São Paulo, reuniram-se em 1907, com o propósito de estabelecer uma ação conjunta de enfrentamento ao crescente movimento dos operários. As decisões tomadas incluíam o atendimento das reclamações, na medida de seus interesses, bem como a necessidade de controlar a imprensa, que deveria evitar notícias sobre as greves, com comentários “pomposos” ou exagerados, para não suggestionar o operariado.

Foi decidido, também, que uma comissão eleita trataria da criação do Centro Industrial, para defesa dos interesses empresariais e, também, intermediaria junto ao governo para garantir o trabalho aos que não participassem das greves, valores salariais e outros. Nessa reunião participaram representantes das fábricas Votorantim e Campos, Kenworthy & C., de Sorocaba, entre outras importantes da capital. Outros industriais aderiram à iniciativa por meio de telegramas e cartas, como Oeters, Speers e C. e Fonseca, Filho e C., ambas firmas de Sorocaba (PINHEIRO; HALL, 1981.p. 158-158).

Contraopondo-se à iniciativa dos empresários, os operários da indústria têxtil reuniram-se em São Paulo, sob a liderança dos trabalhadores da fábrica Maria Ângela, e propuseram a criação da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Elaboraram um documento em resposta aos argumentos patronais, nele registrando as “Nossas Aspirações”, divididas em: Econômicas, Políticas, Econômico-higiênicas e Intelectuais. Nestas, os trabalhadores aspiravam

10º- A cessão por parte da empresa, de uma casa apropriada, para nela instalarmos uma escola – de trabalhadores, criada e dirigida por trabalhadores, para trabalhadores. (PINHEIRO; HALL, 1981.p. 130).

Evidencia-se que, mesmo dependendo do auxílio material por parte dos empresários, os operários não desejavam interferências de qualquer setor no que se refere à educação, que ficaria sob seu controle exclusivo.

Em 1908, realizou-se o Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, após a Greve Geral de 1907, iniciada em São Paulo e que se espalhou pelo país. Essa primeira grande greve do período republicano reivindicava a jornada de 8 horas diárias de trabalho, assim como era um protesto contra os baixos salários.

Durante o Congresso, realizado entre os dias 17 e 19 de abril de 1908, foram discutidos temas propostos pelos participantes, Ligas, Uniões e Sindicatos.

Entre outras, a questão discutida no tema nº 22 foi: “Será útil a instituição de escolas livres para os meninos até 14 anos de idade e quais os meios para lhes garantir o funcionamento”?

Os participantes concordaram sobre a “necessidade de livrar os nossos filhos do ensino ultrapatriótico do Estado e das mentiras do ensino religioso”; discordaram sobre a conveniência de funcionarem no sindicato ou fora dele. Ao final foi aprovada a moção

Considerando que de maneira alguma se pode negar a utilidade da criação de escolas livres; que, porém, o funcionamento das mesmas pode variar de conformidade com o ambiente e os meios de que os sindicatos dispõem; o Segundo Congresso Operário Estadual opina que os sindicatos e as federações operárias se façam iniciadores da fundação de escolas livres resolvendo internamente a respeito da forma que devem as mesmas adotar pelo seu funcionamento (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 105-106); (RODRIGUES, 1969, p. 245).

Conforme registrado em alguns congressos anteriores, federações e sindicatos deveriam se responsabilizar pela educação das crianças, ficando livre a escolha do local e as formas de funcionamento das escolas. As referências à responsabilidade dos sindicatos denotam influência do anarco-sindicalismo; as “escolas livres” eram as escolas geralmente inspiradas nos princípios da educação anarquista.



É interessante registrar também a discussão do Tema 7, proposta pelo Sindicato dos Funileiros de Santos: “Não seria de utilidade a criação de uma universidade operária para ilustração e educação do proletariado?”

De acordo com os congressistas, primeiramente era necessário combater o desinteresse do operariado pela instrução, sendo importante a criação de aulas noturnas, fundação de uma revista, como a já existente na Universidade de Milão. A moção aprovada foi

Considerando que não se pode negar a utilidade de uma universidade operária para ilustração do proletariado; que, porém, o ambiente não permite atualmente que o funcionamento da mesma possa ser posto em prática, dado o espírito do proletariado local e a sua pouca dedicação aos estudos; o Congresso Operário, aceitando por princípio a utilidade de uma universidade operária, opina que os sindicatos operários procurem auxiliar o desenvolvimento intelectual do operário aproveitando os meios ao seu alcance e, particularmente, organizando, nos limites do possível, um curso de conferências científicas” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 90-91).

O 4º Congresso Operário ocorreu entre os dias 7 e 15 de novembro de 1912, no Palácio Monroe, Rio de Janeiro. Patrocinado pelo Presidente Hermes da Fonseca, foi organizado por seu filho, deputado Mario Hermes. O Congresso seria uma tentativa de controlar as organizações e manifestações operárias recorrentes por todo o país, sendo considerado como o início da política “peleguista” no Brasil (CARONE, 1973; KOVAL, 1982; RODRIGUES, 1969); dele resultou a criação da Confederação Brasileira do Trabalho.

Entre as questões propostas para os debates constava: “**C**) conseguir instrução primária obrigatória”. Associada à questão estava a luta pelas 8 horas de trabalho e a regulamentação do trabalho dos menores nas fábricas. (RODRIGUES, 1969, p. 320).

O Congresso de 1912 não foi reconhecido por muitas associações operárias, que acusaram seus organizadores de serem elementos estranhos aos trabalhadores, não representando, portanto, seus interesses.

A Federação Operária do Rio de Janeiro, de acordo com várias federações e associações de classe, organizou o Segundo Congresso Operário (a denominação foi dada pelos organizadores), realizado entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro.

As discussões seguiram a linha sindicalista-revolucionária (já vista anteriormente), presente no congresso de 1906, reconhecido como o primeiro congresso operário brasileiro. Os assuntos foram organizados em 24 temas, que incluíam : princípios do socialismo anarquista nas organizações operárias; salário mínimo; organização dos trabalhadores rurais; imprensa operária; “sindicalismo católico”, entre outros.

O tema nº 17 discutiu a “Educação e instrução das classes operárias”. Após considerações sobre a nefasta influência da igreja, da aristocracia e da burguesia, que pretendiam manter o povo na ignorância para explorá-lo, o Segundo Congresso Operário Brasileiro

Aconselha aos sindicatos e as classes trabalhadoras em geral, tomando como principio o metodo racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritario promovam a criação e vulgarização de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artistica, revistas, jornais, promovendo conferencias e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc...etc...( Resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, 1913).

O congresso colocou-se claramente contra a influência burguesa e religiosa e favorável à criação de escolas racionais, característica da educação anarquista. A moção demonstra, também, preocupação com outros meios de instrução do trabalhador, além da educação formal, escolar, sempre objetivando a preparação do operário para a resistência à sociedade burguesa.

Em 1919, foi criado o Partido Comunista do Brasil pelos anarquistas José Oiticica e Edgard Leunroth e em 1922 foi criado o Partido Comunista de modelo russo (CARONE, 1973.p. 257). No programa do partido de 1919, sobre educação, constam:

- 28- A educação deve obedecer a seguinte ordenação psicológica: até os sete anos a criança educa as percepções; dos sete aos quatorze anos, aprende as noções; dos quatorze aos vinte e um desenvolve o raciocínio. Deve haver, pois, três graus: elementar, primário e secundário.
- 29- A educação profissional (energia de habilitação) acompanhará, gradativamente, a educação mental.
- 30-O ensino deve ser integral até aos vinte anos e garantido para todos. Os indivíduos que revelarem vocações especiais em curso superior (medicina, engenharia, pedagogia, ciências etc.)
- 31-A educação comunista visa desenvolver o mais possível a capacidade de energia de todos.
- 37-Toda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não a professora (CARONE,1973.p. 255 e 256).

Na parte referente aos “Princípios e Fins” do documento de criação do partido, assinada por José Oiticica, encontramos os argumentos sobre a valorização das “energias” pela educação:

6- As energias humanas são de cinco espécies: física (corpo são), mental (inteligência), moral (vontade), prática (habilidade), social (solidariedade).

9- As energias cósmicas devem ser todas gratuitas como o sol e o mar. A terra, energia cósmica, deve ser gratuita; condenamos, por isso, sua repartição em lotes passíveis de compra e venda.

10- O aproveitamento das energias cósmicas se faz pelo trabalho. (CARONE, 1973, p. 256).

Em outros itens destaca a importância do trabalho, afirmando que cada indivíduo deve colaborar com o máximo de trabalho útil, para viver em sociedade. O ensino, garantido para todos, proporcionaria o desenvolvimento das energias; a educação profissional prepararia o indivíduo para ser útil na sociedade. É interessante, também, destacar a importância dada à educação da mulher, que, conforme visto, deveria ter garantida a educação superior (Pedagogia).

Em 25/03/1922 foi fundada no Rio de Janeiro uma Sociedade Civil, intitulada Centro do Partido Comunista do Brasil, que seria conhecido como Partido Comunista Seção Brasileira da Internacional Comunista. Tinha como finalidade propagar no país o programa da Terceira Internacional ou Internacional Comunista<sup>18</sup>, instituída em Moscou em 1919, sob a liderança de Lênin. A Internacional foi dissolvida em 1943, no governo de Stalin, como forma de facilitar as relações com os países envolvidos na II Guerra Mundial.

O Estatuto do PCB, aprovado no Congresso Comunista realizado no Rio de Janeiro, em março de 1922, trata com detalhes da constituição e do funcionamento do partido, incluindo normas de conduta dos participantes, contribuições financeiras, dando amplos poderes à Comissão Central Executiva. Esse Estatuto foi registrado na Justiça Eleitoral e publicado no Diário Oficial da União, em 07/04/1922.

---

<sup>18</sup> A I Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores foi criada em Londres, em 28/09/1864, com a finalidade de agregar trabalhadores de vários países europeus para lutar em defesa de seus interesses. O Estatuto foi redigido por Marx (KONDER, 1998, p.120). Foi dissolvida em 1876.

A II Internacional foi instituída em 1889, em Paris, cessando suas atividades em 1914, com a I Guerra Mundial. Fonte: Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/dicionário>. Acesso em 28/12/2008.

Nos artigos 11 e 12, específicos sobre a juventude, nota-se a preocupação com a formação e organização das “juventudes comunistas”, constituídas por jovens menores de 18 anos. Os participantes desses grupos deveriam “aceitar os princípios fundamentais do Partido e adotar estatutos concordes com os mesmos, sob o controle da Comissão Executiva e dos centros” (art. 12). O artigo 39 previa que os jovens “não podem realizar atos em colaboração com agrupações alheias ao Partido sem prévia aprovação da Comissão Central Executiva”. A formação dos jovens era, assim, oferecida nos limites do próprio partido, privilegiando a ordem e a disciplina (Partido Comunista Brasileiro, 1922).

A revista “Movimento Comunista”, publicada a partir de janeiro de 1922 e transformada em órgão oficial do partido, divulgava a renovação educacional e pedagógica que estava sendo realizada na Rússia, mas não demonstrava preocupação com a educação na realidade brasileira (GHIRALDELLI JR, 1987, p.145). A revista lançou a palavra de ordem - “Organização: todos os trabalhadores para dentro dos sindicatos!”, resultando no aumento da frequência nas sedes sindicais, além de voltarem a funcionar muitas ligas, associações e uniões operárias (DIAS, 1977, p.113).

O PCB foi colocado na ilegalidade ainda no ano de 1922. Em 1927, durante alguns meses funcionando dentro da lei, o partido apresentou alguns pontos sobre educação nas plataformas políticas de seus candidatos às eleições: obrigatoriedade do ensino primário; criação de escolas profissionais para ambos os sexos; ajuda econômica às crianças mais pobres; ensino público obrigatório. O ensino profissional seria contínuo à escola primária, a “escola única”, de modelo soviético, a “educação politécnica” (GHIRALDELLI JR, 1987, p. 151).

Entretanto, de acordo com o programa do partido, o importante e acima de tudo, era a educação do indivíduo para torná-lo militante, atuante, um revolucionário comunista.

A pesquisa desses documentos aqui apresentados foi realizada parcialmente no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp (jornal *O Estado de São Paulo*, de 1902; Resoluções dos Congressos de 1906 e 1913); livros e Internet. De acordo com a finalidade proposta para o estudo dos documentos de programas de congressos e partidos, algumas evidências puderam ser encontradas no que se refere à educação.

Os operários demonstravam, por meio de suas organizações, uma preocupação constante com a educação escolar. A instrução primária era reivindicada, acompanhando o propósito nacional de expansão da escolarização, característica da Primeira República. A educação secundária, tradicionalmente um privilégio das elites, parece ser considerada como inatingível, uma vez que não era ao menos reivindicada. A educação profissional foi reivindicada seguidamente e considerada necessária à formação dos trabalhadores, para o acompanhamento do desenvolvimento industrial do país.

De maneira geral, todas as vertentes do movimento operário convergiam para alguns pontos: defesa de um ensino laico, de forma que os trabalhadores e seus filhos não fossem influenciados por questões relacionadas à religiosidade e à fé; necessidade de frequência, no mínimo, ao ensino primário; luta pela diminuição da jornada de trabalho dos adultos e, principalmente, dos menores, para que pudessem cursar as escolas, diurnas ou noturnas; a eliminação do trabalho aos menores de 14 anos apresenta-se como tendência que irá se fortalecendo gradativamente, na medida em que os operários tomavam maior consciência de seus direitos.

No que diz respeito à oferta e à manutenção do ensino, os grupos com tendências anarco-sindicalistas reivindicavam uma educação oferecida pelas associações, sindicatos; os cursos poderiam funcionar dentro ou fora deles, mas sem a interferência do Estado ou da Igreja; os grupos com tendência marxista defendiam a educação gratuita, mantida pelo Estado, que, em algumas situações, deveria também fornecer auxílio material ao aluno. Nas reivindicações desses últimos grupos, o ensino primário aparece, muitas vezes, como obrigatório.

Pode-se afirmar que a defesa da instrução caminhava paralela à cruzada nacional pela alfabetização, mas, em muitos aspectos, contrapunha-se aos objetivos de grupos representativos de interesses nacionalistas, grupos católicos, além dos empresariais. Essa defesa, associada à melhoria das condições de vida e de trabalho, para além dos programas formais, foi realizada nas ruas e fábricas, pela imprensa operária, pelas inúmeras greves, e outras formas de movimentação político-organizativas dos operários.

No que se refere ao Brasil e, principalmente, ao Estado de São Paulo, este capítulo enfocou o início da industrialização, a urbanização, a imigração e suas relações com o movimento operário, associado às necessidades e reivindicações

acerca da educação, para atendimento das novas necessidades econômicas e sociais daquele momento.

Respeitando-se as especificidades regionais e locais, procurou-se, a seguir, apresentar o cenário sorocabano e sua inserção espaço-temporal nessa realidade.

### **3- O CENÁRIO SOROCABANO**

No capítulo anterior foram abordadas as transformações que estavam ocorrendo no Brasil e, principalmente, no Estado de São Paulo. Fazendo parte do contexto histórico, Sorocaba vivenciou, em sua realidade específica, o desenvolvimento, mas, também, os problemas ocasionados pela industrialização e urbanização, os movimentos operários, suas reivindicações e greves.

Nesta segunda parte serão apresentadas algumas considerações sobre a evolução histórica da cidade; o início da industrialização, a imigração e a urbanização, assim como uma visão geral sobre a política e a situação educacional no município, no período delimitado para a pesquisa. O objetivo é o de simplificar o caminho necessário para a compreensão da terceira parte, específica sobre o movimento operário na imprensa.

#### **3.1 Breve histórico – as origens**

Sorocaba, topônimo tupi que significa terra rasgada, terra de vossorocas apresentava, no século XVI, situação geográfica privilegiada no caminho que ligava o litoral de São Paulo ao Paraguai. Por aqui passavam os índios da tribo tupi, havendo vestígios de tupiniquins, guaianazes, carijós e guaranis (Almeida, 1969, p.17).

Afonso Sardinha, português, morador de São Paulo, adentrando ao sertão à procura de ouro e prata, teria chegado à região aproximadamente em 1589, encontrando o primeiro minério de ferro do Brasil, no morro de Araçoiaba, que se tornou, de acordo com Almeida (1969, p. 18) o “marco nº 1 da siderurgia nacional”. Em 1597 já havia atividade siderúrgica em Araçoiaba. A descoberta foi importante, pois os instrumentos de ferro eram necessários e valiosos no uso cotidiano e, também, no contato com os indígenas.

Os bandeirantes também eram frequentes na região, utilizando os caminhos para atingir o interior do Brasil à procura de riquezas e indígenas para escravizar.

Em 1654, o bandeirante Baltazar Fernandes<sup>19</sup>, vindo de Santana da Paraíba fixou-se em Sorocaba. A data precisa não é conhecida, razão pela qual o dia da Padroeira Nossa Senhora da Ponte, 15 de agosto, foi adotado para as comemorações oficiais da fundação da cidade. Baltazar Fernandes construiu em suas terras a Capela de Santana (Igreja Nossa Senhora da Ponte), doando-a aos Padres de São Bento, além de terras, índios para o trabalho na lavoura, gado e empregados domésticos (ALMEIDA, 1969, p. 33).

As iniciativas referentes à produção de ferro em Ipanema, no século XVI, foram retomadas no início do século XIX, com a fundação da Real (depois Imperial) Fábrica de Ferro de São João do Ipanema – São João, em homenagem ao Príncipe Regente D. João; Ipanema, nome do ribeirão ao lado do morro do Araçoiaba (ALMEIDA, 1969, p. 169).

A instalação da fábrica foi colocada em prática pelo governo português, em virtude de uma iminente invasão do país por Napoleão. A fábrica foi, no início, planejada e teve suas primeiras atividades orientadas por engenheiros militares alemães<sup>20</sup>. Sua implantação foi dirigida pelo engenheiro sueco Carlos Gustavo Hedberg, em 1810, que trouxe, por imposição de contrato, mineiros e fundidores para a construção e instrução dos demais trabalhadores necessários. Uma vila foi instalada ao redor da fábrica e, com seus costumes diferentes, os estrangeiros logo foram denominados “a suecada” (ALMEIDA, 1969, p. 178). A fábrica produziu armamentos inclusive para utilização na Guerra do Paraguai tendo suas atividades siderúrgicas encerradas em 1895.

Apesar de fazer parte do cenário histórico brasileiro desde o século XVI, e, mais especificamente, desde 1654, destacando-se em muitos momentos, Sorocaba tem sua história comumente relacionada ao tropeirismo. O chamado Ciclo do Tropeiro (séculos XVIII e XIX) desenvolveu-se com a exploração do ouro das minas gerais e da necessidade, dela decorrente, de um rebanho de muaras a ser utilizado para transpor a Serra do Mar e das Minas Gerais. A cidade, ponto estratégico entre

---

<sup>19</sup>De família numerosa, três irmãos se destacaram, ficando conhecidos como os “Fernandes Povoadores”: André fundou a povoação de Santana de Parnaíba; Domingos fundou Itu; Baltazar fundou Sorocaba. André foi também um dos maiores bandeirantes de caça ao índio, muitas vezes acompanhado por Baltazar em viagens às terras do Uruguai (ALMEIDA, 1969, p. 23).

<sup>20</sup> Um deles, Frederico Luis Gulherme Varnhagen foi pai do historiador sorocabano Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro.



o Sul do país, fornecedor de muares, e as minas, transformou-se em importante centro econômico, focalizado na feira de muares.

As feiras proporcionaram o desenvolvimento de outras atividades – a de manufatura, de chapéus, redes, cestas, arreios<sup>21</sup>, e comercial, como lojas de ferragens, tecidos, armazéns e outros.



Operários da Fábrica de chapéus de Raszl e Rogick – século XIX  
Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

Com o final das feiras, em 1897, que coincidiu com a primeira das duas epidemias de febre amarela que devastaram a cidade, Sorocaba não viveu um período de decadência, pois já estava direcionada a outras atividades econômicas – como a indústria têxtil. As primeiras iniciativas fabris, em 1852, não prosperaram, em razão da baixa qualidade do algodão arbóreo, nativo, existência de restrito mercado consumidor e mão-de-obra não qualificada, em sua maioria escrava ((SILVA, 2000, p. 46).

---

<sup>21</sup> Foram indústrias que, iniciadas na segunda metade do século XIX, permaneceram ativas até o século XX. Chapéus: 1852, indústrias de Antonio Rogick (húngaro) e Wenceslau Raszl (alemão); 1870, Teodoro Kaysel (alemão). Em 1881, Emilio Piagentini produzia vinhos, com importação de mudas de uvas da Itália (ALMEIDA, 1969, p. 237).

O desenvolvimento da Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1860-1865) e a conseqüente decadência na produção do algodão transformou o Brasil em fornecedor de matéria-prima às indústrias têxteis da Inglaterra. Sorocaba se destacou, plantando o algodão já herbáceo, iniciando uma nova fase na sua economia. Além da exportação do algodão a cidade desenvolveu processo de mecanização no descaroçamento, sendo uma das primeiras cidades do interior da Província a possuir esse tipo de fábrica (Canabrava, apud Silva, 2000, p. 50). O final da guerra civil restabeleceu a produção americana e o abastecimento do mercado europeu; os preços sofreram queda.

A produção algodoeira reforçou a necessidade de implantação de infraestrutura de transporte ferroviário. O grande incentivador da instalação da via férrea foi o imigrante húngaro Luis Mateus Maylaski. Aqui chegando, iniciou a importação de máquinas descaroçadoras e exportação de fibras de algodão. Maylaski incentivou o plantio de algodão, cuja cultura desenvolveu a indústria de descaroçamento e enfardamento do produto. De acordo com Bonadio (2004, p.123) em 1872 havia, em Sorocaba, 24 fábricas de descaroçamento de algodão.

Homem de ação, Maylaski publicou o jornal *O Araçoiaba* que teve a duração de um ano; participou da fundação de mais três jornais e foi membro da Loja Maçônica Perseverança III (BONADIO, 2004, p. 123).

Com um grupo de alemães aqui radicados instalou o Gabinete de Leitura Sorocabano, em 1867, hoje existente e importante centro de documentação, inclusive jornalística. Maylaski teve, também, a iniciativa de arregimentar capital para a instalação da estrada de ferro que ligaria Sorocaba a São Paulo. Deve ser destacado que a estrada teria a finalidade de escoamento da produção algodoeira e não para a disseminação e escoamento da produção cafeeira, ou para desenvolver o povoamento, como em outras regiões do Estado de São Paulo.

Com capital particular, financiamento do governo imperial e empréstimo de bancos alemães, foi criada e inaugurada em 1875, a Companhia Sorocabana, mais tarde Sorocaba Railway (1907 a 1919)<sup>22</sup>, ligando a cidade a São Paulo. Por meio da conexão à Companhia São Paulo Railway, a produção do algodão do município chegava ao porto de Santos. A partir daí foram instaladas oficinas, aumentando a

---

<sup>22</sup> Hoje ALL – América Latina Logística.

oferta de empregos e proporcionando o desenvolvimento de bairros, como a Vila Santana, no Além Linha.

Os trabalhadores criaram sociedades beneficentes, corporação musical e fundaram a Loja Maçônica Brasil III (BONADIO, 2004, p.142). Os ferroviários representavam um grupo diferenciado de trabalhadores, com frequentes enfrentamentos com os governos. Participaram intensamente dos movimentos reivindicatórios na cidade, conseguindo, também, a criação do Curso Ferroviário, hoje Escola Municipal Mateus Maylaski.

A breve apresentação histórica da cidade, até o século XIX, permite revelar alguns dos indicadores que serão retomados e aprofundados neste trabalho. O primeiro é o fato de que Sorocaba apresentou, como uma de suas características de origem, uma relação com grupos humanos de procedências distintas. Além da presença do português advinda da história colonial, suas atividades econômicas como a siderurgia, o comércio de gado muar entre o sul do país e a região das minas gerais no sudeste, atraiu a presença de alemães, argentinos, uruguaios, além de sulistas brasileiros. Já no século XIX, a construção da estrada de ferro e o início da indústria têxtil proporcionaram a presença de mão-de-obra predominantemente europeia: alemães, suíços, portugueses, italianos, espanhóis e ingleses. Assim, a população local desde o início, contou com imigrantes compondo seu cotidiano, incorporando vivências, práticas profissionais e, notadamente, ideias.

O segundo indicador que pode ser apontado consiste na constatação de um diferencial em relação ao desenvolvimento da cidade. Este, não foi creditado ao plantio, exportação e formação de capital gerados pelo café. A produção de algodão, a falta de mercado externo e o acúmulo de capital comercial, além da presença de capital e mão-de-obra imigrantes, foram fatores decisivos para o desenvolvimento industrial que se processou a seguir.

### **3.2 A industrialização, imigração e urbanização**

Dois características distinguem o processo de industrialização de Sorocaba: a industrialização antecipou-se ao processo do país e não teve como fator gerador o capital acumulado com o plantio e exportação do café. Na cidade, o capital foi

gerado no comércio tropeiro, plantio e exportação de algodão e participação de imigrantes, italianos, espanhóis, alemães, suíços e outros.

Também, deve-se destacar o emprego de capitais de paulistas associados a imigrantes, que, conforme Almeida (1969, p. 220), eram “homens ricos que tiveram de empregar seu dinheiro em vista da inflação... e achavam Sorocaba a “cidade do futuro”. É a boa face da medalha do Encilhamento”<sup>23</sup>.

Antes do desenvolvimento da indústria de tecelagem no final do século XIX, deve ser registrada a tentativa de funcionamento da primeira fábrica têxtil de algodão de “toda a Província de São Paulo” em 1852 (ALMEIDA, 1969, p. 236).

Fundada por Manoel Lopes de Oliveira, localizava-se no Além Ponte, na Chácara Amarela, onde em 1919 foi instalado o terceiro grupo escolar da cidade, como será visto. A fábrica produzia fios de algodão e fracassou por ter escravos como “operários”, que, certamente, tinham dificuldades no trabalho com os teares. Para Silva (2000, p. 46) outras causas contribuíram para o insucesso da fábrica: a matéria prima era de baixa qualidade (algodão arbóreo), baixos lucros e mercado consumidor insuficiente.

No final do século XIX a industrialização paulista teve como núcleo as cidades localizadas na região que abrange Itu, Salto, Tatuí, Sorocaba e o atual município de Votorantim.

O desenvolvimento efetivo das indústrias têxteis em Sorocaba teve como ponto de partida o ano de 1882, quando foi fundada a Fábrica Nossa Senhora da Ponte, de Manoel José da Fonseca, iniciando a transformação da cidade em centro de produção de tecidos de algodão. Fonseca, comerciante português, era abolicionista, não empregando mão-de-obra escrava. De acordo com Bonadio (2004, p. 151), citando informação da neta do fundador, Fonseca tinha por princípio oferecer trabalho para mulheres e crianças, visando melhorar a situação dos mais necessitados.

Como era comum na época, as máquinas vieram da Inglaterra, assim como os técnicos que trabalharam em sua instalação. Sua produção não ficou restrita à

---

<sup>23</sup> No período 1890/1891, Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Marechal Deodoro, tentando fortalecer a base econômica para o desenvolvimento da democracia, instituiu uma política inflacionária e favorável à criação de empresas. Ocorreu a expansão de bancos particulares emissores de papel moeda e de ações, gerando enormes especulações; companhias se formavam, beneficiando os setores urbanos, industriais e financeiros. Essa política financeira ficou conhecida como Encilhamento, a título de pilhéria – o cavalo é encilhado antes de uma corrida. A política adotada gerou inflação desenfreada, corrida aos empréstimos e desvalorização do dinheiro. Encilhar: Apertar com cilha (a cavalgadura), conforme Novo Dicionário Aurélio.

região, sendo vendida por todo o Brasil. Mais tarde a fábrica foi adquirida por Nicolau Scarpa, rico comerciante com fortuna originada no algodão.



Fábrica Nossa Senhora da Ponte.

Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

No início da República, a autorização do governo para que bancos privados emitissem moeda permitiu a criação do Banco União de São Paulo. Este idealizou um projeto de instalação de uma fábrica no bairro Votorantim, além de construção de usina hidrelétrica, ferrovia, vila operária, extração de mármore e granito. Em seguida foram iniciadas as obras da estrada de ferro Votorantim - Sorocaba. A fábrica de estamparia de tecidos, que eram comprados na Inglaterra, foi inaugurada em 1892; a fiação e tecelagem datam de 1904.

Com a retirada da autorização para emissão de papel moeda, o Banco enfrentou problemas e o controle do complexo industrial passou para Antonio Pereira Inácio, imigrante português sem recursos, que iniciou suas atividades como sapateiro, dono de pequeno armazém, depois instalando um descaroçador de algodão em Boituva. Conhecendo a grande produção de sementes de algodão em Sorocaba, fundou a Fábrica de Óleos Santa Helena, dirigindo-se aos Estados Unidos para a compra de maquinário e aprendizagem da extração de óleo comestível, lançando o Óleo de Algodão Primus.



Fábrica Votorantim – início do século XX.  
Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

Produzia, também, torta de sementes de algodão para animais, além de sabões. Francisco Matarazzo, seu concorrente, já havia fundado em Sorocaba a fábrica de banha de porco, em 1890. Quando Matarazzo transferiu-se para São Paulo, aproveitando a política financeira de Rui Barbosa (Encilhamento), Pereira Inácio adquiriu a fábrica de óleo Primus. Em São Paulo, Matarazzo, em 1892, iniciou a Companhia Matarazzo com as fábricas de banha de Sorocaba e Porto Alegre (ALMEIDA, 1969, p. 272).

Pereira Inácio, associando-se a Francisco Scarpa, arrematou as propriedades do Banco União, gerando as Indústrias Votorantim. Scarpa vendeu sua parte a Pereira Inácio e o Grupo Votorantim expandiu-se sob o comando de José Ermírio de Moraes, casado com a filha de Pereira Inácio.

A Fábrica Santa Rosália, de fiação e tecelagem, iniciou suas atividades com a formação de uma sociedade formada por George Oetterer, alemão, e Frank Speers, seu genro. Em 1909 foi fundada a Estamparia São Paulo, criada pelo inglês John Kenworthy, que daria origem à Companhia Nacional de Estamparia. Tendo estudado na Universidade de Manchester, foi consultor de indústrias na região de Sorocaba; fixou-se na cidade comprando a Fábrica de Fiação e Tecelagem Santa Maria, em 1903 (esta havia sido fundada em 1892, tendo como diretores ingleses e portugueses).



Fábrica de Fiação e Tecelagem Santa Maria, fundada em 1892.  
Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

Em 1913 Kenworthy terminou a construção da Fábrica Santo Antonio. A Companhia Nacional de Estamparia reuniu quatro fábricas: São Paulo, Santo Antonio, Santa Maria e Santa Rosália, holding que mais tarde passou às mãos da família Pereira da Silva<sup>24</sup>

Outras indústrias se desenvolveram ao lado das têxteis. De acordo com relação apresentada pelo *Almanach de Sorocaba* (1903, p.137-140), a cidade possuía cerca de 60 fábricas, incluindo têxteis, de cal, chapéus, cerveja, massas alimentícias, louças, curtume, aguardente, tijolos, calçados e outras.

O *Almanach de Sorocaba* (1914, p. 38-85) registra a presença de “12 grandes indústrias”, entre as quais as têxteis, e cerca de 75 “pequenas”: massas, arreios, calçados, gelo, explosivos, enxadas, bebidas (vinho, aguardente, cerveja, refrescos), ladrilhos, papelão, sabão, móveis, malhas, meias, etc...

A cidade estava em franco desenvolvimento econômico e inseria-se no modo de produção capitalista industrial, de exportação de mercadorias.

Um acontecimento merece registro. Em 1904, foi iniciada a construção de uma hidrelétrica no Sítio Salto Grande de Itupararanga, (Votorantim), por Bernardo Lichtenfels Jr. Foi a segunda hidrelétrica do Estado e a primeira criada para servir

---

<sup>24</sup> As informações sobre a criação e funcionamento inicial das fábricas, quando não houver citação do autor, foram obtidas de Bonadio (2004, p. 185-2008).

diretamente ao consumo industrial, além do urbano. Para sua inauguração, em 1905, foi convidado o engenheiro Alfredo Maia, ex-ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do presidente Campos Sales, superintendente da Companhia Sorocabana e mais tarde, superintendente da Light. Em seu discurso, Maia teria chamado Sorocaba de “Manchester Paulista”, como ficou conhecida a partir desse acontecimento. Em nota “A indústria”, a imprensa registrou o fato

O sr. dr. Alfredo Maia, respondendo a uma saudação feita em nome do povo, disse que á Sorocaba está reservado um futuro prospero e próximo; que Sorocaba, pela importância de sua industria, será a Manchester brasileira. Com o avançamento da linha férrea até Matto-Grosso. Com a estrada até o rio da Prata, crescerá por tal forma de importância a Sorocabana e, inevitavelmente, a zona por ella atravessada (*Cruzeiro do Sul*, 11/01/1905).

A “Manchester Brasileira” foi, assim, transformada em “Manchester Paulista”.

As fábricas, com exceção da Votorantim e S. Rosália, eram centrais, centro onde também se expandia o comércio.

Os imigrantes com algum capital de origem eram ligados ao comércio de algodão, técnicos da ferrovia, abriram indústrias variadas, inclusive para abastecimento nacional, como o caso da produção de banha de porco enlatada, da família Matarazzo. Vieram também alemães e ingleses que trabalharam na parte técnica das fábricas e ferrovia; os alemães dedicaram-se ainda à indústria de chapéus e cervejas. Esses imigrantes faziam parte da burguesia, juntamente com a elite da terra, e eram moradores da região central da cidade.

Os imigrantes sem capital e sem estudo que vieram para Sorocaba eram, principalmente, italianos e espanhóis.

Os espanhóis chegaram a Sorocaba a partir de 1895, intensificando o fluxo nas primeiras décadas do século XX. Provinham, em sua maioria, da região de Andaluzia (Províncias de Huelva, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Málaga e Almeria), utilizando a rota Gibraltar-Santos (OLIVEIRA, 2002, p. 20). De acordo com Martinez (1999, p. 253), a região representada por Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Itu, recebeu 28 mil espanhóis. O mesmo autor (p. 263) informa que o Censo Nacional de 1920 registra a presença de 2.500 imigrantes espanhóis em Sorocaba. Um dos fatores de atração era indústria ferroviária existente, que mantinha oficinas mecânicas de construção e reparação de trens e manutenção das vias férreas.



Esses imigrantes eram, em sua grande maioria, pobres e analfabetos. Dedicaram-se à plantação de cebolas, laranjas, batatas; abriam pequenos armazéns para o comércio de gêneros alimentícios, frutas, arreios.

Instalaram-se em vários pontos da cidade, mas concentraram-se no Além Ponte, formando bairros como Vila Hortênsia, Barcelona, Santa Maria, Vila Haro, cujas ruas recebiam denominação que relembra seu país de origem: Granada, Madri, Catalunha, Cervantes. A região ficou conhecida como “reduto da espanholada”, como muitos a identificam até os dias atuais; seus moradores eram operários, principalmente da fábrica Santa Maria, além da Estamparia, Nossa Senhora da Ponte e, também, da Votorantim.

Os imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil a partir de 1870, aportaram, em grande parte, em São Paulo e dirigiam-se às cidades, quando tinham alguma posse de capital, ou às fazendas de café, para o trabalho braçal.

Para Sorocaba vieram grupos representativos de italianos providos de alguma instrução e capital, que se dedicaram à criação de indústrias e ao comércio, mas também, em sua maioria, de pessoas cujo único capital eram os braços para qualquer tipo de trabalho existente em uma cidade que iniciava sua industrialização. Não havendo lavoura de café, dedicaram-se ao trabalho na estrada de ferro, exerciam atividades como costureiras, alfaiates, garçons, músicos, mascates, carroceiros, além de abrir pequenos negócios para comércio de azeite, vinho, frutas, etc... Sua grande maioria transformou-se em proletários, trabalhando como operários nas indústrias têxteis.

Os italianos instalaram-se sobretudo no Além Linha<sup>25</sup> concentrando-se nos bairros, alguns tipicamente operários, como Vila Santana e Vila Carvalho, reduto de ferroviários e trabalhadores das fábricas N.S. da Ponte e Santo Antônio.

Os imigrantes foram descritos de forma pitoresca por Almeida (1969, p. 220): “os colonos italianos não iam para fazendas e davam à cidade um ar cosmopolita, por sinal que às vezes provocavam algum barulho, por mera distração. A colônia portuguesa “sempre recebendo novos rapazes caixeiros, futuros genros e sócios, troncos de importantes famílias”

---

<sup>25</sup> A denominação Além Ponte e Além Linha é devida ao rio Sorocaba e à estrada de ferro que cortam a cidade.

As fábricas Votorantim e Santa Rosália, mais distantes, abrigavam os operários em vilas ao redor das indústrias, que contavam com creches, igreja, área de lazer, etc...

A Villa Industrial de Votorantim constava de

Casa de operários, em numero de 420, servidas por água encanada e exgotos; 4 predios, nos quaes funcionam as escolas publicas mixtas; um theatro; uma coreto...edifícios para as machinas...dois grandes armazens particulares destinados ao abastecimento da população operária, correio, estação da via férrea,etc... A população sedentária, registrada até 1910, era de 483 homens, 510 mulheres e 740 creanças, em sua maior parte brasileiros, italianos, inglezes e hespanhoes (*Almanach Sorocabano*, 1914, p. 48-49).

A descrição da indústria feita pelo mesmo *Almanach*, p. 44, procurava transmitir uma sensação de euforia e de progresso que estaria sendo vivenciada por todos os moradores, operários e patrões.

Soberbo panorama! Bellissimo e pittoresco quadro animado pela vida do trabalho, sentindo-se o palpitar das almas felizes; ouvindo-se os pulmões de aço das machinas colossaes e o vozear dos pulmões fortes dos operários de todas as edades, fallando e casquillando sadiamente, alegres na faina laboriosa de todos os dias, do romper ao pôr do sol.

Outro espaço criado nesse processo era a Villa Santa Rosália: possuía 270 casas, escola pública, armazém, casa de diversões, consultório médico e iluminação elétrica.

A Vila representa em si a eloquência do progresso, progride dia a dia, afim de abrigar as centenas de operários que impulsionam a industria com seu trabalho valioso; aquelles grupos de habitações, modestas ruas que agradam a vista, resumem, juntamente com o edificio da maquinaria, a garantia de uma vida sem grandes preocupações a muitas famílias, às quaes a lucta pela existência se tornou menos pezada, graças a iniciativa do capitalista benemérito. (*Almanach*, 1914, p. 52)

De acordo com a opinião dos grupos conservadores, o “capitalista benemérito” assegurava ao operário uma vida sem preocupações, adotando medidas cujos benefícios estavam condicionados ao “bom comportamento” dos operários e cujos custos estavam devidamente inseridos nos salários dos

trabalhadores. Em Sorocaba, há registros desses procedimentos pelas fábricas Votorantim e Companhia Nacional de Estamparia (DEAN, 1971, p.166 a 169).

A Companhia Nacional de Estamparia afirmava fornecer abonos familiares, enterros gratuitos, que, entretanto, seriam cortados se o operário não tivesse “bom comportamento”, incluindo a participação em movimentos grevistas. (Dean, 1971, p.169). Constatou-se, ainda, que na Indústria Votorantim os serviços prestados como benefícios não eram gratuitos: eram cobrados aluguéis, eletricidade, serviços médicos; os professores das escolas eram pagos pelo Estado e os armazéns eram arrendados.

Para Dean (1971, p. 168)

Esse behaviorismo, que tratava os operários como extensão da maquinaria, pode ser considerado mais progressista do que a atitude paternalista representada pela expressão “pai dos pobres”, porque, pelo menos, anunciava uma exploração mais plena e racional das possibilidades dos trabalhadores.

O autor explicita que, na medida em que o paternalismo se torna autoconsciente, se transforma em exploração racional de mão-de-obra. Os operários, ao perceberem a manipulação, podem continuar aceitando a situação ou se rebelarem, desmascarando os padrões. Esta última opção foi tomada pelos trabalhadores das maiores cidades de São Paulo, onde havia militância operária. (DEAN, 1971, p.169).

É importante considerar também, que a oferta de benefícios deve ser entendida como ampliação de espaços do poder tornando-se necessário que

Além da empresa e da escola, também os tempos de lazer, os momentos do cotidiano, a linguagem, a arte se convertam em espaços de poder ordenados para a produção do consenso. Essas transformações incidem sobre a educação (CURY, 1983, p. 69).

Os meios de controle eram diversificados. A Indústria Votorantim mantinha preços elevados das passagens da estrada de ferro, mantida pela fábrica, visando evitar o contato com ambientes diferentes. Também, os gerentes obrigavam os operários a se casar, não permitindo as uniões livres, defendida por alguns

trabalhadores com tendências anarquistas; a desobediência era punida com dispensa do trabalho.

Vilas operárias remanescentes, já bastante modificadas.  
Fotos da autora em dezembro/2008.



Bairro da Chave – Votorantim



Bairro da Chave – Votorantim



Vila Rosa - Sorocaba



Vila Rosa - Sorocaba



Vila Virginia – Sorocaba.

Ainda, de acordo com Cury, essa ampliação de espaços de poder não é absoluta e supõe a contraposição da classe subalterna. Assim, contrastando com os aspectos positivos apresentados pelos empresários e publicações conservadoras, as reações operárias eram frequentes e as denúncias de abusos cometidos pelos “capitalistas beneméritos” eram divulgadas pelo movimento operário.

O jornal *O Operário*, que será focado na terceira parte desse escrito, já em 1909 denunciava as práticas exercidas pelos empresários, certamente para ressarcimento das aplicações e investimentos feitos para o “bem estar dos trabalhadores”. No artigo “Monopólio!!!” (22/08/1909), o jornal denuncia a existência de cartões com valores diversos, para transações comerciais, exclusivamente no Armazém Votorantim, de Scarpa & Filho. O cartão só poderia ser utilizado pessoalmente pelo operário, para aquisição de gêneros. Na edição de 22/08/1909 o jornal publica um clichê do cartão, como prova de sua existência.

As queixas recrudesceram com a adoção de novas medidas favorecedoras dos Scarpa e do gerente Eugênio Mariz e de conhecimento dos trabalhadores

Os cartões que são emitidos o são por cores, sujeitos a recolhimento no fim de cada mez de emissão..[ ]o operário que tenha os cartões do mez de setembro e não os tenha trocado por gêneros no armazém Scarpa “até o ultimo vintém”, nesse mesmo mez, veja-se na contingência de o ver valendo ZERO no mez seguinte, isto é, desde que a cor da emissão do mez de Outubro seja outra, não lhe dando por taes cartões o equivalente monetário o gerente da Fabrica (*O Operário*, 17/10/1909, p. 1; grifo do jornal).

Procedimentos semelhantes foram adotados pela Fábrica Santa Rosália, que utilizava um elemento diferencial

Como é *de praxe* nos nossos centros de trabalho lá existe um armazém...[.] não existem os afamados cartões, mais engenhoso é o processo! {...} os empregados podem comprar onde quizerem; mas existindo nas proximidades da fabrica um portão e o respectivo porteiro, que de acordo com as instrução recebidas, nega entrada às carroças que levam as mercadorias... o que equivale a dizer que o processo empregado na fabrica é o mesmo das outras, sendo, porem, mais aperfeiçoado [...] o operario tem de prover-se do armazém da feliz e poderosa empresa. (*O Operário*, 12/09/1909, p.10; grifo do jornal).

A concentração dos operários em vilas, além da exploração econômica, como visto, era uma estratégia visando impedir as massas operárias de frequentes contatos com outros grupos de trabalhadores, evitando a propagação de ideias que

circulavam nos grandes centros. Assim, o grau de controle patronal sobre os operários era mantido tanto no interior das fábricas, quanto em sua vida cotidiana.

A indústria têxtil foi responsável pela imagem de progresso que as elites republicanas esforçavam-se por passar – a cidade poderia contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no país dentro da ordem. Visualizada como progressista, a cidade atraía cada vez mais trabalhadores de outras regiões, da zona rural e um grande número de imigrantes.

De acordo com Silva, (2000, p. 81), Sorocaba no limiar da década de 20 contava com 10.734 operários, tendo 7.850 no ramo têxtil, representando aproximadamente 24% da população de 43.588 habitantes.

Sorocaba apresentava quase todos os melhoramentos de uma cidade de maior porte. O progresso chegava, a população crescia, sem que houvesse o aumento de benefícios sociais, entre eles, a oferta da escolarização.

A bandeira republicana de combate ao analfabetismo, que associava o progresso à escolarização, continuava presente nos discursos políticos; entretanto, não havia correspondência entre discursos e práticas, fato que gerou tensões e manifestações dos vários segmentos que compunham a sociedade sorocabana.

### **3.3 A Educação escolar em Sorocaba**

No período estudado a realidade escolar não era diferente daquela vivenciada no país. As condições presentes no processo de formação da educação escolar em Sorocaba revelam, dentre outros aspectos, que a instrução pública, no final do século XIX, somente era valorizada pelos profissionais do ensino. A população, pelo contrário, aparentemente, não valorizava a instrução; às crianças, bastavam algumas noções de leitura, escrita e aritmética. Os professores gozavam de bom conceito junto à população; os pais eram considerados os responsáveis pela baixa frequência dos alunos e por seu fraco aproveitamento escolar (GONZÁLEZ; SANDANO, 2006, p. 33 e 38).

Os mestres eram elogiados publicamente pelo bom desempenho dos alunos, enquanto os pais eram criticados pelo descaso sobre a educação de seus filhos. No artigo “As crianças e a escola”, publicado no jornal citado abaixo, o redator, em

longo artigo condena os pais que “se descuram e nem mesmo tratam de saber si a frequência do alumno às aulas é assídua ou regular”. Considera que “esse descaramento, esse desleixo imperdoável por parte dos chefes de família, grandíssimo prejuízo causa à instrucção”.

Os pais são, também, acusados de por motivo de serviços domésticos ou de passeio, facilitar ao aluno “gazejar a escola”. Assim, como responsáveis pelo fraco aproveitamento das crianças, os pais deveriam se conscientizar da importância da difusão do ensino por todas as classes da sociedade, colaborando “para que as escolas prestem ao paiz o serviço que lhes é assignalado em sua nobre missão de instruir o povo e tornal-o grande e forte no certamen diário da sciencia e do trabalho (Jornal *O 15 de Novembro*, 19/12; 1897, p. 1).

A demanda por educação se apresentou tardia, só acontecendo quando a falta de instrução popular começou a ser empecilho ao desenvolvimento econômico pretendido. A necessidade de escolarização foi induzida pelo início do capitalismo industrial e pela mobilização operária que, aos poucos, passou a valorizá-la e a lutar pela sua oferta.

Com o crescente aumento da demanda escolar urbana, o governo estadual elaborou leis regulamentando a criação e o funcionamento das escolas.

No Estado de São Paulo, a Lei Estadual nº 88, de 08/09/1892 – Reforma da Instrução Publica do Estado o ensino primário torno-se obrigatório para ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos, sendo dividido em cursos preliminar e complementar; este, era destinado aos alunos habilitados nas matérias do curso preliminar.

O Decreto nº 218, de 27/11/1893, que “Approva o Regulamento da Instrucção Publica”, dividiu o Estado em trinta distritos; Sorocaba pertencia ao 25º, abrangendo Pilar, Campo Largo, Piedade e Sarapuhy. A Lei nº 169 de 07/08/1893 previa a possibilidade de funcionamento de duas ou mais escolas no mesmo prédio, construído para esse fim. Entretanto, apenas em 1894 o Decreto nº 248, que “Approva o regimento interno das escolas publicas” oficializou a junção de escolas com a denominação de “Grupo Escolar”, podendo comportar de 4 a 10 escolas isoladas, dividindo os alunos em séries que funcionavam em classes separadas.

O primeiro grupo escolar de Sorocaba, Antonio Padilha, foi criado em 1896. Funcionou inicialmente com oito classes (4 masculinas e 4 femininas) em prédio provisório, um sobrado residencial parcialmente adaptado para fins escolares, entre as ruas do Theatro (Brigadeiro Tobias) e das Flores (Monsenhon João Soares). O



Relatório do Inspetor Escolar, de 25/09/1901 e dirigido ao Inspetor Geral do Ensino, citado por Menon (2000, p. 144-145) demonstra as condições de funcionamento do prédio. O *Inspetor* relata que funcionavam, em uma mesma sala, duas turmas do 2º ano feminino, uma com 37 e outra com 33 alunas. A separação das classes era feita com tábuas, sem altura suficiente para isolamento do barulho causado pelos exercícios. Em outra parte, escreve que as três turmas do 1º ano feminino, com 152 alunas, estavam alocadas em uma única sala medindo 7,50 por 6 m. Cada carteira, do “tipo Chandless”, era ocupada por duas alunas, sendo utilizada uma tábua “para unir e ampliar as cadeiras, o que deve constituir um supplicio”.

Em 1905 a escola foi transferida para outro sobrado, também residencial, à Rua das Flores (Monsenhor João Soares). A construção do prédio definitivo (Rua Cesário Mota) foi iniciada em 1910, sendo inaugurado em 1913. O Grupo Escolar

[...] estava magnificamente instalado [...] tão desejado pelos nossos conterrâneos e que forçoso é confessar, devemos ao nosso illustre e estimado chefe dr. Campos Vergueiro. (*Cruzeiro do Sul*, 16/10/1913, p. 2).

Para reafirmar o poderio e influência do “chefe”, o jornal registra que ao mudar o Padilha para o prédio definitivo

[...] o antigo prédio da rua Monsenhor João Soares será aproveitado para o segundo grupo escolar que, devido aos esforços do nosso incansável chefe dr Campos Vergueiro, vai ser creado brevemente nesta cidade, com a reunião das escolas isoladas existentes (*Cruzeiro do Sul*, 4/10/1913, p. 2)

Na reportagem mais completa sobre a inauguração, as instalações foram consideradas dignas da sociedade sorocabana. O entusiástico repórter descreve o evento com “indisível contentamento”, tendo “agradabilíssima impressão” sobre o “majestoso prédio”, em “local magnífico”, com “enormes e belíssimos pavilhões para recreio” e “enormissimo parque”; o “asseio nos mictórios era rigorosissimo”. (*Cruzeiro do Sul*, 22/10/1913, p. 2).



Grupo Escolar Antonio Padilha – prédio definitivo, inaugurado em 1913.

Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

Apesar dos exageros e da modéstia do prédio, comparado a outros construídos no interior, foi o único em muitos anos, que se aproximou da “escola republicana”, central, com visibilidade geográfica e também política, como obra do PRP e do chefe político local.

O segundo grupo escolar, Visconde de Porto Seguro, iniciou o funcionamento apenas em 1914, no sobrado antes ocupado pelo Antonio Padilha. Ambos ofereciam poucas vagas, ocupadas por crianças das famílias de maior prestígio da cidade.

A falta de vagas no Antonio Padilha era constante, conforme notícia publicada no *Jornal Cruzeiro do Sul* (20/01/1909, p. 2), comunicando abertura de “inscrição as vagas que por ventura houver”, havendo sorteio entre os inscritos. Na edição do dia 30/1/1909, p. 1, o jornal informa que foram matriculados 395 alunos e que 57 não seriam atendidos por falta de vagas. Ainda, o mesmo jornal, datado de 1/2/1910, p. 2, comunica que “deixaram de obter lugar 135 menores inscritos”.



Casarão onde funcionou o Grupo Escolar Antonio Padilha, de 1905 a 1913. Em 1914, foi ocupado pelo G.E. Visconde de Porto Seguro. Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

Em 1910 o governo estadual autorizou o funcionamento da escola em dois períodos, anexando sete escolas isoladas que funcionavam na região central da cidade, conforme notícia no jornal *A Cidade de Sorocaba* (14/4/1910, p. 3). Esse jornal, órgão do Partido Dissidente Local, dirigia suas críticas aos líderes políticos do grupo situacionista dominante, que não se interessavam em melhorar o nível educacional da cidade.

A localização central e a falta de vagas não deixavam opção às crianças com menores recursos financeiros, que continuavam a frequentar as escolas isoladas, quando havia, inclusive nos bairros com predominância de população operária, Além Ponte e Além Linha.

Com o crescente desenvolvimento da cidade os anseios da população, no que se refere à escolarização, foram se alterando. A escola passou a ter importância e ser reconhecida como condição necessária para o progresso. A pressão para a criação de grupos escolares, antes inexistente, passou a ser realizada com vigor pelos diversos segmentos da sociedade. Entretanto, o Estado apenas realizava ações esparsas que, no conjunto, apenas minimizavam o problema. Como exemplos dessas ações podem ser citados o Decreto 1239, de 30-09-1904, que autorizou a criação de escolas isoladas no perímetro urbano - três escolas foram criadas, no centro, frequentadas por filhos de estrangeiros ou naturalizados e da classe economicamente mais desenvolvida (MENON, 2000, p. 159); em 1915, a Lei Estadual nº 1 487<sup>26</sup>, de 17/12/1915, criou uma escola mista preliminar “na sede do Município de Sorocaba, para ser localizada nas proximidades da Fábrica São Paulo”. Esta, se foi instalada, poderia atender à população localizada em bairro com predominância operária.

As providências não se apresentavam de forma significativa diante da demanda apresentada pela população.

De acordo com o “Relatório da Administração Pública de 1918, apresentado à Câmara Municipal de Sorocaba pelo Prefeito Augusto César Nascimento Filho, em sessão de 15/01/1919”, na parte referente à “Instrução Pública” (*Cruzeiro do Sul*, 15/01/1919, p. 6) a cidade contava com uma população urbana de 20.000 habitantes e de 20.600 nos bairros. Na população urbana havia 2.530 crianças em idade escolar, das quais, 1.348 iam à escola (53,2%); nos bairros havia 2.606 crianças em idade escolar, das quais, 937 (35%) estavam matriculadas nas escolas isoladas existentes. De acordo com a publicação, havia, portanto, 2.285 alunos matriculados no total de 5.136 crianças em idade escolar, representando 44,60%.

Procurando suprir às necessidades educacionais, grupos de imigrantes criaram escolas particulares pagas no final do século XIX e início do século XX, que, com raras exceções, tiveram vida bastante efêmera. Havia escolas italianas: *Schuola Italiana Umberto I*, criada pela *Società Operaria Italiana Umberto I*; *Scuola Coloniale Italiana*; *Escola Colonial Gabriele D’Annunzio*; *Scola Italiana “Dante Alighieri”*, fundada pela *Sociedade Operária de Mútuo Socorro*, para filhos dos associados (MENON, 2000, p. 224-226). A colônia alemã também se preocupou

---

<sup>26</sup> Fonte: Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1915. Tomo XXV. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1951.

com a educação dos imigrantes, criando instituições como a Escola Alemã, Collegio Montbé, Collegio Neuberth e Escola Teuto-Brazileira (MENON, 2000, p. 114-122).

As escolas protestantes eram frequentadas por suíços, alemães e, também, brasileiros. A Igreja Presbiteriana fundou a Escola Americana em 1874, tendo suas atividades encerradas em 1899. Adotou o método norte americano de ensino, que substituía a leitura em voz alta e os conteúdos decorados pela leitura silenciosa e o sistema intuitivo (MENON, 2000, p. 246).

Várias foram as escolas particulares confessionais católicas, como o Collegio de N.S. da Consolação e o Colégio Agostiniano, além do Externato Sagrada Família, para meninas, à rua Padre Luiz, (Centro), dirigido pela Irmã Salesiana d. Othilia Colonna , conforme anuncio no *Cruzeiro do Sul* (21/1/1904, p. 3).

Entre as confessionais católicas destacou--se o Colégio Santa Escolástica, criado em 1906, para meninas da elite, em funcionamento até os dias atuais. O Colégio foi fundado pelas freiras pertencentes à Congregação de São Bento das Irmãs Missionárias de Tutzing, originada na Alemanha em 1885, e que aportaram a Sorocaba em 1905. A escola iniciou suas atividades em 1906, no Mosteiro de São Bento, transferindo-se para a casa adquirida da Cúria, no Largo do Rosário.



Colégio Santa Escolástica. Ao lado, o Asilo Santo Agostinho.

Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

O Colégio oferecia oportunidade de estudo às meninas de famílias financeiramente mais abastadas, não apenas da cidade, mas, também, da região, que estudavam em regime de internato.

Professores particulares ofereciam aulas em suas casas, em regime de externato, e algumas, de internato, que poucos alunos podiam pagar.

São inúmeros os anúncios sobre abertura de escolas de primeiras letras, inclusive noturnas, de preparo para academias, externatos para alunos de várias nacionalidades, publicados nos jornais como *O Ypiranga*, *Jornal do Commercio*, *O Sorocabano*, *O 15 de Novembro*, *O Cruzeiro do Sul*, incluindo *O Operário*. Alguns anúncios transmitem a idéia de ambiente cosmopolita que se pretendia existir na cidade

Professora Parisiense, diplomada pela Universidade de Paris e Professora da Escola Normal de Minas, lecciona: Línguas, sciencias, desenho, pintura, philogravura, trabalhos, flores de panno e prepara para as escolas Normaes primarias e secundarias. Em turmas de 10 alumnos. Preços Módicos. R. Cesário Motta, n 8. Das 9 às 10 horas da manhan ( *Cruzeiro do Sul*, 9/1/1916, p. 3).

A Maçonaria, por meio da Loja Perseverança III, criada por dissidência da Loja Constância em 18/07/1869, foi pioneira no ensino primário particular gratuito e noturno, para analfabetos que trabalhavam no período diurno. A escola foi inaugurada em 07 de setembro de 1869, antecipando-se ao poder público (ALEIXO IRMÃO, 1969, p. 53). As aulas noturnas funcionaram até 1874 quando a escola foi extinta, reabrindo em 1896. Um dos motivos da falta de frequência dos alunos seria a não manutenção do ensino religioso católico no currículo escolar, sendo acusada de ser escola protestante

os alunos desistiam tendo como motivo a perseguição, a eterna luta ideológico – religiosa. Movia-se uma tremenda campanha contra tão útil quão necessária instituição, sob a alegação de “ensinar o protestantismo” (ALEIXO IRMÃO, 1969, p. 129).

Na sessão da Loja do dia 27/11/1869 foi aprovada a propositura: “que d’ora em diante sejam admitidos à matrícula na escola noturna os escravos que para isso apresentassem licença por escrito de seus senhorios” (ALEIXO IRMÃO, 1969, p. 55). De acordo com Aleixo Irmão (1969, p. 46) ao propor a frequência de escravos,

Ubaldo do Amaral, republicano e um dos fundadores da Loja, não pensava apenas na “alforria corporal” pois, o homem mesmo sendo livre, “mas sem instrução continua servo”; “eis porque o binômio Liberdade – Educação, tem um significado transcendental na vida da Loja Perseverança III”.



Escola de alfabetização da Loja Maçônica Perseverança III.

Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

A necessidade de escolas noturnas era insistentemente lembrada pela imprensa representativa dos operários. Em 1910, o governo estadual autorizou o funcionamento e provimento de uma escola noturna para os operários das fábricas Santa Rosália e Nossa Senhora da Ponte. Entretanto, não há registros sobre seu funcionamento.

O terceiro grupo escolar, de maior relevância para a presente pesquisa, foi criado apenas em 1919 no Bairro Além Ponte, reduto da colônia espanhola e onde se localizavam as fábricas têxteis Santa Maria e São Paulo.

De acordo com o “Relatório da Administração Pública de 1918, apresentado à Câmara Municipal de Sorocaba pelo Prefeito Augusto César Nascimento Filho, em sessão de 15/01/1919”, na parte referente à “Instrução Publica” (*Cruzeiro do Sul*, 15/01/1919, p. 6) nesse bairro existiam 582 casas, com população provável de 3.496

habitantes, sendo 440 crianças. Na Escola Visconde de Porto Seguro, central, estudavam 52 crianças dessa região e nas escolas isoladas, 58 alunos, com total de 120 crianças. Portanto, nesse bairro fabril, a população em idade escolar não frequente era de 320 crianças e a criação do grupo escolar era há muito esperada

Por decreto de ante-hontem foi creado o terceiro grupo escolar desta cidade. Graças à boa vontade e ao patriotismo do governo do Estado e graças também à operosidade nunca desmentida do nosso illustre e prestigioso chefe político sr dr Luiz Pereira de Campos Vergueiro, a população de Sorocaba será beneficiada com mais esse importante melhoramento. A enorme população infantil desta cidade há muito requeria um novo estabelecimento publico, onde pudesse receber as primeiras luzes do saber. Os meninos operários, distraídos indevidamente das escolas, ate há pouco, mas que devem frequental-as em virtude da obrigatoriedade votada recentemente pela municipalidade, são em numero para fornecer classes enormes para as escolas mantidas pelo governo neste município. E assim que aos enormes serviços realizados em prol de Sorocaba pelo nosso prezado chefe, vem-se juntar mais este (*Cruzeiro do Sul*, 25/04/1919)

O escolhido para dar o nome à escola foi o líder político local (PRP), Dr. Luiz P. Nicolau de Campos Vergueiro, que recusou “modestamente”, indicando seu bisavô, Senador Vergueiro para patrono. (*Cruzeiro do Sul*, 29/05/1919, p. 2).

Pode-se notar que, pela propaganda situacionista, a escola foi criada apenas pela interferência e boa vontade de seu chefe político, sendo desconsiderados os anos de luta pela escolarização da população. Ainda, foi a terceira escola criada em prédio adaptado, que como as duas primeiras levaram bom tempo para possuir instalações próprias e sem o aparato e grandeza de construções em outras cidades do interior.

A escola iniciou suas atividades em 02/06/1919, na Chácara Amarela, prédio, adaptado para esse fim. O prédio, ainda existente, é datado de 1851 e sediou a primeira fábrica têxtil do estado de São Paulo, que funcionou a partir de 1852, como visto.

Na edição do dia 20/05/1919, p. 02, o jornal *Cruzeiro do Sul* destaca que, com o término das reivindicações operárias que agitaram o país, as obrigações dos operários também deveriam ser cobradas, incluindo o envio das crianças à escola.



Deve ser lembrado que isso aconteceria no caso provável “que aqueles estabelecimentos não recebam mais nas oficinas crianças menores de 14 anos”.<sup>27</sup>



Chácara Amarela. Situada na atual Rua José Martins, a uma quadra da fábrica Santa Maria. Foto da autora. Dezembro/2008.

A escola começou a funcionar com 12 classes de 1º e 2º anos, com 408 alunos - 195 meninos e 213 meninas nos períodos da manhã e da tarde. Nenhum deles havia frequentado escola, conforme declaração do Sr Prof. Accacio de V. Camargo ao *Cruzeiro do Sul* (21/05/1919, p. 2).

Os dados iniciais referentes aos anos de 1919 e 1920 foram obtidos por meio de notícias do Jornal *Cruzeiro do Sul*. Os registros oficiais das matrículas desses anos não foram analisados em virtude de os livros de matrículas não terem sido encontrados na EE Senador Vergueiro. Os dados analisados referem-se ao ano de 1921, retirados do Livro de Matrícula onde constam anotações sobre o nome dos alunos, data de nascimento, filiação, nacionalidade do pai e dos alunos, profissão do pai e endereço.

De acordo com os objetivos da pesquisa, o interesse primordial foi o de verificar a profissão do pai e sua nacionalidade, procurando analisar a importância

---

<sup>27</sup> O Regulamento do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, de 1917, previa, para admissão ao trabalho, idade mínima de 12 anos, além de exigir certificado de frequência escolar para crianças entre 12 e 15 anos.

da instalação da escola naquela região periférica, fabril e com grande concentração de imigrantes.

O Livro de Matrícula consultado tem as seguintes anotações:

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior.

Diretor: Acácio de Vasconcellos Camargo.

Data: 11 de fevereiro de 1921.

Nesse ano frequentaram as aulas 534 alunos, sendo 263 meninos e 271 meninas, cursando o 1º e 2º ano. Deve ser lembrado que no Estado de São Paulo havia sido publicada a Lei nº 1.750, de 08/12/1920, que instituiu a “Reforma da Instrução Pública de 1920” (Reforma Sampaio Dória) que reduziu o ensino primário para dois anos, conforme descrita na parte referente ao Cenário Nacional. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3356, de 31/05/1921.

No livro de matrícula constam 499 pais com a profissão “operário” (94,94%), (Tabela I).

**Tabela I – Alunos matriculados no Grupo Escolar Senador Vergueiro - 1921 – pela profissão do pai**

<b>Profissão do pai</b>	<b>Alunos</b>
Operário	499
Advogado	2
Artista	2
Carpinteiro	2
Farmacêutico	1
Guarda-livros	2
Lavrador	4
Negociante	7
Pedreiro	1
Prefeito*	1
Proprietário	12
Soldado	1
<b>Total</b>	<b>534</b>

- O aluno era Aristeo de Barros, filho do então prefeito da cidade, Joaquim Eugenio Monteiro de Barros, dono de extensas terras na região.
- Fonte: Livro de matrículas do Grupo Escolar Senador Vergueiro.

Do total de alunos, 252 eram filhos de estrangeiros (47,19%), em sua grande maioria espanhóis, seguidos de italianos e outras nacionalidades conforme Tabela II.

**Tabela II – Alunos matriculados no Grupo Escolar Senador Vergueiro – 1921 – pela nacionalidade do pai**

<b>Nacionalidade do pai</b>	<b>Alunos</b>
Espanhóis	181
Italianos	65
Portugueses	3
Sírios	2
Alemães	1
Subtotal	252
Brasileiros	282
<b>Total</b>	<b>534</b>

Fonte: Livro de matrículas do Grupo Escolar Senador Vergueiro

Dentre os alunos, meninos e meninas, 41 eram oriundos de terras estrangeiras: Espanha, 27; Argentina, 11; Portugal, 2 e África, 1.

Ainda de acordo com os registros da escola, os alunos eram moradores das ruas próximas à escola (Santa Maria, Assis Machado, Olivério Pilar, Manoel Lopes, Rua do Tanque, Cel. Cavalheiros, Rua da Margem, Rua dos Morros, Nogueira Padilha) e chácaras existentes, como: Chácara Aurora, Dos Morros, Joaquim Barros, além da Amarela.

Os dados sugerem que após anos de lutas, os operários do Além Ponte, sem escolas locais e sem possibilidades de frequentar as escolas mais centrais, tiveram o grupo escolar que atenderia às reais necessidades dos trabalhadores, naquele momento histórico – educação escolar para seus filhos e possibilidades de ascensão econômica e social. A criação da escola sugere, também, que o patronato e o poder público cederam, embora parcialmente, às pressões populares pela oferta de escolarização, atendendo, ainda, à necessidade de preparo de mão-de-obra mais qualificada, requerida em suas fábricas.

Sobre as iniciativas em relação à educação dos segmentos operários, cumpre registrar que, além das classes mantidas pela Maçonaria, como visto, foram criadas raras escolas noturnas para adultos que, dificilmente tinham um funcionamento contínuo, pois a extensa jornada de trabalho impedia a matrícula ou comparecimento dos trabalhadores.

Fazendo parte da cruzada pela alfabetização, o Estado de São Paulo, como visto na parte referente ao Cenário Nacional, reformou a instrução pública, por meio

da Lei nº 1.750, de 08/12/1920, regulamentada pelo Decreto nº 3356, de 31/05/1921<sup>28</sup>. A legislação instituiu o ensino primário com a duração de dois anos, ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares. O ensino primário era gratuito, mas para os demais níveis (médio, complementar, secundário, profissional e superior) seriam cobradas taxas de matrícula.

A obrigatoriedade de frequência às aulas foi estabelecida para as crianças de 9 e 10 anos de idade. Outras, de 11 e 12 anos de idade, se analfabetas, somente poderiam estudar se houvesse vagas ociosas. Entretanto, a obrigatoriedade deixava de existir se a criança residisse a uma distância além de 2 Km a partir da escola ou não houvesse vagas suficientes na escola dentro dessa área. Assim, as exceções devem ter se tornado quase que a regra, em razão da falta de escolas.

Visando garantir a escolaridade mínima pretendida, os pais seriam multados pelo não cumprimento da lei, assim como os patrões, que “por qualquer modo, impedir ou dificultar que os menores a seu serviço e nas condições desta lei, frequentem as aulas no horário regulamentar” (§ 5º do art. 4º da lei nº 1750/1920).

Uma novidade, que interessou patrões e empregados, foi a instituição de Jardins de Infância e Escolas Maternais. Havia uma distinção entre essas escolas.

Os Jardins de Infância tinham a duração de 4 anos, destinados às crianças com idade superior a 5 e inferior a 6 anos e eram destinados aos órfãos de mãe e aos filhos de professores públicos. Cada jardim teria uma inspetora, quatro professoras, e funcionários necessários.

As Escolas Maternais seriam instaladas pelo governo onde o “exigirem as necessidades sociais”. O Decreto nº 3356/1921 assim determinava:

Artigo 87. – O governo instalará escolas maternas junto às fabricas cujas direcções assumirem o compromisso;

1º - de fornecer local conveniente a juízo do governo, para 120 alumnos pelo menos, durante o prazo mínimo de três annos;

2º - de fornecer a alimentação necessária para esse mesmo numero de crianças, durante prazo idêntico.

---

<sup>28</sup> A Lei nº 1750/1920 foi publicada no Diário Oficial de 10/12/1920, p. 7613 e seguintes. O Decreto nº 3356/1921 foi publicado no Diário Oficial de 03/06/1921, p.3531 a 3561. Disponível em <[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)>. Acesso em 29/12/2008.

Artigo 89. – Durante as horas do trabalho, serão recebidos nas escolas maternas, os filhos dos operários, aos quaes será proporcionada a educação análoga a dos jardins de infância.

Artigo 89. – Para a matricula nas escolas maternas a criança deverá reunir os seguintes requisitos:

- a) ser filho de operário;
- b) ter mais de três annos e menos de oito;
- c) não padecer de moléstia contagiosa, repugnante ou que possa dificultar a disciplina do estabelecimento.

O decreto estabelecia que as escolas funcionariam em dias úteis, das 8 às 17 horas, não havendo férias. Os professores seriam os disponíveis em caso de supressão de suas classes nos grupos escolares; os funcionários seriam pagos pelo governo.

Embora houvesse nítida diferenciação entre as escolas, nota-se, no artigo 89, a preocupação do governo em esclarecer que a educação seria “análoga”. Ainda, nos jardins de infância havia a ressalva de o aluno não possuir moléstia contagiosa, mas nada constava sobre o problema disciplinar, conforme citado nos critérios para frequência às escolas maternas para operários. Quanto aos professores, os jardins teriam número fixo e as maternas, se houvesse disponibilidade de docentes.

O patronato procurou incentivar os industriais a criar as escolas maternas e, posteriormente, as creches. A Circular nº 325, do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, de 7/05/1924, citada por Pinheiro; Hall (1981, p. 211-212) chama a atenção para a publicação do Regimento Interno das Escolas Maternas pelo governo, em 1924, discorrendo sobre as vantagens desse tipo de escola para a fixação do operário nas fábricas (ordem utilitária) e o amparo das crianças durante as horas de trabalho dos pais (ordem humanitária). São citadas as experiências das empresas Cia Nacional de Estamparia e Oetterer, Speers & Cia de Sorocaba.

A Circular nº 399, de 6/1/1925, de acordo com Pinheiro; Hall (1981, p. 212) compara as pequenas despesas que os donos das fábricas teriam com a manutenção das escolas, comparadas com as despesas governamentais, afirmando

Creemos não haverá um único sócio deste Centro que não queira aproveitar-se dos favores desta bela lei. Em troca de despesas mínimas e até ridículas de pequenez...[...] poderão as mães trabalhar, a mortalidade infantil baixará incontinente e à sociedade se incorporarão novos elementos sadios e eficientes.

Pode-se inferir que a legislação demonstrou uma abertura em relação à melhoria de condições de trabalho para as mães e de oportunidade de educação para as crianças. Deve ser lembrado que a criação de Escolas Maternais nas fábricas não era obrigatória, dependendo da vontade do patronato de aproveitar “os favores da bela lei”. Assim, para os operários, a educação continuou a ter um cunho assistencialista, até o ingresso da criança no ensino primário aos 9 anos, havendo vagas.

Se o atendimento ao ensino primário era precário, o ensino secundário praticamente inexistiu.

Em 1886, foi criado pela Câmara o Lyceu Municipal, sendo fechado em 1892. De acordo com o Jornal *O 15 de Novembro*, de 12/02/1903, p. 2, o Lyceu reabriu em 1903 sendo mantido pela Loja Maçônica Perseverança III, mas a tentativa foi infrutífera. A população permanecia sem o ensino secundário gratuito e, também, sem acesso ao ensino superior.

Em 1909 foi fundado o Gymnasio Sorocabano, por iniciativa de Cezar de Lacerda Vergueiro, que contou com o auxílio da Câmara Municipal e de autoridades representativas da sociedade. A escola foi equiparada ao Gymnasio Nacional por decreto de 29/3/1909, sendo dirigida por seu idealizador (*Cruzeiro do Sul*, 31/3/1909, p. 2). Na mesma edição o diretor informava que os alunos seriam diplomados como “bacharéis em sciencias e letras”, tendo direito à matrícula em “cursos superiores de Direito, Medicina, Escola Polytechnica, Odontologia e outros”.

O curso teve início em 4/5/1909, no Club União, Praça Cel. Fernando Prestes. Um dos professores, de Geografia, e também mais tarde Secretário, foi o Dr. Luiz de Campos Vergueiro. Durante seu funcionamento os dias e horários das aulas, nomes dos professores e alunos e resultados dos estudos foram publicados no referido jornal, evidenciando a importância da escola para os moradores da cidade, ou, no mínimo, para os mais privilegiados.

Respondendo aos boatos de que o curso seria transferido de cidade, o *Cruzeiro do Sul* (26/3/1911, p. 2) noticiou que a equiparação do estabelecimento fora feita provisoriamente e seria encerrada naquele mês, informando, ainda, que a equiparação definitiva deveria ser publicada em abril. O Ginásio encerrou suas

atividades em 1911, com a aprovação da Reforma Rivadavia.<sup>29</sup> Não houve outras propostas para educação secundária acadêmica oficial ou profissional. Apenas particulares.

A título de informação deve-se registrar que em 1927 a Câmara Municipal aprovou a criação de um Ginásio Municipal, que deveria funcionar em 1928. Por discordâncias políticas entre o Diretório do PRP e parte da Câmara, composta por vereadores contrários à idéia (entre eles, Luiz de Campos Vergueiro), a subvenção municipal foi suprimida, no aguardo de outra oportunidade. A escola funcionou na condição de estabelecimento de ensino particular, sendo municipalizada em 1929 (Lei Municipal nº 209, de 18/1/1929), que também institui a Escola Normal Livre, regida por lei federal. Estas ocorrências somente foram possíveis com a perda do poder político do chefe do PRP local, Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, a partir de 1928.

À falta de outras fontes, o desinteresse do chefe político para a criação de um ginásio e escola normal, durante todo o tempo de sua liderança local, talvez possa ser explicada, com base em registro no Suplemento Especial, comemorativo dos 100 anos do *Jornal Cruzeiro do Sul*, fascículo nº 5, de 10/7/2005. De acordo com o registro, Vergueiro concordava com o governador Julio Prestes, que preferia criar uma escola profissional e não um ginásio, para atender às necessidades da população de uma cidade industrial.

Com o desentendimento entre o governador (que articulou sua saída do Diretório, em 1927) e Vergueiro, talvez não deva ser descartada a eventualidade de um possível confronto de forças políticas e pessoais, quando da votação da lei que criou o ginásio, em 1927.

---

<sup>29</sup> A reforma Rivadavia, de 1911, implantou a experiência da “desoficialização” do ensino. O objetivo era estabelecer a livre competição entre as escolas de ensino oficiais e particulares; estas, não dependeriam mais de autorização oficial para funcionar, e não haveria qualquer tipo de fiscalização. Surgiram estabelecimentos que ofereciam títulos de bacharéis e doutores, as “academias elétricas”, com “venda disfarçada de títulos”. O ensino secundário teria conteúdo próprio, deixando de ser apenas um estágio para o ensino superior. O exame de admissão ao ensino superior foi considerado excessivamente fácil, podendo ser realizado nas “academias elétricas”. O resultado da reforma foi considerado desastroso para o ensino secundário e superior, sendo substituída pela reforma Carlos Maximiliano, em 1915. (SILVA, 1968, p. 268-280).

Ainda, é preciso registrar a instalação, em 1929, da Escola Profissional Mista, mantida pelo governo estadual, abrindo oportunidades profissionais às mulheres, fato relevante para a época.

O estudo da realidade educacional sorocabana no período proposto, permite inferir que as práticas políticas da elite republicana local, liderada pelo Partido Republicano Paulista, contradiziam seus discursos de expansão da escolarização, como acontecia no país. A criação de escolas dependia dos favores do chefe político Luiz de Campos Vergueiro e de sua ingerência junto ao governo estadual, e cujas ações eram voltadas geralmente aos interesses da oligarquia dirigente, sempre louvadas pelo Jornal *Cruzeiro do Sul*, conforme visto.

Também, não pôde ser notada a preocupação reinante em algumas cidades de maior ou menor porte, no que se refere ao tamanho ou visual das escolas: não foram construções amplas ou suntuosas. Como foi visto, os dois grupos escolares existentes até 1918 iniciaram suas atividades em sobrados alugados, sem condições necessárias às atividades escolares, o mesmo acontecendo com o terceiro grupo escolar.

Pode-se perceber que o ponto de vista de Caetano de Campos não foi observado ao considerar que, por razões pedagógicas “qualquer ensino dado em casas de aluguel impróprias em todos os sentidos para o almejado fim, seria improfícuo e irrisório” (RODRIGUES, 1930, apud CARVALHO, 2003, p. 72). A estratégia de instalação de escolas no centro da cidade foi mantida durante muito tempo, pois, privilegiava os grupos político-econômicos dominantes, que davam sustentação aos líderes políticos republicanos. O terceiro grupo escolar foi instalado em região periférica para atenuar a pressão exercida pelos grupos da população, quase sempre excluída. Deve ainda ser lembrado, que foi também considerado o interesse do patronato na formação de mão-de-obra, no mínimo alfabetizada, a ser utilizada em suas fábricas têxteis.

Esses indicadores comprovam ser a demanda pela escola uma necessidade compreendida, mas assumida ocasionalmente, de acordo com interesses do momento ou pelo empenho de grupos e pessoas envolvidas na luta pela escolarização, que procuravam, de alguma forma, vencer obstáculos e as próprias limitações e impedimentos. A insuficiência de escolas foi constante, gerando insatisfações por parte dos pais, cujos filhos ficavam impedidos de estudar pela disparidade entre oferta/demanda. A atuação política dos grupos dominantes foi



insatisfatória no que se refere aos assuntos da cidade, de maneira particular, a educação.

### 3.4 A política sorocabana

Para que se possa compreender o problema educacional vivido pela cidade, no período estudado, e a luta realizada pelas classes trabalhadoras, que será analisada no capítulo referente à imprensa operária, faz-se necessária uma breve explanação sobre a política no município.

Fazendo parte do contexto político brasileiro, Sorocaba pautou suas práticas reproduzindo a dimensão nacional. O Partido Republicano Federal, criado em 1893 por Francisco Glicério para a eleição de Prudente de Moraes (1894-1898), não teve continuidade; a fragmentação do Partido Republicano em partidos estaduais predominou. Em São Paulo, o partido hegemônico foi o Partido Republicano Paulista, após dominar a dissidência interna inicial entre os republicanos. A partir do governo Campos Sales a formação das estruturas políticas nos Estados foi cristalizada. Foi instituída a “política dos governadores”<sup>30</sup>, que propiciou um certo equilíbrio ao regime federativo e perdurou até 1930. Deputados e senadores garantiam seus próprios mandatos, iniciando-se a implantação das oligarquias estaduais, bloqueando as iniciativas dos grupos de oposição. (SOUZA, 1971, p.185).

A oligarquia estadual, por sua vez, controlava os coronéis municipais, os “caciques”, que dominavam a cidade e a região. Os líderes políticos municipais dependiam das benesses do poder estadual para sua sustentação. As lutas internas entre grupos do mesmo partido ou com opositores externos eram constantes

Existiam lutas políticas municipais: segundo prática firmada de longa data dois grupos se engajavam em luta, dividindo verticalmente as comunidades. Não importava, porém, qual facção ganhava o poder local, pois as graças lhe seriam dadas de qualquer modo, seguidas da absorção pelo governo estadual, com vantagens para ambos os lados. Com o poder judiciário, militar e policial em suas mãos, o Estado garantia sua posição de parte forte, numa barganha na qual o município, ao não entrar nas regras do jogo,

---

<sup>30</sup> Os Estados, de acordo com procedimentos legais, dominavam a política nacional. Davam apoio ao Presidente da República e em troca recebiam garantias de autonomia, controlavam as nomeações federais, sem intervenção da União (SOUZA, 1971, p.170).

teria muito a perder, e, ao cumpri-las, ganhava o que podia ganhar (SOUZA, 1971, p. 186).

Em Sorocaba o cenário se repetia. A cidade contou com o Clube Republicano desde 1874. A disputa pela liderança política sempre foi acirrada, não raro com ações violentas como “empastelamento” de jornais, incluindo assassinatos de políticos e outros líderes, bem como repressões aos participantes de movimentos populares contrários à situação vigente.

Luis Nogueira Martins, a partir de 1897 dirigia a política situacionista, apoiado pelo jornal *O 15 de Novembro*, tendo como opositores os Camargo Pires, que fundaram o jornal *Cruzeiro do Sul*, em 1903. A partir de 1906, ano da pacificação interna do PRP, houve acordo político entre Nogueira Martins, os Camargo Pires, com a adesão do promotor Luiz Pereira de Campos Vergueiro (ALMEIDA, 1969, p. 251). Essa aliança abriu caminho para a liderança de Vergueiro na cidade e região, que perdurou até 1928 – o vergueirismo, liderança exercida de forma nem sempre legais, quando eram envolvidos interesses do partido. Apoiado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, Vergueiro e seu grupo eram frequentemente acusados de fraude e violência física contra os adversários políticos (BONADIO, 2004, p. 259).

De família com tradição histórica no país, Vergueiro foi nomeado Promotor Público em Sorocaba em 1905, passados apenas 15 dias de sua formatura na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi um dos idealizadores e também presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto (GONÇALVES; GONZÁLEZ, 2007, p. 188). Deputado Estadual desde 1910, passou ao Senado Estadual em 1925.

Foi também vereador na Câmara Municipal e em 1928 votou contra a criação do primeiro Ginásio de Sorocaba, como visto. Exerceu, ainda, o cargo de Prefeito Municipal, de janeiro de 1926 a janeiro de 1927 (ALMEIDA, 1969, p. 246).

Pessoa de grande influência, sua presença foi sentida em outras atividades, além das políticas. Foi presidente do Gabinete de Leitura Sorocabano (*Almanach Sorocabano*, 1914, p. 193); conseguiu verbas para o funcionamento da Filantropia Sorocabana, que abrigava leprosos; foi presidente do Asilo de Órfãos Santo Agostinho, fundado por correligionários; participou da criação do Manicômio Dr. Luiz

Vergueiro (ALMEIDA, 1969, p. 288); foi, também, presidente da primeira Liga Sorocabana de Futebol, instituída em 05/11/1908,<sup>31</sup> entre outros.

Vergueiro foi membro atuante da Loja Maçônica Perseverança III, ocupando posições de destaque: foi eleito orador por vários anos consecutivos (1908 a 1912); 2º Vigilante (1908/1909); fiscal mensal de aulas e participou de Comissões de Exames nas escolas maçônicas. De 1912 a 1917 representou a Loja sorocabana junto à Assembléia Geral do GOSP (Grande Oriente de São Paulo); foi orador do Grande Oriente Estadual (1917), Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente Estadual (1918) (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 255 a 358).

Por motivos políticos desentendeu-se com os maçons locais, que na sessão de 05/04/1920 assinaram um requerimento-protesto contra Vergueiro pela perseguição movida a um professor da escola maçônica (Luiz Amaral Wagner), provocando sua remoção da cidade. A atitude de Vergueiro causou desaprovação da população e, particularmente, dos maçons que, em documento

[...] requerem ao Resp. Mestre seja o presente tomado como signal do mais enérgico e solene da Loja contra o acto de remoção, reprovando também, o procedimento do Ir. Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, em participar do acto e entender que por ter nascido em um Oriente onde não se divisa a magnificência do Cruzeiro do Sul e por isso mesmo na vizinhança de outro onde houve a infelicidade de ser: *o tacão da bota e a espada*, a Lei, queira, impondo semelhante regimen, implantar a desarmonia na família sorocabana ( ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 400; grifo dos autores)

Na sessão de 14/05/1920 a Loja expediu o Quitte Placet<sup>32</sup> a Campos Vergueiro, que alegou ter-se mudado do Oriente (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 400).

Seus problemas com a Maçonaria sorocabana continuaram, gerando processos judiciais. Em documentos da Loja, datado de 27/09/1926, Vergueiro é descrito como

[...] celeberrimo senhor desta gleba de terra, o caricato senhor feudal de irrisória figura, o ex-deputado e actual Senador Estadual, prefeito desta

<sup>31</sup> Fonte: Jornal *Cruzeiro do Sul*, 1º/01/2009, A7. O texto trata dos 100 anos da primeira partida oficial de futebol em Sorocaba, realizada no dia 1º/01/1909, pelo campeonato organizado pela Liga Sorocabana de Futebol

<sup>32</sup> Quitte Placet – documento emitido por uma Loja Maçônica desligando um Irmão de seu quadro, comprovando a regularidade de sua situação para que possa filiar-se a outra Loja. Fonte: Dicionário Maçônico – <http://www.fraternidadepaulista.com.br>. Também, com informações detalhadas em: <http://samauma.biz/site/portal.htm>.

malfadada cidade, paraninfo de S. Ex<sup>a</sup> o sr Bispo Diocesano...[...] fanfarrão legionário, chefe de zona, que mais parece chefe de uma cáfila de bandidos, a espreita da ocasião oportuna para se atirarem sobre a incauta vítima, que acredita que sobre o céu do Cruzeiro, há liberdade de pensamento e de acção ( ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 502).

Sua liderança foi fortemente abalada em 1927, ano em que se iniciou seu declínio político. Nesse ano, o diretório local do PRP foi composto por uma maioria anti-vergueirista, por orientação do governador Julio Prestes, antes seu aliado. O motivo da ruptura não foi devidamente esclarecido, uma vez que Julio Prestes havia defendido Vergueiro em processo de grande repercussão, sobre a morte de três operários sorocabanos (*Cruzeiro do Sul*, 30.000 Edições, fascículo 5, p. 69)

No livreto “As ocorrências de Sorocaba” reproduzindo peças do processo, Vergueiro tenta demonstrar que ele e seus correligionários nada tiveram a ver com a morte dos operários Lino Gonçalves, Gastão de Camargo e Belmiro de Oliveira, alcançados por parte “dos mais de 50 tiros de carabina, revólver e garrucha”, disparados contra os manifestantes que haviam acabado de passar em frente ao sobrado em que funcionava o jornal *Cruzeiro do Sul*. Apesar da veemência da denúncia do promotor José Olimpio Dias, ele e os demais denunciados, inclusive o diretor e redatores do jornal, sequer chegaram a ser pronunciados ( BONADIO, 2004, p. 258).

É preciso ressaltar que, na análise do momento político, não se pode entender que o grupo social dominante impôs, de maneira absoluta, seu poder, sem que houvesse alguma resistência à dominação. O grupo vergueirista sofreu oposição do grupo chefiado pelo farmacêutico João Machado de Araújo, apoiado pelos correligionários do Dr. Braguinha<sup>33</sup>, mais tarde assassinado. Os opositoristas foram fortalecidos com a subida de Julio Prestes à presidência do Estado, em 1927.

O vergueirismo representou, em dimensão local e regional, a política dos governadores e o coronelismo, então práticas nacionais. Entretanto, contraditoriamente, por motivos que ainda necessitam de estudos, entrou em choque com as lideranças estaduais, das quais dependia sua sustentação política.

Também, não tinha como aspiração pessoal a expansão escolar, pois considerava que a escolarização não era necessária para as atividades profissionais, além de entender que para uma população operária o ensino

---

<sup>33</sup> Dr. Joaquim Marques Ferreira Braga, o Dr. Braguinha, republicano e opositor do grupo de Vergueiro, foi assassinado em 29/09/1911, por motivos não muito claros. Considerado como amigo e defensor do proletariado sorocabano, foi devidamente pranteado pelos integrantes do jornal *O Operário*, que arrecadou fundos para confecção de um busto, publicando, também, longos artigos em sua homenagem.

secundário e o normal seriam supérfluos. Em sua gestão como Prefeito Municipal, proibiu o pagamento de verba destinada pela Câmara Municipal às escolas mantidas pela maçonaria, alegando “que as escolas não eram necessárias e a Loja o hostilizava”. As escolas continuaram a funcionar com a doação de 1.200\$000 (a mesma quantia destinada pela Câmara) pelo maçom Antonio Flores e a Loja Perseverança encaminhou ofício ao Grande Oriente do Brasil relatando os fatos (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 496).

Seu posicionamento contradizia o discurso liberal de incentivo à escolarização, propagado pelos maçons, colocando-se também na contramão da bandeira republicana de expansão da educação, considerada, naquele momento histórico, essencial ao progresso da nação.

Entretanto, o domínio da política “vergueirista” não inviabilizou as manifestações dos componentes da classe trabalhadora, presentes em todo o período. Essas manifestações em seus aspectos políticos, econômico-sociais e, principalmente, educacionais, serão analisadas tendo a imprensa como referencial privilegiado.

## 4- O MOVIMENTO OPERÁRIO NA IMPRENSA SOROCABANA

Este capítulo aborda o movimento operário na imprensa sorocabana com o propósito de examinar por meio dessa fonte de pesquisa histórica, temas e problemas derivados do referido movimento. Dessa perspectiva foca-se o jornal *O Operário* como uma das expressões da intervenção político-organizativa dos trabalhadores no âmbito da história sorocabana e, especialmente, no campo da educação. Entretanto, registre-se a presença de um jornal - *Cruzeiro do Sul* - no papel de opositor e crítico das reivindicações e ações do operariado sorocabano. O universo temático aqui destacado se manifesta nos embates travados em torno do trabalho infantil, da presença das lutas sociais da mulher operária, do anticlericalismo e das reivindicações que gravitaram em torno da educação em suas múltiplas dimensões.

Com base nessas observações analisa-se, a seguir, a imprensa como fonte histórica.

### 4.1 A imprensa como fonte histórica

O estudo em pauta tem como centralidade pesquisar a relevância do movimento operário para a história da educação em Sorocaba, com base na produção operária no âmbito da imprensa, enfocando de maneira especial o jornal *O Operário*, que circulou no município no período de 1909 a 1913. Pretende-se com isso, refletir sobre o passado educacional, direcionando o estudo para novos interesses e procedimentos de análise, não fundamentados apenas na historiografia que prioriza os discursos legais ou que considera a escola como instituição atemporal, mas, sim, procurando entender a escolarização da sociedade em sua perspectiva histórica.

Na compreensão de Gatti Junior

Atualmente, percebe-se que há um afastamento da produção proveniente do campo da história da educação do caráter prescritivo e justificador de

antes e um redirecionamento no caminho da elaboração de interpretações sobre o passado educacional brasileiro em sua concretude, mediante consulta a uma série enorme de fontes primárias e secundárias que não mais apenas a legislação educacional (GATTI JUNIOR, 2002, p.16).

Aqui foi escolhida, como uma possível interpretação sobre o passado educacional, a imprensa que participa das tensões específicas desse processo histórico, evidenciando e problematizando questões relativas ao momento vivido. Ponderou-se que o espaço jornalístico

Na verdade, constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados), passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido. (CARVALHO, 2004, p. 48).

Carvalho (2004, p. 48) enfatiza a possibilidade de estudar-se a história da educação com a contribuição de jornais e revistas, “pois através deles manifestam-se os problemas educacionais...[...] e compreendem-se as dimensões sociais da educação”. Assim, as notícias educacionais, os detalhes, possibilitam “compreender como as relações foram sendo construídas dentro dos microcosmos sociais”. Procura-se assim

Preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macro-estruturais e, ainda, traz para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar o seu saber e sua vivência (CARVALHO, 2004, p. 49).

Considera-se que o jornal é o arquivo do cotidiano e, de acordo com Albert e Terrou (1990, p.1-2) “de todos os objetos da pesquisa histórica, o jornal, é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui reflexo”.

Outra contribuição importante nessa direção é a de Jobim (1992, p. 26) que, ao analisar a importância do jornal como fonte histórica, alerta para suas limitações e as “verdades pessoais” dos jornalistas: “É evidente que se faz precisa especial disposição de espírito para ler um artigo de jornal do passado e julgá-lo corretamente”. Enfatiza que o pesquisador ao se contagiar pela “atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo bem presentes as circunstâncias históricas em que

se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado”

Alerta, ainda, para o fato de que o jornalista tem uma verdade provisória e contingente e, por isso, está sujeito às incoerências. Entretanto, mesmo não emitindo juízo de valor perene, o autor considera o jornal como um espelho que reflete

Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcelsível para a história, todos esses comentários e notícias são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente, só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese (JOBIM, 1992, p. 29).

Assim, aceitando suas limitações, procurou-se recorrer à imprensa na presente pesquisa, objetivando verificar seu significado como integrante do contexto histórico, sua participação e revelação das tensões do momento vivido.

Como foi visto anteriormente (Cf. Cenário Nacional), a Primeira República apresentou condições políticas e sócio-econômicas que favoreceram a eclosão do movimento operário que agitou o país durante todo o período.

Os trabalhadores arregimentados em associações representativas de várias ideologias participaram das lutas por melhores condições de vida, nesse momento histórico da passagem do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial. A mobilização, para além da organização em associações e das greves, teve como expressão significativa a imprensa operária, que assumiu as mais diversas formas - jornais, periódicos, panfletos, fascículos, folhetos e revistas, constituindo uma fonte documental singular na reconstrução do cotidiano, das lutas e esperanças dos trabalhadores. Os jornais de maior representatividade junto aos operários eram os escritos por libertários, intelectuais estrangeiros e nacionais, que, com seus ideais conquistavam o proletariado, procurando arrancá-lo da alienação e exploração a que era submetido.

Sobre o jornal operário constata-se que

O seu valor como documento vivo desse período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico (FERREIRA, 1988, p. 13)



Deve ser lembrado que, embora expressando os problemas e necessidades dos operários, os jornais não eram, necessariamente, produzidos por eles, mas, também, por intelectuais, vinculados ou não às ligas e sindicatos operários, além de representantes de outros grupos ou facções sociais. A imprensa representativa dos trabalhadores circulava

[...] de maneira diferente da imprensa burguesa ou grande imprensa...[...]  
 Não tem proprietário e sua mensagem é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização (FERREIRA, 1988, p. 6).

Os jornais geralmente estavam vinculados a alguma forma organizativa operária, sendo por ela custeados; recebiam também doações, bem como mantinham assinantes fixos. Por princípio, não tinham filiação partidária: a imprensa anarco-sindicalista “se auto intitulava apartidária e apolítica” (FERREIRA, 1988, p. 31)

Neste estudo, a imprensa operária será entendida como a imprensa direcionada aos trabalhadores, defendendo seus interesses e reivindicações, escrita por trabalhadores, intelectuais e militantes do movimento operário..

Aqui, pretende-se proporcionar uma visão, embora parcial, acerca das reivindicações no campo da educação, realizadas pela população, privilegiando a imprensa representativa de grupos operários. Entretanto, também foram investigados alguns jornais “empresariais” ou “burgueses” que circularam na época e que, embora sob diferentes óticas e interesses, propagavam o ideário educacional.<sup>34</sup>

Visando apresentar e, também, contrapor as concepções de educação defendidas pelos diferentes segmentos, foram examinados exemplares dos jornais: *A Conquista do Bem*, *O Clarim da Luz*, *O 15 de Novembro*, *Diário de Sorocaba*, *Jornal do Commercio*, *O Sorocabano*, *Cruzeiro do Sul* e, principalmente, o *Operário*.

---

<sup>34</sup> No período compreendido entre os anos finais do Império e iniciais da República Sorocaba demonstrou ser uma cidade pródiga em jornais e jornalistas, muitos deles estrangeiros, principalmente portugueses. Em 1842 já existia um jornal na cidade. Desse ano até 1913, quando do levantamento realizado, foram criadas 86 publicações, incluindo jornais representativos de tendência política conservadora ou oposicionista, humorísticos, socialistas, de clubes, religiosos e outros (*Almanach Illustrado*, 1914, p.169-172).

Com exceção do exemplar do jornal *A Conquista do Bem*, pertencente ao acervo do Museu Histórico Sorocabano, os demais fazem parte de coleções existentes no Gabinete de Leitura Sorocabano. Examina-se, a seguir, o jornal *O Operário*.

## 4.2 O jornal *O Operário*

Inicialmente deve ser mencionado que *O Operário* não foi o primeiro jornal fundado em defesa da causa operária. Entretanto, o mais duradouro, constante e expressivo, por representar os interesses dos trabalhadores durante quase quatro anos, além de ser um documento singular revelador da luta operária na cidade, sob a ótica dos participantes do movimento operário.

Em 27/01/1897 foi iniciada a publicação do jornal *A Conquista do Bem*, órgão quinzenal, cuja instituição estava associada à organização do Partido Democrata Socialista, que aglutinou vários grupos socialistas, influenciados pela realização da Segunda Internacional Socialista de 1896. O Partido, além da cidade de São Paulo, teria “bases em Santos, Jundiaí, São Simão, Ribeirão Preto e Sorocaba” (Hardman; Leonardi, 1991, p. 191).

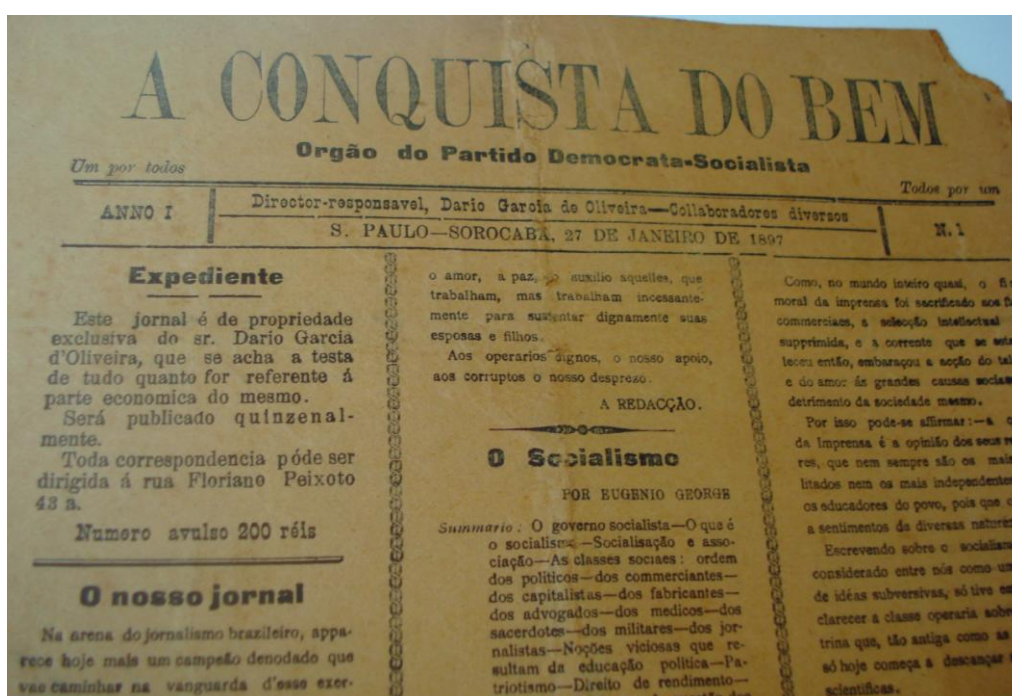
As informações sobre o jornal são bastante exíguas, sendo conhecido apenas o número 1, talvez o único editado. O jornal era de “propriedade exclusiva do sr Dario Garcia d’Oliveira”. O exemplar existente e consultado no Museu Histórico de Sorocaba apresenta as folhas 2 e 3 em branco.<sup>35</sup> De acordo com o posicionamento do editor, o periódico apresentava-se como uma promessa para os trabalhadores

A arena do jornalismo brasileiro, aparece hoje mais um campeão denodado que vae caminhar na vanguarda d’esse exercito poderoso e digno que se chama o operariado. Desenrola sobranceiro o pendão do socialismo e alista-se nas fileiras mais avançadas d’esse partido de oprimidos, que, um dia, hão de fazer os cadafalsos tingir-se com o sangue azul dos *grandes* senhores (grifos do autor). [...] O nosso lemma, o olemma do verdadeiro socialista é Um por todos e todos por um (*A Conquista do Bem*, 27/01/1897, p. 1).

---

<sup>35</sup> BONADIO (2004, p. 253) fez um estudo com base no segundo exemplar existente e completo, pertencente a Romeu Justo.

A linha ideológica, que se pretendia definir, estava contida no editorial intitulado “O Socialismo”, de Eugene George, que seria publicado em capítulos. Na página 4 há um artigo “A festa da Sociedade beneficente dos Empregados da Companhia U.S e Ituana”, realizada em Sorocaba, descrevendo o programa desenvolvido, a apresentação de bandas, leilões e outras atividades. Em meio a elas houve “benção de estandarte” e discurso “do sr Arcebispo Stº Agostinho”, além de discursos em defesa do operariado. Não há outros registros sobre a continuidade do jornal, fato que deixa uma lacuna na história do movimento operário sorocabano.



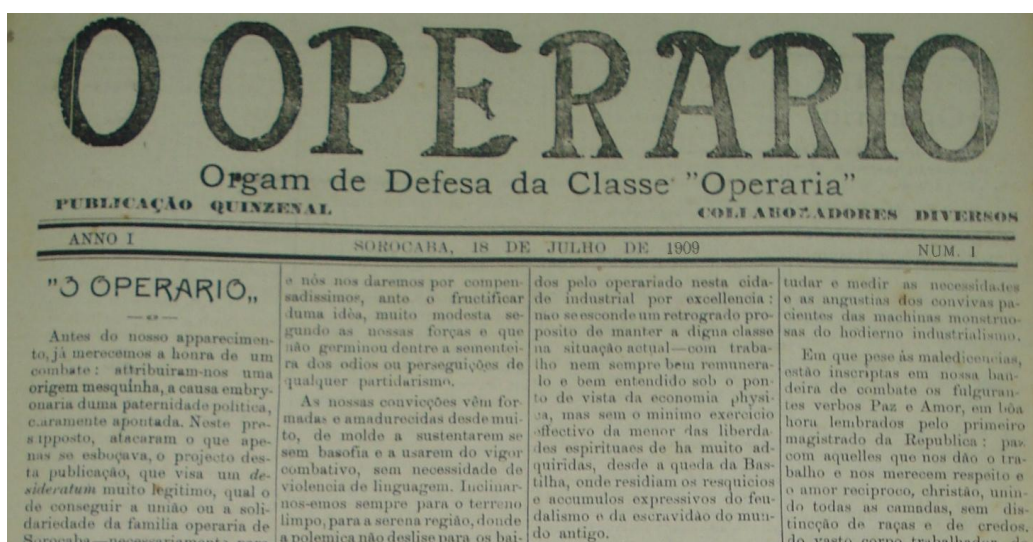
Jornal *A Conquista do Bem*.

Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

O documento impresso mais importante sobre a movimentação operária na cidade, sem dúvida, é o jornal *O Operário*, publicado entre 1909 e 1913, com 171 edições, fato que atesta sua expressividade, uma vez que grande parte dos jornais operários dos grandes centros teve vida efêmera, por falta de recursos financeiros, perseguições políticas do Estado e policiais.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Apesar de sua duração, o jornal não figura nos principais levantamentos realizados sobre jornais operários. Durante a pesquisa foi encontrado um único registro como bibliografia consultada por MARAM (1979, p.179) – norte americano que estudou o movimento operário brasileiro até 1920.

O primeiro número do jornal é datado de 18 de julho de 1909. Os editores o definiam como “Orgam de Defesa da Classe “Operária”” e até o início do mês de outubro foi publicado quinzenalmente. A partir de 10/10/1909 as edições passaram a ser semanais. No “Expediente”, esclarecia-se que era “orgam de uma Associação Operária”, não nominando os responsáveis pela redação ou editoria. Ainda avisava que a “Redacção não se responsabilisa pelas ideas de seus Collaboradores”.

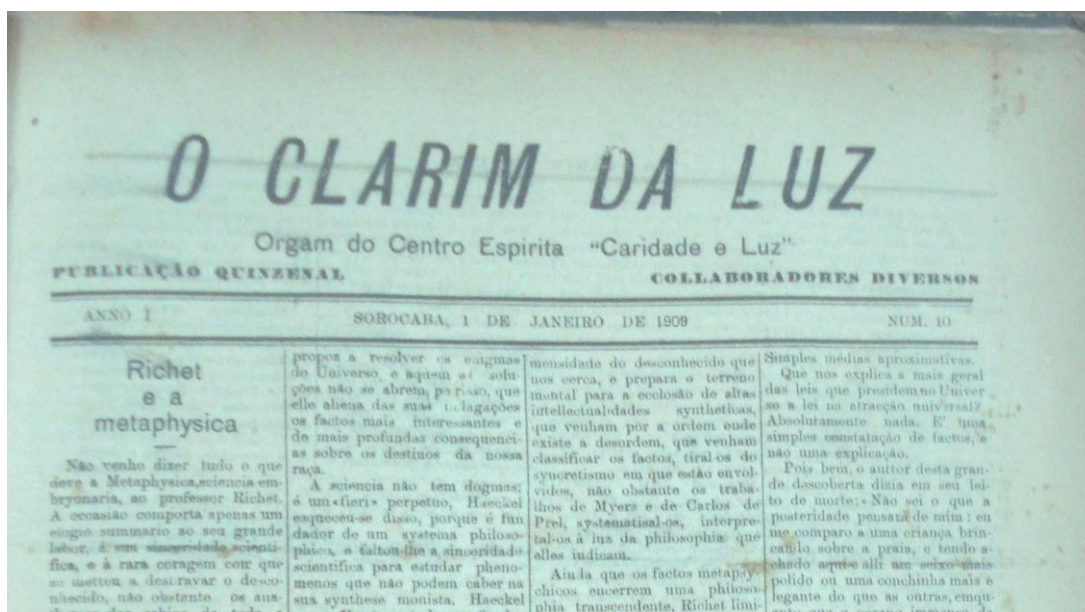


Edição nº 1 do *O Operário*, de 18/07/1909.

Fonte: Gabinete de Leitura Sorocabano.

A partir do nº 09, de 31/10/1909, o jornal definiu-se como “Orgam de defeza da classe operária e noticioso”. Em 13/08/1911, nº 95, intitulou-se *Semanário de Combate - propriedade de uma associação operária*. Não há publicações entre 02/02/1913 e 26/10/1913; nesta data reapareceu, com número 169, como “Orgam Imparcial”, tendo como Redator J. Castro Lima, e contando com “collaboradores diversos”. A publicação, aparentemente foi encerrada com o nº 171.

Na mesma redacção, à Rua Coronel Cavalheiros, nº 23, era editado o jornal *Clarim da Luz*, publicação do Centro Espírita “Caridade e Luz”, sob direcção de José de Castro Lima, um dos fundadores da Liga Operária de Sorocaba.



Edição nº 10 de *O Clarim da Luz*, de 1º/01/1910.  
 Fonte: Gabinete de Leitura Sorocabano.



Redação do *Clarim da Luz* e do *O Operário*. José de Castro Lima está à porta.  
 As crianças são seus cinco filhos.  
 Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

A assinatura mensal do jornal *O Operário* custava duzentos reis, com pagamento adiantado<sup>37</sup>.

De acordo com Bonadio (2004, p. 257) o jornal recebia apoio financeiro de líderes da Loja Maçônica Perseverança III, entre eles, João Evangelista Fogaça, Manoel Affonso e José Bello. Estes tinham matrícula comprovada na Loja Maçônica, conforme informação do mesmo autor. Recebia também apoio de comerciantes e empresários contrários à exploração dos operários e de adversários do grupo político majoritário do Partido Republicano Paulista.

Sobre os integrantes da Maçonaria que apoiavam financeiramente o jornal, procurou-se investigar, em documentos da Loja Perseverança III, dados a conhecer na obra de Aleixo Irmão (1994).

Na pesquisa foram encontrados vários registros. José Bello consta como 2º Diácono, em 1895 (p.103); Cobridor, em 1906 (p.236); 3º Experto, 1907 (p. 244); Comissão Central, 1908/09 (p.261). João Evangelista Fogaça ocupou os cargos de Secretário, 1903 (p. 202); 2º Experto, 1908 (p.255); Tesoureiro, 1908/09 (p.259) e, novamente Tesoureiro, 1910/11 (p.278) e 1911/12 (p.287). Manoel Affonso parece ter sido bastante atuante junto à Loja. Ocupou os cargos de Secretário Adjunto, 1907/08 (p. 244); Secretário, 1908/09 (p.259); 2º Vigilante, 1910/11 (p. 278); 3º Vigilante, 1911/12 (p.287); 1º Vigilante, 1915/16 (p. 319); 1º Vigilante, 1926/27 (p.496); Examinador da 2ª Escola (exames finais dos alunos), 1928 (p.586). Pela análise desses documentos pode-se verificar que esses cidadãos que tinham anúncios publicados no jornal, pertenciam e atuaram de fato junto à Loja Maçônica Perseverança III.

---


<sup>37</sup> Em junho de 1912 o valor era de \$ 300; em agosto de 1912 o valor passou a ser de \$ 500. O valor pode ser comparado com os preços de gêneros alimentícios do Mercado Municipal. Preços de 1909: ovos – dúzia: \$700 a \$800; frango – 1\$ a 1\$300; galinha (uma) – 1\$ a 1\$400 (*Cruzeiro do Sul*, 08/01/1909, p. 2). Preços de 1911: ovos - dúzia: \$800 a \$900; frango – 1 a 1\$500; galinha (uma) – 1\$2 a 1\$500 (*Cruzeiro do Sul*, 12/08/1911, p. 2). Os demais preços não puderam ser comparados por não se especificar a quantidade em quilos. Assim, em 1909, o valor de uma dúzia de ovos equivalia a três meses e meio de assinatura do jornal.

As propagandas abaixo parecem comprovar o apoio financeiro ao jornal.

**Deposito de movçeis**  
DE  
*José Billo.*  
Encontra-se tambem Col-  
xões, traverseiros, almofa-  
das, cadeiras etc.  
Recobe-se qulaquer en-  
commenda.  
Rua do Commercio n. 10  
—Sorocaba—

**Materiaes para  
construcções.**  
e  
**Officina de car-  
pintaria à Tracção  
Eletrica.**  
*Isaac Pacheco—Rua da  
Ponte n. 64.*  
*Caixa do Correio n. 154*  
*—Telephone n. 56.*  
**Sorocaba**

**CASA ESPECIAL DE**  
**Seccos e Molhados**  
**Manoel Affonso**  
*Especialidade em Vinhos Virgons, Verde e do Port.*  
*Cerveja e bebidas nacionnes e estrangeiras Variado*  
*sortimento de conservas e artigos para fumantes, Café, Fumo,*  
*Toucinho e mais generos do pitiz. Cereacs, Louças,*  
*Sementes, etc. Deposito do Carvão de Lenha.*  
Rua do Commercio, 27 TELEPHONE, 80  
**Sorocaba**

**Fabrica**  
**de**  
**Chapéos de**   
*pello de Coelho, Lebre e "Castor"*  
Rua do Commercio nº 4  
**N**esta Châpelaria encontra-se sempre sortimento  
completo em Chapéos de feltro e de palha, bem co-  
mo PANAMÁS.  
*Os chapéos de feltro fabricados nesta casa são ga-  
rantidos quanto a sua durabilidade pelo emprego de*  
*materia prima de primeira qualidade.*  
**PREÇOS OS MAIS MODICOS POSSIVEIS,**  
**Vendas por atacado e a varejo.**  
**João Evangelista Fogaça**  
Rua do Commercio 4  
**Sorocaba**

Fonte: Jornal *O Operário*, várias edições. Gabinete de Leitura Sorocabano.

O surgimento do *O Operário* foi fortemente combatido pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, como demonstra a publicação que objetivava defender os donos e líderes das fábricas e comprova a posição de seus editorialistas em prol do grupo dominante

Apareceu no domingo passado o jornal atacando, em diversos artigos, o pessoal superior e administrativo de algumas fábricas existentes em Sorocaba.[...] A classe operária merece mais respeito e mais critério, porque é composta de milhares de famílias [...] acusar falsamente não é fazer propaganda, é antes afastar a confiança que só devia conseguir “O Operário”, pelo critério salutar da verdade e da imparcialidade. O Operário falseia os factos e não possui doutrina...[...] Mas então não é jornal. Mas então não merece respeito. As suas palavras são deshonestas e são traiçoeiras.(*Cruzeiro do Sul*, 30/09/1909).



Edição nº 1, de 12/06/1903.

Fonte: Gabinete de Leitura Sorocabano

O *Cruzeiro do Sul* definia-se como “Organ Republicano. Propriedade de uma Associação”. Era publicado duas vezes por semana e sua redação situava-se à Rua Monsenhor João Soares, nº 25. A assinatura anual custava 12\$000. Na primeira edição, datada de 12/06/1903, o jornal publicou “O nosso Programma”

De longa data acariciávamos a idéia de publicar uma folha que não estivesse adstricta a conveniências de partidos políticos; que existesse por si sem depender senão de apoio publico, que dissesse o que precisa dizer e que defendesse com honestidade os interesses do Direito e da justiça [...] Não é um órgão partidário: é uma folha republicana e nada mais... (*Cruzeiro do Sul*, 12/06/1903, p. 1

Na realidade, o jornal funcionava como órgão oficioso do Partido Republicano Paulista e defendia de todas as formas o grupo liderado por Vergueiro. As desavenças entre os dois jornais eram constantes, com provocações e respostas



contundentes de ambas as partes. Seus registros sobre o movimento operário em Sorocaba, embora sempre críticos, constituem documento importante, ao lado do jornal *O Operário*.

Este diferia das publicações operárias dos grandes centros ao veicular anúncios publicitários de casas comerciais, serviços médicos, oferta de escolas e professores particulares, entre outros. Talvez esse fato demonstre a necessidade de arrecimação de fundos para a manutenção do jornal - em vários exemplares os redatores reclamam do atraso ou falta de pagamento dos assinantes, fato que dificultava sua manutenção.

Na análise foram constatados anúncios da “Casa Especial de Seccos e Molhados”, de Manoel Affonso; “Depósito de Moveis”, de José Bello; “Fabrica de Chapéos”, de João Evangelista Fogaça, como foi visto, ligados à Maçonaria. Ainda, “Materiais para construcções”, de Isaac Pacheco; “Pharmacia Italiana”, de João Machado de Araújo, empresários, que, de acordo com *O Cruzeiro do Sul*, como já foi mencionado, colaboravam na sustentação do jornal. “A Typographia d’ *Clarim da Luz*”, onde era editado o jornal, anunciava seus serviços em todos os números, com “trabalhos baratíssimos”, serviços que mais tarde incluíam “facturas, envelopes, cartões de visita, boletins, postaes illustrados com photographia à vontade do freguez. em uma ou mais cores”.

Tais colaborações sugerem que o jornal recebia apoio financeiro de assinantes, operários ou não, de empresários, de participantes da Maçonaria e do órgão espírita, que, além de ceder sua redação, tinha seu dono e diretor atuando no *O Operário*. Pode sugerir, ainda, que o jornal, pela análise das publicações e pelo fato acima, tinha seu conteúdo influenciado por orientações ideológicas socialistas, anarquistas, mas, também, por ideais cristãos e maçônicos, além de ideias políticas relacionadas ao segmento de empresários, que, naquele momento, posicionava-se contra a dominação do grupo representativo do Partido Republicano Paulista, como poderá ser verificado na sequência deste estudo.

O jornal sempre negou qualquer influência religiosa ou política. Na data do primeiro aniversário, o editor reafirmou seu propósito único de defesa dos interesses dos trabalhadores e oprimidos enfatizando que

Já temos dito de modo cathegorico e inabalável, muitas vezes [...] que o “O Operário” é independente de qualquer seita religiosa, pois para propagação das nossas ideias, temos uma folha especial que é o “Clarim da Luz” e que,

politicamente, elle também não tem peias, que é orgam livre e absolutamente independente não percebendo subvenções de espécie alguma (*O Operário*, 18/07/1910, p. 1)

Pela análise do jornal pode ser notado que esse pronunciamento não era totalmente verdadeiro. Ainda, apesar de seu diretor declarar-se apolítico, o periódico colaborou na campanha para eleição ao Congresso Federal de dois militantes e defensores dos operários: Benjamim Mota e Passos Cunha, que haviam estabelecido uma relação consistente com os líderes sorocabanos (*O Operário*, 28/01/1912, p. 2).

De acordo com muitos jornais de maior porte, os artigos, crônicas, contos, folhetins, notícias políticas, denúncias de explorações, na maioria das vezes, não eram assinados. Os autores utilizavam iniciais (O.L; P. V; K.); primeiro nome (Plauto; Vicentino), ou simplesmente “Um ignoto”, “Um revolucionário”, “Um amigo do operário”, “Operário livre”, “Zé Velho”, “Gembeco” e outros. O anonimato pode ser entendido, não como descompromisso dos autores, mas como uma forma de defesa contra a repressão política e policial existente contra os militantes, principalmente operários.

Um dos mais frequentes e ardorosos redatores foi P.S.O.M, Patrus, ou P. Trus, mais tarde assumindo a identidade: Pedro Sales de Oliveira Mesquita, jovem que escrevia os protestos, defendia os trabalhadores, fazia poesias e, pelo que se deduz da leitura dos exemplares, era exímio orador, pois representava o jornal em eventos operários, greves, festas, enterros, casamentos, comícios, inaugurações e outros. Em 1912 entrou em conflito com o jornal, dele se afastando (ou sendo expulso), passando a provocar e receber respostas ferinas dos editores do *O Operário*, sendo ao final, “perdoado”.

Em relação aos assuntos publicados, nota-se uma grande diversidade. Nos anos iniciais o jornal preocupava-se em difundir o ideário socialista, visando preparar o trabalhador para o combate à burguesia, publicando artigos como “A essência do socialismo”, “Como não ser socialista?”, “A reforma do socialismo”. As tendências anarquista e anarco-sindicalista, presentes desde o início, predominaram nos anos finais, principalmente a partir de 1912. Veiculava, também, legislação sobre direitos dos trabalhadores, pois seu conhecimento era condição para que o operário fosse reconhecido como cidadão, além de notícias sobre congressos, formação e atuação de ligas operárias, notícias sobre greves, de outras cidades e países.

Nem sempre os conteúdos eram voltados à conscientização ou politização dos trabalhadores. Havia espaços para assuntos do cotidiano social e familiar: seção para aniversários, casamentos, nascimentos e mortes dos correligionários, amigos, assinantes e suas famílias. Para o lazer, anunciava a realização de “pic-nics”, festas, programação de cinemas (“film’s” e apresentações de música), “matches de football”, teatro operário. Publicava charadas, anedotas, poesias, conselhos amorosos, mas também artigos para instrução do trabalhador, como: A metalurgia no Brasil, O 1º de maio, Democracia, O 13 de maio e outros.

Entretanto, sua preocupação primordial era o trabalhador, amparando-o em seu movimento na fase inicial da Primeira República. E como se caracteriza o movimento operário nesse contexto?

### **4.3 O movimento operário**

O movimento operário foi significativo na história sorocabana. Para que se possa compreender a luta dos trabalhadores pela educação, é necessário relacioná-la à luta mais ampla, de caráter político-econômico.

A política partidária vigente no período, sob o domínio das oligarquias, não deixava espaço para a participação das classes trabalhadoras. Entretanto, a atuação dos grupos hegemônicos não conseguiu impedir as manifestações dos operários, que foram constantes nas capitais e em cidades do interior com significativo desenvolvimento urbano.

Como visto anteriormente, a realidade encontrada nas cidades favoreceu o surgimento dos movimentos operários, que ganharam expressão com a criação de organizações, partidos, centros operários, sindicatos e ligas que, apoiados pela imprensa operária atuaram na organização e divulgação do ideário revolucionário, representado principalmente pelo movimento sindicalista e anarco-sindicalista.

Convivendo com o movimento sindical do início do século XX, atuavam as Associações de Auxílio Mútuo, criadas desde o final do século XIX. Tinham como finalidade o auxílio econômico às famílias dos trabalhadores, além de promover bailes, piqueniques, construir bibliotecas, creches, orfanatos, abrigos, hospitais e moradias.

Em Sorocaba há registros dessas associações. – Societá Operaria de Beneficenza e Mutuo Soccorso; Real Sociedade Beneficente Portuguesa Vasco da Gama; Phylantropia Sorocabana; Sociedade Beneficente e Protetora dos Chapeleiros; Sociedade Beneficente de Votorantim; Sociedade Beneficente dos Operários Sorocabanos (*Almanach de Sorocaba*, 1904, p. 124-125).

Nos primeiros anos do século XX as organizações socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas concentraram suas lutas na defesa por melhores salários, moradia, diminuição das horas de trabalho, elaboração de legislação social que privilegiasse também a educação, o trabalho feminino e o infantil.

Os grupos anarco-sindicalistas, além da ação direta por meio das greves, boicotes, enfatizaram a cultura, a igualdade entre os sexos e a educação das massas. As greves foram tratadas como questão de polícia e seus participantes sofreram repressões violentas, que incluíam perda de emprego, prisão, perseguição política e, no caso de imigrantes, expulsão do país.

As greves que ocorriam nos grandes centros encontravam repercussão em Sorocaba, tendo como fatores facilitadores a concentração de indústrias e de operários que nelas atuavam – o proletariado, constituído de trabalhadores da própria cidade, de mão-de-obra originária do campo, além de imigrantes. A presença da estrada de ferro representou papel importante no deslocamento de pessoal à procura de trabalho e, também, na divulgação dos movimentos operários e circulação das ideias e ações reivindicatórias.

Além dos movimentos grevistas, a cidade participou de congressos operários, embora, na maioria das vezes, representada por líderes já experientes e conhecidos nas capitais. Na Conferência Operária de São Paulo, de 1906, os anarquistas Edgar Leuenroth<sup>38</sup> e Conrado Corrad foram indicados como delegados para representar Sorocaba (RODRIGUES, 1969, p.180).

Os trabalhadores eram incentivados a participar dos movimentos pelos líderes que agitavam a questão social com propaganda sistemática por meio de criação de

---

<sup>38</sup> Edgard Leuenroth (1881- 1968) era descendente de alemão. Aprendiz de tipógrafo, convertido ao anarquismo, trabalhou como jornalista, participando da imprensa operária como redator da *Terra Livre*. Foi diretor da *Folha do Povo*; reiniciou a publicação de *A Lanterna*, além de fundar *A Plebe*, em 1917. Foi, ainda, um dos fundadores da Federação Operária de S. Paulo (1905), trabalhando na realização dos congressos de 1906, 1913 e 1920. Durante a greve geral de 1917, em S.Paulo, foi um dos organizadores do Comitê de Defesa Proletária (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 226).

associações, publicação de jornais, espetáculos teatrais, além de centenas de palestras nas cidades do interior.

Em Sorocaba, muitos foram os encontros realizados pelos militantes, já no início do século XX. Em 1902, “Benjamim Motta<sup>39</sup> realiza uma conferencia na sede social do Circulo Socialista” (*Almanach de Sorocaba*, 1903, p. 65). Em março de 1903, “sr Alceste de Ambrys<sup>40</sup> realiza no Salão dos Atiradores uma conferencia socialista” (*Almanach de Sorocaba*, 1904, p. 65).

De acordo com Dias (1977, p. 219), o início da organização sindical no Brasil deu-se por volta de 1903, quando ocorreram as primeiras greves e foram formadas as primeiras Ligas Operárias, Associações Profissionais e de Resistência.

Em Sorocaba, as primeiras associações com fins mais políticos do que assistenciais surgiram sob influência socialista, como o Circulo Socialista Enrico Ferri; em março de 1902 foi criada a Liga de Resistência para defesa dos operários chapeleiros (*Almanach Sorocabano*, 1902, p. 65). O Circulo Socialista foi bastante ativo, promovendo conferências e participando de movimentos na cidade e fora dela. Em fevereiro de 1906 seus membros participaram do comício de protesto em São Paulo, contra o assassinato do povo na Rússia czarista, em dezembro de 1905. Da passeata participaram associações e federações de vários estados do Brasil (DIAS, 1977, p. 251; KOVAL, 1982, p. 105).

Essas associações, embora embrionárias, demonstram a existência inicial de uma política organizativa dos trabalhadores da cidade. Dias (1977, p. 261), também registrou a fundação de um “sindicato de resistência”, em 1906, para resolver a “penosa situação” dos tecelões de Sorocaba. Não há outros dados sobre o funcionamento dessa associação.

Uma das associações mais atuantes foi a Liga dos Pedreiros, que em 1911 se reconhecia como “classe dos pedreiros” e conclamava os companheiros a lutar contra os capitalistas que queriam construir fábricas enormes, mas se esqueciam de

---

<sup>39</sup> Benjamim Mota- paulista (1870 -1940). Fundou o grupo revolucionário “Sapo Morto”. Jornalista, colaborou com vários jornais, fundando *A Lanterna*, anticlerical, em S. Paulo. Advogado, defendeu judicialmente muitos militantes ameaçados de expulsão do país (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 23).

<sup>40</sup> De Ambris – militante socialista italiano veio ao Brasil em 1898, condenado por deserção do exército. No Brasil foi editor do jornal *Avanti!!!*. Fugiu em 1903, após sentença de prisão por difamação contra Nicola Matarazzo. Na Itália foi um dos líderes do sindicalismo revolucionário. Voltando ao Brasil foi editor da *Tribuna Italiana* e do *La Scure*, periódico anarco-sindicalista. Retornou à Europa em 1917, liderou movimentos e assumiu posição antifascista a partir de 1921. Exilou-se em 1923, falecendo na França, em 1934. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 34).

que para tal fim precisavam de “nossos braços” (*O Operário*, 02/07/1911, p. 2). Os pedreiros receberam como insulto a vinda de trabalhadores de São Paulo, trazidos pelos empresários em represália às manifestações e iniciaram movimento para criação da liga, ou “associação de trabalho”.

A Liga foi instituída em 23/07/1911, com estatutos baseados na “Liga de Resistência dos Pedreiros de S. Paulo”; na ocasião foram distribuídos 2.000 exemplares do Manifesto elaborado e dirigido aos pedreiros, serventes, ao comércio e “aos nossos desfructadores” (*O Operário*, 06/08/1911, p. 2). Esses operários, por iniciativa própria e apoiados pela Liga, decidiram, em 31/07/1911, não trabalhar mais de 8 horas por dia: “das 7 as 10, 1 hora para almoço e das 11 as 16 horas” (*Cruzeiro do Sul*, 02/08/1911, p. 2). A luta pela diminuição da jornada continuou, pois, muitos patrões não concordaram com a decisão unilateral; a Liga, com os préstimos de advogados, auxiliava os trabalhadores que sofriam perseguições nas empresas. As 8 horas de trabalho foram concedidas em agosto, ao final da greve de 1911.

Há, ainda, registros da existência da Liga Muraria e Anexos Sorocabana, em atividade nos anos de 1911 e 1912 e da tentativa de criação da Liga dos Tecelões.

A organização operária de maior representatividade foi a Liga Operária de Sorocaba<sup>41</sup>, que agregou trabalhadores de todos os setores.

O jornal *O Operário* apoiou a constituição de uma liga operária desde seus primeiros números. A união de todos os trabalhadores em uma sociedade que defendesse o interesse de todos os setores foi noticiada na edição de 24/10/1909, com a publicação de uma nota da comissão organizadora da reunião operária, que seria realizada nessa data. Ao apoiar o evento, o editor desejou que o lema da sociedade a ser instituída fosse “Instrução e Liberdade”. A reunião foi presidida por José de Castro Lima e secretariada por Pedro Mesquita (ambos do jornal), sendo constituída uma comissão para redigir os estatutos a serem discutidos em assembleia geral. (*O Operário*, 31/10/1909, p. 2).

A partir dessa data, a evolução histórica da Liga não é muito clara. Foi convocada nova reunião, para o dia 14/11/1909, para discutir os estatutos e que seria realizada com qualquer número de sócios (*O Operário*, 14/11/1909, p. 2). A

---

<sup>41</sup> Everardo Dias registra que em 28 de novembro de 1909 “com numerosa assistência de operários tecelões, chapeleiros, pedreiros, carpinteiros, pintores e de outros ofícios funda-se em Sorocaba, Estado de São Paulo, a Liga Operária” (DIAS, 1977, p. 269).

edição seguinte, de 21/11/1909, não publicou nenhuma notícia sobre a reunião ou a Liga (a edição de número 12, na sequência, não foi encontrada). No dia 12/12/1909 (edição nº 13), o jornal noticiou a realização de uma Conferência Socialista, no dia 28/11, que teve como tema a causa operária; o orador foi E. Vassimon,<sup>42</sup> “amigo e companheiro residente em S.Paulo” e que muito lutava pela causa operária.

Ainda, no artigo “Pela Classe”, o articulista tratou das dívidas acumuladas nos armazéns das fábricas, tecendo considerações sobre a independência dos trabalhadores

*Assim é que formada a liga operária entrando cada operario, com uma mensalidade pequena poderemos ficar livres...[...] ter dentro de poucos annos um capital que poderá ser empregado em algum estabelecimento fabril...[...] fazendo-se em fins de anno a distribuição dos lucros pelos associados. ( O Operário, 19/12/1909, p. 10; grifo nosso).*

Na mesma edição, na Secção Livre, p. 2, quatro “companheiros”, entre eles José de C. Lima, editor do *O Operário*, manifestaram a não aceitação dos cargos da Liga Operária, para os quais foram eleitos em assembleia geral.

Tais notícias parecem significar que realmente a Liga foi fundada entre os dias 14/ 11 e 19/12/1909, embora o jornal, que batalhou por ela, tenha deixado de se manifestar sobre o assunto.

Durante o período que se estendeu até julho de 1911, o jornal publicou artigos criticando a desunião dos trabalhadores, a necessidade de compreensão para o fato de que somente ação conjunta venceria os patrões, a burguesia, sem, entretanto, especificar a criação de uma liga operária. Não foram encontradas informações do funcionamento da Liga nesse período;<sup>43</sup> conforme registro citado deve ser considerada a hipótese do fechamento da Liga pela polícia.

Na edição de 30/07/1911 foi publicada a chamada para a formação de uma liga e em 10/09/1911 foram convocados os tecelões para a criação de união

---

<sup>42</sup> Eduardo Vassimon, presença assídua em eventos organizados pela militância anarquista, realizando conferências sobre vários temas: organização operária, escola moderna e outros. Citado como “operário tipógrafo” no jornal *O Chapeleiro*, de 16/06/1905; referências também no jornal *A Lanterna*, de 26/03/1910 (VARGAS, 1980, p. 84).

<sup>43</sup> “A Liga Operária de Sorocaba, que havia sido fechada pela polícia, inaugura sua escola noturna com grande frequência de alunos’ (RODRIGUES, 1972, p. 448).

Em 15/09/1911 “ Reorganiza-se a Liga Operária de Sorocaba (S.Paulo), fechada pela polícia...” (DIAS, 1977, p. 272).

representativa da classe, que posteriormente evoluiu para a Liga Operária. Esta seria instalada com a vinda do “apóstolo da liberdade Dr. Passos Cunha”.<sup>44</sup>

Durante e após a vitória na greve de 1911, foi fortalecida a idéia de criação de uma associação de resistência. Várias conferências foram realizadas objetivando o esclarecimento dos trabalhadores, indicando os meios para que se tornassem cidadãos dignos.

A Liga Operária de Sorocaba foi fundada (no caso, reorganizada), em 18/09/1911, com a presença do Dr. Passos Cunha, contando com a presença de mais de 700 operários, que aprovaram seus estatutos. Para a diretoria foram eleitos dois redatores do jornal *O Operário*: Pedro Sales de Oliveira Mesquita (Secretário), e Antonio Marques (Tesoureiro), fato que certamente evidencia a força do jornal e sua influência na criação da liga. Reforçando a idéia de trabalho conjunto, o editor deseja que a “Liga Operária ora fundada tenha por bandeira União e Solidariedade” (*O Operário*, 24/09/1911, p. 2).

A Liga<sup>45</sup> teve adesão de tecelões, chapeleiros, pedreiros, marceneiros, pintores, ferroviários e outros. Cada segmento seria representado por três operários; nas fábricas onde trabalhassem mulheres, haveria representação de dois operários e uma operária. A representação feminina demonstra a valorização das mulheres, presente no movimento operário em todas as atividades: jornais, teatro (na plateia ou como artistas), nos comícios, passeatas, greves e associações, fato incomum para a época.

A Liga promovia passeios, quermesses e festas para arrecadação de fundos e reuniões para educação do proletariado. Os eventos geralmente apresentavam uma “secção litteraria” com oradores discursando sobre a causa operária, sendo constante a presença de representantes de São Paulo, como Passos Cunha, e de associações de cidades vizinhas – São Roque, Itapetininga, Tatuí.<sup>46</sup> Essas seções, não raro, eram presididas por companheiras que davam “realce as mesmas”. As

---

<sup>44</sup> Dr. Passos Cunha, advogado, militante socialista. Presença marcante em eventos e defesas dos operários acusados de participação em greves, ou em perigo de expulsão do país. Foi candidato ao “Congresso Federal”, com apoio do *O Operário*

<sup>45</sup> A Liga funcionou à Rua Miranda Azevedo, nº 11. Em dezembro de 1912 transferiu-se para a Rua da Olaria, nº 5.

<sup>46</sup> A União Operária de Tatuí, fundada em 1912, “era confederada a União Operária de Sorocaba”. O representante da liga sorocabana em Tatuí foi o Dr. Passos Cunha (*O Operário*, 02/06/1912, p. 2).



conferências eram realizadas no domingo à tarde, em recinto fechado, prosseguindo à noite com concentração em praça pública, seguida de apresentação teatral ou musical.

Constata-se a importância e o esforço da Liga na divulgação de sua existência e de seu trabalho pela causa da classe. Em dezembro de 1912, em assembleia geral a União<sup>47</sup> filiou-se à Confederação Operária Brasileira, a convite desta, que enviou ofício agradecendo a indicação do camarada Cecílio Villar para representar a União Sorocabana junto à COB, “um dos elementos mais em evidência no atual movimento operário do Rio de Janeiro” (*O Operário*, 12/01/1913, p. 2). A Liga mantinha correspondência com a COB (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 222) e também com várias organizações operárias – Santos, Rio Grande do Sul, Buenos Aires, bem como recebia visitas de líderes regionais e da capital. O jornal publicava notícias de greves de todo o Brasil, além das internacionais – Itália, México, Argentina, França comunicando os resultados obtidos pelos trabalhadores, visando demonstrar a força e incentivar a união da classe.

Devido às dificuldades, inclusive financeiras, a Liga nem sempre participava diretamente dos eventos estaduais ou nacionais; entretanto, fazia-se representar.

Uma exceção foi o Congresso Operário de 1912, realizado no Rio de Janeiro, no período entre 07 e 15 de novembro de 1912. Patrocinado pelo Presidente Hermes da Fonseca e organizado por seu filho, deputado Mario Hermes, foi considerado como uma tentativa de controlar as manifestações operárias que ocorriam no país. O Jornal *O Operário* publicou a chamada para o Congresso e o programa que seria discutido, extraído do jornal *Estado de São Paulo*. Informou, também, que o Secretário da União Operária desistiu de comparecer ao Congresso, por ter sido “organizado pela politicagem policial de Mario Hermes” (*O Operário*, 22/11/1912, p. 2). A atitude da União foi alvo de congratulações por parte de vários adeptos e por articulistas do jornal.

Em várias edições foram publicadas notícias sobre o Congresso, sendo a mais contundente, o artigo assinado por Augusto da Fonseca, assíduo colaborador do jornal. O articulista denomina os participantes de “policiais congressistas”, “chaleiristas”, criticando o apoio ao Presidente Hermes da Fonseca, concluindo

---

<sup>47</sup> A organização foi nomeada indistintamente como Liga Operária ou União Operária em muitas edições.

Felizmente que o operariado desta terra já vai sentindo que em si próprio reside a força única de seus direitos, e isto provou não aceitando o convicte do deputado tenente Mario, que gentilmente de espada em punho, sorrirá quando lhe quizer-mos contrapor a nossa única e verdadeira arma, a acção direta. (*O Operário*, 15/12/1912, p. 2).

Em relação às greves, as informações encontradas, bibliográficas e em jornais, permitem afirmar que a participação dos trabalhadores de todos os setores foi significativa, acompanhando os movimentos reivindicatórios na capital e em outras cidades do interior paulista.

Em 1905 entraram em greve os “operários tecelões que trabalhavam 14-15 horas por dia, com um salário de 70 a 80\$000 mensais, em média” (DIAS, 1977, p. 250). Inúmeras greves ocorreram nos agitados anos que se seguiram. Para esclarecimento sobre os movimentos em Sorocaba serão analisadas, embora brevemente, as greves de 1911, 1914, 1917 e 1919. A greve de 1911 foi a única registrada pelo jornal *O Operário*, que circulou entre os anos de 1909 a 1913, e representa um documento singular do pensamento dos trabalhadores, da Liga Operária e dos editores do jornal *O Operário*.

A greve de 1911 foi iniciada pelos tecelões em 1º de setembro, apoiados pelos carpinteiros, pedreiros, que reivindicavam diminuição da jornada de trabalho e aumento de salário; os operários da fábrica de tecidos Santa Maria reclamavam, também, a “demissão do gerente, indivíduo truculento que trata os operários e operárias como verdadeiros escravos” (DIAS, 1977, p. 272).

O movimento se expandiu e as autoridades solicitaram reforço policial da capital, acirrando ainda mais os ânimos, fato que proporcionou uma manifestação do Dr. Luiz de Campos Vergueiro, declarando que não estava envolvido nas perseguições aos operários e que não houve interferência pessoal ou do Diretório do PRP na solicitação do reforço (*Cruzeiro do Sul*, 06/08/1911, p. 2). A polícia efetuou prisões e a perseguição foi acompanhada pelo advogado Passos Cunha, militante socialista (DIAS, 1977, p. 270).

O referido jornal publicava breves notícias, sempre em página interna, em meio a outras, procurando, assim, minimizar a importância do movimento. A greve terminou após uma reunião entre patrões e empregados, mediada por Vergueiro, que resultou em acordo entre todos, “para felicidade de operários e patrões”. Todas as fábricas cumpriam o seguinte horário: das 6h às 10h; 1h para almoço; das 11h

às 6h da tarde, ou seja, 10h de trabalho. A imprensa representativa dos empresários e políticos, assim se pronunciou

Para haver ordem, para haver progresso, preciso se torna a harmonia. E ella existia nas fábricas de Sorocaba, tendo sido alterada apenas por alguns dias...[...] os srs industriais, que como todos nos sabemos que são homens de reconhecido amor ao desenvolvimento desta terra concedendo à classe operaria a fixação de horas pedida, praticaram um acto que muito os nobilita (*Cruzeiro do Sul*, 10/08/1911, p. 2).

Assim, o procedimento dos trabalhadores havia interrompido o estado de harmonia anteriormente existente, que foi restabelecida graças à boa vontade do patronato e, claro, à intervenção de Vergueiro. A redução da jornada de trabalho não foi visualizada como conquista dos operários, mas como um ato de benemerência da oligarquia patronal.

Como se realizou o registro da greve pela imprensa operária? De acordo com o estudo, não foi feita nenhuma conclamação aos operários para que iniciassem ou participassem da greve; deve ser lembrado que a Liga foi reorganizada em 18/09/1911, e, portanto, ainda não havia um órgão que agrupasse as lideranças. Os artigos publicados imediatamente após a vitória dos operários deixam evidentes as tendências e divergências internas do jornal – a defesa dos direitos, mas por meios pacíficos, por negociações e a defesa dos trabalhadores feita por sua própria iniciativa, incluindo a greve.

O primeiro grupo, liderado pelos moderados e pacifistas, em artigo de fundo, elogiou a manifestação pacífica dos operários e a atitude colaborativa do patronato

Os srs industriais são dignos dos nossos elogios pela maneira com que se houveram na questão, já accendendo ao pedido dos operários, já reformando os horários até aqui demasiados (*O Operário*, 13/08/1911, p. 1).

No artigo “Nos e a Greve”, sem assinatura, o jornal ainda fez o pronunciamento

Somos talvez injustos em quereremos arrogar-nos os direitos da victoria, pois que poderão chamar-nos de incitadores de greves, – o que não somos – pois jamais as aconselhamos, simplesmente temos discutido a desunião dos operários sorocabanos. Mas como a greve é consequência natural da união, – originada pela pressão capitalista – temos sempre aconselhado a calma e prudência a par do direito e sensatez que é o característico de todo o livre pensador (*O Operário*, 13/08/1911, p. 2).

O segundo grupo, na mesma edição, “Victoria Sacrossanta”, em artigo assinado por Pedro Sales de Oliveira Mesquita, Secretário da Liga e um dos mais ardorosos críticos do patronato, descreve a atitude dos “carrascos” (patrões e policiais), elogia a participação dos italianos, “filhos da liberdade”, conclamando os trabalhadores à luta contra a escravidão moderna. “A vitória servirá de lição a essa reclusa de vampiros que existem em Sorocaba que pensam que os seus operários haonde ser sempre uma massa de infelizes submersos”. Seus pronunciamentos continuaram por algum tempo

A greve no operariado sorocabano foi uma lição de truz aos senhores burgueses. Bravos!... companheiros, é assim que eu vos quero ver sempre altivos e felizes, honrando o nome de nossa classe, e atirando para longe as malditas algemas que prendiam os braços dos operários de Sorocaba [...] mostrando aos nossos ex-“Senhores” o direito sagrado que possuímos. Nós, os operários precisamos mostrar a essa orda de “sugadores” o quanto valem os. (*O Operário*, 18/09/1911, p. 2)

De acordo com Dias (1977, p. 51), os desacordos de ideias, posicionamentos, contribuía para a formação de grupos com tendências contraditórias e na imprensa operária, no mesmo jornal, escreviam anarquistas, comunistas, libertários, coletivistas, socialistas. Os escritos do *O Operário* sugerem essa aglutinação de tendências, suas divergências e contradições.

A pesquisa permite inferir que, desde sua primeira edição, o jornal apresenta como meta a defesa da classe operária contra todas as formas de exploração da burguesia, representada pelos patrões, donos das fábricas. Demonstra que o operário é um ser político, jurídico, que trabalha honestamente para sua subsistência e a de sua família, devendo ter reconhecidos seus direitos e deveres. Seu lema era a defesa da paz, da ordem e da fraternidade, da liberdade, tendo como tema central a união dos trabalhadores; a defesa de seus direitos deveria ser realizada pacificamente.

Na primeira edição, de 18/07/1909, o editorial declara: “É pois, o nosso *desideratum* alevantadamente humano, moralisadoramente social: vimos pregar e trabalhar para conseguir a união, a solidariedade, o mutualismo entre os nossos operários” (grifo do jornal).

Nas edições seguintes, como a citada abaixo, a abordagem se repetia

É deste modo que queremos o operariado de Sorocaba. Unido, forte, *tendo uma idéia*, batendo-se por um direito. Queremol-o, porem, respeitador da ordem e parte integrante do nosso progresso...[...] Devem umas vez por todas, procurar sahir deste regimem de servilismo a que o tem querido levar. Devem...e nos d'aqui destas columnas já começamos a protestar contra o que vai por ahi, onde o pobre operário mal pago, vai em busca do pão encontrar as imposições, um sem numero de moléstias contagiosas, desastres de toda sorte e muitas vezes a morte...[...] Uni-vos operários e procurai rehavere os vossos direitos. Fazei-o porem dentro da ordem (O *Operário*, 02/08/1909, p. 1; grifo nosso).

Seus redatores tinham clareza de que todo movimento reivindicatório deveria ser baseado em ideias e não puramente em ações; estas, se fossem necessárias, deveriam ser pacíficas. A greve era considerada um meio extremo para a resolução das divergências entre patrões e trabalhadores.

Entretanto, ao longo do tempo, os redatores mais diretamente articulados ao movimento de formação da Liga e, posteriormente, a ela relacionados, não poupavam críticas aos patrões, incentivando os trabalhadores à luta, à ação. Ao tecer considerações sobre a resistência patronal em conceder benefícios, Augusto Fonseca, no artigo Cartas Paulistas, analisa o prejuízo causado pela paralisação das fábricas, deixando claro o incentivo à ação direta por parte dos operários

Só então podemos avaliar o soffrimento da estúpida burguezia que sente a falta do nosso suor que lhe é a vida; e no entanto – os miseráveis – ainda nos vêem dizer pelos jornaes, em cartas espalhafatozas, que nos os Operários não temos razão em fazer greve, pois somos por elles (bandidos), tratados a velas de libra, nas palminhas das mãos – quando só lhes falta roerem-nos os ossos. Mas que bando de embusteiros!. Quando chegará o dia em que o Operariado deste paiz se convencerá de que deve agir por conta própria, quando? (O *Operário*, 16/06/1912, p.1).

Os anos de 1914-1917 foram pontuados pela intensificação do movimento operário. As condições econômicas brasileiras foram influenciadas pela eclosão da I Guerra Mundial; as fábricas de tecidos estavam com depósitos abarrotados, pelas dificuldades de importação/exportação e em todos os setores aumentaram as dispensas de operários. Paralelamente, o custo dos alimentos subia assustadoramente, assim como os aluguéis. O patronato colocou em prática algumas medidas enérgicas, provocando nova onda de protestos: desocupação forçada – lock-out, com trabalho em alguns dias da semana; aumento das horas de trabalho e diminuição de salários e, finalmente, dispensa dos operários. As greves eclodiram por todo o país.

Acompanhando o movimento, os operários têxteis de Sorocaba entraram em greve em outubro de 1914, em protesto pela redução de 25% do salário e diminuição dos dias de trabalho; os ferroviários também participaram, pelos mesmos motivos. Os industriais, pela pressão exercida localmente, não efetuaram as reduções, mas os ferroviários foram forçados a voltar ao trabalho apenas com promessas do governo (DIAS, 1977, p. 287-288). A greve em Sorocaba também foi registrada por KOVAL (1967, p. 117).

O ano de 1917 assistiu a uma das mais violentas greves abrangendo São Paulo e muitos estados do Brasil. A situação dos trabalhadores era calamitosa, em razão dos baixos salários e exploração dos comerciantes nos preços dos alimentos, que já haviam se tornado escassos. Os operários solicitavam aumento de salário, sistematicamente negado pelos patrões, que ameaçavam os agitadores com demissões sumárias. Ante a ameaça dos patrões da Fábrica Rodolfo Crespi, em São Paulo, os trabalhadores iniciaram a greve em 10/06/1917.

Passeatas foram realizadas, bem como prisão de homens e mulheres. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo apelou para as Ligas de todos os estados para promoverem o boicote, não permitindo que Rodolfo Crespi atendesse às solicitações dos compradores, com auxílio de fábricas de outras regiões. A polícia fez intervenções violentas, ferindo manifestantes, inclusive crianças.

Em um dos ataques aos grevistas, na Fábrica Mariângela, em São Paulo, a polícia feriu e efetuou prisões em massa; o operário Antonio Martinez, gravemente ferido, faleceu em 11/07. O movimento recrudescer, abrangendo todas as indústrias e serviços, mas a repressão continuou, quando das manifestações realizadas durante o enterro de Martinez. Os bondes deixaram de circular, a iluminação praticamente deixou de existir e o comércio fechou em São Paulo.

Em Sorocaba, em 26/06, os operários da Votorantim declararam-se em greve em protesto pela dispensa de companheiros e a indústria passou a ser guardada por guarnição militar. Esses operários receberam apoio da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de Sorocaba, que orientou os demais trabalhadores a pedirem aumento de 20% no salário.

O jornal *Cruzeiro do Sul* até a edição do dia 13/07/1917 ignorou o movimento. Nesse dia, em nota interna, informou que a greve na capital estava tomando proporções assustadoras. Percebendo a gravidade da situação, o jornal noticiou a

eclosão da greve na cidade, no dia 17/07, na primeira página, em letras maiúsculas A GREVE NA CIDADE – CERCA DE 10.000 OPERÁRIOS EM PAREDE. No dia 16/07 o comércio, as fábricas, inclusive as oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana e os bondes deixaram de funcionar. A polícia solicitou ajuda da força federal destacada no Ipanema, da Linha de Tiro 359, além de forças da capital. “A força policial da capital fez uso dos espadins chegando mesmo a cometer excessos lamentáveis e ferindo pessoas de representação da nossa sociedade” (*Cruzeiro do Sul*, 17/07/1917, p. 1).

Em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária organizado por vários líderes sindicais e associações populares, entre eles Edgard Leuenroth, reuniu as reivindicações dos vários sindicatos e comuns a todas as categorias profissionais, mas as perseguições e repressões policiais dificultavam a discussão das solicitações pelos trabalhadores. Ainda, o Comitê recusava-se a negociar diretamente com os patrões e o governo, faltando a “experiência em ambos os campos de uma técnica de conflito” (FAUSTO, 1976, p.198).

Considerando esse fato, coube aos representantes do meio jornalístico a iniciativa de reunir o Comitê de Defesa Proletária e uma Comissão de Jornalistas, que mediará as negociações entre os trabalhadores, o patronato e o governo. Na Comissão estavam representantes de nove jornais, entre eles, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Fanfulla* e outros. (DIAS, 1977, p. 301). A reunião foi realizada na sede do jornal *Estado de São Paulo*, em 15/07/1917, e o acordo foi firmado após permissão para realização de comícios para esclarecimento dos trabalhadores.

Em Sorocaba, os industriais rapidamente subscreveram as resoluções tomadas na capital, conforme Ata da reunião

- Os industriaes de Sorocaba reunidos hoje nesta cidade resolveram fazer aos seus operários as mesmas concessões feitas ao operariado da capital
- a) augmento de 20 (vinte por cento) sobre os salários em geral
  - b) não dispensar do serviço qualquer operário que tenha tomado parte na presente greve
  - c) respeitar “in totum” o direito de associação de seus operários
  - d) effectuar o pagamento dos salários dentro da primeira quinzena que se seguirá ao mez vencido
  - e) acompanhar com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições moraes, materiaes e econômicas do operariado de Sorocaba,

Estas condições serão postas imediatamente em vigor desde que os operários recomecem amanhã o seu trabalho.

Sorocaba, 16 de julho de 1917 (*Cruzeiro do Sul*, 17/07/1917, p. 1).

Entretanto, mesmo com o acordo, grande parte dos trabalhadores não voltou ao trabalho, apesar das repressões do exército e forças vindas da capital.

Após nova reunião, os patrões ratificaram o acordo anterior e, ainda, assumiram o compromisso: respeitar as 10 horas diárias de trabalho; conforme a necessidade daquele momento os operários poderiam trabalhar 11 horas, mas a remuneração seria paga à parte; o pagamento passaria a ser efetuado por metro e não mais por peça de tecido. (*Cruzeiro do Sul*, 18/07/1917, p. 1-2).

Os operários demonstravam, mais uma vez, que poderiam enfrentar o patronato e, aos poucos, conquistar alguns benefícios, embora com muitas dificuldades – os “triumfos efêmeros”, denominados por Marx e Engels no Manifesto Comunista.

O *Cruzeiro do Sul* entendeu que os operários conseguiram as vantagens “sem grande custo” e pelo senso de justiça dos empresários que os atenderam, pois não eram “proprietários que a ambição cegou”. O jornal, edição de 20/07/1917, p. 1, comunicou o final da greve e o retorno ao trabalho e, como não poderia deixar de acontecer, agradeceu especialmente “ao Sr Dr. Luiz P. C. Vergueiro que interveiu junto das autoridades para garantir a segurança dos sorocabanos ameaçados pela recua de secretas marotos”.

A onda de greves se expandiu nos anos de 1918 e 1919. Os trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana iniciaram a paralisação no início de julho de 1919, interrompendo o transporte para a capital e o abastecimento de alimentos para a cidade. A greve terminou com a concessão das 8 horas de trabalho e aumento de salários proporcionais ao ganho. A notícia foi recebida pelo “dr Luis Pereira de Campos Vergueiro diretamente do dr Candido Motta, illustre Secretario da Agricultura” (*Cruzeiro do Sul*, 10/07/1919, p. 2).

Nos meses seguintes entraram em greve os sapateiros, os alfaiates, os tecelões e, novamente, em setembro, os operários da Sorocabana, em protesto pela dispensa de dois colegas de trabalho, demonstrando a união desse segmento.

A posição do *Cruzeiro do Sul* foi notadamente de crítica aos trabalhadores, pela perturbação da paz e pelas exigências consideradas, na maioria das vezes,



descabidas. Na greve da Sorocabana, o jornal advertiu os operários, afirmando que não poderiam exigir diminuição das horas de trabalho (15, 16 horas), para 8h e ainda aumento de salário, pois “não se pode pagar dobrado, 8 horas como se fossem 16 e ainda dar aumento” (*Cruzeiro do Sul*, 03/07/1919, p. 2).

Sobre os trabalhadores das fábricas de calçados opinaram que deveriam voltar ao trabalho, pois os salários oferecidos em Sorocaba eram maiores do que aqueles pagos na capital. As admoestações surgiam mesmo de forma sarcástica, como no caso dos alfaiates, cuja Liga solicitou aumento de salário: “Já podemos prever que os nossos ternozinhos domingueiros vão custar agora mais uns tostões” (*Cruzeiro do Sul*, 09/08/1919, p. 2).

A oposição do jornal aos movimentos grevistas foi demonstrada de maneira mais explícita com a publicação de “Operários, alerta...,” assinada por Synphronio Junior, significativamente publicada na primeira página, no dia 07 de setembro, alertando sobre a influência de ideias estrangeiras e de elementos agitadores.

Há maneja de um grupo de perigosos agitadores anarchistas vulgares e de profissão[...] com uma greve que não tem razão de ser, como se ella fosse uma brincadeira, [...] Não são cidadãos sorocabanos, nem siquer brasileiros. É obra do tal Partido Comunista Anarchico há pouco descoberto em São Paulo, que pretendia a suppressão do Estado, exercito, política, união livre e outros absurdos dessa ordem. Os operários sorocabanos não aderiram de maneira geral a greve, numa resolução altaneira e intelligente. (*Cruzeiro do Sul*, 07/09/1919, p. 1).

Nessa breve explanação sobre os movimentos grevistas e organizativos em Sorocaba, pode-se perceber que os operários compreendiam sua situação de proletários e estavam conscientes da exploração a que eram submetidos pelos patrões, a burguesia. Definiam-se como “classe”, “irmãos de classe”, que, unidos, conquistariam a liberdade e a igualdade.

O operariado precisa de instrucção para não ser tão explorado. Porque é que nos exploram os burguezes? Os ricos querem a ignorância porque ella reinando entre nos (os operários) elles tem a machina inconsciente para trabalhar a sua vontade. Companheiros, meus irmãos de classe, quebrae essas argemas que prendem os vossos pulsos e gritae bem alto, Queremos a nossa liberdade e a instrucção para nossos filhos (*O Operário*, 24/07/1910, p. 2).

Nos limites do estudo realizado sobre as manifestações operárias, principalmente em Sorocaba, é possível entender que os trabalhadores, ao

organizarem-se na defesa de seus direitos trabalhistas e sociais, uniram-se na defesa de interesses comuns.

O desenvolvimento crescente da indústria propiciou condições para a concentração da massa operária, que passou a perceber mais claramente a exploração burguesa, constituindo organizações para defesa de seu salário e realizando manifestações, muitas vezes violentas, para garantia de seus direitos mínimos; passaram a ter uma noção mais clara, embora incipiente, sobre a oposição entre a burguesia e o proletariado<sup>48</sup>

Os operários sorocabanos participaram intensamente dos movimentos grevistas nos anos iniciais da República. Reivindicavam melhores salários, diminuição da jornada, melhores condições de vida. Como em todo movimento operário “a pressão sobre a burguesia permitiu algumas conquistas, como diminuição da jornada de trabalho, mas as vitórias eram quase sempre passageiras (MARX; ENGELS, vol.1, p. 28).

Para além desses movimentos, os trabalhadores expressaram sua revolta contra um sistema social injusto, procurando demonstrar que eram pessoas concretas, que viviam e sonhavam na sua realidade. A imprensa operária representou o papel de mediação entre esses sujeitos e a sociedade.

Conforme registrado ao iniciar este capítulo, são diversos os temas tratados na imprensa operária. O jornal *O Operário* será analisado sob vários ângulos, procurando relacionar os temas tendo como foco principal, a educação.

#### **4.4 A educação na imprensa operária**

Considerando o tema-objeto desta pesquisa trata-se de examinar as diferentes reivindicações operárias em relação à educação e suas contradições; as

---

<sup>48</sup> Burguesia : classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado.

Proletariado: classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Notas de Engels à edição inglesa de 1888 do Manifesto Comunista).

formas de educação expressas na imprensa operária: os motivos da valorização da educação formal; como a situação social dos trabalhadores foi um dos fatores determinantes de sua própria educação; como o jornal, por meio de seus artigos, campanhas, procurou esclarecer e educar os trabalhadores; a valorização das mulheres como formadoras da nova realidade social; a importância da família; a educação como condição para a emancipação do trabalhador; a educação racional como necessária para manter as crianças e famílias longe da influência do catolicismo; a posição anticlerical do jornal, entre outras. E, importante, não deve ser esquecido que o próprio jornal foi uma fonte essencial da educação não-formal.

Antes de analisar a imprensa operária, considera-se necessário uma referência, embora breve, do posicionamento da imprensa “burguesa”, no que concerne à educação em Sorocaba.

Acompanhando o contexto brasileiro, a necessidade de escolas para as crianças das classes populares, já era reivindicada pela sociedade sorocabana, no final do século XIX e início do século XX, sendo assunto tratado pela imprensa local. Sob a ótica republicana positivista, a escola era necessária para impor disciplina e manter a ordem nas cidades em crescimento. Aos meninos sem escola ou profissão, que viviam nas ruas e por esse fato considerados sem futuro, deveriam ser aplicadas severas medidas disciplinares.

O menor, iniciado precocemente no trabalho, em fábricas, lavoura e oficinas, também se iniciava cedo em atividades ilegais, como furto e roubo, mendicância, embora muitas vezes assim agindo como forma de sobrevivência em um meio social que, na maioria das vezes, não oferecia oportunidades de uma vida mais digna.

A vadiagem infantil crescia nas grandes cidades como São Paulo, ameaçando a ordem pública. A imprensa paulistana pedia intervenção policial e colocação dos menores em escolas e fábricas. Assim

a solução para o problema passava não só pela escola como também pela fábrica, repousando na pedagogia do trabalho uma solução eficaz e ao mesmo tempo rentável para o problema da delinquência infantil (SANTOS, 2006, p. 220).

Ressalte-se que as escolas eram os Institutos Disciplinares, com trabalho agrícola, treinamento militar e apenas rudimentos de leitura, gramática, aritmética, moral e civismo. De acordo com Santos (2006, p. 226) os menores eram tratados de

forma repressiva, sendo constantes as fugas. Infere-se que as medidas tomadas pelas autoridades na repressão às crianças e adolescentes sem trabalho expressava o combate a tudo o que não estava de acordo com a lógica da produção e do trabalho.

Os problemas das grandes cidades estavam presentes, embora em menor escala, nas cidades do interior em expansão, caso de Sorocaba.

Analisando jornais sorocabanos do final do século XIX e início do século XX pode ser notada a preocupação das elites com a ação dos “menores vagabundos”, referência dada pela imprensa.

O Jornal *Diário de Sorocaba*, de 12/11/1882, p. 2, no artigo “Menores vagabundos”, expõe longamente a ação de bandos de menores nas ruas – estes eram acusados de atirar pedras, cuspir nos fiéis do alto do coro da Igreja e promover correrias. O editor pregava a necessidade de intervenção do poder público. Em outras edições do ano de 1883, o mesmo jornal insiste nas perversidades cometidas pelos “meninos vagabundos”, trazendo dissabores para as pessoas de bem da sociedade sorocabana. Como se observa, o problema com os menores estava longe de ser resolvido.

As reclamações eram contínuas e o jornal as justificava mais amplamente, não apenas defendendo as “pessoas de bem”, mas procurando demonstrar preocupação com as crianças: “não se diga que com isso reclamamos em proveito unicamente da ordem publica, senão também dos próprios menores e de seus governantes” (*Diário de Sorocaba*, 11/10/1890, p. 1). O mesmo artigo afirmava que se a imprensa de maior circulação (fora da cidade) publicar o problema da “garotagem” de Sorocaba

Que isto sirva de aviso ao governo para providenciar sobre o futuro dessas creanças, mandando-se encher as escolas de aprendizes de marinheiros, não seria isso amargo dissabor para as suas famílias, conquanto proveitoso para tantos futuros desperdiçados.

No artigo “Pela Infância”, sobre os atos indisciplinados dos meninos de rua, pode ser percebida a reivindicação da instrução, como forma de combate ao vício e à indisciplinada, mesmo que para isso fosse necessária a força e a coerção.

Não faltam nas nossas leis os meios necessários de que lancem mão as autoridades competentes para reprimir esse excesso de libidinagem e

mesmo coagir os paes, tutores ou governantes desses infelizes a dar-lhes occupação honesta. E quando tal não consigam ainda há um bom destino a dar-lhes: o exercito e a marinha sempre tem claras a preencher. (*Diário de Sorocaba*, 26/02/1893, p. 01)

O jornal sorocabano guarda resquícios das práticas comuns na época imperial. De acordo com Venancio (2007, p. 205), nas capitais havia recrutamento de crianças a partir de 9 anos para servir na marinha - o recrutamento era realizado pela policia, nas ruas e nas oficinas de aprendizes.

A prática do recrutamento não ocorria apenas nos grandes centros. Em Sorocaba, a Loja Maçônica Perseverança III cedeu suas instalações à sociedade “Luz e Liberdade” para funcionamento da “Escola Popular”, a partir de 02/07/1888. A escola encerrou as atividades em 20/10/1888, tendo como justificativa o recrutamento que ocorria no município, somente reabrindo em 05/01/1889 (ALEIXO IRMÃO, 1969, p. 372). O autor, à p. 373, explica que o recrutamento “era feito manu militari<sup>49</sup> e atos de ferocidade praticavam-se na apreensão do pessoal ‘para servir ao governo’. Sorocaba foi cenário da consumação desse vandalismo”

A manutenção da ordem para atingir o progresso foi uma constante na imprensa no início da República. O Jornal *O 15 de Novembro*, em longo artigo, expõe de maneira objetiva a relação ordem-trabalho-educação-progresso para o país, sob a ótica claramente positivista. O artigo “Menores vagabundos” alerta para os dois princípios que devem ser seguidos na educação da infância, essenciais para vencer na vida: disciplina e trabalho. Há duas forças que são contrárias em cada indivíduo, “o instinto do irracional e a razão do homem”. Para que a razão vença e o homem viva em sociedade, a disciplina e a obediência são necessárias desde pequeno.

A disciplina que sob as ellegorias e figuras bíblicas recebe a denominação de obediência não é outra coisa sinão a ordem dos positivistas, e constitue-se o pricipio básico de uma sociedade bem organizada (*O 15 de Novembro*, 03/03/1907, p. 1).

---

<sup>49</sup> Por força militar; recorrendo à força militar; coercitivamente. (Dicionário da Língua Portuguesa Folha/Auréliio).

Manu Militari ou mão militar é expressão latina utilizada para designar aquele que impele o cumprimento de uma ordem ou obrigação com a ajuda militar, com a força armada ou com o poder de policia em seu auxílio. (Glossário Jurídico: disponível em [www.politicaparapolíticos.com.br](http://www.politicaparapolíticos.com.br)).

## O outro elemento da educação é o trabalho

Que é o progresso, cujo habito não só põe o individuo de posse de todas as suas faculdades, como também corrobora e ratifica a disciplina adquirida. O individuo habituado à disciplina e ao trabalho é factor de progresso social de primeira ordem, porque estas duas virtudes, que não são outra cousa mais que o domínio sobre si, desbravam o terreno para a aquisição de outras virtudes como sejam a paciência, perseverança, temperança, tolerância, honestidade etc..., fazendo assim o individuo subir de cathogoria de homem animal para a cathogoria de homem espirito (*O 15 de Novembro*, 03/03/1907, p. 1).

## Os editores concluem o artigo afirmando que para os menores vagabundos

O Instituto Disciplinar é o remedio ou antes a hygiene criada...onde recebem a necessaria noção de disciplina e applicação ao trabalho. Pode muito bem acontecer que estes dous elementos morais e phisicos, reagindo energicamente sobre um carácter em vias de formação, o purifiquem, o transformem, façam de um criminoso em perspectiva um Jean Valjean regenerado, um santo na extensão da palavra (*O 15 de Novembro*, 03/03/1907, p. 1).

. Embora com diferentes linguagens, os jornais eram concordes quando o assunto referia-se à criação e manutenção de escolas públicas

O *Jornal do Commercio*, “Orgam Commercial” e noticioso, de publicação semanal e que se definia como “despretenciosos, não se filiando a seitas políticas, religiosas”, registra no artigo “Instrucção” que

[...] é necessário que os templos de ensino nem uma hora sequer cerrem suas portas. Escolas diurnas para os meninos jovens que não têm ocupação livrando-os assim da vadiagem; escolas noturnas para os operários e toda a classe do trabalho, que labutam durante o dia ganhando a vida e o pão. Alimentar durante o dia o corpo com o pão ganho na fabrica ou na oficina e durante a noite alimentar o espírito com a instrucção, que também alimenta (*Jornal do Commercio*, nº 3, 16/01/1910, p. 2).

A educação escolar continuava sendo vista como instrumento de ordem e disciplina, que levaria a criança ao bom caminho, não se cogitando qualquer alteração na ordem sócio-econômica vigente, ou seja, o trabalhador poderia e deveria estudar, desde que cumprisse com seus deveres nas fábricas e após longas jornadas de trabalho.

Vários jornais participaram dos movimentos para a criação de segundo grupo escolar de Sorocaba, em 1914. O artigo “Pela Instrucção”, extraído do jornal “oficial” do Partido Republicano Paulista, é bastante significativo, pois nele a defesa da

escola pode ser observada sob outro ângulo: o do fortalecimento das lideranças políticas locais, no caso de Luis Pereira de Campos Vergueiro, a quem o referido jornal atribuiu a responsabilidade da criação da escola, como visto anteriormente.

Sorocaba tem palpitante necessidade de mais um grupo, pois sua população é ainda maior que a de Piracicaba e Jundiahy, cidades que possuem mais de um estabelecimento de instrução primaria funcionando com toda regularidade. Era de esperar-se, mesmo, da acção prompta e efficaz dos seus ateis dirigentes políticos, que jamais desmentiram os patrióticos intuitos que os animaram sempre, pois não era admissível que um assumpto de tal relevância fosse preterido, sabendo-se que a criação de tais estabelecimentos depende unicamente dos nossos representantes no congresso estadual, delles que têm o restricto dever de ascultar cuidadosamente as necessidades publicas e supri-las com a mais prompta brevidade e precisão. (*Cruzeiro do Sul*, 04/02/1914, p. 1).

Integrada ao contexto nacional, a cidade empreendeu uma luta constante pela criação de uma Escola Normal. A campanha nacional pela alfabetização estava associada à necessidade de preparo de professores; as Escolas Normais difundidas em muitas cidades do interior dariam o embasamento técnico-pedagógico para o alcance do objetivo de erradicação do analfabetismo, tema central do ideário da Primeira República.

A necessidade da Escola Normal motivou redatores dos jornais de várias tendências. O jornal *Cruzeiro do Sul*, empresarial, manifestou-se sobre a intenção do governo estadual de instalar três escolas normais em “Caçapava, Lorena e a terceira não se sabe”. Questionava o motivo de não

[...] ser installada em Sorocaba, que é uma cidade grande, populosa, commerciante e industrial e, por conseguinte, uma das localidades que concorrem para o Estado. [...] Demais, Lorena é uma cidade bem menor e de muito menos importância do que Sorocaba e Caçapava não lhe leva superioridade alguma. Sorocaba, está, portanto, em perfeitas condições para a instalação da escola.

Na conclusão o artigo incentiva a população à mobilização

[...] indispensável se torna, é que o povo trate de imitar o procedimento do povo de Caçapava e Lorena, dirigindo ao governo um abaixo assignado. Trabalhe mais um pouco, seja um pouco mais animado do que é ,não se contente em fallar unicamente pelas columnas dos jornaes (*Cruzeiro do Sul*, 24/07/1912, p. 01)

Essa manifestação do jornal é interessante por contradizer as iniciativas e orientações no setor educacional do chefe político, Vergueiro, que, como visto não

considerava necessária a Escola Normal para uma população predominantemente operária.<sup>50</sup> Ou, talvez, possa significar que Vergueiro não houvesse ainda manifestado suas “ideias educacionais”.

Apesar das dificuldades encontradas para a criação de escolas “a sociedade sorocabana” demonstrava conhecer o movimento nacional pela alfabetização, bem como os grupos formados em sua defesa, conforme sugere a notícia

De um grupo de cavalheiros será no próximo dia 7/9 a Liga Nacionalista. A população não podia continuar indiferente a esse movimento que está se estendendo por todo nosso paiz em prol do alistamento e da diffusão do ensino (*Cruzeiro do Sul*, 27/08/1919, p. 2)

Ao lado da imprensa burguesa o jornal *O Operário* defendia seu ideário educacional, paralelamente às reivindicações de caráter econômico. O ponto de partida para o estudo dessa temática será o trabalho e a educação das crianças.

#### 4.4.1 O Trabalho e a educação das crianças

O jornal sempre manteve como bandeira a defesa dos direitos dos operários. Os redatores, entre os quais estavam líderes ligados ao movimento operário, em cores fortes, denunciavam a exploração das crianças nas fábricas, os abusos contra as mulheres por seus chefes, a necessidade de educação das crianças, mas também dos adultos; denunciavam os castigos corporais e a exploração econômica de um sistema socialmente injusto

[...] o operariado é victima dos mais torpes abusos, e das mais dolorosas ingratidões. O operariado é um leão que dorme, mais um dia hade acordar lançando abaixo a bastilha dos exploradores. A nossa questão é nas fábricas de tecidos, porque são nellas que labutam pela vida milhares de jovens expostos a tuberculose e as engrenagens das máquinas. Por que é nellas que vivem essa immensidade de meninos pobres que necessitam da luz bendicta da instrucção, o guia abençoado do estudo da vida. (*O Operário*, nº 94, 1911, p. 1).

A mesma realidade era considerada com óticas diferentes, uma vez que, no final do século XIX a imprensa conservadora visualizava no trabalho a maneira mais

---

<sup>50</sup> Cf capítulo “O Cenário Sorocabano”.



correta para afastar a criança do ócio e do vício. O empresário considerava-se e era considerado pela sociedade como benfeitor, pois, além de afastar as crianças do ócio, ainda as preparava para o futuro.

Em artigo relatando a visita à Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosália, após inúmeros elogios, o redator registrou

O compartimento do fabrico do fio é sobremodo digno de visitar-se. Antes de tudo, funcionavam quatro machinas, com 150 fusos cada uma; e finalmente, duas machinas, trabalhando em cada uma 350 fusos. Aqui manusêa-se o fio para morim, desde o número 20 até a 28. Nestas últimas machinas, só operam crianças, meninos ágeis, que é uma viva satisfação ver para allí occupados, aproveitando santamente o tempo que outras malbaratam na ociosidade, na precocidade do vicio. Os operários que presentemente trabalhavam no estabelecimento, montam a 120 homens e mulheres. Os meninos, de ambos os sexos, são de número de 90. De novo, santa escola do trabalho! Vimol-os allí entretidos, deligentes, numa faina suave, que de maneira alguma lhes pode prejudicar as organizações débeis, em vista do diminuto dispêndio de fôrças que demanda. (*O 15 de Novembro*, nº 651, 1899, p. 1)

Assim, o jornal *O Operário* questionava a visão progressista apresentada pelos industriais, políticos e imprensa burguesa, defensores da situação sócio-econômica vigente.

A instalação das fábricas determinava o destino das crianças e adolescentes pobres, que, assim como os adultos, sofriam o mesmo tipo de opressão patronal que ocorria nas grandes cidades brasileiras e do restante do mundo, em decorrência da revolução industrial. O trabalho de crianças e adolescentes era largamente utilizado, pois, reduzia o custo da produção – os salários eram mais baixos do que os das mulheres e dos homens adultos. Essa realidade corroborava as constatações

Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo (MARX; ENGELS, vol.1, p. 27).

Por sua vez, a família, na maioria das vezes, incentivava o trabalho das crianças como uma das formas de assegurar sua sobrevivência. O Jornal reconhecia o fato, como demonstra a afirmação datada de 28/05/1911, p. 2: “Todos nos sabemos que os paes procuram empregal-os em qualquer mister para os livrar de despesas ou para avolumar sua receita, extremamente parca”

Deve ainda ser considerado que os patrões frequentemente utilizavam as crianças como aprendizes, que, em troca do ensino de uma profissão não recebiam nenhuma remuneração, ou um salário ainda mais baixo do que o das demais crianças e jovens. As associações de trabalhadores, com a percepção dos problemas que esse procedimento acarretava, como excesso de mão-de-obra e conseqüente rebaixamento de salários, protestavam por meio da imprensa operária, nas capitais e nas cidades do interior, como Sorocaba

A União Operária pede a todos os operários das fábricas não ensinarem nos teares, pois que o aumento dos aprendizes virão fazer concorrência aos práticos que já andão de sobejo por toda a parte (*O Operário*, 15/12/1912, p. 2)

Ainda, em apelo mais dramático, o jornal alertava para que os operários não aceitassem aprendizes, pois, “os que ensinam concorrem com a desgraça da classe e merecem a morte, pois que o seu neto é a ruína de milhares de famílias” (*O Operário*, 22/12/1912, p. 2).

As condições de trabalho nas fábricas eram quase que totalmente inadequadas: espaços exíguos, insalubres, falta de higiene, baixos salários, excessiva jornada de trabalho – 14-16 horas, sem descanso semanal inclusive para crianças, inexistência de atendimento médico, punições violentas dos mestres e contramestres, que aplicavam castigos corporais nas crianças para mantê-las disciplinadas, ou pela falta de dedicação ao trabalho, como pode ser atestado em muitos artigos do jornal

[...] na semana finda o menor foi agredido dentro da fabrica pelo dito mestre, pelo facto de uma outro menor ter-lhe atirado uma canilha de fio, o que sendo visto pelo sr Eloy (este antes de repreendel-o com bons modos) atirou-lhe as mãos à garganta que o deixou quase asphyxiado, atirando-o depois de encontro a parede, indo mesmo bater nella (e não poderão desmintir, visto o menor não poder ainda fallar muito claro e ter a garganta inchada. Não satisfeito o mestre suspende-lhe o serviço por diversos dias [...]) (*O Operário*, 12/12/1909, p. 2).

As doenças estavam presentes, geradas pela alimentação insuficiente, esforço excessivo, insalubridade – a tuberculose era uma das mais constantes, principalmente em crianças: “Em cada fabrica de tecidos vive a ingrata tuberculose, o verdadeiro premio que os senhores industriaes dão aos seus empregados” (*O Operário*, 18/07/1911, p. 2).

Os acidentes faziam parte do cotidiano. Praticamente em todos os números do *O Operário* havia notícias sobre acidentes, tragédias acontecidas nos recintos das fábricas atingindo adultos e, principalmente, crianças, nas oficinas da estrada de ferro ou nas linhas dos trens, o que demonstra a precariedade das condições de trabalho dos operários.

Ainda, como parte da realidade enfrentada pelos operários deve-se mencionar as perseguições abusivas a que eram submetidas as meninas, adolescentes e mulheres por parte de seus superiores. No artigo “Moralidade de Gerencia! Scenas de Canibae”, o redator solicitava sindicância contra o responsável pelos atos, nunca realizada

A menor de 14 anos [...] vae a Fabrica Nossa Senhora da Ponte ( que irrisão!) affim de alli buscar por um trabalho árduo e desapiedado, o sustento para si e para os seus, e foi miseravelmente desacatada pela horda de Antonio Bernardo que queria arrancar-lhe beijos e della conseguir outras coisas mais (*O Operário*, 31/10/1909, p. 2)

Conforme visto, o jornal retratava a realidade dos trabalhadores, seus problemas, seus anseios por uma vida melhor, defendia os direitos dos operários e denunciava as agruras a que eram submetidos pelo patronato, que raramente estabelecia medidas que os favorecessem, melhorando suas condições de trabalho e de vida. Na defesa, estava incluído o direito à educação, não apenas das crianças, mas, também dos operários adultos, homens e mulheres, que nela visualizavam um caminho para a solução de grande parte de seus problemas.

No que se refere à educação das crianças, observa-se que uma das bandeiras do operariado era a diminuição das horas de trabalho infantil, e não particularmente sua abolição, para que a criança pudesse estudar. Essa reivindicação, comum nos jornais, movimentos grevistas e programas de ligas e outras associações operárias, pode ser entendida pela relação entre alguns elementos: os pais, principalmente os mais necessitados, empregavam as crianças visando um aumento da renda familiar; como não havia escolas e pessoas que cuidassem dos filhos, as mães precisavam mantê-los próximos, no trabalho; o trabalho era visto como fator de moralização, pois, ocupar a criança evitaria os vícios e maus hábitos, que poderiam trazer consequências futuras.

Assim, as lutas eram direcionadas à diminuição da jornada infantil, à proibição do trabalho noturno e regulamentação da idade mínima para admissão ao trabalho.

Marx expressa suas ideias sobre o assunto nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório Acerca de Diversas Questões, destinadas ao primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), realizado em Genebra em 1866

Consideramos a tendência da indústria moderna a fazer com que as crianças e adolescentes dos dois sexos cooperem no grande movimento de produção social, como um progresso e uma tendência legítima e razoável, ainda que o reino do capital tenha feito disto uma abominação. Numa sociedade racional, qualquer criança, desde os nove anos, deve ser um trabalhador produtivo, assim como nenhum adulto, de posse de todas as suas faculdades, pode-se isentar dessa lei geral da natureza. Se quisermos comer, é preciso trabalhar, e não somente com o nosso cérebro mas também com as nossas mãos (MARX e ENGELS, 1993, p. 59).

Entretanto, argumenta que a instrução também deveria ser iniciada aos nove anos, embora fosse desejável que a criança frequentasse a escola mais cedo. Reconhecendo os limites impostos pela realidade sócio-econômica considerou que “no momento, só devemos pensar nas medidas absolutamente necessárias para contra-arrestar as tendências de um sistema social que degrada o operário, a ponto de torná-lo um mero instrumento para a acumulação do capital.”

Respeitadas as especificidades espaço-temporais, de acordo com os textos abaixo, as condições das crianças sorocabanas não divergiam muito daquelas vivenciadas nas fábricas inglesas do século XIX

[...] é triste para mim e outros que como eu se prezam em ser sorocabanos [...] ver uma multidão de pequenos, completamente analphabetos, trabalharem numa escura fábrica, desde às 5 horas da manhã até às 7 horas da noite...Pobres creanças! Que ser'a d'ellas, assim ignorantes, por esse mundo de Deus? [...] devemos trabalhar pela victoria de nossa causa, devemos lutar pelas 8 horas de trabalho pois, com a diminuição das horas nos seus trabalhos elles terão tempo para se instruir para aprender a distinguir o bem do mal. Pois bem companheiros, não poupemos esforços para lutar em prol das 8 horas, ellas serão uma mensagem divina que nos livrará deste captivo e nos dará tempo para nos instruir (*O Operário*, 24/07/1910, p. 2).

Por certo que não podemos deixar de compartilhar na dôr que soffrem esses operários pais de família que, sendo muito mal remuneradas nas oficinas fabricas onde trabalham, vêm-se obrigados a collocar seus innocentes filhinhos nesses estabelecimentos fabris (...), *sim compartilhar não pelo facto dessas creanças irem lutar com o trabalho, não; porque o trabalho é honra, é dignidade* (...) no entanto os alumnos que trabalham nas fabricas, não possuem tempo sufficiente para frequentar a escola, devido as horas demasiadas de trabalho, pois entram as cinco horas da manhã e retiram-se as sete ou oito da noite. Portanto, essas creanças estão condenadas a viver para sempre na escuridão da ignorância?! Não; os senhores patrões compadecer-se hão dellas, e lhes consederão as OITO HORAS DE

TRABALHO (...) compadecendo pois, dessas miseráveis creancinhas, dessas vítimas do trabalho...(O *Operário*, 06/03/1910, p. 2, grifo nosso; maiúsculas – grifo do jornal).

Pode-se notar que as lamentações eram direcionadas em grande parte às condições de trabalho e não especificamente à exigência do trabalho infantil, considerado necessário e digno.

Ao lado das reivindicações sobre criação de escolas e diminuição da jornada de trabalho infantil, o jornal *O Operário* constituía um universo à margem na defesa de ideias singulares no que se refere à educação. Nota-se, na leitura das edições, uma preocupação com a educação da criança operária, procurando prepará-la para o combate à burguesia, valorizando a liberdade, a democracia e a justiça.

O grupo anarquista defendia a implantação da escola moderna, com bases racionais, inspirada principalmente na Escola Moderna de Barcelona, criada por Francesc Ferrer i Guàrdia. A implantação da escola contou com a colaboração de líderes anarquistas provenientes de São Paulo, como Oreste Ristori,<sup>51</sup> que, em visita a Sorocaba manifestou-se

sobre vários pontos referentes à escola moderna, demonstrando de um modo claro e preciso as vantagens do ensinamento único racional, o único verdadeiro, o único digno de ser ministrado aos nossos filhos, para que não sejam amigos de padres e de ...confessionários.(O *Operário*, 24-04-1910, p. 2).

A Liga Operária de Sorocaba foi responsável pela criação de uma escola noturna para adultos e crianças operárias, tendo como professor e administrador, Joseph Jubert Revier<sup>52</sup>, também colaborador do jornal. *O Operário* (10/05/1912, p. 2) faz elogios ao professor que ensinava a grande número de alunos e incutia “o Ideal da verdade”, colocando “Luz no cérebro dos pequenitos operários”.

Edgar Rodrigues (1972, p. 448) registra a existência da Escola da Liga Operária de Sorocaba, que teria sido “fundada em 21/11/1911”. O mesmo autor informa que em 15 de setembro de 1911, a “Liga Operária de Sorocaba, que havia

---

<sup>51</sup> Oreste Ristori – agitador anarquista italiano; fundou o jornal *La Bataglia*, em São Paulo. Foi expulso do Brasil duas vezes, sendo a última em 1936. Escreveu na Itália, folhetos contra o tratamento dado aos imigrantes no Brasil. Morreu na Espanha, em 1937, lutando contra as tropas de Franco (SODRÉ, 1999, p. 311, 313).

<sup>52</sup> As grafias Revier e Rivier foram utilizadas indistintamente pelo jornal. Neste trabalho foi adotada a grafia Revier.

sido fechada pela polícia, inaugura a sua escola noturna com grande frequência de alunos”. O *Operário*, datado de 14/4/1912, p. 2, informou a “criação de uma escola moderna em Votorantim, para ambos os sexos e outra em Santa Rosália”. Não foram encontradas informações sobre o funcionamento dessas escolas.

Artigos e descrições de eventos sugerem solidez na relação entre a Liga Operária e a escola moderna de Sorocaba. A sessão literária da “Velada Mensal” promovida pela Liga, realizada no dia 18/05/1912, demonstra o entrosamento entre os participantes das duas instituições.

Conforme publicação do *O Operário*, de 26/05/1912, p. 2, entre onze oradores da noite festiva, oito eram “gentis operárias” que falaram sobre a questão social, o desinteresse dos padres em relação aos trabalhadores, a emancipação feminina, a revolução social no México, a Escola Moderna e seu valor (por Luiza Candiota, “uma criancinha, pode-se dizer”). Ainda, “o menino João Martins falou sobre a anarquia filosófica”. Deve ser salientado que entre os onze oradores, nove eram alunos da Escola Moderna, orientados por Joseph Jubert Revier.

Fica claro que o professor, para além de ler, escrever e contar, procurava incutir em seus alunos os princípios anarquistas, a conscientização política, o anti-clericalismo, os ideais de liberdade e emancipação da mulher e de todos os trabalhadores.

As veladas operárias eram muito significativas para os trabalhadores, sem muitas possibilidades de lazer. Geralmente, eram constituídas de uma conferência sobre as questões operárias, seguida por uma peça teatral e, mesmo, um baile. Essas festas eram familiares, incluindo vários números infantis que garantiam a presença dos pais. A propaganda doutrinária constituía-se no centro de interesses dos organizadores.

Entretanto, a relação entre os operários, a escola e o professor, em alguns momentos parece não ter sido de todo tranquila. No artigo “Não posso calar”, Revier assim se manifestou

Em todos países que percorri, Europeus e Americanos, desde as mais populosas cidades aos mais afastados sertões, não encontrei um operário análogo ao de Sorocaba. Este é a suprema vergonha do mundo inteiro, que até para funcionar a escola da União Operaria, sob as bases racionalistas, é preciso a protecção da policia. E é preciso notar que não é nenhum burguez e nem filhos da burguesia que assaltam a escola com imprecações chegando até a apedrejar moças alumnas quando se retiram para suas casas; são essa escoria social que aborrecem a virtude; o cultivo

intellectual, o respeito, enfim, tudo quanto pode afastar o individuo da tendência do mal e erguel-o ao nível do homem civilizado (*O Operário*, 02/06/1912, p. 1)

O desabafo de Revier parece demonstrar que nem sempre os trabalhadores aceitavam os ensinamentos ou a doutrinação oferecidos pela escola e, talvez, considerados demasiadamente revolucionários, contrastando com os costumes tradicionais das famílias.

Embora os princípios anarquistas fossem contrários a qualquer forma de governo ou hierarquia, tal fato não impedia a aproximação e aceitação de auxílio quando se tratava do funcionamento da escola, conforme sugere a notícia: “A Escola Moderna da União Operaria, recebeu do Governo do Estado um bom sortimento de material escolar. Em vista da valiosa oferta, a União oficiou ao Secretario do Interior agradecendo” (*O Operário*, 21/04/1912, p. 3)

A escola, apesar dos desencontros, crescia e se desenvolvia, conforme testemunha a informação: em 02/06/1912, por decisão da Assembleia mensal da União Operária foi nomeada uma “professora adjunta para auxiliar na administração do ensino”.

Não foram encontrados outros registros sobre o funcionamento da escola, fato que, sem dúvida, se constitui em grande lacuna na história da educação do município.

Sobre o polêmico diretor e professor da Escola Moderna foram encontrados alguns registros que, embora incompletos, fornecem elementos que desvelam sua atuação na cidade. Joseph Jubert Revier era imigrante francês e sindicalista ativo. Entrou para o corpo de colaboradores do jornal *O Operário* em abril de 1912, sendo considerado “ardoroso publicista atualmente professor da Liga Operaria de Sorocaba”. Foi elogiado pelo jornal como “um nome bastante conhecido nas lides da imprensa operaria, luctador franco leal e desinteressado” (*O Operário*, 14/04/1912, p. 2). Foi nomeado Secretário da Liga Operária no dia 02/06/1912, conforme publicado em 09/06/1912, transformando-a em entidade mais atuante e ofensiva.

Escrevia artigos em protesto contra as autoridades, os padres, injustiças e perseguições da polícia, além de incentivar e conclamar os trabalhadores à ação. Em 1º de janeiro de 1913 assumiu a direção do jornal, “que continuará com o mesmo programma e ser editado na tipographia do “Clarim da Luz, como tem sido até o presente” (*O Operário*, 19/01/1913, p. 2).

Suas ações e escritos, de acordo com as publicações encontradas, sempre foram pautados pela impetuosidade, destemor e pelo espírito de justiça. Seu envolvimento com os órgãos judiciais, de acordo com as notícias do jornal, foi deflagrado com o assassinato de um operário, Damásio Justo, de nacionalidade espanhola, por um soldado a mando do delegado de polícia Gastão de Lima, que era engenheiro da S. Paulo Electric Company, construtora da Usina de Itupararanga, em Votorantim.

Revier denunciou o fato pelo jornal, acusando o delegado de assassinar o operário por vingança – o jovem havia convidado uma moça para uma “entrevista” e esta, que teria “relações ilícitas com o tal delegado”, informou-o do acontecido, provocando o crime (*O Operário*, 08/09/1912, p. 1). Jubert foi processado por difamação. Entre os artigos que escreveu sobre o andamento do processo, um merece atenção pelas deduções que dele se podem inferir

Ao supremo chefe do poder executivo, ao representante de 23 milhões de habitantes d’este infeliz Paiz digno de melhor sorte – devolvo a nomeação de tenente da guarda Nacional, restituo-lhe o titulo de eleitor e de cidadão brasileiro, e me declaro rebelde contra todas as suas leis, decretos ou qualquer outra forma sancionada para enganar o povo. Não quero e não devo por mais tempo pertencer a um paiz cuja Constituição se tornou um qualquer papel de toilet de latrina. (*O Operário*, 27/10/1912, p. 1).

Revier seria, então, brasileiro naturalizado, em plena posse de seus direitos de cidadão.<sup>53</sup>

Suas escaramuças continuavam contra o delegado de polícia de Sorocaba que mandou intimar quatro operários, acusados de distribuir boletim contra o vigário da paróquia e a “clericalinha e jesuitada.” Defende os companheiros alegando que qualquer católico poderia acusar o “parasita vigário que vive de explorar a boa fé dos ignorantes com a taberna e bordel da Igreja que vende a preço fixo: baptismo, missas, recomendações aos cadáveres sem alma” (*O Operário*, 10/11/1912, p. 1).

A última querela registrada no jornal foi com a fábrica de calçados Soares & Irmãos. O jornal denunciou o fato de a fábrica perseguir e despedir trabalhadores por serem anarquistas, chamando-a de “penitenciária russa” (10/11/1912, p. 2). Um funcionário da fábrica, na defesa dos patrões, angariou assinaturas dos trabalhadores entregando-as a um advogado, Dr. Octavio Moreira Guimarães, que

---

<sup>53</sup> Na edição de 29/12/1912, p. 2, há uma nota contendo informação de que o chefe de polícia pediria a expulsão de Jubert, nada valendo ser “eleitor, cidadão brasileiro, casado com brasileira”



redigiu um protesto contra o jornal *O Operário*, publicado no *Cruzeiro do Sul*. Seus artigos contra esse novo processo demonstram seu conhecimento de pensamentos filosóficos de várias épocas, legislação, bem como conhecimento de línguas estrangeiras.

O Promotor, que o ameaçava de expulsão do país, recebia mensagens provocativas

UF! UF!  
 Eu sou promotor  
 De gaitas e petecas,  
 Que até "O Operário"  
 Me taca fubeca

Eu sou pedante  
 e curto de vista,  
 mas ei de deportar  
 um maldicto anarchista.

Nenê de 8 annos  
 (*O Operário*, 22/12/1912, p. 2)

Em 15/01/1913 o jornal publicou na íntegra a sentença absolvendo Jubert nesse processo.

Em meio a esses problemas Revier solicitou demissão do cargo de Secretário da Liga Operária, em dezembro de 1912, para que suas ideias anticlericais não provocassem descontentamento na classe operária; seu pedido não foi aceito. Continuou com suas atividades, inclusive de diretor do jornal, até 02/02/1913, data da edição nº 168.

Entretanto, os problemas parecem ter continuado, conforme sugere o relato

Em 20 de março de 1913 é condenado a quatro meses de prisão celular e 450\$000 de multa o operário marceneiro Joseph Joubert, sob acusação de ter na greve de tecelões de Sorocaba, ferido o delegado de polícia local, quando pretendia dissolver um comício (arts.205 e 206 do Código Penal). A defesa, no Júri, esteve a cargo do advogado e militante Benjamim Mota (DIAS, 1977, p. 281).

Coincidentemente, nesse período o jornal deixou de ser editado. Nada foi esclarecido quando do retorno do jornal, em 26/10/1913, já com a direção de José Castro Lima, do *Clarim da Luz* e que contou com apenas três edições, as de

números 169, 170 (não localizada) e 171. Não foram encontrados registros de outras edições<sup>54</sup>.

Deve ser evidenciado que Revier, embora fosse considerado um cidadão perturbador da ordem e da moral burguesa, foi o gerenciador e incentivador do ensino racional ministrado na escola moderna em Sorocaba, que, se não rendeu muitos frutos, colocou a cidade na vanguarda das práticas educacionais daquele momento histórico.

Esse momento exigia não apenas a escolarização básica (alfabetização), mas, também, exigia o envolvimento governamental e do patronato na oferta do ensino noturno e ensino profissional.

#### 4.4.2 O ensino noturno e o ensino profissional

Sobre o ensino noturno, o jornal foi pródigo em reivindicações sobre a necessidade de abertura de escolas para crianças e adultos e, também, sobre a importância de serem proporcionadas condições de frequência às aulas

Há muito que vimos batendo pelas columnas no nosso modesto periódico, a imprescindível necessidade da criação, manutenção e regular funcionamento de escolas nocturnas para operários, afim de que os mesmos, depois das horas de trabalho pudessem receber um pouco de luz, sem nenhum prejuízo, absolutamente para os patrões (...) ou o governo, por meio de uma Lei regulasse as horas de trabalho em todas fabricas, ou os patrões por si mesmos facilitassem os meios, reduzindo as horas de trabalho ao menos para os que tem necessidade de aprenderem alguma cousa. (*O Operário*, 02/10/1910, p.1).

È interessante notar que ao mesmo tempo em que se reivindicava um direito, o texto sugere certa submissão às condições impostas e uma certa preocupação em não pretender “atrapalhar o serviço” ou dar prejuízo aos patrões; os trabalhadores iriam às escolas após cumprir todos os seus deveres. Demonstra, também, não ser uma reivindicação escrita pela ala mais radical do jornal.

---

<sup>54</sup> Uma notícia comprova o desaparecimento do jornal. “*O Clarim da Luz*” – pequeno mas correcto estabelecimento typographico. Foi montado para servir ao extinto periódico ‘*O Operário*’, sendo-lhe mais tarde acrescentada uma secção para os trabalhos avulsos” (*Almanach Illustrado* de Sorocaba, 1914, p. 89).

A impossibilidade de frequência era insistentemente lembrada pelos redatores, justificando que os operários, que eram os que mais lutavam pelo progresso do país, não podiam educar-se – trabalhavam das 5 horas da manhã até às 8 horas da noite, ou além, e as escolas funcionavam das 6 horas da tarde às 9 horas da noite.

No artigo “Escolas Nocturnas: com vista aos senhores Industriais”, *O Operário*, de 02/10/1910, p. 1, teceu considerações sobre a extensa jornada de trabalho nas fábricas, demonstrando consciência dos lucros que tal horário proporcionava aos patrões. Lamentava o fato de os trabalhadores não conseguirem chegar à escola no horário estabelecido e, de forma irônica, o articulista aconselhava “a Santa Maria, Santa Rosália e Nossa Senhora da Ponte a darem começo ao trabalho as três horas da madrugada fazendo-o cessar as cinco”.

Em 1910 o governo estadual criou duas escolas noturnas para operários, que no entender dos redatores não teriam utilidade, pois os trabalhadores saíam das fábricas às 8h30 da noite. O governo deveria criar também leis que garantissem a frequência às aulas, diminuindo a jornada de trabalho. De acordo com o jornal os professores “ficam nas salas vazias à espera de alunos que não chegam. Se são velhos já talvez tenham bocejado bastante e talvez mesmo já tenham passado gostosos cochilos” (*O Operário*, 09/10/1910, p. 3).

A Loja Maçônica Perseverança III era frequentemente elogiada pela manutenção de escola noturna “sob o regimen de trez hábeis professores e no entanto, os alunos que trabalham nas fabricas não possuem tempo suficiente para frequental-a” (*O Operário*, 06/03/1910, p. 1).

A conquista, embora momentânea, da redução da jornada para 10 horas de trabalho, como consequência da greve de 1911 incentivou os trabalhadores, fato que teria “reforçado o elemento escolar nas escolas noturnas da Perseverança III”<sup>55</sup>. O jornal agradeceu, louvando a iniciativa e os esforços da Loja Maçônica em benefício dos operários

O procedimento digno e correcto da benemérita loja Perseverança III, merece,por todos os os títulos, os nossos melhores encômios e por essa

---

<sup>55</sup> O aumento da frequência às aulas foi também assim registrado em 27/11/1911: Depois do movimento grevista dos trabalhadores nas fábricas de tecidos de Sorocaba, que conseguiram uma diminuição nas horas de trabalho, nota-se sensível aumento de frequência de alunos às escolas noturnas daquela cidade paulista (DIAS, 1977, p. 272).

razão, louvamos do melhor coração, o grande alcance dos dignos propagadores do bem, que constituem o elemento massonico local. Essa grande instituição, abrindo escolas para os míseros sedentos de luz, não faz mais do que abrir as portas do grandioso templo, onde reside o absoluto que é Deus (*O Operário*, 27/08/1911, p. 2).

Ao lado das propostas para instalação de escolas com linhas ideológicas defendidas pelos trabalhadores, propunha-se também a criação de escolas públicas e de escolas instaladas pelo patronato.

No artigo “Pelos Creanças”, de 29/05/1910, p. 2 os diretores do jornal pediam aos patrões para “que arranjem professores particulares para os ensinar” e, também, que os proprietários das fábricas criassem escolas para seus empregados “por sua conta, sem a menor remuneração por parte deles, pois que do contrário podemos contar com uma leva de perdidos que só poderão dar prejuízo a sociedade”.

De acordo com a notícia abaixo, o patronato pouco interesse demonstrava pelas reivindicações, com exceção, naquele momento, da criação de escolas nas vilas operárias, que como visto, ampliava seus espaços de poder e atendia às mínimas necessidades dos trabalhadores.

Quanto a criação ou manutenção de escolas para a educação dos operários por conta dos respectivos industriaes, foi objecto de varios argumentos nossos, nada porem produziu, pelo facto esta claro, da completa indiffença que reina no espirito dos senhores patronatos em favor da classe operaria, única que sabe soffrer sem oppor resistência (*O Operário*, 31/07/1910, p. 2).

Sobre o ensino profissional, constatava-se que além do analfabetismo, a falta de preparo técnico era considerada como um dos fatores que dificultavam o desenvolvimento do Brasil. Aos poucos foi reconhecida a necessidade dessa modalidade de ensino, principalmente para as classes populares.

As críticas ao ensino com base na cultura clássica foram se intensificando e “assentou-se o princípio de que a escolarização tem valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública” (NAGLE, 2001, p. 148). Assim, o ensino primário foi associado ao ensino profissional visando inserir o homem no processo de produção e, também, integrar o país ao capitalismo.

Ao ingressar na nova fase do processo de acumulação capitalista, as transformações econômicas e sociais relacionadas à industrialização e à

urbanização foram se acelerando, forçando os grupos dominantes a alterar e a redefinir sua relação com o trabalho.

A realidade que se apresentava aumentou a demanda por operários “como assalariados ou como pequenos proprietários de oficinas de fabricação de peças, manutenção e reparo de equipamentos (MORAES, 2001, p. 178). A mesma autora, p. 178, ressalta que o uso da maquinaria, além de requerer certas habilidades, exigia disciplina e vigilância, surgindo a necessidade de “mestres e contramestres como elementos indispensáveis no processo de sujeição do trabalho ao capital”.

Os setores dominantes, industriais, enfrentavam, também, outros problemas: a mão-de-obra qualificada era, em sua maioria, estrangeira; o recrudescimento das greves e as tentativas de controle do mercado de trabalho pelos sindicatos. Diante dessa situação o patronato e o Estado divisaram o ensino profissional como uma das soluções para seus problemas, com o objetivo de “conformar e controlar o mercado de trabalho”, tornando-o um processo institucionalizado e, portanto, controlado de qualificação do trabalhador (MORAES, 2001, p. 178). Esse processo também objetivava a substituição do trabalhador estrangeiro pelo brasileiro, transformando a escola profissional em um “veículo seguro de nacionalização” e a necessidade de sua expansão como “uma questão patriótica” (MORAES, 2001, p. 178).

Os editores do jornal *O Operário*, conectados com as realidades nacional e local, em 1911 já demonstravam preocupação com o ensino profissional, principalmente para os mais jovens, evidenciando a insuficiência da “preparação técnica da mocidade, tanto na industria como no commercio”, não tendo, portanto, oportunidade de obter conhecimentos práticos”. (*O Operário*, 19/02/1911, p. 1).

No artigo “Estamos vencendo”, nota-se que o editor reconhecia a necessidade de qualificação do trabalhador, argumentando

A instrução para o operário é tão necessária como a sciencia para o sábio, pois que o operário sem instrucção nunca será bom operário, assim como o sábio sem sciencia nunca será sábio. Sinão vejamos: Qual não seria a dificuldade de um mechanico si não conhecesse os principios básicos de sua profissão por meio de um estudo theorico e pratico conscienciosos; e a do carpinteiro , pedreiro, alfaiate, etc...se o mesmo lhe acontecesse? Não passariam de maus artistas e dentro em breve ninguém lhes confiaria trabalho algum (*O Operário*, 31/07/1910, p. 1).

O articulista ainda sustentava que se os operários soubessem ler, escrever, contar e conhecessem a profissão seriam mais requisitados, teriam maior rendimento no trabalho, mais lucros e, também, aumentariam os lucros dos patrões. Pode-se notar a preocupação do jornal em mostrar a importância e em incentivar o trabalhador a se preparar profissionalmente, para sua própria ascensão profissional, mas, também, para que os resultados do trabalho fabril fossem mais produtivos, inclusive para os patrões.

A falta de escolas públicas profissionalizantes foi motivo de discussões também em outros jornais. Sobre o assunto, é digno de registro o protesto jocoso, publicado pelo Jornal *O Sorocabano* “Organ do S.C. Sorocabano”.

Sorocaba vai ser mais uma vez preterida! É nos doloroso dizer que infelizmente não temos quem se interesse lá na Câmara Federal pelo nosso progresso. Ao passo que Botucatu que invejamos tem alguém por si, com uma Escola Normal, Escola Superior de commercio reconhecida pelo governo Federal, etc. Sorocaba tem um manicômio (a sua custa) e tem... vontade de ter uma Escola Profissional. E o povo da cidade de Sorocaba que concorre com os cofres da União, com renda superior a do Estado do Espírito Santo. É possível que o Governo Federal com a criação de Escolas de Aprendizes de Artífices, localize uma em... Assis e Chavantes. (*O Sorocabano*, nº 16, de 14/11/1920).

Os apelos não foram atendidos, pois, como visto, a primeira escola técnica somente foi instituída em 1929<sup>56</sup>.

Sobre o ensino secundário não foram encontradas notícias, significando que não era sequer reivindicado pelos operários, pois estes não eram atendidos nem em suas necessidades mais básicas como o ensino primário.

O ensino superior, muito distante do cotidiano dos trabalhadores, mereceu de Elvira uma crítica contundente expressando sua revolta contra a burguesia

As Academias são uma consequência directa do arbítrio duns poucos sobre muitos [...] prepara indivíduos os quaes possuem todos os defeitos dos

---

<sup>56</sup> O governo estadual criou escolas profissionais somente a partir de 1911. Nesse ano instalou dois Institutos Profissionais em São Paulo, feminino e masculino (Bairro do Brás); duas Escolas de Artes e Ofícios, em Amparo e Jacareí (esta teve duração efêmera). Na sequência instalou a Escola Profissional Mista, em Rio Claro (1920); Escolas Profissionais Mista, em Franca (1924); Escolas Profissionais Mistas, em Ribeirão Preto e Campinas (1927); Escola Profissional Mista Cel Fernando Prestes, em Sorocaba, (1929). A de Sorocaba havia sido criada pela Lei 1860, de 30/12/1921. Fonte: LAURINDO, Arnaldo. *Cinquenta anos de Ensino Profissional no Estado de São Paulo – 1911-1961*. Vol.1, p.108-111. São Paulo: Andrioli S/A, 1962.

antigos que os governos criavam para o seu interesse, e como elles, não sentem e não dão provimento a necessidade do povo [...] de suas paredes sahem castas de funcionários tão deshumanos tão opressores, tão monstruosos, tal e qual como foram os jesuítas [...] Após 6 longos annos de estudos fúteis e nocivos sahem da escola funcionários do governo dados a policia de carreira, a advogados, a professores, a letrados e litteratos. E o que é mais espertalhão segue a carreira de politiqueiro (*O Operário*, 24/11/1912, p. 1).

Para além das lutas pela oferta de escolas, tradicionais ou racionais, conforme o grupo anarquista, o jornal tinha como preocupação a orientação das famílias, consideradas como responsáveis pela educação de seus filhos, conforme pode ser verificado em seguida.

#### **4.4.3 A educação familiar – saúde – castigo – moral**

Sobre o assunto, os redatores com bastante frequência publicavam textos de aconselhamento aos pais, principalmente no que se referia à educação das crianças no âmbito familiar.

Um dos articulistas mais constantes foi Antonio Marques, que procurava indicar às mães a melhor maneira de educar seus filhos: deixá-los brincar moderadamente, entre 4 e 5 anos de idade; cuidar de seu espírito “logo que principia a ter a intelligencia desenvolvida”; a autoridade deve ser observada, mas sem constantes castigos, que tornam as crianças “cynicas e desbriadas”; dar bons exemplos; os pais deveriam ir para casa após o trabalho, sem ficar nas tavernas ou teatros. Em hipótese alguma a criança deveria ir à escola antes dos 7-8 anos, “pois a experiência prova que antes dessa idade é prejudicial forçar a intelligencia”. Às mães caberia explicar aos filhos o que acontecia no cotidiano, “o que nos outros chamamos de noções das cousas” (*O Operário*, 10/12/1911, p. 2).

A preocupação com o alcoolismo do homem operário foi notada em muitos artigos. Entretanto, outros, como neste texto assinado por “Um sertanejo”, eram dirigidos às mães, que resumidamente, não deveriam: deixar seus companheiros permitir que os filhos provassem as bebidas; permitir que os filhos trabalhassem em fábricas de destilação de álcool; tomar bebidas alcoólicas, principalmente durante o aleitamento, pois nesse caso o “leite adquire a acção estupefocenta, (Gouvier),

podendo a criança apresentar sonolência, convulsões, “face estúpida”, etc... O álcool durante a gravidez poderia provocar o nascimento de filhos portadores de “retardamento, hysteria, deformações, paralisia, idiotia e imbecilidade” (*O Operário*, 20/08/1911, p. 1).

Sobre os castigos, Antonio Marques aconselhava utilizá-los moderadamente, evitando “pancadas e posições muito forçadas”. Também deveria ser evitado o “susto e o terror” (ameaças da mãe sobre castigos dados pelo pai ao voltar do trabalho), pois os filhos ficariam com medo do pai. A melhor forma de castigar, entre os 8-9 anos, seria dar exercícios ou outro, pois teriam dupla finalidade: serviriam como castigo e como aprendizagem. (*O Operário*, 21/01/1912, p. 1).

A função informativa e educativa do periódico também envolvia orientações sobre a saúde dos operários e como preservá-la promovendo o arejamento das casas (*Operário*, 29/11/1911, p. 2). “Casa onde não entra o sol, entra a doença” – aconselhava Antonio Marques. Os quartos deveriam ser arejados, evitando o “ar encanado”, prejudicial; os quartos de dormir não poderiam abrigar muitas pessoas (em um quarto com 3m por 4m, poderiam dormir no máximo três pessoas); não deixar a luz acesa durante a noite, “não cosinhar no quarto”, pois vicia o ar e outros. Certamente, algumas dessas orientações eram difíceis de serem seguidas, em razão das condições precárias de moradia da maioria dos operários.

Sobre a educação informal das crianças o jornal dedicou, por longo período, uma coluna intitulada “Para nossos filhos por uma amiga da infância”. AOS EDUCADORES, assinada por Tia Leonina

Como a principal mira da educação é inspirar sentimentos virtuosos nas crianças, penso fazer um pequeno benefício às mães e aos educadores, escrevendo neste modesto diário, onde encontrarão um bom pensamento, um conto edificante ou uma pratica piedosa, os quais lidos e commentados, podem resultar salutaes fructos ao juvenil auditório.

Os artigos eram publicados em série, iniciada em 30/01/1910 sendo suspensa a sequência em junho de 1911. Tia Leonina orientava pais e professores a ensinar conteúdos de História, Geografia, Ciências, Matemática, Religião, hábitos higiênicos, boas ações, utilizando contos, fábulas, acontecimentos do cotidiano das crianças. Ensinava, também, o amor à Pátria, procurando despertar o civismo nas crianças, por meio de lições, cânticos e poesias ufanistas



Como é bella a nossa terra!  
 Dos poetas tão decantada!  
 Não há paiz no mundo igual,  
 A gentil terra amada!

São amenas as noites de luar  
 E reina aqui a eterna primavera;  
 N'estas plagas felizes inverno  
 O seu rigor jamais impera.

Cantemos, cantemos nossa terra  
 Tão fértil tão prodigiosa!  
 Do continente Americano  
 A perola mais mimosa!

A piedade, a indulgência, a boa vontade, a gratidão, a delicadeza, a bondade, a amizade estavam presentes em todas as lições, intermediadas pela fé, pela crença em Deus e na imortalidade do espírito.

Para os redatores do jornal, além da vida familiar, crianças e adultos deveriam ser informados, orientados para conhecer sua realidade local, nacional e mundial, ser preparados e conscientizados da necessidade de lutar por sua liberdade e emancipação.

#### **4.4.4 Educação: conscientização, liberdade e emancipação**

Como visto, a luta pela oferta de escolarização à população trabalhadora foi exaustivamente registrada pelo jornal.

De maneira geral, evidencia-se nas reivindicações a preocupação com a instrução e a visão da escola como um canal para a liberdade, para a ascensão social do trabalhador e de seus filhos

[...].escolas para os operários é a coisa mais necessária e mais santa que se possa imaginar, porque se abre, é um cárcere que se fecha. [...] é n'ella que se reconhece o valor da liberdade. Existem nessas fábricas uma quantidade enorme de creanças que estão na idade de frequentarem escolas. Coitados...criam-se nas fábricas...nesses antros de entorpecimento sem nunca lembrarem-se que com a instrução e a força de vontade poderiam melhorar essas suas sortes (*O Operário*, nº 96, 1911, p. 2).

Nessa reivindicação pode-se notar que os operários, assim como as classes economicamente privilegiadas, estabeleciam e aceitavam a relação entre educação, ordem e progresso; a educação e o trabalho poderiam evitar os vícios, a criminalidade e, conseqüentemente, a prisão.

A relação entre educação (instrução) e emancipação da classe trabalhadora foi reconhecida, sendo inúmeros os artigos incentivando os companheiros ao estudo, pois, ao lado das lutas, somente o “aperfeiçoamento do intelecto” levaria ao progresso e à liberdade da classe.

Neste século de luzes, que se diz de luzes, para a verdadeira libertação [...] é essencial que tenhamos um pouco de instrução, que desenvolve nossa intelligencia, tirando-nos da obscuridade, desvendando por completo a vereda à qual devemos prosseguir (*O Operário*, 28/08/1910, p. 3).

Ainda, no artigo “Por onde Triumpharemos!”, de 05/11/1911, p. 1, o editor registrou: “no sol benedito e vivificante da instrução é que o operariado deve procurar divisar a sua suspirada e justa emancipação”

O esforço para instruir e conscientizar os trabalhadores esteve presente enquanto durou o jornal, objetivando demonstrar a necessidade de transformação da ordem vigente. No artigo “Anarchia e Socialismo”, Augusto da Fonseca afirma que o anarquismo não era um mito, sendo baseado cientificamente e “em grandes intelligencias que se lhe fizeram adeptos: entre elles encontram-se capacidades como o ex-principe Pedro Kropotchine e ex-Conde Lião de Tolstoi”. Com o anarquismo a sociedade

“alcançaria a sublimidade do bem-estar” ,,,[...] baseado no puro socialismo, o ideal sublime do inesquecível Ferrer. E todos vos que conheceis as obras deste grande luctador, direis qual a sublimidade dos ideais racionalistas – anarchistas – direis se o ser anarchista é um crime (*O Operário*, 23/10/1910, p. 1).

O artigo continua com ataques à Espanha, à França, à burguesia e à nobreza, alertando que a liberdade do proletariado seria alcançada com o “governo da communa”.

Liberdade e igualdade estavam associadas em vários artigos, como “O que queremos”, identificados apenas por “K” e publicados nos dias 27/10 e 03/11/1912. Neles, o articulista criticava a suposta igualdade existente na França e na Suíça,

defendendo que a única igualdade econômica, social e moral somente existiria quando

Tudo pertença a todos; queremos que as máquinas sejam expropriadas dos detentores delas a fim de constituir-as em propriedade comum dos operários que as fazem mover e produzir.

As terras, os instrumentos de trabalho deveriam pertencer aos trabalhadores livremente associados; os produtos naturais também deveriam pertencer a todos.

Não é possível obter a igualdade sem suprimir o privilégio econômico que se chama propriedade, não é também possível reivindicar a liberdade sem eliminar todos os governos que formam o privilégio político em que se baseia a exploração do homem pelo homem. Nós não queremos senhores nem escravos, nem governantes nem governados. Queremos todos os seres iguais no meio da liberdade mais completa (*O Operário*, 03/11/1912, p. 1).

Na sequência, o autor registra

Declaramos, em consequência comunista, e desafiamos a todos aqueles que se deixam guiar pelo egoísmo, que nos demonstrem como a verdadeira igualdade, seja possível existir sem o comunismo que sintetiza o débito e o haver entre o indivíduo e a sociedade subordinada a velha fórmula “De cada um segundo suas forças e a cada um segundo suas necessidades”<sup>57</sup>

Sobre a referência acima, vale lembrar que na Crítica ao Programa de Gotha, Marx entende que a máxima poderia ser aplicada somente quando a divisão social do trabalho estivesse superada, o Estado teria deixado de existir e haveria estabilidade econômica. Enfim, quando a sociedade comunista estivesse desenvolvida em sua plenitude. Naquele momento histórico tal realidade era inexistente, razão pela qual ainda havia necessidade de repartição da riqueza de acordo com a produção de cada um e não de acordo com sua necessidade, conforme pregavam os idealizadores do Programa.

Os escritos parecem evidenciar certo conhecimento de alguns teóricos, como Kropotkin e Marx, havendo outros escritos por Malatesta. Nota-se o destaque dado a Ferrer, como era frequente em artigos sobre os mais variados assuntos, comprovando o respeito e a importância a ele atribuídos.

---

<sup>57</sup> O autor não cita a fonte. A frase foi extraída da Crítica ao Programa de Gotha, de Marx, 1875. De acordo com Konder, (1998, p. 159), a máxima é do socialista utópico Proster Infantin.

Como pôde ser visto, por meio de artigos os redatores procuravam induzir os operários a pensar sobre sua realidade e a lutar para transformá-la, tarefa nada fácil, considerando-se o baixo nível de escolaridade e as condições materiais em que viviam. Observe-se que os dois últimos artigos foram escritos em anos diferentes e com posturas ideológicas diversas. O primeiro, sobre o anarquismo, foi publicado na fase ainda predominantemente socialista do jornal; o segundo, sobre o comunismo, foi publicado na fase assumidamente anarquista do *O Operário*. Tal fato reforça a constatação já referida no trabalho (Cf. O movimento operário) de que na imprensa operária da época, as divergências ideológicas não eram seriamente consideradas – os adeptos de todas as ideologias conviviam e escreviam no mesmo jornal.

Ainda sobre a conscientização dos trabalhadores, pode-se verificar que o jornal *O Operário* procurou desempenhar, de forma convincente, suas funções de “informação, conscientização e mobilização” (FERREIRA, 1988, p. 6).

Foi constatada, em vários números do jornal, a preocupação de seus redatores com a atualidade dos informes, não só locais, mas também mundiais, cumprindo seu papel de instrumento de informação e de mobilização.

Em relação à educação, nota-se essa conexão na participação da cidade nos protestos contra a prisão de Francesc Ferrer i Guàrdia,<sup>58</sup> fundador da Escola Moderna de Barcelona, e nos comícios de solidariedade quando de seu fuzilamento, em 1909, movimentos estes, organizados em todo o Brasil<sup>59</sup>. Em amplo artigo, “Comício de Protestos”, o jornal registrou sua indignação

Enquanto aqui nesta cidade tratamos de fazer chegar ao conhecimento dos operários as ideas liberaes, lá fora, pratica o governo do despótico Affonso XIII, um crime bárbaro mandando fuzilar pelos seus lacaios uma das maiores glorias desse seculo – Francisco Ferrer [...] Sorocaba protestou contra esse acto de selvageria fallando brilhantemente sobre o horroroso e barbaro fuzilamento, em comício no largo da Matriz, ante-hontem, as 8 horas da noite [...] (*O Operário*, 17/10/1009, p. 3).

O mesmo artigo descreve a passeata realizada pelas ruas do centro da cidade, os inúmeros discursos e as homenagens prestadas na Photographia Luxardo,

---

<sup>58</sup> As diversas obras consultadas apresentam diferentes grafias: Francisco Ferrer; Francesc Ferrer y Guardia; Francisco Ferrer y Guardia. Neste escrito foi adotada a grafia catalã Francesc Ferrer i Guàrdia.

<sup>59</sup> A Loja Maçônica Perseverança III fez constar em ata um protesto pelo fuzilamento do “ilustre pensador Francisco Ferrer, fundador da Escola Moderna em Espanha...protesto pelo ato indigno...cerceando a liberdade de pensamento” (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 272).

diante do retrato de Ferrer. Os redatores lamentam o fato de a Espanha não ser um “paiz livre, sem o beija pé do Vaticano”, enviando “pezames aos hespanhoes que trabalham pelo ideal do immortal Ferrer”.

Durante todos os anos de funcionamento o jornal publicou artigos ou notas na data de sua morte, objetivando deixar viva na memória do operariado a figura de Ferrer e sua importância para a educação proletária. No terceiro aniversário da morte de Ferrer a União Operária organizou

Uma passeata cívica pelas ruas indo até S. Rosalia, onde se organizou um belo Comício, falando sobre a vida de Ferrer e sua obra, os companheiros Francisco Calvo em língua castelhana, Joseph Jubert e Galileo Lara, em portuguez (*O O perário*, 20/10/1912, p. 2).

Muito antes da criação da Escola Moderna em Sorocaba constata-se que os editores conheciam seu funcionamento e incentivavam a realização e participação de eventos que contribuíssem para instalação ou manutenção de instituições desse modelo pedagógico. Na edição de 10/04/1910 o jornal publicou um extenso programa do Grande Festival em Benefício da Escola Moderna de São Paulo, festa que aconteceria no dia 21 de abril, na cidade de Mayrink, em prol da “grandiosa obra de regeneração social, que é a Escola Moderna”.

A festa foi organizada pelas associações operárias das duas cidades, Sorocaba e Mairinque, contando com bandas de música, barracas, tómbolas, leilões, distribuição de doces às crianças. Não poderia faltar a conferência, a cargo de Eduardo Vassimon, sobre a importância da escola; à noite haveria um espetáculo dramático. Conclui-se, pelo programa (iniciado na estação da estrada de ferro, às 5 horas da manhã) que a atividade era familiar, cultural, filantrópica, além de conscientizadora das propostas de uma educação racional.

As festas eram frequentes e importantes para a vida coletiva da classe operária. Como o programa citado acima, as festas incluíam conferências libertárias, teatro social, geralmente em benefício de “escolas livres”, de jornais operários, associações; em solidariedade a militantes presos; arrecadação de fundos para época de greves, e poderiam terminar com um “baile familiar”, apesar das restrições a esse tipo de diversão (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 258).

Também eram frequentes as reuniões ao ar livre, como “pic-nics e quermesses realizadas aos domingos.



Pic-nic de operários, sem data.  
Fonte: Museu Histórico Sorocabano.

O jornal funcionava também como instrumento de educação dos operários, procurando conscientizá-los de sua realidade, combatendo os vícios, que poderiam desviá-los do caminho para a emancipação da classe trabalhadora

Na classe operaria predomina ainda por demais o abuso das bebidas alcoólicas e o excesso das relações sexuais que são os principais fatores que corrompe o caráter, deprava a moral, obscurece a intelligencia e aniquila a vontade. Os operários em sua maioria detestam a instrucção e acceitam tudo quanto é crednices religiosas, tudo quanto é charlatanismo politiqueiro sem o mínimo analyses, sem a mínima reflexão. [...] é o caso desses imbecis que detestam a crencia para entregar-se desenfreadamente as supertições e crednices populares detestando as organizações que é uma escola onde todos podem trocarem ideias e adquirir pratica e conhecimentos para a luta de se emancipar [...] [...] chega o Domingo após seis dias de trabalho rude e pesado que deviam procurar o descanso e aproveitar o tempo na cultivacção do seu intellecto, lerem, associarem-se para as coisas úteis, não, procuram gastar todo o fructo do trabalho em jogos de cartas, de bolas, de bicho de loterias e nas libações alcoolicas, etc... (O Operário, 1913, p. 1).

Outro artigo, bastante interessante, se intitula “Jogo-Preguiça-Álcool”, assinado por Leonardo de Campos. O artigo adverte os trabalhadores contra a “horrrível trindade”, que provoca prisão, suicídio, desgraça da família, corrompe a sociedade e arruína a pátria. Na parte final, conclama

Irmãos em Nosso Senhor Jesus Christo, ergamo-nos resolutos contra a horrrível trindade que já tem raízes em nossa caríssima Pátria. [...] Annunciemos, pois, o Evangelho de Jesus, que sanctifica o coração do homem. Annunciemos com verdadeira fé o nosso Bendicto Salvador aos nossos patrícios, que estão correndo o gravíssimo perigo de cahirem presos na férrea cadeia da horrrível trindade (*O Operário*, 19/06/1910, p. 2).

Os textos revelam a presença do “puritanismo ético no ideário anarquista, que se expressa no tom e conteúdo da crítica libertária ao álcool, futebol, baile, carnaval, etc...” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 258), além do apelo a Cristo como salvação dos trabalhadores contra os vícios.

Entretanto, nota-se uma incoerência: ao mesmo tempo em que os vícios eram condenados, o jornal publicava semanalmente, entre outros, anúncios de bares onde eram encontradas “cervejas geladas”, “vinhos virgens importados”; de “Pinga de Caninha Pura”, fabricada em Itu, além de aconselhar os operários a pedir “só cigarros ‘Dr Ferreira Braga’”, “fabricados a mão, com fumo de primeira qualidade”, fabricados em São Paulo, em homenagem “a memória do grande sorocabano, do defensor dos oprimidos” (*O Operário*, 14/04/1912, p. 3). A casa comercial de Manoel Affonso fazia propaganda do “vinho do Porto High Life” e de “cigarros High Life”, mesma denominação da Empresa M. Affonso & Lima, de teatro e cinema, que funcionava como “centro de diversões familiares”, tendo, também, “rink” de patinação (*O Operário*, 02/04/1911, p. 2 e 07/12/1912, p. 2).

Na análise do jornal *O Operário* foi possível constatar o respeito manifestado pelos articulistas com relação a Ferrer. Sobre esse pensador espanhol serão feitas algumas considerações a seguir.

## 4.5 A educação racional de Ferrer

No decorrer deste escrito constatou-se a presença constante de Ferrer em artigos sobre educação, políticos, além de sua influência na fundação da escola racional de Sorocaba, conforme visto. Desde as primeiras edições do jornal pôde ser verificada a realização de palestras por líderes anarquistas italianos radicados no Brasil, que aportavam a Sorocaba procurando incentivar os operários a adotar o ensino racional, livre da influência religiosa e burguesa. Em outros artigos, como o de Joana Dubois, que será comentado à frente, falou-se, também do “ensino integral”, necessário para a valorização do respeito à liberdade de um e de todos.

De acordo com as evidências, Ferrer tornou-se um personagem emblemático para o jornal, que sempre procurava preservar sua memória junto aos operários.

A seguir, serão vistos alguns aspectos mais essenciais da vida e obra de Ferrer, procurando, nos limites da pesquisa, compreender os possíveis motivos da identificação do jornal *O Operário* com o seu pensamento.

### 4.5.1 Ferrer: republicano, anticlerical, maçom e anarquista

Na Espanha, no século XV, a guerra contra a dominação árabe marcou a união entre a realeza, a nobreza e a Igreja Católica, reforçada pelo movimento de expulsão dos judeus da Península Ibérica. Nesse contexto, a burguesia, que estava em desenvolvimento nos países da Europa Ocidental, não agregou forças para lutar contra essa situação, com exceção da Catalunha, cuja classe burguesa comercial era poderosa e manteve por muito tempo essas situação.

De acordo com Tragtenberg (1978, p. 19) “é o papel que ocupava Barcelona entre as cidades espanholas que influenciará definitivamente Ferrer quanto ao seu pensamento político-social. Barcelona tornou-se a bandeira das classes médias urbanas”.

Ao longo dos séculos a Espanha enfrentou movimentos que visavam diminuir a influência religiosa e implantar governos mais democráticos, sem resultado. Em 1898, após a Espanha perder as Filipinas e Cuba para os Estados Unidos, a



chamada “geração de 98” iniciou a revolta contra a situação em que se encontrava o país. Integrando essa nova geração estava Ferrer, que se destacou por seu ideário pedagógico como uma das soluções para a transformação da sociedade.

“Ferrer não é um pedagogo e um educador profissional. Ele é absolutamente um homem de labor, de ação educativa” (SAFÓN, 2003, p.16).

Sendo assim, ele

Consagrará sua vida tanto à elaboração e ao desenvolvimento de sua Escola moderna quanto à difusão das ideias sociais revolucionárias da época, científicas e anarquizantes. Para isso, ele se cercará de relações e amizades provenientes de diversos meios progressistas: republicanos, maçons, intelectuais e anarquistas (SAFÓN, 2003, p.16).

Nascido em 1859, em Allela, próximo a Barcelona, de família muito católica, desde criança iniciou sua oposição à religião, por influência de um tio. Com a ajuda de seu patrão, republicano e livre pensador, fez cursos noturnos, sendo introduzido em atividades de resistência que marcarão sua vida.

Já como republicano ativista tornou-se membro da Maçonaria, ingressando na Loja La Verdad (TRAGTENBERG, 1978, p. 24; SAFÓN, 2003, p. 20). Este último autor acrescenta que, na Loja Maçônica, Ferrer adotou o nome de “irmão Zero”.

Suas atividades pedagógicas foram iniciadas em Paris, quando, para sobreviver, foi professor de espanhol e reunia seus alunos após as aulas para discutir problemas sociais, propiciando oportunidades para o encontro de soluções humanitárias, mas também racionais.

O legado de uma amiga parisiense, em 1896, deu a Ferrer condições para a criação da Escola Moderna de Barcelona, em 1901, com o propósito de combater “a religião, os falsos conceitos de propriedade, do nacionalismo, da família” (FERRER, apud SAFÓN, 2003, p. 25). Para Safón, Ferrer não pretendia amedrontar as pessoas, as quais desejava que participassem de suas ideias educacionais progressistas e revolucionárias. Entretanto, procurou manter-se afastado dos “meios anarquistas para evitar as interferências governamentais, por um lado, e, por outro, na esperança de encorajar todas as boas vontades de esquerda a juntar-se a ele” (SAFÓN, 2003, p. 25). Mas, acrescenta o autor, não haver dúvidas quanto às intenções revolucionárias anarquistas do educador, conforme carta enviada a Léopoldine, sua segunda companheira

Hoje, nós nos dedicamos a que as crianças reflitam sobretudo sobre a injustiça social, as mentiras religiosas, governamentais, patrióticas, judiciárias, políticas e militares etc..., a fim de preparar as mentalidades para a revolução social. Hoje, nós nos consagramos a despertar os espíritos para as ideias revolucionárias: depois veremos. (FERRER, apud SAFÓN, 2003, p. 28).

Deve-se acrescentar que, ainda na Espanha, leu obras de Bakunin e outros anarquistas e, em seus exílios na França e em Londres, retomou contatos com Kropotkin. Além disso, em 1903 fundou o jornal “La Huelga General” (A Greve Geral), divulgador da greve como forma de luta revolucionária; sua editora publicou obras de Elisée Reclus e Kropotkin.

Gallo (1992, p. 14-19) insere o pensador espanhol no contexto da “pedagogia racional”, “educação libertária” e, em um contexto mais amplo, na “educação anarquista”. Assim, embora não se declarando anarquista, os estudos sugerem não haver dúvidas sobre as tendências anarquistas de Ferrer.

Outro aspecto que merece destaque no estudo da pedagogia racional de Ferrer é a influência da “tradição advinda do Iluminismo – e de sua roupagem no século XIX, o Positivismo de Augusto Comte – de afirmar a Razão como o caminho do progresso e de redenção da humanidade” (GALLO, 1992, p.19).

Entretanto, Ferrer não acreditava que apenas a ciência poderia provocar a emancipação e o progresso; para que isso acontecesse a ciência deveria favorecer igualmente a toda a sociedade para levar à emancipação social. Assim, o racionalismo pedagógico tem como foco o ensino das ciências naturais, substituindo o ensino religioso, a moral cristã, e adotando “o materialismo e o laicismo, tão ao gosto dos ideais positivos e das teorias socialistas” (GALLO, 1992, p. 20). Sintetizando, a ciência deve servir ao homem. Ainda de acordo com Gallo (1992, p. 20), “a razão, embora seja o centro do conhecimento, é encarada apenas como uma das facetas do homem, formando um conjunto com as emoções, os desejos, etc..”, o que distancia Ferrer dos positivistas clássicos.

Sobre as concepções educacionais de Ferrer, pode-se dizer que

De Bakunin, Ferrer incorporou o objetivo da instrução integral que concerne à formação conjunta do intelecto e do manual, o adquirido da teoria e a obra da prática. E do Comitê do ensino integral que amplia seu campo, o desenvolvimento do senso humano em apoio a um raciocínio racional do mundo (SAFÓN, 2003, p.14)

As principais ideias de Bakunin e do Comitê do Ensino Integral serão apresentadas, embora resumidamente, a seguir.

#### **4.5.2 As concepções educacionais de Ferrer: a influência de Bakunin. Os fundamentos educativos do projeto do Comitê de iniciativa para o ensino integral (1898).**

De sua obra, em um artigo específico sobre Educação Integral, Bakunin, afirma que a diferença de instrução mantém a diferença entre as classes; assim, a educação integral é necessária para todos: todos devem trabalhar e todos devem ser instruídos – trabalho manual e intelectual. Não deverão existir nem operários, nem intelectuais, apenas homens. O trabalho é a única base real da sociedade humana. Os homens devem viver na mais completa liberdade, que, entretanto somente poderá existir em condições de absoluta igualdade intelectual e material. Esta, por sua vez, será alcançada quando existir o mesmo ponto de partida para todos os homens.

A igualdade não significa eliminação da diversidade; as diferenças entre as pessoas sempre existirão. Graças à diversidade, a humanidade é um todo coletivo – cada um completa o todo e tem necessidade do todo. A diversidade é a base da solidariedade, que é o maior argumento da igualdade. O importante é organizar o todo com grande liberdade, fundamentada na mais completa igualdade, econômica, política e social (BAKUNIN, 1998, p.19-28).

O pensador afirma que a sociedade, sem exceção, precisa de uma educação e uma instrução absolutamente iguais, sem levar em conta as diferenças nem o direito de determinar a futura carreira das crianças. E, se há necessidade de ser igual em todos os graus, para todos, a educação deve ser integral: “preparar as crianças de ambos os sexos para a vida intelectual e vida do trabalho, para que todos possam chegar a ser completos” (BAKUNIN, 1998, p. 29).

Para que a educação integral seja efetivada, há necessidade de um conhecimento geral de todas as ciências, para o desenvolvimento completo do espírito. Assim, o ensino deve ser dividido em duas partes: a parte geral e a

especial. A parte geral é obrigatória para todas as crianças, quando serão ensinadas noções de todas as ciências e conhecimento completo de seu conjunto. Esta parte substituirá a metafísica e a teologia e permitirá à criança escolher uma carreira livremente, sem interferências – é a liberdade individual, que deve ser respeitada; se ela errar, deve aprender com o erro e recomeçar.

Bakunin (1998, p. 30) afirmava que “sustentamos contra todos os tutores oficiais e oficiosos, paternais e pedantes do mundo, a liberdade plena e inteira das crianças para escolherem e determinarem sua própria carreira”.

A segunda parte do ensino, a parte especial, envolvia especialidades de certo número de ciências, para que o educando tivesse conhecimento prático de toda a indústria, preparando-o para escolher sua especialidade. Esse período é importante por proporcionar a noção de que “o conjunto forma o aspecto material da civilização como totalidade do trabalho humano”. Após essa fase, seguia-se a parte do aprendizado em indústrias ou grupos de indústrias relacionadas entre si, sob a orientação de professores.

Ao lado do ensino científico e industrial deverá existir o ensino prático, que é constituído de “experiências de moral, não divina, mas sim, humana”. As duas se contrapõem, pois, a moral divina despreza o trabalho, a humanidade e a liberdade, prega o respeito à autoridade e à hierarquia. A moral humana considera o trabalho digno, despreza a autoridade, respeita a liberdade e a humanidade. Para Bakunin (1998, p. 31) “a moral humana só outorga direitos a quem vive trabalhando. Reconhece que só pelo trabalho o homem se faz homem.”

Um aspecto essencial no pensamento de Bakunin é a liberdade, que deve ser o ponto de partida da educação, liberdade entendida como o “pleno desenvolvimento de todas as faculdades que se encontram no homem”. Ressalta que o homem não é livre diante das leis naturais e sociais; o homem influencia o homem, influência que é a própria base material, intelectual e moral da solidariedade humana. “A solidariedade não é o produto, mas sim, a mãe da individualidade e da personalidade humana e não pode nascer e desenvolver-se senão na sociedade humana.” Assim, é preciso, para moralizar o homem, primeiramente moralizar a sociedade, pois “todos os indivíduos, sem exceção, são – em qualquer momento de sua vida – o que a natureza e a sociedade fizeram ser.” (BAKUNIN, 1998, p. 33).

Entretanto, a sociedade somente será moralizada se houver justiça, liberdade e igualdade para todos. Se essa sociedade ainda não existe, deverá ser criada. Para

Bakunin, na sociedade existente, a escola não teria condições de educar os homens para a transformação social pretendida, pois, a própria escola, os professores, os pais, são membros dessa sociedade e representariam obstáculo às ideias progressistas. No pensamento de Bakunin a educação integral não é o mais importante; antes deve vir a emancipação política, associada à econômica, advindo, mais tarde, a intelectual e a moral.

Em sua crítica aos burgueses, Bakunin (1998, p. 36-37) demonstra sua revolta contra a situação dos trabalhadores

Vocês deixam que o povo se esgote com o seu trabalho cotidiano e em sua pobreza e então dizem ao povo: "Instruam-se!" Gostaríamos de ver como vocês instruem o povo e seus filhos depois de 13, 14 ou 16 horas de trabalho embrutecedor, com a miséria e a incerteza do amanhã como única recompensa." (BAKUNIN, 1998, p. 36-37).

No Congresso de Bruxelas (1868) Bakunin defende a oferta da educação integral para os trabalhadores, afirmando também que a "redução de horas de trabalho é condição prévia e indispensável" para que o operário tivesse oportunidade de usufruir do ensino.

Reafirma que os trabalhadores não devem ser atraídos

pelos cantos de sereia de burgueses e socialistas burgueses, que concentrarão seus esforços, antes de mais nada, nesta importante questão de sua *emancipação econômica*, que deve ser a matriz de todas as demais emancipações (BAKUNIN, 1998, p. 37; grifo do autor).

A seguir serão apresentadas as ideias contidas no documento "A liberdade pelo ensino: bases para a escola libertária", elaborado pelo Comitê de iniciativa para o ensino integral (1898), assinado por representantes influentes do pensamento anarquista, como Élisée Reclus, Jean Grave, Liev Tolstói, Piotr Kropotkin, J. Ferrère e outros.

Seus idealizadores, à p. 51 do documento, criticam a coação física e mental existente na escola tradicional, bem como o autoritarismo, o ensino voltado à religião, às glórias e aos heróis, aos ricos e conquistadores. O ensino integral deverá suprimir: disciplina, programa e hierarquia, "as três iniquidades da regulamentação escolar, das quais decorrem todas as iniquidades sociais".

O ensino integral deverá ser integral, racional, misto e libertário. Quais as razões da adoção desses princípios? Procurou-se transcrevê-los em razão de sua importância para o presente estudo. O ensino será

*Integral.* Porque tenderá ao desenvolvimento harmônico do ser por inteiro e fornecerá um conjunto completo, encadeado, sintético, paralelamente progressivo em toda ordem de conhecimentos, intelectuais, físicos, manuais, profissionais, e isso a partir da infância.

*Racional.* Porque ele será embasado na razão e conforme aos princípios da ciência atual e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoais e não no da piedade e da obediência; na abolição da ficção Deus, causa eterna e absoluta da subjugação.

*Misto.* Porque favorecerá a co-educação dos sexos numa frequência constante, fraternal, familiar das crianças, meninos e meninas, que dá ao conjunto dos costumes uma serenidade particular. Longe de constituir um perigo, ela afasta da criança as curiosidades malsãs e torna-se, nas sábias condições em que ela deve ser observada, uma garantia de preservação e de elevada moralidade.

*Libertário.* Porque consagrará no fundo a imolação progressiva da autoridade em proveito da liberdade. Sendo o objetivo final da educação formar homens livres, cheios de respeito e amor pela liberdade do próximo.

Como pode ser visto, Ferrer assimilou muitos ideais e objetivos educacionais de Bakunin: a educação integral – o preparo das crianças de ambos os sexos para a vida intelectual e do trabalho; a educação racional, com base no ensino das ciências; o afastamento do ensino religioso; a necessidade de preparar professores para o ensino integral para que não transmitissem às crianças os valores burgueses; o respeito à liberdade, à diversidade, à solidariedade.

Entretanto, há uma diferença essencial entre os dois pensadores. Para Bakunin, a emancipação política e econômica deveria ser realizada pela revolução e se antecipar à emancipação intelectual, que seria alcançada posteriormente, por meio da educação integral.

Ferrer, inversamente “propunha-se em princípio a atacar pacificamente a base da sociedade de então pelos meios que essa empregava: a educação” (SAFÓN, 2003, p. 12). Assim, sua pedagogia seria uma pedagogia revolucionária, um movimento revolucionário norteado pela educação visando transformar a sociedade.

As ideias do Comitê para o ensino integral estão quase que totalmente inseridas nas práticas do ensino racional de Ferrer.

As propostas pedagógicas de Ferrer, basicamente foram: formar pessoas livres de preconceitos, justas; estudo racional, com base nas ciências naturais, e fundamentado na valorização do trabalho; a educação deveria ser integral, desenvolvendo a criança em seus aspectos afetivo e racional; conhecer a vida intelectual e do trabalho; deveria existir não apenas a coeducação entre os sexos, mas, também, entre as classes, evitando preconceitos e privilégios.

Diferindo das escolas tradicionais, as racionais não adotavam exames, castigos e prêmios, estes, para não haver competição e estímulo à vaidade. Para o educador, o mais importante era respeitar e desenvolver a aptidão individual de cada criança. Para que tal educação fosse viável, os professores deveriam ser preparados e livres dos vícios do ensino tradicional então vigente na Espanha. Além disso, os mestres deveriam ser constantemente atualizados em seus conhecimentos para acompanhar o desenvolvimento das crianças.

Tragtenberg (1978, p. 31) afirma que o pensador espanhol reconhecia o interesse do Estado pela educação das massas, justificado pelo modo capitalista de produção, que exigia operários alfabetizados para o trabalho com as máquinas e aumento de seu rendimento. Entretanto, os governos ofereciam um ensino com objetivos de manutenção dos valores sociais vigentes e não de sua transformação; esses valores asseguravam seu poder, domínio. Para isso, a escola deveria continuar a ser dominada pelo Estado, razão pela qual a transformação social, a revolução, deveria ser iniciada pela escola, pela educação.

Ferrer também se distanciava de educadores tradicionais ao valorizar a mulher. Além de ser adepto da coeducação entre os sexos desde a infância, incentivava a mulher a estudar, a não se limitar aos serviços caseiros. Seus estudos, quanto aos ensinamentos científicos, deveriam ser iguais aos dos homens (Ferrer, apud Tragtenberg, 1978, p. 27).

Diante dessas considerações, talvez seja possível reconhecer algumas razões da identificação dos editores e articulistas do *O Operário* com o personagem Ferrer. O pensador catalão foi republicano, maçom, anticlerical e anarquista, fato que, ao que parece, contemplava de alguma forma todos os segmentos participantes do jornal, como visto. A pregação do ideal de realizar a revolução pela educação e não pela violência poderia agradar ao grupo pacifista do jornal; o respeito aos valores de igualdade, solidariedade, combate aos privilégios, crítica ao capitalismo, educação como meio de emancipação, liberdade, valorização do

trabalho, estiveram presentes permanentemente nas edições do periódico. Quanto à valorização da mulher, seu pensamento também encontrou espaço no jornal, que propiciou condições para sua participação como articulistas, assim como na defesa de seus direitos na nova sociedade.

#### **4.6 A presença feminina no jornal**

O jornal *O Operário* procurou servir como instrumento de educação e conscientização das mulheres sobre seu papel na nova sociedade que estava sendo construída.

No limiar do século XX, com o início da industrialização e da urbanização, ocorreram transformações nos hábitos sociais, familiares, principalmente das classes trabalhadoras. Diversamente da família burguesa, na família das classes populares, as mulheres, devido às dificuldades econômicas, trabalhavam em dupla jornada: cumpriam todos os afazeres domésticos e produziam para o mercado de trabalho como operárias nas fábricas, entre outras atividades. Trabalhavam entre 12 e 14 horas diárias, com ínfimos salários, e assumiam a responsabilidade pela educação dos filhos, considerada “assunto de mulher”.

Em grande parte, analfabetas, sofrendo todas as restrições de uma ordem social discriminatória e enfrentando toda a precariedade imposta pela condição financeira, a mulher, de atitude passiva, passou a agir, embora inicialmente de forma tímida, contra a ordem econômico-social vigente, participando do movimento operário, exigindo melhores condições de vida, educação e, muitas vezes, escrevendo nos jornais operários, visando esclarecer e incentivar as mulheres a participar e colaborar com as transformações daquele momento histórico.

Em Sorocaba, as mulheres tiveram certo destaque participando da Liga Operária, sendo bastante atuantes nas greves. Sobre sua atuação nos movimentos operários é preciso registrar sua constante presença, muitas vezes destacando-se dos homens por “sua maior propensão a protestar” (FAUSTO, 1976, p. 128). O autor, à mesma página, cita como exemplo uma referência do jornal *A Terra Livre*, de 22/01/1907, relatando que em “um atrito provocado em uma fábrica têxtil de



Sorocaba, por mudança de turno, as mulheres protestam enquanto os homens se portam como carneiros”.

A presença da mulher foi extremamente significativa no trabalho fabril para auxiliar no sustento da casa, participando, também, como articulistas do jornal. Uma das mais presentes foi Elvira, que escrevia sobre vários assuntos e era uma das mais ferrenhas defensoras do livre pensamento.

No artigo “O Divórcio”, Elvira, posiciona-se pela não aceitação dos princípios da Igreja Católica

“Un jour tu sentiras peut-être  
Le prix d'un coeur qui nous comprend,  
Le bien qu'on trouve à le connaître  
Et ce qu'on souffre en le perdant!”

Anda por toda a parte a carolada que cheira a sebo da Sacristia, protestando contra a lei do divórcio..[...] Parece incrível que essa jesuitada de casaca e outros tantos de batina se preocupem tanto com a resolução que tomaram meia dúzia de homens de repellar os preconceitos da infernal Madre Igreja. Não contentes essa corja de destruírem o amor livre e levantarem códigos para o affecto e legislações para o poema do beijo, criando leis para a união passional de duas almas complementares que se encontraram e se amaram nos embates da luta” (*O Operário*, 27/10/1912, p. 2).

O artigo continua, defendendo o amor livre, o direito da mulher de escolher seu companheiro sem a imposição da família. Os desafios às normas instituídas pelo catolicismo demonstram uma aproximação com as tendências ideológicas socialistas e anarquistas, em evidência naquele momento.

Para além da oposição à igreja, o artigo acima demonstra um posicionamento em defesa da mulher, no mínimo contrastante com os costumes, valores morais e religiosos arraigados na sociedade do início da República. Além disso, era escrito por uma mulher, abrindo espaço para participação feminina na imprensa sorocabana, território notadamente reservado aos homens.

Em relação à mulher, o jornal apresentava uma postura contraditória. Em alguns números os articulistas incentivavam os companheiros a valorizá-la como companheira, trabalhadora, mãe, educadora e, também, como participante ativa dos movimentos organizativos dos operários. As mulheres atuaram junto à Liga Operária de Sorocaba, como representantes igualitárias, conforme já visto.

Em outros momentos, o jornal apresenta uma postura notadamente conservadora, enaltecendo a mulher enquanto mãe, esposa honesta, “pura”,

dedicada à família, submissa e condenando o adultério, a prostituição, as mulheres “perdidas”, infelizes, que se dedicam a destruir as famílias. Um trecho do artigo “A adúltera” demonstra o desprezo dedicado àquelas que ousavam transgredir as regras reconhecidas social e moralmente como corretas

Ella cortou o fio a felicidade de uma existência, atirou na lama um nome [...] Desgraçada! Escureceu um lar e foi brilhar no mundo da prostituição. Esqueceu os seus santos e sublimes deveres de filha, esposa e mãe e foi reboçar-se na lama pútrida dos bordéis, enlevada pela vida fácil, pelo turturin dos beijos, pela musica das palavras que mentem [...] (*O Operário*, 04/02/1912, p. 2)

Em contrapartida, a mulher “pura” era louvada em prosa e verso

A jóia mais formosa da coroa da esposa é sem duvida, a honestidade. Essa jóia contudo não brilha em todo o esplendor naquelle divino diadema, se não tiver ao redor as perolas (que são) ...a mansidão, a caridade, o amor da família e de todas as demais virtudes que constituem a ventura do lar doméstico (*O Operário*, 04/02/1912, p. 2)

Foram constatadas algumas notícias que demonstram um aspecto extremamente conservador, em contraposição às tendências progressistas sobre a posição da mulher. A primeira, em “Secção Livre”, Amaro Fernandes, de Itapetininga, maquinista da Sorocabana, publicou um ato de repúdio “por motivos justos a mulher que em má hora, tive a desventura de na Igreja recebê-la por esposa”. Para que “não lave as mãos em sangue” e “conserva o meu nome que sempre soube honrar” (*O Operário*, 18/09/1910/ p. 2).

A segunda notícia, também em “Secção Livre”, refere-se a um pai, Justiniano Barbosa, que se defende da acusação feita pela madrinha de sua filha, que a havia criado dos 3 aos 14 anos. A filha foi devolvida ao pai com a alegação de que havia sido deflorada. Submetida a exame médico-legal, nada foi comprovado, permanecendo a filha “perfeita”.

As duas notícias, embora publicadas em Seção Livre e, certamente, pagas, comprovam o valor da “honra” masculina, mesmo que para isso o homem tivesse que se expor, e à mulher, publicamente.

Há registro de uma publicação, cujo objetivo tenha sido, talvez, o de divertir os leitores no início de um ano, que, entretanto, discriminava as mulheres. A

publicação se intitula “A mulher comparada aos bons petiscos”, identificada apenas por “Ext”, da qual foram extraídas algumas frases

A morena - vatapá  
 A negra - içá torrado  
 A loura – pão de lot  
 A magra – bacalhau assado  
 A gorda – peru recheiado  
 A casada – ovos estalados  
 A solteira – manteiga derretida  
 A viúva – feijoada completa  
 A carola – pão amanhecido  
 A hereje – salada de pimentão  
 (O Operário, 1º /01/1911, p. 2 e 3).

No mesmo sentido estavam os “Os mandamentos da mulher casada”, dos quais foram extraídos os seguintes

- 1- Amar seu marido sobre todas as coisas
  - 2- Não o maltratar
  - 3- Guardal-o das outras mulheres e das pulgas
  - 4- Honral-o, penteal-o e trazel-o limpo
  - 7- Não lhe tirar dinheiro do bolso
- (O Operário, 11/06/1911, p.2)

Em contraposição ao conservadorismo masculino (e, também, feminino) Elvira representava novas aragens. Os diversos textos publicados, com o devido destaque, abrangiam vários assuntos, como política, funcionamento da Câmara Municipal, ensino superior e sugerem que a autora tenha sido uma pessoa bastante combativa, participante e com afinidades políticas e ideológicas em relação aos redatores do jornal, em sua fase notadamente anarquista.

No texto “A Burguesa e a Anarchista”, Elvira critica a mulher burguesa, que não sabe o que é a maternidade, encarando-a como “acidente”; a burguesa educa os filhos como ela foi educada, ou seja, para a hipocrisia, para a injustiça, para a exploração dos mais pobres. Em contraposição

A verdadeira mãe, a mãe ideal, diferente destes tipos, prepara os seus filhos ao trabalho, ensina-lhe o sacrifício. Esta é a verdadeira anarchista...[...] Uma mãe anarchica não escolherá para sua filha um marido usurpador e perverso ...não ambiciona para seus filhos e seu companheiro, cargas de cruces, diplomas e galões que dão o direito de explorar o trabalho dos outros. [...] A verdadeira mãe! Oh, sublime realidade das gerações futuras, este tipo de mãe anarchica é o sonho de todos os corações bons, a luz da humanidade nova, fundada sobre as bases do trabalho e do amor. Na

mulher anarchica está pois a salvação do mundo (*O Operário*, 12/03/1913, p. 1).

A mulher e a mãe ideais são, pois, as mulheres anarquistas, que teriam consciência da missão social de educar os filhos e incentivar os companheiros para a formação de uma sociedade futura, mais justa. A autora, embora defendendo o amor e a paixão como condições para escolha dos companheiros, fato que caminhava na contramão dos bons costumes da época, aceitava e enaltecia o papel da mulher enquanto mãe, também reconhecido pela sociedade burguesa e pela religião. Entretanto, sua concepção de mulher/mãe como formadora de uma nova humanidade a diferenciava da concepção burguesa e a aproximava da ideologia anarquista.

Talvez, mais revolucionária, contestadora dos preceitos religiosos e da moral burguesa, além de consciente dos problemas sociais, foi Joana Dubois, no artigo “Greve dos Ventres”, publicado em duas partes, nos dias 20/01 e 06/02/1910.<sup>60</sup>

Concordando que os oprimidos tinham apenas sua força para vencer o capitalismo, a autora elenca as condições necessárias para a verdadeira emancipação: aumento de salário, redução da jornada de trabalho, que poderiam ser obtidos por meio de greves; entretanto considerava essencial a “greve dos ventres”, que significava “tanto ter poucos filhos como não ter nenhum”, pois

Os encargos familiares excessivos impedem que muitos explorados se façam revolucionários [...] então o trabalhador não tem tempo e recursos para tomar consciência dos seus direitos pela leitura, discussão e nas reuniões públicas [...] a mãe, sempre metida em casa, não reflete e não pode abandonar suas ideias cobardes, mesquinhas e obriga com suas lágrimas ou censuras o marido ou o amante a calar as suas opiniões e a renunciar à revolta.

Joana justifica o medo do homem e da mulher de se exporem quando têm muitos filhos a sustentar e afirma

Não nos parece, pois errôneo, dizer que a dominação de nascimentos, efeito do pauperismo por um lado, pode, por outro lado aumentar a velocidade do

---

<sup>60</sup> O jornal não citou a fonte. Entretanto, as pesquisas indicaram que o artigo foi publicado originalmente na *Revista Aurora* – revista libertária criada por Neno Vasco. Fonte: MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (Des) construções das identidades sexuais. Disponível em [www.ifch.unicamp.br/aelwebsite-ael\\_publicações/cad-3/Artigo-3-p.69](http://www.ifch.unicamp.br/aelwebsite-ael_publicações/cad-3/Artigo-3-p.69) Acesso em: 10/07/2008.

movimento revolucionário [...] numerosas demais as crianças não deixam que os genitores se preparem e as preparem para realizar a transformação social.

No preparo da criança estava incluída a educação integral, que certamente seria prejudicada pelo excesso de demanda, fato que repercutiria na evolução do movimento revolucionário. De acordo com Joana, do ponto de vista social é importante a limitação consciente da natalidade, para que as crianças sejam educadas para respeitar a liberdade dos “outros no trabalho, no amor, na procriação, para fazer seres sabendo compreender a felicidade alheia, sabendo medir o alcance do acto próprios sobre a sociedade”.

A autora ainda afirma: “Não me limito a reivindicar a livre maternidade; considero a fecundidade natural como um dos perigos sociais e não à maneira de Malthus como o perigo social”, concluindo que “em qualquer época [...] as condições de procriação e as condições do trabalho parecem-me ser da mesma importância”. O artigo demonstra seu posicionamento a favor do direito da mulher de usar seu corpo de acordo com seus desejos, da utilização de métodos contraceptivos e da desvinculação entre sexo e procriação.

Entretanto, para além dessas ideias sobre os direitos femininos, Joana demonstrou sua compreensão sobre a relação existente entre a procriação não controlada e os problemas sócio-políticos por ela acarretados. Teve a percepção da importância do controle da natalidade como estratégia revolucionária.

O jornal publicava, também, artigos de Ernestina Lesina<sup>61</sup>, com manifestações contrárias à religião católica, à burguesia dominante e defendendo a justiça social e emancipação do homem e da mulher pela razão, em condições de igualdade.

Merece também uma citação Fausta, que, no artigo “O que é a vida”, demonstra todo o amargor, toda a revolta pela condição de vida do trabalhador

Não é a vida para um ser racional levar uma existência cheia de tormentos e violências; não é tampouco vida, trabalhar como besta de carga noite e dia...[...] alimentar-se mal e cair na mais esqualida miséria...[...] ter por casa uma infecta posilga, sem luz e sem ar...[...] cobrir o corpo de andrajos e caminhar descalço enquanto os ricos sem produzir coisa alguma, ostentam um luxo sem limites. Nunca acreditaria que seja vida ser ignorante, sem sentir, sem pensar, sem querer, sem amar e sem gosar. Essa vida diz um poeta hespanhol: “Essa vida es el ludibrio, la tristeza, la

---

<sup>61</sup> Articulista e diretora do órgão socialista *Anima e Vita*, criado em 1904 (RODRIGUES, 1972, p.427).

amargura el crudo desequilíbrio, el baldóm por el martírio, la muerte por la tortura” (*O Operário*, 10/05/1912, p. 2).

De maneira geral, as representantes femininas no jornal demonstram certa cultura e adotam uma posição progressista, defendendo seus direitos de liberdade, igualdade diante dos homens e contrárias aos preceitos determinados pela Igreja Católica, num movimento que se traduz no anticlericalismo, que será tratado neste estudo.

De acordo com o proposto no início da parte do estudo referente à educação na imprensa operária, a análise do periódico permite afirmar que seus redatores demonstravam preocupação com a educação dos trabalhadores, adultos ou crianças.

Ainda pôde ser constatada a presença da educação em sua “três versões institucionalmente diferentes”, segundo Cury (1979, p. 104 e 105), ou seja, a Educação formal, a informal e a não-formal<sup>62</sup>.

Também, de acordo com esses conceitos, verifica-se que a educação informal e a educação não-formal se entrecruzam nos artigos analisados, envolvendo os grupos da sociedade civil, os meios de comunicação (o próprio jornal), ao mesmo tempo em que expressam uma realidade social própria do cotidiano operário, sua família, seu trabalho, sua vida.

Como visto, o jornal manteve e defendeu, desde sua origem, uma educação livre da influência da Igreja, que considerava maléfica para os adultos e crianças. Sua posição anticlerical será vista a seguir.

---

<sup>62</sup> Educação informal: quando nascemos, nascemos dentro de um mundo já interpretado e que preexiste ao sujeito. Este horizonte interpretativo é pouco a pouco interiorizado pelos sujeitos. Estes, por sua vez, passam a rever o mundo de acordo com essa interpretação e a expressá-lo *segundo a situação social que os condiciona*. Assim, o cotidiano, a experiência de vida, a família, são fontes informais de educação (grifo do autor)

Educação formal: é a educação que tem na escola seu ponto principal de referência. Nascida dos problemas e necessidades do mundo de produção, tem toda uma estrutura hierárquica, cronológica e burocrática. Dentro dela se dão outras versões escolares cujos elementos constantes são as instituições sustentadoras (Estado, Igreja, complexo econômico-industrial) que lhes dão um caráter específico: os agentes educativos, o currículo e os meios.

Educação não-formal: é aquela que se pode definir educativamente em projetos de outras áreas. [...] Em confronto com a educação formal, ela possui uma elasticidade muito grande, dado seu distanciamento em relação às regras burocráticas da sociedade política. [...] Inclui, sem dúvida os meios de comunicação de massa, os projetos de saúde e higiene públicas, a publicidade oficial ou não, os grupos da sociedade civil que se reúnem com finalidades comuns e específicas.

#### 4.7 O anticlericalismo no jornal *O Operário*

O *Operário* não foi combatido apenas pelos órgãos representativos dos setores políticos dominantes. Devido ao seu posicionamento notadamente anticlerical, foi também combatido pela Igreja Católica, que, por meio da publicação *A Aurora*, proibiu seus fiéis de contribuir com jornais e revistas que a hostilizavam.

A mensagem “Aos Catholicos” comunicava que, aproximando-se o tempo de se reformar as assinaturas de jornais e revistas, “os catholicos são prohibidos de contribuir com o seu dinheiro e com o seu prestigio para a manutenção de jornaes e revistas que hostilisam a Santa Igreja Catholica”.

Ressaltava que a campanha de difamação era movida principalmente pelo “Estado de São Paulo”, “Gazeta de Noticias”, “O Malho”, e em Sorocaba “O Operário”, “que tantos males procura fazer aos operários incutindo-lhes a péssima semente do anarchismo”.

A proibição foi transcrita no *O Operário*, de 15-12-1912, p. 2. O artigo foi respondido na mesma edição, considerando *A Aurora* como “órgão de patifarias,” dos “ratões de sacristia que mercadejam missas, baptismos, casamentos, crismas, e tantas outras feitiçarias do bordel da maldita igreja”, “onde todos os dias se macula o lar sacrossanto da familia”. O redator ainda anunciou que a partir do próximo número, o jornal publicaria a “palavra do sábio Sebastião Faure que durante 20 annos exerceu a negra missão de padre”.

Após outras considerações sobre a ação dos dignatários da Igreja, registrou

E o mal que “O Operário” faz é mostrar ao povo que se realmente existe Deus, este está em toda parte: no ceo, na terra e em qualquer lugar menos na igreja, O seu templo é o universo, e desafiamos esses demônios de batina nos provar o contrário (*O Operário*, 15-12-1912, p. 2).

Os artigos e notas contra os padres eram frequentes, como “No Votorantim”

Qual!...o operariado do Votorantim está sempre na ponta em questão de solidariedade!... Quarta- feira 9 do corrente foi aparecendo sem mais nem menos naquella fabrica um grupo de gorduchos padres, e como aquelle pessoal vota nos homens de batina uma grande “amisade” receberam os taes com uma “amável vaia”( *O Operário*, 12/11/1911, p. 3).

Devido a esse fato um operário foi demitido; entretanto seus companheiros não voltaram ao trabalho, forçando o mestre geral a readmiti-lo.

Reafirmando seu posicionamento anticlerical, o jornal publicava em capítulos, folhetins, como *O Papa Negro*, Romance Histórico de Mezzabotta. Durante a existência do jornal foram frequentes os ataques à igreja e aos padres, como visto nos artigos escritos pelas colaboradoras do jornal e pelos defensores da escola racional.

Palestras eram realizadas visando esclarecer os operários sobre os males causados pela Igreja Católica, sempre associada ao patronato. Na palestra realizada no Pavilhão Sorocabano (empresa cinematográfica), em benefício da Escola Moderna de São Paulo, Oreste Ristori falou sobre “dois assumptos de magna importância e actualidade, quaes sejam: o elemento clerical no seio da sociedade brasileira e a prepotencia dos patrões no ambiente das fabricas”.

Nessa noite de festa, é que pode-se aquilatar da urgente necessidade de uma reacção enérgica por parte do povo que sofre as consequências de suas acções: o primeiro, embrutecendo a consciencia, ennegrecendo a razão em proveito da sua ambição sem limites...[...] Um e outro precisam ser batidos, porque ambos concorrem para o desequilibrio geral e a Escola Moderna, nobre e sabia instituição de Ferrer é que vae por um freio à marcha desses intrigões, esclarecendo o espírito da creança, mostrando a verdade, a razão e o direito de cada cidadão no concerto mais grandioso da sociedade humana (*O Operário*, 23/10/1910, p. 2).

Os redatores também incentivavam o casamento sem intervenção religiosa, anunciando as uniões “pelo amor livre e espontâneo, apenas sancionado esse acto no registro civil”. A União Operária oferecia os serviços de preparo dos papéis “para o casamento nessas condições gratuito aos sócios della” (*O Operário*, 22/12/1912, p. 2)

Conforme visto no decorrer deste escrito, o combate aos padres e à instituição religiosa católica esteve presente no jornal, ao lado de mensagens cristãs, de aceitação da existência divina, de elogios à instituição maçônica, além de sua participação no jornal e outras atividades, de artigos sobre Jesus Cristo, artigos sobre a fé, espiritismo, ocultismo, entre outros.

A presença de Deus, a fé, o espiritualismo de alguns redatores poderia, em uma primeira leitura, levar à conclusão de que haveria uma contradição com a



postura socialista e anarquista, racional, anticlerical e de combate à Igreja Católica. Ainda, os elogios à Maçonaria poderiam ser interpretados apenas como consequência do auxílio financeiro de comerciantes maçons relacionados ao jornal e contrários aos líderes políticos locais.

Em seu estudo sobre a educação escolar em Sorocaba no Império e início da República, no que diz respeito à criação de escolas pela Maçonaria, Menon (2000, p. 171) assim interpreta os elogios à Perseverança III feitos pelo jornal *O Operário*, já registrados nesta pesquisa

[...] o jornal anarquista que se posicionava como o representante dos trabalhadores sorocabanos, tece, em 1910, após o fim de uma greve, fartos elogios à escola maçônica existente na cidade. Parece-nos que, ao fazê-lo, não percebia os traços ideológicos ali permeantes, objetivados por um modelo educativo voltado à formação ministrada pelo sistema capitalista. É possível, também que, embevecido pelo êxito alcançado pela greve, não tenha atentado para a realidade dos fatos, que o colocavam em situação contraditória ante seus princípios e os da maçonaria,

Sobre o assunto, algumas considerações podem ser feitas, objetivando um melhor entendimento do posicionamento do jornal *O Operário*.

Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento do pensamento materialista, científico e racionalista proporcionou o surgimento de formas alternativas de ideias sobre o poder político, o governo e também de novas formas de pensar a religião. São os movimentos de livre pensamento e de anticlericalismo. O livre pensamento (tendências liberais e radicais, como o socialismo, anarquismo) e o anticlericalismo receberam apoio da Maçonaria e de correntes espiritualistas (SILVA, s/d, p. 1).

Os dois movimentos tinham como objetivo estabelecer um poder político livre da dominação religiosa; liberdade de cultos; laicidade, inclusive na educação; liberdade de consciência; eliminação da influência da moral religiosa na constituição da família e na educação dos filhos. O aprofundamento das várias vertentes anticlericais, no momento, foge aos objetivos deste trabalho.

Silva (s/d, p. 5) entende que no Brasil a divulgação das novas ideias políticas, religiosas e filosóficas foi relacionada ao surgimento do movimento de anticlericais e de livre pensadores, associados aos discursos modernizadores de reorganização da sociedade brasileira e à expansão da Maçonaria. Essa instituição era o “abrigo natural” de todas as correntes de pensamentos filosóficos, sociais, espiritualistas. O

livre pensamento incluía propostas libertárias em todos os setores, dele derivando o anticlericalismo. Existiu uma

Profunda articulação entre a Maçonaria e o anticlericalismo, bem como todas as outras formas laicistas do século XIX. As lojas maçônicas eram o centro de difusão de tendências laicistas européias, de positivismo, de formas alternativas de expressão religiosa tais como o espiritualismo em geral e do espiritismo em particular, bem como do protestantismo. Era o direito à voz e onde se abrigavam minorias e grupos intelectuais (SILVA, s/d, p. 7).

Castroga (2006) em seu estudo sobre secularização e laicismo, apontou a relação entre livre pensamento, laicismo, anticlericalismo, secularização e maçonaria. Os termos “laicidade”, “laicismo”, “clericalismo”<sup>63</sup>, “anticlericalismo” são “produtos do naturalismo, do positivismo e do livre pensamento” (p. 35). Para o autor, ser um livre pensador implicava na libertação de todas formas de controle de pensamento, fato que exigia a separação do Estado e Igrejas, bem como a separação de Escola e Igrejas, para que a escola tivesse condições mínimas de preparar os cidadãos, ética e socialmente conscientes e aptos a exercer seus direitos e deveres. Sem essa separação esses objetivos não poderiam ser alcançados, pois, o ensino religioso é antirracional, antipatriótico e intolerante (CASTROGA, 2006, p. 37).

Dessa forma, o autor entende que o anticlericalismo não deve ser visualizado apenas como movimento contra a interferência das Igrejas nos assuntos políticos; em uma conceituação mais ampla o anticlericalismo envolvia a privacidade dos indivíduos e dos grupos, considerando “a conquista da hegemonia na “formação das almas” – a questão religiosa” (CASTROGA, 2006, p. 34).

Os movimentos políticos liberais, republicanos, socialistas, anarquistas, defendiam a laicidade em seus programas, com a finalidade de transformar as relações entre o Estado e as Igrejas, bem como a de proporcionar novas ideias, comportamentos e valores. Deve ser lembrado que os movimentos pretendiam também a separação das Igrejas das Famílias, garantindo o casamento civil e o divórcio.

---

<sup>63</sup> A expressão “clericalismo” “só ganhou uma maior visibilidade no discurso político dos inícios da década de 1870, isto é, no contexto da Comuna de Paris e das ações secularizadoras e, sobretudo, a partir do célebre grito de combate lançado por Gambetta em 1877: “le cléricalisme, voilà l’ennemi!” . Na sequência, “surgiram os neologismos “clérilisation”, “cléricaliser”, “anticlérical” e, como se sabe, “laïcité”. (CASTROGA, 2006, p. 33).

De acordo com Castroga (2006, p.37), os militantes do laicismo, anticlericalismo e movimento secularizador declaravam-se “de facto como livres pensadores numa crescente articulação com uma filiação de cariz maçônico”.

Como visto, os diversos grupos com ideias diferenciadas pretendiam elaborar alternativas sociais e políticas, respeitando a igualdade e a autonomia do indivíduo. Era, na verdade, um extenso movimento que envolvia livres pensadores, anticlericais que se manifestaram na organização de grupos e ligas, na literatura e na imprensa. De acordo com Silva, do movimento participaram

maçons, espíritas, protestantes, liberais radicais, socialistas, anarquistas, organizados em grupos, associações, centros, lojas maçônicas, grupos literários que manifestavam-se em palestras, conferências, literatura e, principalmente, na imprensa (SILVA, s/d, p. 8)

A articulação entre a Maçonaria, livre pensamento e anticlericalismo esteve presente na imprensa operária em periódicos como *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. Ao analisar os dois jornais a autora constatou em ambos a existência de

Artigos de propaganda do livre pensamento e do anticlericalismo, seções de correspondentes de outras localidades, temas que saem durante longos períodos voltados para a discussão de religião, ensino laico X religioso, a situação da mulher, bem como notícias nacionais e internacionais dos movimentos, de Congressos e Ligas, etc... Há espaço também para folhetins de natureza anticlerical, anúncios variados, indicações e comentários sobre jornais, revistas e obras literárias de caráter anticlerical, de livre pensamento e maçônicas (SILVA, s/d, p.11).

Silva ressalta que *A Lanterna* sempre esteve relacionada à Maçonaria (Benjamim Mota, advogado, maçom e anarquista e a Loja Luso-Brasileira), conforme informação do próprio jornal, nº 16. Era comum os maçons participarem dos jornais como articulistas, anunciantes e mesmo fornecendo auxílio financeiro, para sua manutenção. Everardo Dias, diretor do jornal *O Livre Pensador*, era “maçom, socialista, anarquista e espiritualista” (SILVA, s/d, p. 16).

Esses jornais publicavam também assuntos de “natureza eclética: espiritualismo, medicina preventiva, homeopatia, combate ao alcoolismo, tuberculose, tabagismo” (SILVA, s/d, p. 17).

Respeitando-se as especificidades de cada periódico, podem ser constatadas similaridades com o jornal *O Operário*, conforme estudo apresentado. Ainda, pode-se compreender, de forma mais clara, os posicionamentos anticlericais, anarquistas

e espiritualistas dos editores, articulistas, no que se refere aos conteúdos dos textos. Talvez possa ser uma explicação possível para o fato de o jornal ser editado na mesma tipografia do jornal espírita *O Clarim da Luz*, cujo dono, José de Castro Lima, era editor, articulista e depois diretor do jornal anarquista, cujo grupo foi certamente responsável pelo espírito cristão expresso no jornal.

Na análise do jornal pode-se observar o que talvez possa constituir-se em outra evidência da relação entre seus editores, a Maçonaria e a Liga Operária. Na ata da instalação da Loja Perseverança III, em 1869, o Venerável eleito, Dr Vicente Eufrásio da Silva Abreu, declarou que “unidos levaremos de vencida a bandeira que desfaldamos – Liberdade e Instrução. Será um exemplo a seguir por outras lojas a agremiações profanas” (ALEIXO IRMÃO, 1969, p. 37). Em 1909, ao ser instituída a sociedade operária, depois Liga Operária, um de seus fundadores, o editor do jornal *O Operário*, José de Castro Lima, propôs que fosse adotado o lema “Instrução e Liberdade”, ou seja, o mesmo da Loja Maçônica, apenas com inversão de termos.

Como visto anteriormente, a escola maçônica foi perseguida em Sorocaba, provavelmente pela Igreja Católica, por não ensinar religião aos seus alunos, respeitando a laicidade do ensino e o princípio de Liberdade-Educação da Loja Perseverança III. Ainda, sobre o suposto ateísmo da Loja, e, conseqüentemente, da escola, Aleixo Irmão (1969, p. 10) esclarece que a Loja era filiada à Grande Loja de Londres que, em 1719, tornou-se a chefe da maçonaria universal “obrigando todos os maçons a crerem no Deus revelado”. Além disso, seus fundadores eram republicanos, liberais, abolicionistas e católicos apostólicos romanos.

Apesar da acusação de ateísmo, a relação entre a Maçonaria e catolicismo parece não ter sido conflitante, pelo menos nos fins do século XIX, antes da proclamação da República.

Aleixo Irmão (1969) registrou a participação de maçons em irmandades religiosas católicas, como Irmandade de São Benedito, Irmandade da Misericórdia, ano de 1884 (p.262); Irmandade do Santíssimo, 1878, João de Almeida Bella (p. 180); Irmandade das Dores, 1873, Camilo Rodrigues de Barros e outros (p. 114); Irmandade de São Benedito, 1877, José Teixeira Cavaleiros, Camilo Rodrigues de Barros (p.180). Na Quinta Feira Santa de 1887, a Irmandade de SS. Sacramento escalou 28 maçons para fazerem “quartos ao Santíssimo Sacramento na Matriz” e na Sexta Feira Santa, de 1887, “tantos cidadãos entre os quais maçons ilustres que em nada deslustravam a religião em Sorocaba” (p. 336-337). Após a proclamação da

República e até 1930, Aleixo Irmão (1994) não registrou participação de maçons em atos religiosos católicos.

A relação da Loja Perseverança III com os trabalhadores foi constante durante os anos iniciais da República, criando novas classes escolares e incentivando os operários a frequentar as aulas, inclusive fornecendo material escolar gratuito.

De acordo com Aleixo Irmão (1969, p.47) a Loja respeitava o regulamento das oficinas brasileiras, que deviam divulgar a educação popular por meio de escolas gratuitas de ensino primário, noturnas ou aos domingos, para os adultos, e diurnas e diárias, para as crianças de ambos os sexos.

Essa relação com operários não era feita apenas pelos meios educacionais. A Maçonaria estava atenta aos problemas locais e, também, mundiais que se referiam aos trabalhadores. Tal relação é sugerida pela defesa dos anarquistas Sacco e Vanzetti<sup>64</sup> pela Loja Perseverança III. De acordo com Aleixo Irmão (1994, p. 516) o assunto foi debatido na sessão de 25/04/1927, sendo resolvido que a Loja enviaria protestos de solidariedade e pedido de comutação da pena de morte na cadeira elétrica ao governo dos Estados Unidos. A Loja entendeu que os dois tinham “a convicção de que estavam morrendo pela classe trabalhadora do mundo”.

Na sessão de 08/08/1927, após manifestações dos participantes “diante desse ultraje horrível que se faz a humanidade porisso que o sentimento de justiça vai se afastando do senso da humanidade e como maçons devemos sentir trabalhando pela civilização e pela bondade” (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 534), a Loja decidiu enviar o seguinte telegrama

Presidente Coolidge Washington, Estados Unidos da América. Em nome dos princípios de humanidade, em nome da civilização, em nome de Deus, imploramos vossa clemência, vosso perdão em favor dos infelizes Sacco e Vanzetti, cujas vidas devem ser poupadas para a realidade da Justiça. Loja Perseverança III, Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 535).

---

<sup>64</sup> Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, imigrantes italianos participavam do grupo anarquista da Nova Inglaterra: Grupo Galleani. Em 1921, foram acusados de assalto e assassinato de dois agentes que transportavam dinheiro para pagamento dos trabalhadores de uma fábrica de sapatos. Apesar da absoluta inconsistência das provas e do movimento mundial de protestos, foram condenados e executados na cadeira elétrica em 1927. No julgamento pesou muito o fato de os dois serem anarquistas, em um momento de combate a qualquer movimento considerado perturbador da ordem e, ainda, em razão da ameaça comunista. Cf. Filme Sacco&Vanzetti, de 1971, com Direção de Giuliano Montaldo; Atores, Gian Maria Volonté e Riccardo Cucciolla; Música tema com Joan Baez. O DVD traz Galeria de Fotos e Cinejornais da época.

A apresentação dessas considerações podem ser vistas como uma contribuição para a compreensão dos posicionamentos dos diretores, articulistas, colaboradores do jornal *O Operário*, em princípio bastante complexos. Entende-se que, também, colabora no esclarecimento das relações entre o livre pensamento (incluindo todas as tendências liberais radicais como o socialismo, anarquismo) e o anticlericalismo, a Maçonaria e as correntes espiritualistas, que, como mostrou a pesquisa, foram relações presentes no jornal *O Operário*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema, ao longo do estudo, demonstrou toda sua complexidade, gerando novas situações problematizadoras, nem sempre passíveis de serem resolvidas nos limites deste escrito.

Entretanto, após a imersão, ainda que virtual, na vida e na luta dos trabalhadores durante os anos iniciais da Primeira República, particularmente em Sorocaba, algumas considerações podem ser feitas.

Conforme visto na Introdução, o estudo partiu do pressuposto de que a condição dos homens determina o fazer educacional, ou seja, que a educação é interdependente do movimento histórico, produzido social e contraditoriamente. Assim, as práticas e concepções relativas à educação são produzidas pelos homens com base numa luta ideológica que expressa determinadas condições materiais e sociais de existência.

De acordo com esse pressuposto foi realizado um percurso histórico pelos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, objetivando o estudo das relações sociais (econômicas, políticas e ideológicas) que conduzem às ações recíprocas e contraditórias entre as classes. Nesse relacionamento mútuo e ao mesmo tempo antinômico foi possível perceber os diferentes interesses das classes dominantes (governo e patronato) e das classes dominadas (operariado), particularmente no que se refere à educação.

Nesse percurso constatou-se que o Brasil entrava na fase do capitalismo industrial de exportação de mercadorias, principalmente têxteis, iniciando o processo de industrialização. Nesse processo, os imigrantes europeus tiveram um papel de destaque, concentrando-se nos centros urbanos em desenvolvimento, em sua maioria vendendo sua força de trabalho e, ao lado dos brasileiros, contribuindo para o início da formação do proletariado.

O processo de urbanização, visualizado pelos grupos dominantes como um dos sinais de progresso, exigia, nas cidades, a presença de pessoas disciplinadas, ordeiras, trabalhadoras. Os imigrantes foram recebidos de acordo com essa expectativa inicial. Entretanto, a dura realidade encontrada, as péssimas condições de trabalho nas fábricas, a exploração a que eram submetidos pelo patronato,

favoreceram o desenvolvimento e a expansão do movimento operário, liderado principalmente pela corrente anarquista e sua vertente anarco-sindicalista.

A mobilização foi constante, como visto. Os grupos organizados, ligas operárias, associações de classe, lutaram por seus direitos, por meio de greves e, também, pela imprensa operária. Os imigrantes passaram a ser associados à marginalidade como promotores da indisciplina, contrária à ordem republicana.

Os interesses econômico-sociais do patronato e dos trabalhadores estavam permanentemente em oposição. Entretanto, os donos das fábricas sentiam-se pressionados pelas paralisações em virtude dos prejuízos por elas causados. Assim, concediam alguns benefícios, logo retirados, como redução mínima das horas de trabalho, pequenos aumentos de salário, procurando pacificar os operários e diminuir a ocorrência das greves. O governo elaborou muitas leis, para serem descumpridas. Como observou Camões (Epígrafe): “leis em favor do Rei se estabelecem, as em favor do povo só perecem.” Dias (1977, p. 102) captou muito bem as dificuldades enfrentadas pelos proletários em sua luta: “Havia muita dificuldade para lutar contra o Estado e o Capitalismo. O que se conquistava hoje, perdia-se logo depois...” Do movimento operário participaram várias ideologias: anarquista, anarco-sindicalista, socialista, e comunista, com tendências contraditórias, formando grupos sem coesão entre si, fato que não prejudicou sua convivência. De acordo com Dias (1977, p. 51), “Não se delimitavam muito as esferas ideológicas, nem se faziam rigorosas divisões de tendências...”. A corrente anarco-sindicalista predominou, mas todas as tendências lutaram contra os processos de participação nos limites formais da democracia representativa burguesa.

O anarquismo lutava contra o poder do Estado, combatia a propriedade privada, a Igreja Católica e seus dogmas, a exploração do proletariado pelas classes dominantes, enfim, tudo o que fosse contrário à liberdade do povo. No que diz respeito ao Estado, opunha-se ao marxismo, posicionando-se firmemente contra a ditadura do proletariado, que, embora considerada passageira, era autoritária como qualquer governo. Mesmo divergindo ideologicamente, as diversas tendências apresentavam um ponto comum: a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os grupos representativos dos operários sofreram forte enfrentamento governamental, durante todo o período da Primeira República. O governo central foi dominado pela política dos estados mais desenvolvidos, dando continuidade ao



governo das oligarquias. A realidade brasileira se apresentava bastante diversificada: economia agrícola exportadora dependente do mercado internacional; população em sua maioria analfabeta; predominância política e sócio-econômica dos cafeicultores, estancieiros, senhores de engenho; regiões com um mínimo de desenvolvimento contrapondo-se aos centros mais adiantados, urbanizados e com certo desenvolvimento industrial.

O período foi dominado pela política do “café com leite”, associada à “política dos governadores”. A predominância das oligarquias paulista e mineira no poder contradizia o princípio federativo instituído legalmente; em seu discurso, os governos pregavam uma democracia liberal, na prática, não abriam espaços às iniciativas que ampliassem a participação política dos diferentes grupos.

Diante desse quadro, a população urbana e trabalhadora das fábricas em expansão, pouca ou nenhuma receptividade conseguiu encontrar. Para que sua voz fosse ouvida diante de tantas barreiras foi adotada a alternativa da realização de greves, passeatas, boicotes, comícios, além da imprensa, gerando o enfrentamento dos grupos dominantes para a imposição da ordem.

Apesar do domínio político e econômico das oligarquias agrárias, a nascente industrialização, a imigração, a urbanização, o crescimento do operariado, ocasionaram transformações no segmento social, criando condições para a reestruturação do setor educacional. Para que a sociedade se transformasse e se adaptasse à nova realidade, o homem deveria ser reformado por meio da educação escolar. Assim, sob a ótica republicana, a expansão da educação foi considerada como condição essencial para o progresso do país. A necessidade da escolarização, aqui entendida como alfabetização, era compartilhada pelos diversos segmentos, grupos nacionalistas, Igreja Católica, elites urbanas, patronato, incluindo os operários, embora sob diferentes óticas e interesses. A alfabetização da população foi considerada, também, como necessária à integração do imigrante à sociedade e como valorização dos brasileiros perante os estrangeiros, visando à preservação do “caráter nacional”, afastando o perigo da desnacionalização do país.

Do “entusiasmo pela educação”, passou-se ao “otimismo pedagógico”, reformas educacionais federais e estaduais foram idealizadas e praticadas, campanhas e movimentos foram organizados para o combate ao analfabetismo.

Entretanto, havia um distanciamento entre o ideal e a prática, entre a teoria e a ação. O ideal de educação do povo para alcançar o progresso não foi realizado,

por várias razões. Os projetos pedagógicos implantados excluía a maior parte da população em idade escolar, que se concentrava em regiões periféricas das cidades ou rurais. Também, as práticas políticas das elites contradiziam seus discursos liberais de disseminação da escolarização, pois favoreciam os grupos que davam sustentação aos governos oligárquicos. Para que isso acontecesse, as escolas eram instaladas nas regiões centrais das cidades, com prédios geralmente imponentes, para dar visibilidade política; como estavam localizados em área central, os grupos escolares atendiam à clientela das classes mais abastadas, contrastando com as práticas das escolas isoladas, quando havia, frequentadas por crianças mais pobres.

Outros e não menos importantes motivos dos desacertos no ideário educacional no início da República foram apontados por Ribeiro (2003) e Romanelli (1999).

De maneira geral, para Ribeiro (2003) as reformas não consideravam os verdadeiros problemas educacionais do país, não havia pessoal preparado para a implantação das novas idéias planejadas e o problema do analfabetismo, além de não ser resolvido, agravou-se. Para Romanelli (1999), o pensamento pedagógico apresentava-se muito fragmentado, distanciando-se de uma política nacional de educação. O ensino primário não atendia à demanda e os demais níveis eram frequentados apenas pelas camadas dominantes. A dualidade de sistemas de ensino apenas cristalizou a dualidade de ensino escolar oriundo do Império: a separação entre educação para o povo (primária e profissional) e educação para as elites (secundária e superior), modelo que, deve-se reconhecer, recebia apoio das elites urbanas, por atender aos seus anseios de ascensão social.

Assim, grande parte da população, apesar dos discursos, continuou marginalizada, incluindo os habitantes das zonas rurais e das regiões periféricas dos centros urbanos, os trabalhadores das fábricas.

Nas cidades com certo desenvolvimento industrial, os operários liderados por imigrantes mais engajados politicamente, criaram escolas “modernas”, “libertárias”, “racionais”, “operárias”, seguidoras dos princípios aplicados por Francesc Ferrer i Guàrdia, em sua Escola Moderna de Barcelona.

Entretanto, não foram apenas os anarquistas que se preocuparam com a educação. Objetivando obter algumas respostas sobre a percepção do operariado brasileiro sobre a educação escolar foram analisados alguns programas de partidos e congressos mais significativos para o movimento operário.

As propostas formalizadas nos documentos resultantes desses encontros político-organizativos dos trabalhadores permitem afirmar que os trabalhadores demonstraram uma preocupação constante com a educação escolar.

As reivindicações comuns às várias correntes de pensamento foram: necessidade de instrução primária, acompanhando o movimento de expansão da escolarização, para melhor qualificação do trabalhador e melhoria das condições de vida; o ensino secundário, tradicionalmente um privilégio das elites, parece ser considerado como inatingível, uma vez que não era ao menos reivindicado. A educação profissional foi reivindicada seguidamente e considerada necessária à formação dos trabalhadores, para o acompanhamento do desenvolvimento industrial do país.

Ainda, todas as vertentes do movimento operário convergiam para alguns pontos: defesa de um ensino laico, de forma que os trabalhadores e seus filhos não fossem influenciados por questões relacionadas à religiosidade e à fé; luta pela diminuição da jornada de trabalho dos adultos e, principalmente, dos menores, para que pudessem cursar as escolas, diurnas ou noturnas; a eliminação do trabalho aos menores de 14 anos apresentou-se como tendência que foi se fortalecendo gradativamente, na medida em que os operários tomavam maior consciência de seus direitos.

No que diz respeito à oferta e à manutenção do ensino, os grupos com tendências anarco-sindicalistas reivindicavam uma educação oferecida pelas associações, sindicatos; os cursos poderiam funcionar dentro ou fora deles, mas sem a interferência do Estado ou da Igreja; os grupos com tendência marxista defendiam a educação gratuita, mantida pelo Estado, que, em algumas situações, deveria também fornecer auxílio material ao aluno. Nas reivindicações desses últimos grupos, o ensino primário aparece, muitas vezes, como obrigatório.

Concluindo, pode-se afirmar que a defesa da instrução pelos operários caminhava paralela à cruzada nacional pela alfabetização, mas, em muitos aspectos, contrapunha-se aos objetivos de grupos representativos de interesses nacionalistas, grupos católicos, além dos empresariais.

Nesse contexto, respeitadas as especificidades regionais e locais, inseria-se a cidade de Sorocaba. Conforme visto na parte referente ao Cenário Sorocabano, Sorocaba apresenta alguns diferenciais em relação ao desenvolvimento de boa parte das cidades do Estado de São Paulo.

O primeiro é o fato de que Sorocaba apresentou, como uma de suas características de origem, uma relação com grupos humanos de procedências distintas. Além da presença do português advinda da história colonial, suas atividades econômicas como a siderurgia, o comércio de gado muar entre o sul do país e a região das minas gerais no sudeste, atraiu a presença de alemães, argentinos, uruguaios, além de sulistas brasileiros. Já no século XIX, a construção da estrada de ferro e o início da indústria têxtil proporcionaram a presença de mão-de-obra predominantemente européia: alemães, suíços, portugueses, italianos, espanhóis e ingleses. Assim, a população local desde o início, contou com a presença de migrantes e imigrantes em seu cotidiano, incorporando vivências, práticas profissionais, assimilando novas ideias e ideais, bem como gerando novas famílias, cujos descendentes aqui permaneceram ou se espalharam por outras regiões. Muitos se destacaram, ou ainda se destacam, nos setores industriais, comerciais e bancários.

Outro diferencial que pode ser constatado refere-se ao desenvolvimento da cidade. Sorocaba não teve seu desenvolvimento creditado ao plantio e exportação de café nem à formação de capital gerado por este. A produção de algodão, a falta de mercado externo (século XIX) e o acúmulo de capital comercial (gerado pelo Ciclo do Tropeiro), além da presença de capital e mão-de-obra imigrantes, foram fatores decisivos para o desenvolvimento industrial que se processou a partir dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

A “Manchester Paulista”, com suas inúmeras fábricas, comércio desenvolvido e contando com a presença da estrada de ferro, concentrava um número significativo de operários. Como nos grandes centros urbanos, a situação era praticamente a mesma: baixos salários, extensa jornada de trabalho, inclusive para mulheres e crianças, exploração nos armazéns das vilas, geralmente arrendados a conhecidos e parentes dos industriais. Algumas fábricas, como a Votorantim e Santa Rosália, construíram vilas com o objetivo, de acordo com industriais, de oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores. Entretanto, essa “benemerência” pode ser observada sob outra ótica. A concentração dos operários ao redor das fábricas tinha seu preço: facilitava o controle de sua vida fora da fábrica; na Votorantim eram cobrados alugueis, eletricidade e outros serviços; os preços das passagens do “bondinho” para Sorocaba eram elevados para evitar o contato com ambientes e ideias diferentes, entre outras medidas.

Como visto, de acordo com Cury (1983) essa ampliação de espaços de poder por parte do patronato não é absoluta e supõe a contraposição da classe subalterna. Confirmando essa afirmação, a reação operária foi frequente, denunciando os abusos cometidos pelos “capitalistas beneméritos”, em contraste com os aspectos sempre positivos apresentados pelos empresários.

Sobre a educação, o estudo revelou aspectos convergentes e divergentes em relação à realidade estadual e nacional. A população era, em sua maioria, analfabeta; a necessidade de escolarização foi, na realidade, induzida pelo início da industrialização, contando, também com o interesse dos operários, que passaram a valorizá-la e a lutar por ela.

A demanda escolar aumentava, sem que houvesse o número necessário de escolas públicas rurais e urbanas para seu atendimento. Como visto, até 1918, a cidade contava com dois grupos escolares, centrais, que atendiam à clientela moradora em suas proximidades, composta por crianças oriundas de famílias sem recursos financeiros. A localização central e a falta de vagas não deixavam opção aos moradores da periferia, que continuavam a frequentar as escolas isoladas, quando havia, inclusive nos bairros com predominância de população operária. As pressões aumentavam e o governo realizava ações esparsas procurando minimizar o problema, criando poucas escolas isoladas.

Apenas em 1919 foi criado o terceiro Grupo Escolar, em região fabril, nas proximidades das fábricas Santa Maria e São Paulo. Desde sua criação, atendeu aos filhos de operários, em grande parte imigrantes, conforme dados apresentados às páginas 90-91. A criação da escola pode ser vista como um atendimento das reivindicações operárias e, portanto, como uma conquista dos trabalhadores.

Por outro lado, pode-se inferir que a instalação da escola se apresentava como uma necessidade para os empresários, como uma das formas de preparar minimamente a mão-de-obra para o trabalho com as máquinas. Para o poder público e o patronato, além do preparo da mão-de-obra, era uma forma de tentar diminuir os movimentos grevistas, pacificando os trabalhadores, ao menos por algum tempo.

Além das poucas escolas públicas, apenas a Maçonaria, por meio da Loja Perseverança III oferecia cursos gratuitos noturnos para operários, que, entretanto, não podiam frequentá-los pela divergência de horários entre o trabalho e as aulas.

Se o atendimento ao ensino primário era precário, o ensino secundário praticamente inexistiu; o mesmo aconteceu com o ensino profissional e os cursos normais, havendo para esse fato uma provável explicação política – o domínio “vergueirista” na cidade. Como parte da cruzada nacional pela alfabetização, o Estado de São Paulo reformou a instrução pública por meio da Lei nº 1.750/1920, regulamentada pelo Decreto nº 3.356/1921, instituindo o ensino primário gratuito, com a duração de dois anos. Analisando a legislação, entende-se que a intenção de expandir a escolarização foi prejudicada por algumas razões: apenas as crianças entre 9 e 10 anos de idade eram obrigadas a frequentar a escola; as crianças de 11 e 12 anos somente poderiam estudar se fossem analfabetas e, principalmente, se houvesse vagas nas escolas; a obrigatoriedade deixava de existir se a criança residisse além da distância de dois km, estabelecida a partir da escola e, também, se não houvesse vagas dentro dessa área. Ou seja, pode-se supor que não havia planos, pelo menos imediatos, de criação e instalação de novas escolas e, com as poucas existentes, as exceções devem ter se tornado praticamente a regra.

A mesma legislação instituiu os Jardins de Infância e as Escolas Maternais, estas instaladas pelo governo onde “o exigirem as necessidades sociais”. Essas “necessidades sociais” estavam nas fábricas, onde eram instaladas pelo governo, com o compromisso dos patrões de fornecerem o local e a alimentação das crianças, obrigatoriamente filhas dos operários; o governo pagaria os funcionários e professores, que seriam os disponíveis em caso de supressão de suas classes nos grupos escolares. Para o patronato, evidentemente a lei foi altamente vantajosa, fato reconhecido pelos industriais, que consideravam mínimas as despesas em comparação com os benefícios de ordem utilitária (fixação dos trabalhadores nas fábricas) e de ordem humanitária (tranquilidade dos pais durante as horas de trabalho). É preciso reconhecer que a criação das escolas maternais representou uma melhoria nas condições de trabalho para as mães e oportunidade de convivência e educação para as crianças, embora de caráter assistencialista.

Em Sorocaba, de acordo com citações no texto, foram criadas escolas maternais nas empresas Cia Nacional de Estamparia e Oetterer, Speers & Cia.

A análise da realidade escolar sorocabana não pode ser feita de forma isolada da realidade política vivida na cidade, até os anos finais da década de vinte. Como em outros estados, vigorava a “política dos governadores”, e na política local predominavam os “coronéis”, os “caciques”, que dependiam das benesses do poder

estadual para sua sustentação. Em Sorocaba, como representante do Partido Republicano Paulista, o líder político foi Luiz Pereira de Campos Vergueiro, apoiado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, liderança exercida no período de 1906 a 1928. Conforme visto no desenrolar deste escrito, Vergueiro, além de atuante, parece ter sido pessoa de limites bastante irrestritos quando se tratava de poder, o qual exercia por meios legais ou outros que estivessem ao alcance. Não hesitava em coibir iniciativas de qualquer natureza, que não fossem de seu interesse.

Seu “mandonismo” repercutiu na realidade escolar de Sorocaba. Seu posicionamento, apesar de constantemente louvado pela imprensa conservadora, foi prejudicial ao desenvolvimento educacional da cidade. Vergueiro não considerava a escolarização necessária para as atividades profissionais. Também, para uma população predominantemente operária, o ensino secundário e o normal seriam supérfluos. Por motivos políticos, desentendeu-se com a Loja Maçônica Perseverança III, do qual era membro, sendo forçado a solicitar sua dispensa. Assim, quando exerceu o cargo de Prefeito Municipal, proibiu o pagamento de verba destinada pela Câmara Municipal às escolas mantidas pela Maçonaria, alegando, como relatado, “que as escolas não eram necessárias e a Loja o hostilizava”

A política “vergueirista” contradizia o discurso liberal de incentivo à escolarização, propagado pelos maçons, colocando-se também na contramão da bandeira republicana de expansão da educação, considerada, naquele momento histórico, essencial ao progresso da nação.

Um aspecto divergente em relação à política educacional praticada pelos governos estaduais e implantada em muitas cidades do interior do Estado de São Paulo, muitas vezes com menor desenvolvimento e população, refere-se ao visual das escolas. Os dois grupos escolares existentes até 1918 iniciaram suas atividades em sobrados alugados, mal adaptados às necessidades escolares, o mesmo acontecendo com o terceiro grupo escolar. Não houve preocupação com construção de novas escolas e, muito menos, com prédios imponentes como era costume, para dar visibilidade política. Apenas a estratégia de instalação das escolas em região central foi mantida durante muitos anos, privilegiando os grupos político-econômicos dominantes.

Pode-se inferir que, no período estudado, a insuficiência de escolas foi constante; a atuação política do PRP foi insatisfatória no que se refere aos assuntos da cidade, de maneira particular, a educação.

Entretanto, o domínio do “vergueirismo” não inviabilizou as manifestações da classe trabalhadora, presentes em todo o período, por meio do movimento operário, que teve como uma de suas manifestações a imprensa.

Como já foi considerado, a imprensa foi priorizada como fonte de pesquisa por estar inserida na realidade histórica, revelando e participando de suas tensões, propiciando também a compreensão das dimensões sociais da educação, de acordo com Carvalho (2004, p. 48-49). Apesar de sua priorização procurou-se levar em conta, na medida do possível, suas limitações, assim como as “verdades pessoais” dos jornalistas.

Foram analisados alguns jornais, sendo os principais *O Operário* e o *Cruzeiro do Sul*. *O Operário* representa um documento singular, revelador da luta operária na cidade sob a ótica dos participantes, de forma direta ou indireta, do movimento operário. Seu opositor, jornal *Cruzeiro do Sul*, representava o grupo político do Partido Republicano Paulista.

*O Operário* diferia dos jornais de trabalhadores dos grandes centros em alguns aspectos. Veiculava anúncios comerciais, inclusive de empresários e maçons, para auxiliar na sustentação de sua publicação. Também não era totalmente apolítico, pois, apoiou a candidatura ao Congresso Federal de dois militantes: Benjamim Mota e Passos Cunha. Há outras particularidades políticas do jornal que não foram aprofundadas, por não apresentarem relação direta com a pesquisa, abrindo campo para outro estudo.

Os participantes do jornal atuaram na criação da Liga Operária de Sorocaba, compondo, também, sua diretoria. Internamente, seus membros divergiam quanto às greves e outras formas de manifestações mais agressivas dos operários contra os patrões. O grupo mais radical, com tendência anarquista e anarco-sindicalista, elogiou abertamente as manifestações dos operários durante a greve de 1911, a única registrada pelo jornal. Em contrapartida, os pacifistas agradeceram a boa vontade do patronato ao conceder alguns benefícios aos trabalhadores, assim como aos operários por manterem a ordem. Para esse grupo, toda luta deveria ter um ideal e não ações violentas. Para os primeiros, deveria haver ações para que os ideais pudessem ser alcançados. Estranhamente, no período que antecedeu a greve, o jornal não publicou qualquer manifestação aos operários, incentivando-os ou não a dela participar. Um dos motivos talvez seja o fato de a Liga Operária não estar reorganizada, o que aconteceu após o término do movimento de 1911.



As demais greves, como visto, foram analisadas de acordo com as notícias do *Cruzeiro do Sul*, que, como órgão da situação, representou muito bem seu papel censurando os movimentos de origem proletária. Lembrando que, Vergueiro, o chefe político, conseguia de alguma forma ser considerado como mediador entre patrões, políticos, operários, recebendo os méritos pelo mais ínfimo benefício concedido pelos grupos dominantes.

Nos limites do estudo sobre as manifestações operárias em Sorocaba, foi possível entender que os trabalhadores uniram-se na defesa de seus interesses comuns, constituíram associações que lutaram por seus direitos e passaram a ter uma noção, embora incipiente, sobre a oposição entre burguesia e proletariado.

Os escritos do jornal *O Operário* sugerem a aglutinação de tendências ideológicas e contraditórias participando de um mesmo jornal, comum na época. Entretanto, todos os grupos eram acordes quanto: à defesa da classe operária contra todas as formas de exploração da burguesia; à necessidade de união dos operários para o alcance de seus objetivos; às reivindicações sociais econômico-financeiras.

Em relação à educação no final do século XIX e início do século XX, de acordo com a pesquisa, os jornais mais conservadores consideravam a escola, leia-se Instituto Disciplinar, como a melhor forma de combater a “vadiagem” das crianças. De maneira geral, a imprensa considerava a escola como o instrumento ideal para o cumprimento do ideário ordem-trabalho-educação-progresso.

Nesse contexto, *O Operário* é considerado documento único no questionamento do pensamento burguês dominante. Contrapondo-se à imprensa conservadora que considerava o trabalho das crianças como “faina suave”, que as tiraria da vadiagem e dos vícios, *O Operário* denunciava a exploração a que eram submetidas: horas excessivas de trabalho, e, conseqüentemente, falta de oportunidade de frequentar escolas; baixa remuneração, doenças, castigos corporais, assédios morais e outros.

Entretanto, as lutas eram dirigidas à diminuição da jornada de trabalho infantil, para que a criança pudesse estudar e não para sua eliminação. O trabalho tanto intelectual quanto manual era dignificado em qualquer idade, de acordo com as ideias marxistas e anarquistas, conforme visto. Os articulistas seguiam a mesma linha de pensamento, considerando o trabalho como uma honra, mas solicitando

regulamentação das horas por parte do governo, ou mesmo compadecimento por parte dos patrões. Os resultados não foram muito significativos.

A preocupação com a educação da criança se apresentava de formas diferentes. O grupo anarquista defendia a implantação da escola moderna, com bases racionais, inspirada na Escola Moderna de Barcelona, orientada por Francesc Ferrer i Guàrdia. Apesar de o jornal anunciar a criação de três escolas modernas, as poucas referências concentraram-se em torno de uma delas, criada em 1911, pela Liga Operária. Ficou evidenciado que a escola funcionou regularmente, embora, em certos momentos, sofrendo enfrentamento por parte dos próprios trabalhadores. Um dos motivos plausíveis para esse fato seriam os ensinamentos ou a doutrinação oferecidos pela escola e, talvez, considerados demasiadamente revolucionários, contrastando com os costumes tradicionais de muitas famílias. Ou, ainda, as atitudes polêmicas de seu professor e diretor Joseph Jubert Revier, que, frequentemente entrava em confronto com o patronato e autoridades governamentais.

O posicionamento anarquista, contrário a qualquer forma de governo ou hierarquia, não impediu a aproximação, aceitação de auxílio e recebimento de material didático, certamente burguês, do governo do Estado, sendo reconhecida a “valiosa oferta”.

O jornal não se preocupou apenas com a educação das crianças. Lutava pela oferta do ensino noturno, para crianças e adultos, e do ensino profissional.

As solicitações sobre o ensino noturno foram constantes, demonstrando a necessidade dessas escolas para os operários. Por outro lado, os textos sugerem uma certa submissão às condições impostas pelos patrões: solicitavam o funcionamento das escolas em horário compatível com o do trabalho, após as horas de serviço, sem prejuízo ao patronato. Ou seja, os operários deveriam ir à escola após cumprir todos os seus deveres. Se algum patrão benemérito tivesse compaixão, poderia reduzir a jornada de trabalho por conta própria ou aguardar uma lei governamental regulamentando as horas de trabalho, fato que raramente acontecia; se a lei fosse estabelecida, não era cumprida, conforme visto. O governo instalou raras escolas noturnas, destacando-se a iniciativa a Loja Maçônica Perseverança III, que durante muito anos manteve escolas para os trabalhadores.

O grupo não anarquista do jornal defendia a criação de escolas públicas, instaladas pelo governo ou de escolas instaladas pelo patronato. O governo,

representado localmente pelo grupo vergueirista, não demonstrou interesse pela educação dos operários, o mesmo acontecendo com o patronato.

Em relação ao ensino profissional, observou-se a crescente necessidade de sua oferta naquele momento do capitalismo, pela exigência de novas habilidades no uso da maquinaria; aumento da demanda por operários mais qualificados; presença de estrangeiros mais preparados, que precisavam ser substituídos por brasileiros “por uma questão patriótica”; a falta de preparo técnico era um entrave ao progresso pretendido.

Os editores do *O Operário* compreenderam a situação do momento, reivindicando a preparação técnica da mocidade, sustentando que se os operários soubessem ler, escrever, contar e conhecessem a profissão seriam mais procurados, teriam maior rendimento no trabalho, receberiam maiores salários e, também, reconheciam que aumentariam os lucros dos patrões. Assim, a instrução profissional poderia reverter-se em benefícios para patrões e empregados. Entretanto, a escola profissional de Sorocaba somente foi criada em 1929, após a saída da Vergueiro do comando político da cidade.

De acordo com a pesquisa, o jornal não reivindicou a oferta do ensino secundário ou do superior, certamente considerados inacessíveis.

Ao lado da educação formal, o jornal *O Operário* foi instrumento de educação informal e não-formal, conforme definições de Cury

Publicava semanalmente artigos sobre aconselhamento familiar, educação das crianças no lar, educar por meio de boas ações e virtudes, castigos infantis, práticas de higiene e saúde nas casas, que dificilmente poderiam ser observadas em virtude das condições precárias das habitações operárias.

Ao lutar pela educação, os editores evidenciavam sua visualização da escola como um canal para a liberdade e, também, para a ascensão social do trabalhador e de seus filhos. A escola, assim como o trabalho, proporcionaria melhores condições de vida, evitando os vícios, a criminalidade e, conseqüentemente, a possibilidade de prisão. Nota-se que, nesse aspecto, burguesia e operariado estabeleciam e aceitavam a relação entre educação, ordem e progresso.

A relação entre educação e emancipação do trabalhador também foi percebida pelos redatores do *O Operário*. Sobre o assunto, alguns articulistas demonstraram conhecer o pensamento de Kropotkin, de Marx, este não citado nominalmente, e, principalmente, de Ferrer. Pôde ser percebido que, para alguns

articulistas, esses conhecimentos foram auferidos por meio de leituras; para outros, talvez, por meio de palestras realizadas por líderes anarquistas que visitavam frequentemente a cidade divulgando seus ideais e incentivando os operários à luta.

Desempenhando suas funções de “informação, conscientização e mobilização”, de acordo com Ferreira (1988, p. 6), *O Operário* preocupou-se com a atualidade dos informes locais, regionais, nacionais e, também, mundiais, principalmente no que se referia à mobilização operária, greves, comícios, notícias das fábricas, festas, quermesses para arrecadação de fundos para escolas modernas e famílias cujos chefes estavam na prisão.

Um ponto forte foi o combate aos vícios dos trabalhadores, bem de acordo com o puritanismo ético do ideário anarquista, conforme Hardman; Leonardi (1991, p. 258). Sobre esse assunto pode-se apontar outra contradição dos editores. Ao mesmo tempo em que os vícios, principalmente o alcoolismo, eram condenados em longos artigos, o jornal publicava anúncios de cervejas, vinhos, “pinga de caninha pura”, e aconselhava os trabalhadores a fumar apenas os cigarros “Dr Ferreira Braga”, em homenagem ao sorocabano defensor dos oprimidos.

Acompanhando as transformações econômicas e sociais que ocorriam nos centros urbanos, as mulheres começaram a participar dos movimentos operários, uma vez que do trabalho já participavam há muito. Além de presença significativa no sustento da família, o jornal *O Operário* abriu espaço para sua participação como articulistas, certamente considerada uma atitude ousada pela sociedade conservadora do início do século XX. Lembrando que a imprensa era território notadamente reservado aos homens.

Muitas escreveram para o jornal, destacando-se Elvira, por seus ataques à Igreja, defesa do amor livre e do divórcio. Combatia a educação praticada pelas mães burguesas, dignificando as mães anarquistas, que teriam a consciência de educar seus filhos para a formação de uma sociedade mais justa. Outro destaque foi Joana Dubois, que considerava essencial o controle da natalidade (poucos filhos ou nenhum), para que os pais pudessem se dedicar ao ideal revolucionário; além disso, o excesso de demanda prejudicaria a oferta da educação integral, direito de todos. Joana demonstrou compreensão sobre a relação existente entre a procriação não controlada e os problemas sócio-políticos por ela acarretados; teve a percepção da importância do controle da natalidade como estratégia revolucionária.

Ao lado da posição progressista em relação à mulher, o jornal adotava posturas contraditórias, notadamente conservadoras, ao publicar artigos enaltecendo a esposa honesta, “pura”, submissa e condenando as “perdidas” que destruíam as famílias. Também, publicavam-se textos pitorescos e preconceituosos sobre as mulheres, como visto, certamente como uma forma de diversão, o que, entretanto, se contrapunha às intenções vanguardistas do jornal.

Respeitando seus limites, pode-se inferir que o jornal contribuiu, de certa forma, para a conscientização dos direitos da mulher operária, mesmo enfrentando a barreira dos costumes e valores morais e religiosos arraigados na sociedade do início da República.

De acordo com o proposto no início da parte do estudo referente à educação na imprensa operária, a análise do periódico permite afirmar que seus redatores demonstravam preocupação com a educação dos trabalhadores, adultos ou crianças.

Ainda, pôde ser constatada a presença da educação em sua “três versões institucionalmente diferentes”, ou seja, a Educação formal, a informal e a não-formal.

Também, de acordo com esses conceitos, verifica-se seu entrecruzamento nos artigos analisados, envolvendo os grupos da sociedade civil, os meios de comunicação (o próprio jornal), ao mesmo tempo em que expressam uma realidade social própria do cotidiano operário, sua família, seu trabalho, sua vida.

Como visto, o jornal manteve e defendeu desde sua origem, uma educação livre da influência da Igreja Católica, que considerava maléfica para os adultos e crianças. Assim, *O Operário* não foi combatido apenas pelos órgãos representativos dos setores políticos dominantes, mas, também, pela própria Igreja, que proibiu os fiéis de ler ou assinar esse periódico.

Entretanto, sua postura anticlerical não impediu a publicação de mensagens cristãs, de aceitação da existência divina, de incitação à fé, artigos sobre espiritismo, ocultismo, entre outros. Os agradecimentos à Loja Maçônica Perseverança III pela criação e manutenção de escolas para os operários eram permeados por expressões como “mensagem divina” e outras, deixando clara a aceitação de uma entidade suprema, além da vinculação com a Maçonaria.

Esse posicionamento do jornal, em uma primeira leitura poderia encaminhar o pesquisador à conclusão de que haveria uma contradição em relação à tendência socialista e anarquista, racional e de combate aos preceitos religiosos católicos. Os

elogios à Maçonaria poderiam, talvez, ser interpretados como agradecimento ao apoio político e financeiro dado ao jornal.

Ao analisar o contexto daquele momento histórico pôde-se inferir que, na realidade, essa postura do jornal não apresentou contradições. Desde o final do século XIX, o desenvolvimento do pensamento materialista, científico e racionalista proporcionou o surgimento de formas alternativas de ideias sobre o poder político, o governo e também de novas formas de pensar a religião. Os movimentos de livre pensamento (socialismo, anarquismo), o anticlericalismo e as correntes espiritualistas encontraram abrigo na Maçonaria, conforme visto.

De acordo com Castroga (2006), havia uma estrita relação entre livre pensamento, laicismo, anticlericalismo, secularização e maçonaria. Essas novas ideias implicavam na libertação de qualquer forma de controle do pensamento, exigindo a separação não apenas entre Estado e Igreja, mas, também entre Escola e Igreja, para que o ensino fosse libertado de dogmas religiosos, que apenas prejudicavam a formação ética e social do cidadão. O anticlericalismo não deve ser visualizado apenas como um movimento contra a interferência da Igreja nos assuntos políticos, mas, também, contra a “hegemonia da formação de almas” e sua influência no interior das famílias. Esses livre-pensadores articulavam-se, de forma crescente, com a Maçonaria, de acordo com Castroga (2006, p.37).

Os diversos grupos, das várias tendências manifestavam-se pela imprensa, que aglutinava maçons, espíritas, protestantes, socialistas, anarquistas. Muitos líderes libertários foram maçons e espiritualistas, como Everardo Dias, assim como jornais operários apresentaram essa característica a exemplo do *O Livre Pensador* e *A Lanterna*, de acordo com Silva (s/d).

Respeitando-se as especificidades, talvez possa ser melhor compreendida a atitude dos articulistas e o posicionamento do jornal, que, lembrando, era editado na sede do jornal espírita *O Clarim da Luz*; seu dono era articulista do *O Operário*, um dos fundadores da Liga Operária e, mais tarde, diretor do jornal.

A relação entre a Loja Maçônica Perseverança III e os trabalhadores foi constante e expressa por meio de criação de escolas, apoio ao jornal, manifestações, embora muitas vezes sem publicidade, contra perseguições e morte de líderes representativos de movimentos operários, caso de Ferrer, Sacco e Vanzetti.

São necessárias algumas palavras sobre o personagem mais emblemático do jornal, ao lado do mártir Dr Ferreira Braga, como foi visto, considerado defensor dos operários e assassinado por opositores. Trata-se de Ferrer, visualizado como mártir espanhol, cuja memória os editorialistas e articulistas procuravam preservar junto aos operários. Sua vida e pensamento foram tratados resumidamente no decorrer deste escrito com o objetivo de reconhecer algumas razões da identificação do jornal com o pensador catalão.

Após a análise do jornal foi possível apontar algumas ideias comuns: a criação de escolas racionais, a oportunidade de educação para todos, a coeducação de sexos e de classes sociais, a valorização da educação não apenas intelectual, mas também da profissional. Ferrer foi republicano, maçom, anticlerical e com tendências claramente anarquistas, referências que contemplavam de alguma forma todos os segmentos participantes do periódico. Outros posicionamentos encontraram apoio no jornal: a igualdade entre homens e mulheres, a valorização da mulher; a crítica ao capitalismo; a defesa do conhecimento como forma de libertação dos indivíduos; a prática de ensinamentos sobre saúde e higiene; a educação como condição da emancipação do trabalhador.

Além disso, seu ideal de realizar a revolução pela educação e não pela violência, como pretendia Bakunin, poderia ter sensibilizado o grupo mais pacifista do jornal. O respeito aos valores de igualdade, solidariedade, o combate aos privilégios e a valorização do trabalho, liberdade, estiveram presentes permanentemente nas edições do periódico.

Os resultados da pesquisa na imprensa, operária ou burguesa, indicam que os trabalhadores sorocabanos tiveram participação significativa nos movimentos sociais do início do século XX.

Sobre a educação, o estudo indica que os trabalhadores, em todo o período de circulação do jornal *O Operário*, manifestaram reiteradamente seu interesse pela educação das crianças e, também, dos adultos. A importância da escola foi compreendida e defendida e a educação apresentava-se como um caminho para ascensão econômico-social, melhorando as condições de vida da classe trabalhadora e, de maneira especial, da criança operária. Tornando-se conscientes de seus direitos e força, aos poucos perceberam a educação como instrumento de liberdade e emancipação. Ainda, tiveram a percepção da importância da educação para a qualificação de mão-de-obra, abrindo espaços para obtenção de empregos e

melhores salários. Entenderam que esse preparo não era importante apenas para o operariado, mas, também, para o patronato, que necessitava de trabalhadores no mínimo alfabetizados, até para aumentar os seus lucros.

A luta não se limitou às reivindicações visando à obtenção da instrução por intermédio de escolas “modernas” ou “racionais” de tendência anarquista - a educação deveria ser, também, de responsabilidade do Estado e do patronato. O poder público e o patronato estavam conscientes das necessidades do capital – formação de mão-de-obra mais qualificada exigida pela indústria, além da necessidade da integração do imigrante à sociedade, inserindo os trabalhadores na ordem vigente. Mas, também, reconheciam que a disseminação da educação contradizia os interesses da sociedade capitalista – a apropriação de saberes pelos trabalhadores constituir-se-ia em instrumento de luta contra o poder dominante.

Assim, atendia às reivindicações educacionais na medida de suas necessidades, buscando articulá-las aos interesses dos trabalhadores, na tentativa de neutralizá-los. O poder dominante procurou manter equilíbrio entre seus interesses e os dos operários.

Os grupos político-organizativos dos operários, apoiados por uma imprensa engajada ideologicamente, lutaram e conseguiram, embora minimamente, o acesso à escolarização básica, primária. Em Sorocaba, como visto, o domínio vergueirista não favoreceu a criação de escolas, muito menos das escolas normais e profissionais.

Foi possível constatar, também, que o poder público atendeu muito mais às necessidades do capital para formação de mão-de-obra melhor qualificada do que à demanda por educação, embora em crescimento. Finalizando, infere-se que a expansão da educação expressa no ideário republicano não se traduziu em prática; ocorreu lentamente e atendeu, no limite, às necessidades do Estado, do patronato e dos operários, ao promover a inserção do proletariado na sociedade, garantir a ordem como condição de progresso e assegurar a produção.

Como foi observado no início destas considerações, ao longo do estudo surgiram novas situações problematizadoras, que abrem espaços para novas abordagens sobre o tema ou a ele relacionados: como se desenvolveram as relações, nem sempre pacíficas, entre a Liga Operária e o Jornal *O Operário*; o relacionamento político entre o jornal e o Dr. Ferreira Braga, defensor da candidatura de Hermes da Fonseca, em oposição ao Cruzeiro do Sul, defensor da candidatura



de Rui Barbosa à presidência da República, em 1910; as diferentes interpretações dos articulistas sobre as ideologias anarquista, anarco-sindicalista, marxista. Ainda, merecem estudos aprofundados a atuação de Luis Pereira de Campos Vergueiro no campo político-econômico da cidade e região; a situação sócio-econômica da população operária na cidade após 1920; o atendimento à demanda escolar das classes populares urbanas e, também, da população rural; as transformações ocorridas no movimento operário no período de 1945 a 1964. São questões, entre outras, que aguardam estudos, apesar das dificuldades citadas na pesquisa de fontes primárias na cidade. Entretanto, certamente muito contribuiriam para o desvelamento e a (re) construção da História de Sorocaba.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. *A perseverança III e Sorocaba*. Vol.1: da fundação à proclamação da república. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1969.

\_\_\_\_\_. *A Perseverança III e Sorocaba*. Vol. 2: 1889-1930. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994.

.ALBERT. P; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1990.

ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu, SP: Ottoni, 2002.

\_\_\_\_\_. *História de Sorocaba – 1822-1889*. Sorocaba, SP: Gráfica Guarani, 1951.

\_\_\_\_\_. *História de Sorocaba*. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. 1969.

ALVES, Gilberto Luiz. O Liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L (orgs). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, Histedbr, 2007.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In: Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p.383- 417.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Sorocaba operária*. Sorocaba, SP: Create. 2005.

ARAUJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, DÉCIO (orgs.). *Novos temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, Edufu, 2002.

ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005.

BAKUNIN, Mikhail. A Instrução Integral. *Revista Novos Tempos*, nº1. São Paulo: Editora Imaginário, 1998, p. 19

\_\_\_\_\_. *Estatismo e Educação*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: 1889 a 1930*, vol.2. São Paulo: Fulgor, 1968.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARREIRA, Luiz Carlos. Teares parados tecem a escola do amanhã: a luta dos tecelões sorocabanos no início do século XX, pelo direito à educação. *Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, jul/ago.2003.

\_\_\_\_\_. A imprensa operária no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. A experiência do operariado sorocabano no início do século XX. In: PINTASSILGO, Joaquim et. al (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação, 2006, p. 319-344.

BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial*. Sorocaba, SP: do autor, 2004. Apoio Linc.

BOSCHETTI, Vânia Regina; FERREIRA, Valdelice Borghi. Teares e Trilhos: a luta pela escola em Sorocaba. *Anais Eletrônicos do VIII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*. Buenos Aires, Argentina: Sociedade Argentina de Historia de la Educación, 2007.

BOSCHETTI, Vânia Regina; FERREIRA, Valdelice Borghi. Discursos educacionais na imprensa. *QUAESTIO: Revista de Estudos de Educação*. V.10, n. 1-2. Sorocaba, SP: UNISO, 2008 (no prelo).

BOSCHETTI, V. Regina; FERREIRA, V. Borghi. Discursos educacionais na imprensa: algumas leituras. *Anais Eletrônicos do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Universidade do Porto. Porto, Portugal: 2008

CARONE, Edgard. *A Primeira República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

\_\_\_\_\_. *A República Velha*. Instituições e Classes Sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa*. As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha –MG- 1905-1922. Uberlândia, MG: Edefu, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 2003.

CASTROGA, Fernando. Secularização e Laicidade: a separação das Igrejas e da Escola. In: PINTASSILGO, Joaquim et. al (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação, 2006, p. 13-40.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

COMITÉ de Iniciativa para o ensino Integral. A liberdade pelo ensino: bases para a escola libertária. In: SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. São Paulo: Autores Associados, 1985.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1971.

DECCA, M. Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1889-1930*. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

DICIONÁRIO OXFORD DE FILOSOFIA. Simon Blackburn Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FAUSTO, Boris (Direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III, Sociedade e Instituições (1889-1930), 2º vol. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Valdelice Borghi. *Instrução para todos: a educação escolar na imprensa*. Revista HISTEDBR on-line, nº 21, mar. 2006, p. 153-165. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>.

FERREIRA, V. Borghi; SANDANO, Wilson. *Educação Escolar e Movimentos Sociais no início da República (1889/1920)*. Revista HISTEDBR on-line, nº 27, set. 2007, p. 172-178. Disponível em: < <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>..

FERREIRA, V. Borghi; SANDANO, Wilson. *Educação Escolar e movimentos sociais em Sorocaba*. Anais Eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Leopoldo, RS: 2007.

FERREIRA, V. Borghi. *As organizações operárias e a demanda por educação: 1889-1920*. Anais Eletrônicos do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: 2006.

\_\_\_\_\_. *Liberdade e Instrução: a luta pela educação da criança na imprensa operária*. Anais Eletrônicos do I Seminário Educação e Anarquismo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. RJ: 2006.

\_\_\_\_\_. *A contribuição do movimento operário para a educação escolar em Sorocaba (SP)*. III Congresso Brasileiro de História da Educação. SBHE/PUC-PR. Curitiba, PR: 2004.

FONTES, Silvério. *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902)*. In: SODRE, N. Werneck et al. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977

GALLO, Silvio. Educação e Liberdade: A experiência da Escola Moderna de Barcelona. *Revista Pró-Posições*. Faculdade de Educação da Unicamp, vol.3, nº3. São Paulo: Cortez, 1992

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Educação anarquista: um paradigma para hoje*. Piracicaba, São Paulo: Ed. Unimep, 1995.

GATTI Junior, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos & GATTI Júnior, Décio (orgs). *Novos temas em história de educação brasileira*. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002.

GHIRALDELL JR, Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

GONÇALVES, Julio; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. *Escola, Política e Poder Local: antecedentes do primeiro ginásio público se Sorocaba*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 27, p.179-199, set. 2007. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso: 25 nov. 2007.

GOHN, Maria da Gloria. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da Cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano e SANDANO, Wilson. A escola em Sorocaba no século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 23, set. 2006, p. 32-45. Disponível em: < <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> > .Acesso: 15 mar. 2008.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

HOBBSAWN, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de.Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI, Octavio (org). Marx. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988.

JOBIM, Danton. *O espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1992.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p 13 a 31.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. S/editora, 1998.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro - 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

KROPOTKIN, Piotr. *A Anarquia: sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p.177-200.

LENIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.

LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. *Origens da educação pública no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1981.

LUCA, Tânia Regina. *Indústria e trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. *Pedagogia*. Buenos Aires: Losada, 1991.

\_\_\_\_\_. *História da educação pública*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MALATESTA, Errico. *A Anarquia*. São Paulo, Editora Imaginário: 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas, SP: Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890–1920*. RJ: Paz e Terra, 1979.

MARTINEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In: Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p.239-271.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Obras Escolhidas*, vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*, vol.2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MARX e ENGELS. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes (tradução), 1992.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol.2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

\_\_\_\_\_. A maquinaria e a indústria moderna. In: *O Capital*, Livro 1, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico- filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MENON, Og Natal. *A Educação escolarizada entre o Império e a República*. Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 2000.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução “Popular” e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria L. Spedo. (orgs). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p.169-204.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: Del Priore, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p.259-288.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil século XXI: Propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L (orgs). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez, 1993.

PARTIDO Socialista Brasileiro. *Manifesto de 1902*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 ago.1902, p.3.

PARTIDO Comunista Brasileiro. *Estatuto de 1922*. Disponível em: <[http://vermelho.org.br/pcdob/80\\_anos/dochists/1922.asp](http://vermelho.org.br/pcdob/80_anos/dochists/1922.asp)>. Acesso em: 31 ago.2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. Documentos, vol. I.. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. Documentos, vol.II. São Paulo: Brasiliense, Funcamp, 1981.

RAYNAUD, Jean-Marc. Mikhail Bakunin e a Educação Libertária. *Revista Novos Tempos, nº1*, São Paulo: Editora Imaginário, 1998.

RECLUS, Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 – 1930)*. Campinas, São Paulo: Ed, Unicamp, 1988.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2003.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: Del Priore, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p.376-406.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo & Cultura Social: 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e sindicalismo no Brasil: 1675-1913*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente: Francisco Ferrer Y Guardia*. São Paulo, Editora Imaginário, 2003.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: Del Priore, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, 210-230.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, J.C; SANFELICE, J. Luis. *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos de Souza (orgs.). *História da Educação pela imprensa*. Campinas, SP: 2007.

SILVA, Eliane Moura. Maçonaria, Anticlericalismo e Livre Pensamento no Brasil (1901 -1909). *XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH*, s/d. Disponível em: <[www.unicamp.br/~elmoura/biblio.htm](http://www.unicamp.br/~elmoura/biblio.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2008.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Paulo Celso. *De novelo de linha à Manchester Paulista – Fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba*. Sorocaba, Projeto LINC, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. *Síntese de História da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRATGTENBERG, Mauricio. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. *Educação e Sociedade*, nº 01. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, vol.III.



VARGAS, Maria Thereza (Coord.). *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentações Artísticas, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980. Disponível em: <[www.centrocultural.sp.gov.br/acervo/teatrooperario](http://www.centrocultural.sp.gov.br/acervo/teatrooperario)>. Acesso em: 22 jul. 2008.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: Del Priore, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p.192-209.

VIDAL, Diana G.; HILSDORF, M. Lúcia (orgs). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

## **Jornais**

*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 ago.1902, p. 3. Arquivo Edgard Leuenroth. Unicamp.

*O Operário*. Edições de 1909 a 1913. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*O Operário*. Edição fac-similar. Organização: CARVALHO, Rogério L. Pinheiro. Sorocaba: Create, LINC/PMS, 2007.

*Cruzeiro do Sul*. Gabinete de Leitura Sorocabano e Fundação Ubaldino do Amaral.

*O 15 de Novembro*. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*Diário de Sorocaba*. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*O Sorocabano*. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*Jornal do Commercio*. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*Cruzeiro do Sul*. 30.000 edições. Um século de jornalismo. Série de 20 fascículos. Fundação Ubaldino do Amaral/Uniso, 2005.

*O Clarim da Luz*. Gabinete de Leitura Sorocabano.

*A Conquista do Bem*. Museu Histórico Sorocabano.

## **Almanaques**

*ALMANACH de Sorocaba* para 1903. Ed. Fac-similar. Taquarituba, São Paulo: 2007.

*ALMANACH de Sorocaba* para 1904. Ed. Fac-similar. Taquarituba,SP: 2007.

*ALMANACH Ilustrado* de Sorocaba – 1914: repositório histórico, literário e recreativo, com ilustrações. Ed. fac-similar. Taquarituba, SP: Juracy Tenor, 2006.

### **Arquivos, Museus.**

*ARQUIVO do Estado de São Paulo* – SP. CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP-SP.

*ARQUIVO “Edgard Leuenroth”* Unicamp – Campinas.

*ARQUIVO Histórico do Município de São Paulo* - SP: Biblioteca Municipal “Mario de Andrade”-SP.

CASA Aluísio de Almeida/ Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.

GABINETE de Leitura Sorocabano.

MUSEU Histórico Sorocabano.

### **Programas de Partidos e Resoluções de Congressos**

*PARTIDO* Socialista Brasileiro. *Manifesto de 1902*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 ago.1902, p.3.

*PARTIDO* Comunista Brasileiro. *Estatuto de 1922*. Disponível em: <[http://vermelho.org.br/pcdob/80 anos/dochists/1922.asp](http://vermelho.org.br/pcdob/80%20anos/dochists/1922.asp)>. Acesso em: 31 ago.2005.

*REZOLUÇÕES do Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, de 1906. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

*REZOLUÇÕES do Segundo Congresso Operário Brasileiro*, de 1913. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

### **Relatórios**

*RELATÓRIO* do Coordenador de serviços estaduais de saúde pública do município. Sorocaba, 1929. Disponível em <[http://memoria.fua.org.br/intendencia\\_municipal\\_1919](http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1919)>. Acesso em: 4/3/2006.

*RELATÓRIO* da Administração Pública de 1918, apresentado à Câmara Municipal de Sorocaba pelo Prefeito Augusto César Nascimento Folho, em sessão de 15/01/1919. “Instrução Pública”. *Cruzeiro do Sul*, 15/01/1919, p. 6.

## Legislação

SÃO PAULO. Lei nº 1.487 de 17 de Dezembro de 1915. *Cria e converte escolas preliminares*. Coleção das Leis de Decretos do Estado de São Paulo de 1915, Tomo XXV. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1951.

SÃO PAULO. Actos do Poder Legislativo. Lei nº 1.750 de 8 de Dezembro de 1920. *Reforma a Instrução Publica do Estado*. Diário Oficial de 10 dez 1920. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

SÃO PAULO. Actos do Poder Legislativo. Decreto nº 3.356 de 31 de maio de 1921. *Regulamenta a Lei nº 1750 de 1920*, que reforma a Instrução Publica. Diário oficial de 3 jun.1921, p. 3531 a 3561. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com>. Acesso em: 20 nov. 2008.